

ADELMO MAGALHÃES DE FRANÇA

VALE DO RIBEIRA (SP): PROPOSIÇÕES
ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E AMBIENTAIS
PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE REGISTRO.

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

PUC-SP

SÃO PAULO
2005

ADELMO MAGALHÃES DE FRANÇA

VALE DO RIBEIRA (SP): PROPOSIÇÕES
ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E AMBIENTAIS
PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE REGISTRO.

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Ciências Econômicas na área de
Economia Política, sob a orientação da
Profª. Dra. Anita Kon.

SÃO PAULO
2005

Aos meus familiares, pelo incentivo e apoio nos momentos de maiores dificuldades; às pessoas amigas, que contribuíram, de alguma forma, para a realização da minha pesquisa e no melhor desenvolvimento deste trabalho e, com extrema gratidão, a todos, que escolheram o Vale do Ribeira como seu *habitat* pela sua riqueza e beleza natural,

Dedico.

Aos professores e às professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC SP e, de maneira muito especial, à Profª. Dra. Anita Kon, em razão da sua dedicação no ato nobre de ensinar e pela sua paciência, revestida de firmeza, para orientar-me,

Agradeço.

ADELMO MAGALHÃES DE FRANÇA

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi propor alternativas para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável do Vale do Ribeira. Neste sentido, o trabalho em questão se valeu de pesquisas empíricas, que resultaram na análise dos principais problemas econômicos, sociais, políticos e de meio ambiente, vividos pelos municípios localizados na região, mais especificamente, os que pertencem à Região Administrativa de Registro.

Optou-se pela defesa do crescimento e desenvolvimento sustentável, mantendo a preservação do meio ambiente como alternativa principal para a geração de emprego e de renda, associada a outras atividades econômicas com menor impacto ambiental e, ao mesmo tempo, explorando-se as vantagens competitivas e as externalidades positivas da região, entre elas o seqüestro de carbono, considerando-se as dificuldades e os impedimentos ambientais para a instalação de indústrias na região.

O trabalho concluiu pela necessidade da formação de um novo capital humano, capaz de criar condições políticas e econômicas próprias e suficientes para modificar o quadro social e econômico da região, via fortalecimento do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, visando à atração de investimentos voltados ao agronegócio, turismo ou meio ambiente.

Palavras chaves: economia regional e do meio ambiente; crescimento e desenvolvimento econômico sustentável; preservação ambiental.

ABSTRACT

The main goal of this work was to propose means to the sustainable economic development and growth of the Vale do Ribeira region. At this way, the work in question was based on empiric researches that resulted on the analysis of the main economic, socials, politics and environment problems, experienced by the municipal districts located at Vale do Ribeira, more specifically, the ones that belong to Registro Administrative Region.

It has chosen the defense of the growth and the sustainable development, keeping the environment preservation as the principal mean for jobs and gains generation, associated to others economic activities with less environment impact and, at the same time, searching the competitive advantages and the positives externalizes of the region, such as the carbon kidnap, considering the difficulties and the environment obstructions to the installation of industries on the region.

The work has concluded by the necessity of the formation of a new human capital, capable to create proper economic and politic conditions and enough to modify the economic and social situation on the Vale do Ribeira Region, through the strengthening of the Vale do Ribeira Social and Economic Development Fund - FVR, aiming the attraction of new investments routed to the agribusiness, tourism or environment.

Key words: environment and regional economic, sustainable economic development and growth; environment preservation.

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1 - Descrição política dos municípios do Vale do Ribeira	95
Mapa 2 - Hidrografia do Rio Ribeira de Iguape e afluentes	96
Mapa 3 – Municípios da Região Administrativa e Política de Registro (SP)	100
Mapa 4 – Pontos de medição do nível da poluição da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e afluentes	129

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós 1950	54
Quadro 2 - Conceitos fundamentais relacionados aos sistemas ambientais	63
Quadro 3 - Características dos indicadores de sustentabilidade	73
Quadro 4 - Características de hierarquia dos agroecossistemas	81
Quadro 5 - Metodologia do carbono social e tipos de projetos	88
Quadro 6 – Conservação ambiental na Mesorregião do Vale do Ribeira	209
Quadro 7 – Espécies de Vegetação para a Restauração da Mata Atlântica na Região do Vale do Ribeira	275

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Dados geográficos e humanos da Região Administrativa de Registro	103
Tabela 2 - População por grupos de idade e sexo na Região Adm. de Registro	105
Tabela 3 - Índices demográficos das populações residentes nas Regiões Administrativas do Estado São Paulo	107
Tabela 4 - Índices sociais dos municípios da Região Administrativa de Registro	110
Tabela 5 - Trabalhadores celetistas nas Regiões Adm. do Estado de São Paulo	115
Tabela 6 - Índice do salário médio no emprego formal nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	118
Tabela 7 - Rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	122
Tabela 8 - Nível de atendimento dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto e demanda de oxigênio	126
Tabela 9 - Saneamento básico urbano dos municípios do Vale do Ribeira	131
Tabela 10 - Probabilidade da escolaridade do filho contra o nível de escolaridade dos pais	134
Tabela 11 - Saneamento básico urbano dos municípios do Vale do Ribeira	135
Tabela 12 - Ensino fundamental das Regiões Adm. do Estado de São Paulo	138
Tabela 13 - Ensino secundário das Regiões Adm. do Estado de São Paulo	140
Tabela 14 - Sistema de saúde das Regiões Adm. do Estado de São Paulo	144
Tabela 15 - Descritivo do bem estar social dos municípios da RA de Registro	148
Tabela 16 - Índices de desenvolvimento humano municipal dos estados	151

Tabela 17 - Distribuição dos eleitores dos Municípios da RA de Registro	153
Tabela 18 - Produção agropecuária da Região Administrativa de Registro	158
Tabela 19 - Maiores municípios produtores de bananas no Est. de São Paulo	160
Tabela 20 - Produção de bananas pelas Regiões Adm. do Est. de São Paulo	163
Tabela 21 - Valores agregados das Regiões Adm. do Estado de São Paulo	168
Tabela 22 - Volume de investimentos anunciados nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	170
Tabela 23 - Resultados do PIB das Regiões Adm. do Estado de São Paulo	173
Tabela 24 - Resultados do PIB dos municípios da Região Adm. de Registro	175
Tabela 25 - Transferências de recursos repassados pela União e Estado para as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	178
Tabela 26 - Transferências correntes repassadas pela União às Regiões Administrativas do Estado de São Paulo	180
Tabela 27 - Transferências correntes repassadas pelo Estado de São Paulo às Regiões Administrativas do Estado	183
Tabela 28 - Arrecadação de ICMS e IPVA pelas RA's do Estado de São Paulo	186
Tabela 29 - Total das receitas dos municípios da Região Adm. de Registro	187
Tabela 30 - Arrecadação de IPI e ICMS dos Municípios do Vale do Ribeira	189
Tabela 31 - Receitas tributárias arrecadadas pelas RA's do Est. de São Paulo	191
Tabela 32 - Receitas de impostos dos municípios da Região Adm. de Registro	193
Tabela 33 - Receitas tributárias correntes dos Municípios da RA de Registro	197
Tabela 34 - Transferências correntes para os municípios da RA de Registro	201
Tabela 35 - Sistema bancário e financeiro das RA's do Estado de São Paulo	204

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I.....	24
1. Abordagens Teóricas de Crescimento e Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável	24
1.1. Introdução.....	24
1.2. As controvérsias quanto às definições e conceituações de crescimento e desenvolvimento econômico	27
1.3. Descrição dos cenários componentes do crescimento e desenvolvimento econômico regional.	37
1.4. Aspectos conceituais sobre regiões e suas funcionalidades voltadas ao crescimento e desenvolvimento econômico	47
1.5. Os principais modelos de crescimento e de desenvolvto. econômico.....	53
1.5.1. As estratégias referentes à dissociação ou desenvolvimento endógeno.....	57
1.5.2. As estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável.....	62
1.6. Discussão dos aspectos econômicos do turismo ou ecoturismo e dos agronegócios voltados ao desenvolvimento regional sustentável.	77
1.7. Discussão dos aspectos jurídicos e econômicos do crédito do carbono para o desenvolvimento regional sustentável.....	84
CAPÍTULO II.....	90
2. Descrição Social, Política, Econômica e do Meio Ambiente da Região Administrativa de Registro.....	90
2.1. Introdução.....	90
2.2. Aspectos geográficos, históricos e humanos dos municípios do Vale do Ribeira.....	93

2.3. A situação do trabalho e da renda nos municípios da Região Administrativa de Registro	114
2.4. Aspectos de infra-estrutura viária, de eletricidade e de saneamento básico dos municípios do Vale do Ribeira.....	124
2.5. A Situação do sistema educacional dos municípios da Região Administrativa de Registro	133
2.6. Aspectos de saúde pública, bem estar social e político eleitoral dos Municípios da Região Administrativa de Registro.	143
2.7. Descrição dos setores produtivos dos municípios da Região Administrativa de Registro	156
2.8. Situação econômica e financeira dos municípios da Região Administrativa de Registro	166
2.9. A descrição do meio ambiente nos municípios da Região Administrativa de Registro	207
2.10. A industrialização e a preservação do meio ambiente do município de Cajati (SP)	215
2.11. A exploração econômica do turismo ou ecoturismo e do agronegócio para o desenvolvimento regional.....	219
CAPÍTULO III	224
3. Proposições para o Crescimento e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira.....	224
3.1. Introdução.....	224
3.2. Enfoques macroeconômicos: o alcance dos instrumentos de política econômica na Região Administrativa de Registro	228
3.2.1. As discussões sobre a melhor política fiscal e tributária para os municípios da Região Administrativa de Registro	233
3.2.2. As opções para a quebra das características estruturais do ciclo de subdesenvolvimento da Região Administrativa de Registro.....	239
3.2.3. As condições mínimas para a atenuação dos desniveis e desigualdades econômicas da Região Administrativa de Registro	243
3.2.4. As expectativas para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável da Região Administrativa de Registro	249

3.3. Enfoques microeconômicos com ênfase às questões regionais e setoriais do Vale do Ribeira.....	254
3.3.1. As (des) vantagens localizacionais da Região Admin. de Registro	258
3.3.2. As (des) vantagens do modelo agro-exportador de bananas do Vale do Ribeira.....	263
3.3.3. Alternativas de rendimentos financeiros do setor externo via seqüestro de carbono para os municípios do Vale do Ribeira	268
3.3.4. Alternativas para a geração de receitas através da comercialização da água do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes.....	277
3.3.5. As Contribuições econômicas e sociais decorrentes da criação de pólos educacional e tecnológico para o crescimento regional.....	280
3.3.6. Sugestões de melhorias econômicas e sociais nos Municípios Litorâneos da Região Administrativa de Registro	283
3.4. As possíveis fontes de financiamentos internos e externos voltadas ao crescimento e desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.....	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	302
ANEXOS	307
Anexo A – Deliberação COFVR Nº 01/2003 de 29 de Janeiro de 2003	307
Anexo B – Manual de Política Operacional do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR	309

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade o estudo da economia regional, do meio ambiente e das finanças públicas do Vale do Ribeira, mais especificamente dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro no Estado de São Paulo, que se destaca como uma região com alto índice de pobreza e atraso econômico, visando discutir e propor alternativas para o crescimento e desenvolvimento econômico.

O objetivo principal deste trabalho é avaliar opções de crescimento econômico, que mantenham o meio ambiente intacto ou com o mínimo de alterações ambientais possíveis, de modo que as modificações econômicas produzam o almejado desenvolvimento econômico sustentável. O Vale do Ribeira, em termo de biodiversidade, tem sua beleza e riqueza própria, e apresenta uma série de espécies vegetais ainda desconhecidas, tanto que, é chamado pelos ambientalistas de “Amazônia Paulista”, não só pela concentração do verde ainda intocado, como pelo clima quente e chuvoso semelhante do norte do país, exceto no inverno, quando a temperatura fica muito abaixo do clima da Amazônia Brasileira.

Como se encontra muito próximo das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Curitiba, faz-se necessário que, as alterações econômicas a serem produzidas, mantenham o máximo possível o ecossistema da região e, ao mesmo tempo, possibilitem que todos possam ter acesso a tais recursos naturais, respeitados os princípios de preservação e sustentabilidade ambiental e econômica. Dessa forma, o estudo em questão deverá demonstrar as possibilidades de transformar os

impedimentos – territorial e ambiental – do crescimento econômico da Região Administrativa de Registro, em pontos positivos para a ocorrência de tal crescimento, sobretudo, pela ampliação do “esverdeamento” do Vale do Ribeira, visando à obtenção de recursos monetários por meio de créditos do seqüestro de carbono, que não passa da venda de oxigênio para os países desenvolvidos.

Neste sentido, no primeiro capítulo, serão discutidos os cenários componentes do crescimento e do desenvolvimento econômico regional, com ênfase ao espaço econômico e seu planejamento, para a localização ideal das empresas e indústrias, dentro dos vários modelos locacionais defendidos pelos estudiosos do assunto. Ainda no primeiro capítulo, serão feitas abordagens sobre os aspectos teóricos e conceituais do termo “região”, em que se procurarão destacar a origem da palavra “região” e os estudos sobre suas funcionalidades, com questionamento a respeito das diferenças de crescimento e desenvolvimento econômico entre as regiões de um mesmo estado ou país.

Dando continuidade ao primeiro capítulo, serão feitas observações sobre as controvérsias no tocante às definições e conceituações dos termos “crescimento” e “desenvolvimento”, realçando as opiniões das diversas correntes econômicas sobre o assunto nos dois séculos passados, com ênfase aos questionamentos atuais dos organismos internacionais, que trabalham para minimizar as diferenças econômicas entre as regiões. Será dado destaque especial para os modelos de desenvolvimento endógeno, com forte cunho político ideológico, juntamente com a prática do equacionamento das necessidades básicas com destaque social e regional, fortalecido pela ocorrência da quase prática mundial do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de preservação do meio ambiente. No caso específico do Vale do Ribeira, a questão ambiental passa a ser uma variável responsável pela

dificuldade para a ocorrência do crescimento e desenvolvimento econômico na região, em virtude dos posicionamentos ambientais defendidos pelos países desenvolvidos e pelas entidades preservacionistas.

Completando o primeiro capítulo, serão feitas discussões a respeito das teorias relacionadas aos resultados econômicos decorrentes da implementação da atividade de turismo, ecoturismo e agronegócios voltados à busca do crescimento e desenvolvimento econômico sustentável nos municípios do Vale do Ribeira. Com maior peso, em virtude da aplicabilidade e retorno econômico financeiro, serão discutidas as teorias econômicas e ambientais que defendem a aplicação dos recursos monetários oriundos do crédito de carbono. Essa será uma alternativa viável para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável, em particular, dos países e regiões pobres, que ainda dispõem de reservas ambientais factíveis da geração de oxigênio para o mundo; fator este perfeitamente aplicável às condições econômicas e ambientais do Vale do Ribeira.

No segundo capítulo, serão analisadas as especificidades dos municípios da Região Administrativa de Registro, tais como: aspectos geográficos e históricos; infra-estrutura voltada ao saneamento básico; oferta de trabalho e renda; sistema educacional, de saúde pública e bem estar social da população do Vale do Ribeira. Deverão ser discutidos os principais pontos de estrangulamento, responsáveis pelo atraso no crescimento e desenvolvimento econômico e social dos municípios que compõem a micro Região do Vale do Ribeira, cujo centro administrativo e político está localizado em Registro no Estado de São Paulo, e, ao mesmo tempo, caberão questionamentos a respeito das vantagens comparativas disponibilizadas pelo corredor de exportação e de serviços formado pela Rodovia Regis Bittencourt – BR 116 e os principais mercados consumidores do país e Mercosul.

Ainda no segundo capítulo, serão encontrados enfoques críticos e detalhados sobre as políticas públicas aplicadas na região, principalmente, perante aos resultados alcançados e às demandas reprimidas existentes nos municípios, correspondentes ao bem estar social das populações instaladas na Região Administrativa de Registro, levando-se em consideração o interesse do Governo do Estado e da União para o desenvolvimento da região. Dando continuidade ao segundo capítulo, deverão ser analisados os índices de desenvolvimento humano dos municípios do Vale do Ribeira (IDHM), decorrentes da concentração e má distribuição da renda e do alto comprometimento do bem estar dessas populações diante do sistema educacional excludente para as populações rurais, associado à expectativa de vida desafiadora das dificuldades regionais, em razão dos baixos volumes dos investimentos públicos e privados nos municípios da região.

No decorrer do segundo capítulo, serão abordados, de forma crítica e precisa, os aspectos relacionados ao setor produtivo, econômico, financeiro e tributário dos municípios da Região Administrativa de Registro contida no Vale do Ribeira, com destaque para o valor agregado gerado nessa região administrativa e também para o PIB regional resultante do esforço produtivo dos municípios ribeirinhos. Dando continuidade, será demonstrado que alguns dos municípios da Região Administrativa de Registro, que têm uma receita própria pequena e vivem apenas com os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, da cota-participação do ICMS e de outros repasses dos governos, caem na armadilha do ciclo da pobreza e da dependência e dos interesses políticos desses governos.

Também serão descritos os potenciais de crescimento, que poderão ser alcançados com a implementação de pólos industriais não poluentes, formado por pequenas e médias empresas e a criação de serviços ligados ao ensino superior,

tecnologia e turismo na região, voltados aos consumidores dos maiores centros populacionais do país. Neste sentido, mais ainda, de forma direta, serão explicitadas que as receitas deverão ficar condicionadas ao comportamento da economia do país, cujas dificuldades externas ou internas produzem oscilações no volume de recursos arrecadados e repassados pelos governos – Estadual e Federal, levando-se em consideração os percentuais e a composição dos recursos dos Fundos de Participação.

Continuando as discussões contidas no segundo capítulo, serão feitas indagações sobre as praticidades da implementação de cooperativas agrícolas, juntamente com os agronegócios na região, como forma de congregar um número maior de micros e pequenos agricultores e empresários interessados nos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR. Caberá ainda o questionamento da viabilidade, do potencial e da exigüidade desse fundo de desenvolvimento, como mecanismo de disponibilização de recursos e atração das empresas interessadas nos investimentos destinados à região, visando atender às demandas reprimidas de consumo, de emprego e de renda, bem como atuar na busca de minimização das disparidades econômicas e sociais existentes nos municípios da região.

Complementando ainda o segundo capítulo, serão observadas as vantagens e desvantagens da industrialização existente no Município de Cajati (SP) e os benefícios da exploração econômica dos recursos naturais do Vale do Ribeira, na forma de turismo ecológico ou rural. Caberão comparações das desigualdades econômicas e sociais dos municípios da Região Administrativa de Registro com o município de Cajati (SP), em virtude do processo de industrialização praticado naquele município e sua inserção no mercado nacional e internacional. Deverão ser

discutidos e avaliados os resultados do impacto ambiental, decorrente da exploração minérios no município de Cajati (SP), por parte do maior parque industrial do Vale do Ribeira, composto por duas grandes empresas multinacionais produtoras de fertilizantes, ração animal, cal e cimento. Não ficarão fora de comentários, as comparações feitas sobre as situações das finanças públicas dos municípios da Região Administrativa de Registro com os municípios de Cajati e Registro, que possuem indústrias e serviços mais aprimorados e fortes do que os demais municípios da Região, descrevendo as desigualdades sociais e econômicas decorrentes dos volumes de recursos recebidos por esses municípios.

Não serão descartadas as propostas e discussões sobre as alternativas de preservação do meio ambiente e repasse de recursos, via políticas públicas ou através da implantação do processo de certificação do chamado “crédito de carbono”, levando-se em consideração a enorme biosfera decorrente da presença da Mata Atlântica, localizada do Sudeste do Estado de São Paulo, mais precisamente, no Vale do Ribeira de Iguape e também pela possibilidade econômica e técnica do “esverdeamento” da região, como forma de geração de renda e emprego e, ao mesmo tempo, como comercialização de oxigênio expelido na fotossíntese das novas matas e plantações agrícolas viáveis na região. Também será dado destaque à difusão do agronegócio para as propriedades rurais voltadas à produção de insumos exportáveis ou com grande aceitabilidade nos mercados domésticos e vantajosos ao crescimento e desenvolvimento regional.

Serão feitas sugestões e apresentações de alternativas à geração de renda às populações da Região Administrativa de Registro, em especial, às populações do litoral sul paulista, que podem usufruir o turismo de temporada e, sobretudo, na forma de preservação ambiental, da maricultura e aquicultura, como fonte nutricional

para as populações da região e de outros mercados, considerando-se a disponibilidade de recursos e a habilidade dessa população, em grande parte, oriunda da Unidade de Conservação Juréia-Itatins.

Finalizando o segundo capítulo, existirão questionamentos a respeito da atração de novas populações à Região Administrativa de Registro, quando da busca de alternativas simples de vida ou cooperação para o crescimento regional, através das oportunidades surgidas da implementação de pólos educacionais e tecnológicos, bem como, comerciais, em razão da maior e melhor ocupação urbana da região.

O desenvolvimento do terceiro capítulo apresentará sugestões, proposições ou alternativas econômicas, políticas, sociais e ambientais para que ocorra o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável da Região Administrativa de Registro, no médio e longo prazo, tendo como agentes modificadores a forte presença dos três níveis de governos e das entidades privadas e não governamentais, juntamente com a sociedade civil devidamente instruída e capacitada para o exercício da democracia.

Para maior clareza das propostas, o terceiro capítulo estará dividido em enfoques macro e microeconômicos com cunho regional. Nas questões macroeconômicas serão discutidos os alcances e a praticidade das ações dos instrumentos de política econômica para a Região Administrativa de Registro, detalhadas pelas possíveis contribuições de políticas creditícias, fiscais e tributárias e os enfoques dos preços mínimos e do crescimento da massa de salários, mais adequados para o desenvolvimento regional. Serão apresentadas, ainda no contexto macro, propostas para a quebra das características estruturais do ciclo de subdesenvolvimento da Região Administrativa de Registro, juntamente com a

apresentação das condições mínimas para a atenuação dos desniveis e desigualdades econômicas do Vale do Ribeira, mantendo-se as expectativas para o crescimento e desenvolvimento sustentável da Região Administrativa de Registro. No enfoque microeconômico serão dadas ênfases às questões regionais e setoriais do Vale do Ribeira, explorando-se as vantagens e desvantagens localizacionais da região em estudo. Também farão parte das discussões a permanência do Vale do Ribeira no modelo agro exportador de bananas e a ausência do processo de industrialização moderna com respeito ao meio ambiente, bem como serão apresentadas sugestões para a obtenção de recursos com a comercialização das águas do Rio Ribeira de Iguape. Complementando as propostas microeconômicas serão discutidas as possíveis contribuições decorrentes da criação e transformação do Vale do Ribeira em pólos educacionais e tecnológicos, visando atrair empresas e pessoas para a região em estudo, tal qual ocorreu em outras regiões administrativas do estado e do país. Também serão apresentadas alternativas econômicas e sociais aos municípios litorâneos que compõem a Região Administrativa de Registro, com a finalidade da maior integração intra e inter-regional e a geração de novos empregos e renda às populações praianas.

Ainda no terceiro capítulo, também serão apontadas e discutidas as possíveis fontes de financiamentos e investimentos nacionais, externas, públicas ou privadas, visando o atendimento das demandas de créditos para a alavancagem do crescimento e desenvolvimento econômico sustentável da Região Administrativa de Registro. Neste caso, será levado em consideração o grau da necessidade financeira dos municípios e dos seus habitantes, no tocante à abertura ou ampliação dos seus negócios para a geração de emprego e renda ou para o atendimento social das populações mais necessitadas da região.

Paralelamente, serão abordadas as possibilidades de obtenção de rendimentos externos decorrentes do seqüestro de carbono em todos os municípios do Vale do Ribeira, como forma de pagamento pelo esverdeamento da região. Essa alternativa permitirá a inserção do Vale do Ribeira no contexto internacional e, ao mesmo tempo, possibilitará a venda de oxigênio aos países que assinaram o Tratado de Quioto e que estejam interessados nos investimentos voltados à preservação do meio ambiente da Região Administrativa de Registro, cujos recursos poderão ser capitalizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e administrados pelo Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR.

Nas considerações finais do trabalho serão discutidos os sucessos ou fracassos das propostas apresentadas no segundo capítulo, levando-se em conta as questões conjunturais e estruturais da região e do país, no médio e longo prazo, sempre com o foco da presença e intervenção do elemento humano com mínimo possível de destruição do meio ambiente.

CAPÍTULO I

1. Abordagens Teóricas de Crescimento e Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável

1.1. Introdução

Neste capítulo, serão abordados os principais aspectos teóricos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico de uma região, visando dar sustentação ao trabalho proposto, no tocante às alternativas de proposições econômicas, que serão apresentadas com busca positiva para a ocorrência do crescimento e desenvolvimento sustentável dos municípios do Vale do Ribeira, atrelados administrativa e politicamente à cidade de Registro no Estado de São Paulo.

Serão destacadas as teorias de localização espacial e industrial, na tentativa de explicar as razões pelas quais algumas regiões obtêm maior sucesso no crescimento e desenvolvimento que outras áreas. Essa situação faz com que ocorram disparidades sociais e econômicas em regiões pobres ou em desenvolvimento, com forte concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos.

Geralmente essa concentração de riqueza e de renda resulta de acontecimentos econômicos praticados por governos passados, em plano mais elevado, de forma equivocada ao longo da história política, econômica e social no país, que não conseguiram a estabilização econômica e, ao mesmo tempo, alcançar e promover continuamente as etapas de crescimento econômico e distribuição de renda e riquezas para todos os envolvidos no processo de geração do produto nacional.

Também deverão receber destaque as discussões propostas pelos principais modelos econômicos efetivamente aplicados, voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico regional, questionando-se o fato deles terem suas origens nas economias desenvolvidas e, portanto, distantes das realidades sociais, políticas e econômicas dos países e das regiões pobres, sobretudo do cenário econômico, social e político do Vale do Ribeira.

Outro tema a ser discutido neste capítulo será a questão do meio ambiente, visto que, no processo de crescimento e desenvolvimento regional, somente há pouco tempo atrás, passou-se a ter considerações a respeito da preservação dos recursos ambientais, na ânsia de encontrar soluções econômicas para o atendimento das necessidades crescentes das suas populações. Tal situação se verifica, em especial, nos estágios econômicos mais atrasados e relacionados à exploração primária dos recursos para sustentar os balanços de pagamentos, diante da importação de bens e serviços, geralmente, sofisticados com grau elevado de pesquisa e tecnologia não dominada ou desenvolvida nos países ou regiões subdesenvolvidas. Visando dar maior ênfase à questão do meio ambiente, a fim de atender o processo de crescimento do Vale do Ribeira, em razão das legislações ambientais existentes e impeditivas do processo industrial padrão, será mencionada a questão do crédito do carbono, especialmente, em razão das oportunidades

comerciais e financeiras surgidas em decorrência das negociações ocorridas na Cidade de Quioto no Japão no ano de 1997.

Também serão abordados aspectos introdutórios a respeito dos setores de serviços, com destaque aos segmentos do agronegócio, aquicultura, turismo e ecoturismo, como forma de exploração dos recursos naturais existentes para a geração de emprego e renda nos municípios da Região Administrativa de Registro. Paralelamente serão discutidas alternativas agrícolas diferenciadas dos processos atuais, consideradas como os mecanismos mais avançados para a geração de emprego e manutenção dos indivíduos nas regiões rurais do país, possibilitando a preservação ambiental, o crescimento econômico regional e, ao mesmo tempo, em maior escala, passando a atender às demandas reprimidas dos micros e pequenos agricultores, quanto ao consumo de bens e serviços comuns à sociedade moderna.

De uma forma mais acentuada e detalhada, serão analisadas as possibilidades sobre a viabilidade da implantação dos pólos educacionais e de tecnologia, ligados às universidades públicas instaladas no Vale do Ribeira e voltadas às pesquisas no setor agroindustrial, como forma de modificação do espaço. A nova forma de ocupação e implementação dos pólos acabará gerando renda e bem estar social às populações da região estudada, sobretudo no que diz respeito à formação educacional, política e econômica dos municípios da região, considerando-se o grande número de pessoas que serão atraídas de outras regiões ao Vale do Ribeira, promovendo uma troca de informações e padrões de consumo, visando à implementação da região como mais ponto de desenvolvimento sustentável no Estado.

1.2. As controvérsias quanto às definições e conceituações de crescimento e desenvolvimento econômico

As correntes econômicas formadas por economistas neoclássicos como Meade, pós keynesianos como Harrod e Domar e estruturalistas como Prebisch e Furtado, divergem quanto à definição conceitual de desenvolvimento e, de forma própria, deixam a entender que crescimento é igual a desenvolvimento econômico, porém, de comum entendimento, atribuem a necessidade premente da existência de crescimento para a ocorrência de desenvolvimento. Outras correntes, das mais conceituadas escolas econômicas, separam o crescimento do desenvolvimento, em razão do fato do crescimento econômico apresentar variações no produto na medida do aumento populacional, ao passo que o desenvolvimento se refere a transformações estruturais, que se refletem na melhoria da qualidade de vida das suas populações. Essa nova situação econômica e social decorre do aumento de suas rendas e padrão de consumo, quer via acesso aos bens e serviços públicos ou privados de qualidade, alimentadores do maior grau de satisfação possível.

Os economistas Michael Kalecki e Dudley Seers enfatizam que o crescimento econômico, mesmo que acelerado, não representa a existência de desenvolvimento econômico, simplesmente por não haver a ampliação do volume de renda e empregos e, ao mesmo tempo, não ter promovido a redução das desigualdades e minimizado a pobreza. Segundo nesse raciocínio, cabe destacar que o desenvolvimento econômico deve ser muito mais do que a reparação das desigualdades geradas no passado, sobretudo no que se refere ao abismo cultural existente entre os centros econômico dominadores e aqueles que foram dominados por muitos anos, sem contar a redução das distâncias produzidas pelas elites

extremamente rica e concentradora perante aos trabalhadores pobres e explorados. (SACHS, 2004).

Levando em conta as modificações no conjunto de estruturas complexas, visando atender as inúmeras necessidades sociais e econômicas das coletividades, na ótica de François Perroux, o desenvolvimento econômico pode ser definido por *"la combinaison des changements mentaux et sociaux d'une population qui la rendent apte à faire croire, cumulativement et durablement, son produit réel global"*, (PERROUX, Apud FURTADO, 2000: p. 102). A definição acima permite o entendimento da inexistência do desenvolvimento sem o crescimento econômico.

O conhecimento mais profundo da história econômica recente tem propiciado um grande avanço da teoria do desenvolvimento, visto que, fica cada vez mais evidente, o papel dos fatores não econômicos e dos agentes diretamente responsáveis pelas tomadas das decisões econômicas no país, levando muitas vezes a acertos e desacertos econômicos com fortes reflexos sociais para as populações e regiões menos favorecidas. (FURTADO, 2000).

Neste contexto, o detalhamento da análise sobre os processos de desenvolvimento ganha enorme importância, já que passa a destacar as realidades e potencialidades das diversas regiões, apontando as possíveis diferenças, visando buscar alternativas econômicas, políticas e sociais de acordo com as características e demandas da região ou municípios. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Dessa forma, no longo prazo, o desenvolvimento econômico pode ser definido pela combinação de crescimento econômico contínuo, embora não necessariamente, muito maior que o crescimento demográfico, propiciando mudanças estruturais e modificações positivas nos índices econômicos e sociais

para um universo maior possível de beneficiários das várias classes que compõem o sistema econômico. (SOUZA, 1993).

Reforçando o conceito acima, pode-se conceituar o desenvolvimento como “crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estrutura e melhoria dos índices econômicos e sociais per capita”. (BECKER e WITTMANN, 2003: p. 142).

Assim, segundo Celso Furtado, “o desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e forças sociais que condicionam o perfil da procura”. (FURTADO, 2000: p. 106). Devem ser entendidos como fatores sociais, econômicos e políticos os atos praticados por uma sociedade democrática, promovidos pelas mudanças nas áreas das ciências humanas, exatas ou médicas, cujo foco maior seja a busca do bem estar das suas populações como um todo.

No século XX, na discussão entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, constatou-se uma preocupação maior por parte dos economistas em tratar do tema crescimento econômico, seja pela busca incessante de poder econômico, sem o mínimo interesse em acrescentar melhorias na qualidade de vida de suas populações, seja em nome da segurança e subsistência para a estabilidade do sistema econômico. (SOUZA, 1993).

A partir da Grande Depressão Americana e, com muito mais ênfase, depois da Segunda Guerra Mundial, o tema desenvolvimento econômico ganhou força, exigindo uma maior presença e ações dos governantes, na busca de políticas que viessem combater o desemprego e reduzir a crise cíclica que afetava a economia como um todo e, especialmente, apresentar soluções para as diferenças econômicas e sociais existentes entre os países ricos e os pobres, classificados

como subdesenvolvidos. (MAGALHÃES, 1998). Keynes contribuiu muito, na década de 1930, para as questões do crescimento econômico, quando ampliou os estudos sobre a análise agregativa dos conceitos de produção, renda e dispêndios nacionais, que permitiram medir os resultados promovidos pelos multiplicadores de investimentos dos gastos públicos e do consumo, possibilitando a melhor saída das crises capitalistas, com a maior presença do setor governo na economia, visando a busca do crescimento econômico dos países em crise ou das regiões menos desenvolvidas. (ROSSETTI, 1992).

A partir da Segunda Grande Guerra, os países desenvolvidos passaram a se preocupar com a questão do desenvolvimento econômico sob a ótica do bem estar social e, a partir de então, passaram a estabelecer parâmetros sobre a situação dos indivíduos menos favorecidos, quanto às suas necessidades básicas para a demanda de bens e serviços, para os quais eles não tinham acesso, principalmente, pela falta de renda ou pela ineficiência das políticas públicas dos governos de então. Neste sentido, vale conceituar e diferenciar o que se conhece por pobreza e suas subdivisões tais como pobreza absoluta e pobreza relativa.

Segundo Almeida (2000), a pobreza pode ser entendida sob os conceitos subjetivos e objetivos. No caso de conceitos subjetivos, leva-se em conta o juízo de valor emitido pelas pessoas no tocante ao atendimento das necessidades individuais ou coletivas dos grupos ou sociedade, frente aos padrões mínimos e aceitáveis de privações ou negativas de acessos aos bens e consumos. No conceito objetivo, pode-se subdividir a pobreza em pobreza absoluta e pobreza relativa. No caso de pobreza absoluta, tem-se uma situação de perigo para a sobrevivência do indivíduo, pois seu padrão de demanda está muito aquém do mínimo aceitável, contrariamente a situação de pobreza relativa em que o indivíduo pode estabelecer comparações

com o padrão de consumo dos demais indivíduos e verificar que suas necessidades básicas estão sendo atendidas muito embora o seu padrão de consumo não seja mais acentuado como ele desejaria que fosse.

Pode-se também definir pobreza como sendo a situação social e econômica em que os envolvidos no processo não conseguem atender ao conjunto mínimo e necessário de bens e serviços estabelecidos pelos padrões da sociedade. Já a pobreza absoluta está relacionada às questões de sobrevivência do individuo, pois ele se encontra, em termos de consumo, muito abaixo do mínimo vital, podendo também ser caracterizado como linha de indigência ou pobreza extrema, caso esse grupo de indivíduos não possuam renda suficiente para o atendimento das suas necessidades nutricionais dentro dos padrões mínimos estabelecidos pelas entidades e organismos ligados a saúde e bem estar humano. No que se refere à pobreza relativa, tem-se uma situação em que o mínimo necessário é garantido para os indivíduos classificados como pobres, porém esses indivíduos não têm acesso a outros bens e serviços consumidos pelos demais membros da sociedade. (ROCHA, 2005).

A medição da pobreza pode ser feita por dois ângulos diferentes, sendo um deles o índice de incidência de pobreza e o outro através do índice de insuficiência de renda, também chamado de déficit de renda. O primeiro índice é obtido pelo cálculo do número de habitantes, que se encontram abaixo do nível de pobreza e, por essa razão, recebe inúmeras críticas, visto que não determina o nível de distanciamento dos pobres em relação a essa linha de pobreza. O segundo índice permite que seja calculado o montante de renda para que os pobres possam atender suas demandas e assim livrarem-se da situação em que se encontram abaixo da linha de pobreza. Dessa forma, quanto maior for o número de indivíduos abaixo do

nível de pobreza, maior será o déficit de renda e mais acentuada será a desigualdade social entre os indivíduos da mesma sociedade. (ALMEIDA, 2000).

Sabe-se, contudo, que o alto nível de renda não significa melhores índices de desenvolvimento, visto que pode estar mascarada a má distribuição dessa renda, resultando em péssimos índices sociais nos segmentos de educação, saúde e moradia, pois a grande massa de trabalhadores estará sem empregos ou com o nível de renda muito baixo se comparado aos padrões anteriores. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Segundo a visão de Filellini (1994), juntamente com outras variáveis, verdadeiramente, a acumulação de capital é o grande motor para a ocorrência do desenvolvimento econômico, visto que os meios de produção e os conhecimentos, associados às inovações tecnológicas, contribuem para o surgimento de mais empregos, graças à melhor divisão do trabalho e à especialização da mão-de-obra. Dessa forma, faz-se necessário, paralelamente, a ocorrência da otimização dos recursos naturais, a elevação da produtividade do trabalho, juntamente com o aumento da massa de salários e do consumo de bens e serviços. Logicamente nada ocorrerá sem a contrapartida financeira, visto que o investimento necessário estará atrelado à taxa do lucro esperada pelos capitalistas; cabendo à participação do Estado na geração dos investimentos no campo das infra-estruturas e, com maior afinco, no plano social.

Não se deve esquecer que o desenvolvimento capitalista nega suas próprias determinações, levando-se em conta as suas oscilações contraditórias vividas e superadas nas economias dos países ricos ou pobres. Neste sentido, o capital nega a determinação humana do desenvolvimento, transformando-a em simples mão-de-obra; mercadoria esta disponível em abundância nos países ou regiões não

desenvolvidas. Relaciona a mercadoria “matéria prima” com a natureza do desenvolvimento e o lado material da economia com a produção real, transformando em mercadoria o dinheiro, chegando ao absurdo da negação pela negação do modelo capitalista, quando transforma as mercadorias em capital. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Lamentavelmente a ética política nem sempre está ao lado da economia. Neste sentido, o desenvolvimento, diferentemente do crescimento econômico, encontra dificuldades para fazer com que seus objetivos sejam maiores e, de forma ampliada, possibilitando que os resultados econômicos estejam acima da mera multiplicação da riqueza material, permanecendo as disparidades sociais oriundas da concentração da renda e riqueza do país ou região. (SACHS, 2004).

Controverso no tocante a teoria da dependência e, em especial, com relação ao subdesenvolvimento das periferias e o crescimento dos centros desenvolvidos, o economista André Gunder Frank, destaca existir ignorância histórica por parte dos países pobres em imaginar que sua situação atual foi a mesma que de um país desenvolvido no passado. Vale estender essa explicação para as regiões menos desenvolvidas, particularmente, nos países pobres? Sim, pois todas as regiões já foram pobres, porém tiveram a sorte ou foram objetos de interesses maiores, para que a situação de pobreza fosse modificada, quer via ocupação territorial, com a expansão do comércio local ou na forma de centro mais desenvolvido, fazendo sombra para as demais regiões periféricas, que não puderam concorrer com a região mais rica e desenvolvida. Dessa forma, conclui-se que os países ricos já foram pobres, mas não foram subdesenvolvidos, pois não sofriam a ação direta periferizante de outros centros desenvolvidos. André G. Frank argumenta ainda que o subdesenvolvimento resulta de relações históricas, econômicas, sociais, políticas e

religiosas, passadas ou continuadas, existentes entre os países ou regiões satélites subdesenvolvidos com os países metropolitanos ou regiões desenvolvidas. Continua e questiona a existência da visão errônea, que é difundida nos países subdesenvolvidos, quanto a imaginar que o desenvolvimento deverá ter origem ou estímulo gerado pela difusão do capital, instituições e valores das metrópoles capitalistas tanto nacionais como internacionais. Conclui, como afirmativa das raízes do atraso econômico e social, que “*o subdesenvolvimento é produto da ligação subordinada aos centros, da abertura a penetração dos centros*” (BENAYON, 1998, p. 206).

No entender do Banco Mundial, o progresso decorrente do desenvolvimento econômico deveria ser medido pelos resultados positivos relacionados à situação humana e ambiental das nações ou regiões do planeta e não somente por índices intermediários, tal qual o Produto Interno Bruto – PIB ou rendimentos *per capita* das populações. (BANCO MUNDIAL, 2003). Ocorre que faltam sustentações para o emprego de dados estatísticos que possam garantir tais medições com amplitude internacional. (THOMAS, et al. 2002). Esses problemas se apresentam, em grande escala, nos países ou regiões menos desenvolvidas, cujos dados sociais e econômicos são dificilmente auferidos, quer pela ausência da coleta ou, simplesmente, pela inexistência da preocupação com o resultado social promovido pelo não registro civil das pessoas ou da clandestinidade das suas atividades econômicas. O Vale do Ribeira se encaixa perfeitamente nessas condições negativas e desassociativas do processo de levantamento, da quantificação e da tabulação dos dados para uma análise mais depurada, que permita resultar em benefícios para a região, principalmente para os habitantes das áreas rurais dos municípios envolvidos.

Segundo Backer e Wittmann (2003), pode-se conceituar o desenvolvimento econômico por muito mais que a idéia de crescimento econômico, visto que alguns critérios podem ser aplicados ao tratamento do conceito em questão, tais como: eficiência produtiva, satisfação das necessidades humanas, atendimento dos objetivos da sociedade, resultando na alocação ótima dos recursos escassos da economia. Por outro lado o desenvolvimento passa a ser qualitativo, para o aumento da produção, melhoria na distribuição da renda e, sobretudo, pela maior qualidade de vida; resultando na redução ou eliminação da pobreza, das desigualdades sociais e minimizando o desemprego.

Segundo a *World Commission of Environment and Development – WCED*, “desenvolvimento sustentado é o desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem o comprometimento da capacidade das futuras gerações em suprir suas próprias necessidades”. Por sua vez, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO*, define desenvolvimento sustentável como “o gerenciamento e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional na maneira como assegurar a presente e contínua satisfação das necessidades humanas para o presente e as futuras gerações”. (TIAGO, 2002, p. 63).

O progresso tecnológico passa a ser o grande responsável pelo crescimento econômico dos países e das regiões quando analisadas de forma microeconômica. Cabe ressaltar que o crescimento e desenvolvimento sustentável necessitam de uma massa crítica para deslanchar e produzir resultados, ou seja, há necessidade da existência de novas idéias e de volumes elevados de investimentos. (JONES, 2000).

O desenvolvimento sustentável deve estar calcado em cinco pilares, descritos a seguir, de modo a permitir um maior leque de opções e complementaridades com a finalidade de encontrar o bem estar maior. Inicia-se pelo social, como o mais importante, por estar tratando de interesses da humanidade, em um momento mundial que tais interesses não são respeitados por todos. Complementa-se pelo ambiental, com perspectivas futuras no tocante a preservação das vidas e espécies e ainda como forma de alocar de maneira segura e limpa os resíduos produzidos pela sociedade moderna. A descrição dos cinco pilares continua no aspecto territorial, como medida de segurança na distribuição dos recursos, pessoal, atividades e, sobretudo, no que toca a questão da ocupação espacial. Faz-se necessário um reforço no econômico, também com grande importância, considerando-se que um mal resultado nessa área implica em resultados negativos ou devastadores em outros seguimentos da humanidade. Finaliza-se no campo político, inserido no contexto de liberdade individual e democrática para um convívio salutar entre as várias camadas que compõem a sociedade. (SACHS, 2004).

O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988 atribui ao poder público a obrigação de defender e preservar o meio ambiente, caracterizando-se assim como um princípio norteador da política ambiental do país e, ao mesmo tempo, como uma norma jurídica para a ocorrência do desenvolvimento sustentável, porém, segundo o professor Dr. Luiz A. David Araújo, a questão econômica, embora delimitada e prescrita no artigo 170 da Carta Magna, foge ao controle dos governantes e, para tanto, existem outras normas jurídicas com cunho punitivo para atenuar o princípio do processo poluidor-pagador praticado pelos agentes econômicos, atribuindo assim a responsabilidade civil em matéria ambiental para as

pessoas físicas ou jurídicas que provocarem danos ao meio ambiente e que comprometam o bem estar das gerações futuras. (CARMO, 2003).

Para o economista chileno Sergio Boisier, define-se desenvolvimento econômico regional como “*um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela*“. (BECKER e WITTMANN, 2003: p. 146).

1.3. Descrição dos cenários componentes do crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Os conceitos de espaços econômicos foram criados por François Perroux, que mesmo entendendo não haver sistemas de relação entre os conceitos matemáticos e econômicos, procurou estabelecer três diferentes conceitos de espaços econômicos nos quais são observados os conteúdos de um plano, a presença de forças de atração ou repulsa e os cenários homogêneos ou equilibrados, que contemplam o atendimento das necessidades humanas ilimitadas, onde ocorrem relações de natureza econômica e social para o arranjo ideal dos fatores de produção escassos. (PERROUX, 1977). O espaço de planejamento está relacionado ao ato de escolher, estudar uma determinada área e estabelecer planos para a melhoria da região escolhida. Essa região também pode ser denominada região problema, cabendo tanto a iniciativa privada quanto ao setor público a função de planejamento, visando que as decisões econômicas produzam resultados positivos nos campos sociais, econômicos e políticos.

Ainda segundo Perroux (1977), no espaço polarizado ou nodal em que o campo de forças é exercido como atrativo (centrípetas) ou repulsivos (centrífugas) pelas organizações populacionais ou produtivas, ocorre a hierarquização das atividades e funções exercidas pelas áreas circunvizinhas ao pólo ou nódulo central.

A descrição acima é formada pela ocupação territorial e suas forças, apresentando características econômicas, sociais e políticas menores e diferenciadas que às existentes na região nodal. O espaço homogêneo está relacionado à igualdade ou semelhanças nos padrões de produção, renda, preço e outras afinidades, com espaços invariantes, específicos e uniformes, identificados por levantamentos estatísticos. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

Os conceitos desenvolvidos por François Perroux e Jacques R. Boudeville influenciaram, a partir da década de 1950, o planejamento regional brasileiro, tais como a formação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA em 1953, mais tarde substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e, recentemente, com a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA. Idem para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 1959, extinta em 2001, quando foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e, entre as outras regiões de menores portes criadas por lei nos vários estados brasileiros. (BERCOVICI, 2003). Pode-se também incluir, nesse rol de empresas públicas desenvolvimentistas, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Sul Paulista – SUDELPA, criada nos anos 1970 e incorporada pela Secretaria de Ciências e Tecnologia na década de 1980, que, juntamente com os demais organismos citados acima, visava à implementação e execução dos programas de desenvolvimento regional nos municípios do Vale do Ribeira.

Os modelos de crescimento estáticos ou resultantes dos circuitos estacionários, descritos nas teorias econômicas tradicionais, nem sempre se adequam à realidade econômica, visto que decorrem das mudanças no cenário econômico com a entrada e saída dos mais diversos agentes econômicos com os mais diferentes interesses, fazendo-se com que o momento anterior seja diferente do momento atual e do futuro. Neste sentido, o modelo de desenvolvimento econômico polarizado estará em desequilíbrio estacionário, visto que o crescimento populacional é diferente do crescimento da produção agregada, do consumo agregado, do investimento e das propensões a consumir e poupar. (KON, 1999).

Dessa forma, poderá ocorrer com maior velocidade e destaque o sucesso de uma ou mais empresas, e, em momentos diferentes, esses agentes econômicos poderão ocupar maior espaço na economia, destacando-se como indústrias motrizes, que passam a influenciar o comportamento de produção de outras indústrias chamadas de “movidas”. Esse entrosamento acaba compondo um complexo industrial, estabelecendo-se uma forte inter-relação dos agentes envolvidos, levando-se em conta tratar-se de empresas oligopolistas, exercendo efeitos de dependências por parte das empresas fornecedoras e empresas distribuidoras, no sentido da sua manutenção de competitividade nos mercados internos ou externos. (KON, 1999).

A Teoria dos Lugares Centrais desenvolvida, na década de 1930, por Walter Christaller, demonstrou a existência de uma hierarquia dos lugares de acordo com uma rede de interdependência. Essa teoria considera que alguns bens e serviços serão ofertados apenas em determinados centros urbanos, visto que as distâncias econômicas, decorrentes dos custos de transportes, fretes, seguros, embalagem, armazenamento e tempo de locomoção passam a ser variáveis fundamentais para a

ocorrência de demanda e oferta desses bens ou serviços em regiões ou lugares não centrais também chamados de região complementar. Assim, pode-se afirmar que quanto maior for a centralidade de determinado produto, maior será a sua área de mercado. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

Cabe destacar que as áreas providas de recursos naturais ou com localização privilegiada, em razão das saídas para a exportação ou com maior acessibilidade aos mercados internos, terão maiores vantagens comparativas sobre as demais regiões do país para o amadurecimento do processo de industrialização. Considerando-se que um processo não ocorre sem que o outro já tenha ocorrido, dessa forma, não haverá industrialização sem que tenha havido a interação dessas indústrias com outros elementos técnicos e econômicos internos ou externos ao processo. Essa vinculação, de certa maneira, acabará proporcionando as integrações regionais, levando aos cenários favoráveis de aumento e fortalecimento da renda e do consumo, desencadeando na expansão comercial e na aceleração do processo ocupacional da região, promovendo de forma automática, o crescimento e desenvolvimento econômico buscado pelas regiões pobres. (KON, 1999).

O Modelo de Von Thünen refere-se ao estudo da distribuição e localização das atividades agrícolas, muito embora seja aplicado por outros economistas para a localização industrial, levando em conta algumas variáveis específicas tais como: o custo de produção, o custo de transporte por unidade do produto e a distância do centro consumidor. Considera que o preço é fixo e as regiões agrícolas são homogêneas e isótopas e que o rendimento do produtor agrícola é uma função da distância em que se encontra a sua unidade de produção, fazendo com que surjam os chamados anéis de Von Thünen em torno de um eixo representativo da renda a ser obtida. O modelo demonstra que as culturas mais próximas ao centro

consumidor apresentarão maior lucros por unidade de terra utilizada se comparadas com as culturas mais distantes e cujo custo do transporte seja maior e redutor da margem de lucro do produtor agrícola. Essa situação acabará provocando modificações quando da ocorrência da queda de produtividade das áreas mais próximas ou a sua destinação a outro tipo de atividade econômica, alterando-se o raio do anel com a instalação de novas unidades de produção mais distantes ainda que as anteriores. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

O Modelo de Alfred Weber é mais específico para o estudo da localização do setor industrial e também conhecido como o mais representativo da Teoria da Localização de Mínimo Custo, que leva em conta os fatores locacionais que podem beneficiar ou prejudicar a instalação de indústrias em determinadas regiões. Dentre os fatores de produção regionais são identificados os custos atribuídos ao transporte e a mão-de-obra, comparando-os com os custos de outras regiões. Leva-se em conta também os fatores catalisadores e desagregadores, capazes de concentrar ou dispersar as indústrias em determinadas regiões, considerando-se o custo do transporte ou distribuição dos insumos ou produtos finais, com maior peso para as matérias primas localizadas, ou seja, encontradas apenas em determinados locais. A análise de Alfred Weber é ampliada a ponto de identificar e instituir uma relação entre o peso da matéria prima local e o produto final ou o peso total do produto a ser transportado sobre o peso do produto, visto que dependendo do resultado tem-se a sinalização de perda na fabricação ou no transporte, responsáveis pela diminuição da margem do lucro. Assim, fica claro, que os fatores relativos ao transporte e mão-de-obra explicam a escolha locacional inter regional e correspondem à economia de custos e, ao mesmo tempo, os fatores aglomerativos ou desaglomerativos explicam a escolha locacional intra-regional e representam a redução de tais custos, podendo

gerar uma maior ou menor concentração de indústrias em uma região. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

Devem ser definidas para atendimento das condições impostas no projeto de viabilidade econômica, de forma clara e precisa, todas as etapas da localização mais ampla da planta industrial, denominadas por macrolocalização e das condições físicas do terreno, diante das melhorias públicas e de disponibilidade da infra-estrutura, chamadas de microlocalização. Tais condições visam adequar as definições do projeto de viabilidade econômica e os interesses públicos e privados, da melhor maneira, para a implantação ou expansão do segmento industrial nos parâmetros técnicos e econômicos, para a maior rentabilidade e lucratividade das empresas com os menores custos possíveis, que não afetem o poder de competitividade dos produtos ofertados. (KON, 1999).

Contrapondo-se aos modelos de Von Thünen e Alfred Weber, o Modelo de August Lösch critica os modelos anteriores por sua inutilidade quanto às explicações locacionais apresentadas, pois, no seu entender, a contribuição dos economistas tem que ser maior e não estar preocupada com o menor custos e sim com o maior lucro possível. Neste sentido, Lösch introduz a demanda na sua análise as variações espaciais, bem como estabelece que os produtores têm em seus preços finais o custo dos transportes embutido, diferentemente do que determina Alfred Weber em sua teoria. August Lösch trabalhou com o preço colocado na fábrica e pode verificar a existência do chamado cone de demanda, visto que a princípio ele não considerou a presença de concorrentes e mesmo que o fizesse os concorrentes deveriam ter as mesmas estruturas de custos e para maximizar seus lucros. Neste cenário, os produtores estariam dispostos em centros de hexágonos regulares de igual tamanho, que representariam os seus respectivos mercados, fazendo com que as

produções não se dispersem em razão do ganho de escala de algumas unidades perante às demais empresas industriais instaladas na região, fazendo com que a concentração seja impedida pelo encarecimento dos custos dos transportes. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

O modelo de localização industrial desenvolvido por Walter Isard é um complemento ao modelo de Alfred Weber, com ênfase ao chamado insumo de transporte, entendido como o esforço necessário para transportar uma unidade de peso ou volume por unidade de distância. O preço do insumo de transporte é a tarifa, que depende da estrutura de concorrência e de fatores conjunturais, já o insumo de transporte depende do padrão tecnológico e da eficiência dos meios de transporte. Dessa forma, a escolha da empresa quanto à proximidade da matéria-prima ou do mercado consumidor ou ainda em um ponto ótimo, deverão levar em consideração os resultados decorrentes da perda de peso no processamento e transporte da matéria prima ou o ganho de peso no processamento e transporte do produto final. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

A redução de custos se dará em razão das flexibilizações das legislações trabalhistas ou pelo acentuado grau de produtividade e competitividade do produto ou pelo comprometimento local e regional entre os empresários e populações com fortes raízes regionais na defesa dos interesses de todos os envolvidos e beneficiados. (BARQUERO, 2001).

Para tanto, visando atender os interesses das regiões, deverá existir a intervenção dos órgãos públicos, possibilitando que a ocupação territorial e instalação do segmento industrial tenha acentuadamente um caráter social. Essa intervenção visa estimular o crescimento e desenvolvimento regional com fortes políticas de geração de emprego e renda, mesmo que tenham que ocorrer subsídios

ou incentivos fiscais dos governos no âmbito municipal, estadual e federal, para atender a demanda e interesses das partes envolvidas, porém com o devido respeito às legislações ambientais, visando à preservação e conservação dos ecossistemas existentes. (KON, 1999).

Faz-se necessário estabelecer, como critério mínimo à ocorrência do desenvolvimento regional, a presença de renda e produtividade, resultantes do crescimento econômico. Acrescenta-se ainda a autonomia regional de decisões, visto que cada região apresenta características próprias, exigindo políticas econômicas específicas, visando capacitar a região para a absorção do excedente econômico gerado no local, revertendo-o para a própria região, visando, no longo prazo, ter sustentabilidade com a ampliação da sua base econômica. (BECKER e WITTMANN, 2003).

A dinâmica das transformações regionais se dá, segundo Suarez-Villa, em seis etapas, sendo que as fases um e dois surgem da ocupação populacional e pela instalação das indústrias de forma lenta, mas em números crescentes, porém focados no consumo local, fortalecendo-se o comércio intra e inter regional, com a geração de empregos e renda para grande parte das populações locais e servidas pelas novas oportunidades de trabalho. Já nas fases três e quatro a interação dos centros metropolitanos e o complexo industrial são acentuados, desenvolvendo o setor terciário ou de serviços, destacando-se maiores ofertas de empregos por parte do setor manufatureiro, atingindo a etapa de maturidade e de rendimentos decrescentes, exigindo-se ampliação das áreas de atuação com a ocupação de maiores mercados tanto nacionais como estrangeiros. As duas últimas fases demonstram a estabilidade do processo de ocupação populacional, seguida do declínio ou esvaziamento das metrópoles, com uma forte redução da oferta de

emprego nas indústrias, se comparados com o setor de serviços, exigindo implementações tecnológicas para a garantia dos processos de produção e competitividade internacional dos complexos industriais. (KON, 1999).

Na Teoria da Base de Exportação estuda-se o comportamento dos agregados econômicos, mais especificamente as despesas agregadas do consumo e das importações perante o poder agregador da renda da região, mantidas as demais variáveis autônomas, diante dos volumes quantitativos de moedas e mercadorias para compensar os gastos com as importações dos países ou regiões menos favorecidos ou com poucas vantagens comparativas. Explica-se a "injeção" de renda quando ocorrem despesas de consumo na própria região, provocando o crescimento regional através da expansão do comércio e oportunidades econômicas e sociais locais e "vazamento" quando parte dessa renda é destinada ao consumo de produtos de outras regiões ou países. Demonstra-se assim que, somente fatores externos, na sua grande maioria decorrente de inovações tecnológicas ou com menores custos de produção se comparados com os regionais, poderão modificar os padrões estruturais das regiões não desenvolvidas, submetendo-as cada vez mais a um grau maior de dependência externa e empobrecimento interno da região. (KON, 1999).

No caso da Teoria da Base Econômica, o estudo está voltado às atividades básicas e não básicas, sendo que as básicas estão voltadas às exportações e as não básicas ao consumo e investimento intra-regional, fazendo com que, no curto prazo, possa-se entender que essa região ficará cada vez mais vulnerável ao setor externo, com diminuição acentuada da importância do mercado interno.

As teorias descritas acima, exceto a de Von Thünen, ainda não estão suficientemente presentes em todo o Vale do Ribeira. A ocupação das terras, a partir

dos anos de 1960, quando da construção da Rodovia Regis Bittencourt, interligando as cidades de São Paulo (SP) e de Curitiba (PR), acelerou o processo de compra e venda de terras na região sul paulista, graças aos preços baixos se comparados a outras regiões do estado e, sobretudo, pela facilidade de locomoção ao centro econômico do país. O problema se dá a partir do momento que as terras não são utilizadas para a agricultura ou pecuária e sim para a especulação imobiliária ou, simplesmente, para lazer, visto que algumas propriedades eram pequenas para apresentarem resultados econômicos satisfatórios. A teoria de Weber pode ser identificada na industrialização do município de Cajati, onde se encontram grandes jazidas de calcário, possibilitando a fabricação de cimento e produtos afins, além de insumos para a ração animal. Como as empresas ali instaladas são oligopolistas e as características de produção são idênticas, considerando-se que as mineradoras extraem seus produtos não muito distante do ponto central e de controle das fábricas, os custos dos transportes acabam embutidos nos preços finais ou terceirizados e não são levados em consideração pelos produtores, que tem mercados internos e externos garantidos.

Vale destacar que sem a presença de planejamento de longo prazo não ocorrerá o desenvolvimento econômico regional necessário. Caberá ao Estado o papel de coordenador, não apenas das diretrizes e metas, mas, sobretudo, a alocação dos meios necessários para que os objetivos sociais e econômicos sejam alcançados, pois o planejamento além de técnico tem que ter uma dosagem política responsável pela decisão do planejamento, juntamente com a implementação do plano, que se deve apresentar como um instrumento viável de execução dentro dos parâmetros orçamentários e, se possível, com a maior abrangência social. (BERCOVICI, 2003).

1.4. Aspectos conceituais sobre regiões e suas funcionalidades voltadas ao crescimento e desenvolvimento econômico

Antes de comentar ou discutir as disparidades das regiões, faz-se necessário conceituar ou explicar o que venha ser uma região. Trata-se de um termo oriundo do latim – *regio*, utilizado pelos romanos para a definição política e territorial do império e da sua forma de governar – *regere*. (BECKER e WITTMANN, 2003). Complementando a idéia em questão, sabe-se que do final do século XIX até o início dos anos de 1970, segundo os geógrafos, podia-se conceituar uma região como um conjunto de área, com uniformidade interna e com grande diferenciação para os outros conjuntos, e, ao mesmo tempo dividir esse conceito de região em três concepções:

- a) região apoiada em aspectos da natureza ou região natural, identificada como uma área terrestre com características próprias decorrentes da combinação dos fatores climáticos, cobertura vegetal e relevo;
- b) região como paisagem cultural, que se contrapõe à região natural, apresentado como resultante do processo cultural dos seus ocupantes, mediante as transformações impostas à paisagem natural no decorrer dos tempos;
- c) região como criação intelectual, onde são atendidos os propósitos dos pesquisadores ou ocupantes dos espaços naturais e culturais, para a identificação da região por climática, industrial, nodal, musical, entre outras características próprias e formadas ao longo da sua história.

Já a partir dos anos de 1970, passou-se a analisar a região como uma consequência dos processos capitalistas de produção em conjunto com a ocupação e organização espacial das acomodações sociais em busca de trabalho.

A segunda visão, mais sociológica e econômica, identifica a presença do homem na forma de grupo social, com identidade uma própria e, mantidas suas relações culturais, passam a delimitar um espaço geográfico com suas especificidades e demandas. O terceiro conceito trata a região como um meio de interação social, política e econômica dos seus ocupantes. Dessa forma, para se estabelecer uma análise da dinâmica regional, devem-se levar em consideração os aspectos específicos de cada região quanto à formação geomorfológica, ao processo histórico cultural, à estrutura econômica e social, à sua situação político administrativa de cada região, podendo assim conhecer a identidade de cada região. Assim, fica lançada a seguinte pergunta: Por que, dinamicamente, os processos regionais de desenvolvimento não são iguais? Essa resposta pode ser buscada no ambiente político institucional e, simultaneamente, tende a ser apresentada na forma de reação passiva ou abortada, decorrente da falta de organização dos agentes econômicos, sociais e políticos das regiões, que não conseguem romper os seus obstáculos dos interesses locais e socioambientais. (BECKER e WITTMANN, 2003).

A dinâmica própria somente será alcançada quando da existência de participação social crescente, na busca da construção dos interesses comuns à região. Essa construção somente ocorrerá com a promoção dos processos eficazes de desenvolvimento regional, sem os conflitos e contradições praticados nos modelos anteriores de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, provando que o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da prática da democracia, que conduz a um melhor e mais competitivo modelo de organização social. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Quase no final do século XX o termo “capital social” passou a ganhar espaço entre os acadêmicos, organizações não governamentais e junto aos governos

submetidos a maior pressão política e ambiental, por parte das sociedades mais representativas. No caso específico deste trabalho, a Região Administrativa de Registro poderá alcançar um grau maior de desenvolvimento econômico e social, à medida que o seu capital social for cada vez mais forte e detiver mais conhecimento da própria potencialidade da região, contribuindo para o bem estar das populações dessa mesma região. Trata-se da ampliação e melhoria no emprego do termo “capital”, que, nos anos de 1960, permitiu a construção do índice do desenvolvimento humano - IDH e, no início dos anos de 1990, com a preocupação dos governos e entidades não governamentais com o social, passou-se a mencionar “capital social” como definição das relações sociais ampliadas e voltadas ao objetivo final, que seria o desenvolvimento em termo quantitativo e qualitativo e o mais abrangente possível em termo de alcance social, político e econômico. (CORREA, 2003).

As relações deverão ser institucionalizadas na forma de rede sociais, respaldadas por organismos internacionais de defesa dos direitos humanos e do bem estar das populações, independente das suas situações econômicas, das formas culturais e históricas em que se encontram agrupadas socialmente. Desse modo, segundo Correa (2003), com o estabelecimento e aperfeiçoamento do capital social, ficará mais fácil explorar as vantagens existentes em cada região e, de forma mais precisa, buscar resultados positivos e maiores para o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões ou países mais pobres ou atrasados economicamente. Cabe destacar a importância do Estado para a formação do capital social, conforme estudos neo-institucionalistas, em que fica claro o papel dessa instituição como agente coercitivo ou protetor nas relações sociais estabelecidas com a sociedade.

Nas definições mais recentes sobre a relação do Estado com a sociedade, segundo Correa (2003), têm-se três tipos de capital social:

- a) o capital social institucional, em que são estabelecidas estreitas relações entre as várias camadas do governo e a sociedade civil constituída, tendo como objetivo várias ações comuns nas buscas de maiores resultados;
- b) o capital social extracomunitário, que demonstra a existência ampliada das relações da sociedade com outros grupos sociais e econômicos, possibilitando a ocorrência das relações de trocas mercadológicas e de conhecimentos;
- c) o capital social comunitário, que traduz a maneira fácil e simples como os agentes sociais envolvidos no mesmo universo possam estabelecer maiores vínculos de interesses comuns através da confiança e da reciprocidade, com o objetivo de solucionar problemas locais ou regionais comuns e impeditivos ao alcance dos resultados positivos e maiores para todos.

Deve-se ressaltar que, não haverá crescimento e desenvolvimento econômico, sem o interesse e a participação direta dos agentes que compõem o capital social do país, das regiões ou dos municípios envolvidos na busca de novas e melhores situações políticas e econômicas, para promover ou acomodar mudanças sociais de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Vale lembrar que os governos das esferas superiores não podem continuar a executar apenas políticas sociais de cunho imediatista, em detrimento da implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico duradouro e sustentável. O apadrinhamento social por parte do Estado passa a ser um dos fatores impeditivos do crescimento e desenvolvimento econômico regional, limitando o surgimento e a manifestação da sociedade como agente principal e modificadora do processo desenvolvimentista das regiões. (GONÇALVES; BRANDÃO e GALVÃO, 2003).

Uma das molas propulsoras do crescimento e desenvolvimento dá-se quanto da junção do capital social em torno de um objetivo econômico e financeiro comum. O cooperativismo pode ser uma dessas opções de integração e defesa dos interesses econômicos e sociais das regiões.

Várias teorias têm contribuído para o aperfeiçoamento dos estudos da administração e da economia com propósito de promover o cooperativismo como um instrumento de fortalecimento da atividade econômica com a presença de vários integrantes que comungam dos mesmos interesses. A teoria cooperativa, diferentemente da proposta doutrinária, procura atender os interesses individuais dos associados, sem a preocupação de promover transformações sociais. O economista Léon Walras se enquadra nessa linha, embora, mesmo considerado “cooperativista militante”, não desenvolveu teoria específica a respeito do assunto, porém discorreu sobre o tema em diversas publicações no jornal semanal *Le Travail*. A outra linha de estudos conhecida é formada pela teoria cooperativa neoclássica, representada pelos economistas canadenses François Albert Angers e Claude Pichette, que se concentraram no enfoque de sistemas e estruturas das cooperativas e nos instrumentos de microeconomia, respectivamente, para explicarem as relações existentes entre os cooperados e o mercado, rejeitando a teoria tradicional da firma capitalista, demonstrando que as cooperativas e os cooperados, quando associados e com os mesmos objetivos, podem encontram resultados maiores e melhores, que aqueles alcançados individualmente no processo tradicional de comportamento de mercado. Tem-se também a teoria de Münster, desenvolvida por um grupo de professores da Universidade de Münster (Alemanha), que partem do pressuposto que todos os agentes (cooperativa e cooperados) envolvidos no processo têm seus interesses e satisfações individuais

correspondidos, porém mantem-se a salvaguarda dos interesses cooperativistas do grupo, levando-se em conta a racionalidade dos atores que compõem o cooperativismo e as tomadas de decisões frentes as informações disponibilizadas para os elementos do grupo, que comungam objetivos comuns dentro de uma economia competitiva. (PINHO, 2004).

Desde 1530, já havia a presença de pré-cooperativas no Brasil; a partir de 1878, acentuaram-se como cooperativas regulamentadas pela Constituição de 1891, passando a ter um processo de consolidação a partir de 1932, vindo sofrer, no ano de 1964, uma série de reformas, que acabaram promovendo, até o final do ano de 1970, um ciclo de crise no cooperativismo brasileiro. Essas crises financeiras e de administração acabaram fortalecendo as cooperativas agrícolas, visto que os governos militares tinham grandes interesses nos setores de exportação agrícola e pecuário. No período de 1971 a 1987, passou-se a ter a renovação do modelo de cooperativas agrícolas e de créditos, quando da criação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, que visava à congregação de todas as cooperativas em torno de uma entidade maior, representativa dos interesses do Ministério da Agricultura, tanto assim que era repudiada pelos políticos do Partido dos Trabalhadores – PT e pelo Movimento dos Sem Terra – MST, que consideravam essa organização como um dos resquícios da ditadura militar. Entre os anos de 1988 a 1995, o Estado passou a ser proibido de interferir na autogestão do cooperativismo, permitindo assim um enorme crescimento na quantidade de novas cooperativas de crédito e de cooperativas de trabalho. Entre os anos de 1996 e 2002, o cooperativismo brasileiro se internacionalizou, com forte presença nos países do Mercosul e na União Européia, juntamente com o processo de fortalecimento das Confederações de Créditos e a criação de bancos cooperativos

com cunho fortemente social, que passou a ser amparado pelo entusiasmo do cooperativismo praticado pela economia solidária nas regiões mais pobres do país. (PINHO, 2004).

1.5. Os principais modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico

Os teóricos e estudiosos dos paradigmas do crescimento e desenvolvimento econômico não conseguem entrar em consenso a respeito do melhor modelo para este ou aquele país ou região não desenvolvida. Isso ocorre pelo fato dos modelos serem importados e criados para os países já desenvolvidos, longe, portanto, da realidade das economias subdesenvolvidas. Essas econômicas, geralmente apresentam características de desemprego de longo prazo, com baixo volume de capital e tecnologia por trabalhador e com forte ocorrência de equilíbrio e perpetuação do cenário de subdesenvolvimento; obrigando os países ou regiões não desenvolvidas, na maioria das vezes, a se encaixarem nos modelos exportados ou impostos pelos organismos financeiros internacionais ou ainda pelas economias detentoras de grandes volumes de capital financeiro, tecnologia de ponta e mercados altamente consumidores de matérias primas. (MAGALHÃES, 1996).

O quadro 1 retrata as principais idéias, tidas como revolucionárias para as suas épocas, sobre o crescimento e desenvolvimento, e, alguns conceitos dominantes, por parte de escolas ou grupos de economistas, que deram origem as principais estratégias e, ao mesmo tempo, a ocorrência, desde os anos 1950, dos

paradigmas voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Quadro 1 – Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós 1950

Estratégia básica	Período	Principais elementos	Ênfase
Modernização ou Desenvolvimento Tardio	Década de 1950	Industrialização, Substituição das importações, Fomento das exportações e Revolução verde	Setorial, Econômica, Orientada para o crescimento
Dissociação ou Desenvolvimento Endógeno	Década de 1960	Desenvolvimento do mercado interno, self reliance	Política
Equaciamento das necessidades básicas	Década de 1970	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos. Participação	Regional e social
Ajuste estrutural	Década de 1980	Desregulamentação, flexibilidade, equacionamento da dívida, balanço e inflação interna.	Econômica
Desenvolvimento sustentável	Década de 1990	Desenvolvimento sócio – econômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômica.
Governança global	Fim dos anos 1990	Novas formas de regulação global. Conferências mundiais	Global e política

Fonte: BECKER e WITTMANN, 2003 – p. 162

O termo desenvolvimento econômico, a partir dos anos 1950, esteve associado às mais diversas concepções defendidas por inúmeros economistas e suas academias, variando desde o conceito básico de crescimento econômico, à dissociação ou desenvolvimento endógeno, à adequação das necessidades básicas e ajustes estruturais, ao ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, até finalmente, como proposta da ONU, chegar à discussão sobre “governança global”, entre outras. (BECHER e WITTMANN, 2003).

Vale destacar que nenhum país ou região foi objeto de experimentos ou aplicações, ao mesmo tempo, de todas essas teorias e estratégias para o desenvolvimento econômico nos últimos 50 anos, visto que existem antagonismos econômicos, políticos e sociais entre as propostas apresentadas no quadro abaixo.

Na maioria das vezes, os países pobres são utilizados como laboratórios das teorias desenvolvimentistas de determinadas correntes econômicas, que se encontram em evidência e, ao mesmo tempo, destacando-se como representantes dos interesses dos países desenvolvidos e com grande presença decisórias nos organismos internacionais de desenvolvimento econômico.

Os paradigmas do desenvolvimento, conforme descritos, no quadro 1, em um conceito microeconômico, também podem ser transcritos e aplicados em regiões não desenvolvidas, muitas vezes em descompasso com tempo e sucesso da estratégia aplicada em outras regiões ou países e, de forma, retardatária, apresentando resultados satisfatórios, visto que os erros praticados em situações anteriores eram eliminados ou corrigidos a tempo do insucesso. Segundo o economista Dieter Rugard Siedenberg, cabe ressaltar que os países ou regiões não desenvolvidas buscam, à medida da ocorrência de insucessos econômicos, políticos e sociais, alternativas para o crescimento e desenvolvimento. (BECKER e WITTMANN, 2003).

Para tanto, se valem da disponibilidade de recursos domésticos, quando existirem, ou, na maioria, internacionais, para a mudança do paradigma do desenvolvimento almejado pela sua população, observadas e respeitadas, na maioria das vezes, as condições específicas de cada uma dessas regiões ou países não desenvolvidos, dentro dos contextos internacionais em que se encontram ou são tidos pelas economias mais desenvolvidas. Tais insucessos aumentam à medida que governantes, sem compromissos democráticos ou éticos com os seus respectivos países, estados ou municípios, acabam provocando o malogro das suas políticas econômicas e, de forma indireta, ocasionam o retardamento do crescimento econômico das suas nações.

Como as estratégias apontadas acima estão relacionadas com a economia dos países desenvolvidos ou não e o trabalho em questão está diretamente relacionados ao estudo de uma região pouco desenvolvida no Estado de São Paulo, caberá a discussão apenas dos tópicos relacionados ao desenvolvimento endógeno e ao desenvolvimento sustentável. No caso do desenvolvimento endógeno, mesmo que o resultado das ações macros ainda não produza efeitos diretos nas regiões menos desenvolvidas, poderão ter suas políticas aplicadas nas próprias regiões como forma de produzir um crescimento intra e inter regional. No que diz respeito às estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável, ficará mais fácil associá-la a Região do Vale do Ribeira, considerando-se o volume de recursos verdes ali localizados e as legislações impeditivas da instalação de indústrias poluidoras e outros modelos padrões de crescimento e desenvolvimento.

Cabe lembrar que, segundo argumento do professor Edis Milaré, quando Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, a política ambiental promovida pelo estado em conjunto com a sociedade, não deve ser o obstáculo para o crescimento e desenvolvimento regional e, sim, um dos instrumentos e mecanismo facilitador do melhor uso racional dos recursos naturais, mantidos os princípios da preservação consciente do meio ambiente. (CARMO, 2003).

No caso específico do Vale do Ribeira, a argumentação acima não é verdadeira, visto na ótica do padrão de desenvolvimento voltado ao processo de industrialização, tal qual ocorreu em outras regiões do estado e do país, o grande obstáculo para o crescimento e desenvolvimento do Vale do Ribeira está relacionado ao fato da região ainda preservar uma grande parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Nesse sentido, falta à população local, a visão do processo na ótica do meio ambiente, de modo a permitir a exploração racional dos recursos e, ao

mesmo tempo, fazendo desses recursos naturais a grande fonte geradora de renda e emprego para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável para a região.

1.5.1. As estratégias referentes à dissociação ou desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento endógeno teve sua origem na década de 1970, nos países com características políticas voltadas a esquerda ou desejosos de romper com os modelos tradicionais de desenvolvimento, em decorrência dos desequilíbrios gerados pelo processo de reorganização da produção e das transformações marcadas pela globalização, quando começaram a se destacar as propostas de crescimento e desenvolvimento “da base para o topo”. Dentre os países que optaram pelo modelo do desenvolvimento endógeno destacam-se a China, Cuba, Chile, Egito e Peru, na sua maioria com tendência fortemente ditatorial e socialista. (CORREA, 2003). Dessa forma, o desenvolvimento endógeno ou dissociado passa ser a tentativa de alguns países em isolarem-se do processo nocivo da modernização por industrialização, responsáveis por acentuação das desigualdades sociais e econômicas, buscando-se o crescimento do mercado interno com forte subsídio para a produção agrícola.

A partir dos anos 1980, segundo Barquero (2001), o crescimento econômico endógeno, que está vinculado ao processo de industrialização endógena, ganha força no cenário econômico internacional passando a ser um novo paradigma para os governos interessados em fugir dos modelos tradicionais e impostos pelos países mais desenvolvidos. Assim sendo, passou-se a discutir com maior profundidade o

efeito da ação pública sobre as localidades e regiões não desenvolvidas, contrapondo-se ao fracasso ou esgotamento do modelo de desenvolvimento “de fora para dentro” praticado nos anos 1960 e 1970, em detrimento da nova proposição descrita na teoria territorial do desenvolvimento, do desenvolvimento autocentrado e do desenvolvimento “de baixo para cima”.

Nos anos 1990, os estudiosos do modelo de desenvolvimento endógeno conseguem identificar as causas da ocorrência de variações no crescimento das regiões, que mesmo submetidas às mesmas condições econômicas, políticas e sociais ainda apresentavam disparidades nos resultados finais. (CORREA, 2003). Neste sentido a teoria endogenista passou a fornecer parâmetros que permitissem a administração interna das variáveis contidas nos fatores de produção, tais como capital social, capital humano, tecnologia e recursos financeiros, de modo que cada região pudesse extrair o máximo possível das suas vantagens estratégicas e competitivas. Assim sendo, cada região ou território, de forma específica passa a empregar diversos mecanismos associados ao esforço permanente de mobilização ou organização das comunidades locais, urbanas ou rurais, voltados ao crescimento e desenvolvimento interno, mesmo que seja em patamares menores que as médias das outras regiões ou territórios. (CORREA, 2003).

Esse novo modelo de desenvolvimento ainda visa ampliar o atendimento das demandas econômicas, sociais e políticas das populações locais e regionais. Isso ocorre através da iniciativa e participação das comunidades envolvidas e interessadas na melhoria dos processos em questão, mantidas as identidades próprias e fazendo-se uso de estratégias específicas de ação inibidoras de limitações impostas por organizações externas sobre as potencialidades locais ou regionais. (BARQUERO, 2001).

O processo de crescimento dualista, resultante da existência de excedentes oriundos dos setores agrícola e industrial, juntamente como o crescimento endógeno, parte do princípio da alta disponibilidade de mão-de-obra barata. Dessa forma, fica claro que a abundância de mão-de-obra barata e descartável pode ser redirecionada para a reforma agrária, visando à ampliação do mercado interno e, ao mesmo tempo, minimizando o impacto causado pela heterogeneidade das economias periféricas.

O fato das economias não desenvolvidas serem obrigadas a atuarem em vários campos, ao mesmo tempo, acaba não produzindo os resultados necessários para a erradicação da pobreza, dentro de um universo de projetos não acabados, empregando de forma errada os parcos recursos financeiros, levando o país ou região ao grau maior de endividamento ou de fracasso econômico e social. (SACHS, 2004).

Demonstra-se assim não existir apenas um caminho para que a industrialização seja alcançada, quer seja via atividades artesanais e comerciais melhoradas ou, com maior freqüência, decorrentes das forças dinamizadoras do processo de crescimento e das mudanças estruturais das economias locais ou regionais, graças à acumulação de capital e introdução de tecnologias. (BARQUERO, 2001).

A geração de novos empregos, dentro de um cenário com a inflação controlada, poderá promover o crescimento econômico necessário, caso as importações sejam mínimas e a elasticidade da oferta de bens de salários seja produzida internamente pelo fortalecimento do mercado interno. (SACHS, 2004).

Diferentemente das idéias defendidas pela teoria dos neoclássicos, a Teoria do Crescimento Endógeno, acepção freqüentemente assumida pelo conceito de

desenvolvimento, explica o crescimento econômico de longo prazo. Essa teoria se baseia na afirmativa de que o conhecimento tecnológico é tido como um bem público puro, já que as empresas podem aumentar seus estoques agregados de conhecimento, obtendo retornos marginais maiores diante do capital empregado para pesquisas & tecnologia. O conceito de desenvolvimento endógeno resulta da adequação das externalidades positivas nos sistemas produtivos das localidades não desenvolvidas. Permite, como complemento, o surgimento de rendimentos crescentes e da acumulação de capital resultante da atratividade de recursos da economia tradicional, propiciando excedentes oriundos dos processos produtivos, decorrentes da utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, em virtude da participação atuante dos agentes econômicos das localidades ou regiões não desenvolvidas. (BARQUERO, 2001).

Essa nova visão passou a ser utilizada no sentido positivo, considerando-se que cada região tem suas potencialidades próprias e, quando bem trabalhadas, podem produzir resultados satisfatórios e voltados ao bem-estar da grande maioria. Paralelamente, o capital social passou a ter uma maior importância na composição das variáveis econômicas, políticas e sociais do processo de desenvolvimento endógeno, pois traduz o interesse e o esforço das populações. Em complemento à prática democrática, o capital social é estabelecido por relações sociais institucionalizadas, traduzidas em normas, regras e redes sociais, resultantes das práticas culturais vivenciadas historicamente por grupos, comunidades e classes sociais com objetivos próprios e únicos. Essa vontade grupal de modificação ou preservação do meio em que se vive, visando o melhor para a maioria, pode ser traduzida como a forma de alocação das forças para o crescimento local ou regional,

validada pelo conhecimento das suas habilidades e potencialidades. (CORREA, 2003).

Na busca da melhor gestão estratégica dos municípios para que sejam alcançados os interesses maiores de crescimento e desenvolvimento sustentável, os governantes locais devem levar em consideração a participação direta como instrumento que possa garantir a governabilidade dos municípios, considerando-se a existência de diversidade cultural, religiosa, étnica, econômica, social e política de cada município. (VERGARA e CORREA, 2004).

Continuando a idéia acima, vale frisar que a participação direta dos agentes econômicos, sociais e políticos é um dos ingredientes fundamentais para o sucesso do desenvolvimento endógeno, visto que, dá sustentabilidade ao processo, sobretudo nas regiões mais atrasadas do país, pois se faz necessário quebrar os resquícios dos modelos burocráticos e autoritários praticados por alguns governantes e suas equipes. Nesse sentido, quanto maior o nível de clareza das propostas e dos resultados, maiores serão as chances da reeleição ou continuidade dos grupos políticos no poder municipal ou até mesmo alçar vôo maior para outras candidaturas na vida pública.

No que tange ao perfil descrito acima, o Vale do Ribeira se encaixa perfeitamente, quer pelo seu elevado grau de subdesenvolvimento ou ainda pela forma com que a sociedade local se relaciona, mantidos os interesses familiares e de “compadres” trazidos do período colonial católico e estacionado no momento atual. Faltam, porém, lideranças capazes de aglutinar um número elevado de pessoas ou grupos, com os mesmos interesses para a modificação do quadro social e econômico da região. Também existem resquícios políticos e sociais rígidos, oriundos da presença dos militares quando do combate à guerrilha no Vale Ribeira

nos anos 1970, refletidos no posicionamento político ideológico de extrema direita apresentado pela maioria da população ribeirinha, principalmente os mais velhos e menos informados educacionalmente.

1.5.2. As estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável

O princípio básico da economia que define que os recursos são limitados e as necessidades ilimitadas não é praticado corretamente pelas sociedades, no tocante aos recursos escassos, quando se trata da busca do atendimento das suas necessidades. Este fato levou as economias modernas a se preocuparem com os resultados críticos de destruição do meio ambiente, comprometendo todos os habitantes do planeta terra, fazendo-se necessários maiores volumes de recursos destinados aos investimentos voltados à educação ambiental, como forma direta e única de manter os recursos naturais existentes para as gerações futuras.

O quadro 2 apresenta os principais conceitos sobre a composição dos sistemas ambientais que, ao mesmo tempo, serão utilizados no decorrer deste trabalho, principalmente quando mencionados os aspectos voltados ao desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente do Vale do Ribeira. Os conceitos descritos abaixo fazem parte dos vocabulários cotidianos dos pesquisadores, preservacionistas, entidades não governamentais e, de alguma forma, dos organismos ligados aos governos dos países desenvolvidos ou não desenvolvidos, movidos pela pressão da ONU e dos tratados internacionais voltados à preservação do meio ambiente e, principalmente, de um mundo melhor para as gerações futuras.

Quadro 2 – Conceitos básicos relacionados aos sistemas ambientais

Natureza	Todos os seres que constituem o universo, força ativa que estabeleceu e conserva a ordem natural de tudo quanto existe.
Biosfera ou ecosfera	O maior sistema biológico e que mais se aproxima da auto-suficiência. Inclui todos os organismos vivos da Terra que interagem entre si e com o ambiente físico de manter um equilíbrio auto-ajustável.
Meio ambiente	Conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade finitos.
Ecossistema	Conjunto do ambiente físico e de todos os organismos numa determinada área, junto com a teia de inter-relações desses organismos com aquele ambiente físico e entre si.

Fonte: CAMARGO, 2003: p.21.

Para melhor aplicação desses conceitos, os estudiosos dos assuntos ligados ao meio ambiente procuram a relação mais eficaz entre os agentes envolvidos nos sistemas ambientais, no tocante ao bem estar das gerações futuras. No caso deste trabalho, a idéia é utilizar corretamente tais conceitos, visando adequar as propostas com os objetivos de mostrar as condições de sustentabilidade do Vale do Ribeira, muito embora sejam respeitados os pontos de vistas e colocações dos autores que abordam assuntos pertinentes aos temas.

Visando o alcance do desenvolvimento sustentável, devem-se ser considerado, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade. A primeira dimensão está relacionada à questão econômica, situação em que deve levada em consideração a melhor forma de alocação e de gestão sobre os fatores de produção e dos investimentos dos setores públicos e privados. A dimensão social deve destacar a melhor convivência com um processo alternativo de crescimento econômico para o alcance e orientação da ocorrência do desenvolvimento ótimo para a sociedade. As dimensões culturais e espaciais são as outras características

da sustentabilidade, em que são respeitadas as especificidades dos elementos componentes dos ecossistemas, das culturas e dos lugares onde podem ocorrer as interações equilibradas desses integrantes, quer seja nos cenários urbanos ou rurais, com uma adequada distribuição dos elementos humanos e suas atividades econômicas. A quinta dimensão estudada é a questão ecológica, em que são intensificados os usos potenciais disponibilizados pelos diversos ecossistemas, sem a ocorrência de danos que prejudiquem ou aniquilem os recursos naturais envolvidos, tanto nas áreas rurais como urbanas, fazendo com que os elementos humanos envolvidos sejam os agentes responsáveis pelo cumprimento das regras estabelecidas pelas sociedades no presente momento para assegurar tais recursos para o futuro. (CAMARGO, 2003).

A primeira entidade internacional a discutir a questão do desenvolvimento sustentável foi a *World Conservation Union*, conhecida também como *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN*, quando defendeu, juntamente com o Relatório *Brundtland*, a integridade ambiental, com a presença pacífica do elemento humano, na busca do equilíbrio entre os setores econômico, social e ambiental. (BELLEN, 2005).

O desenvolvimento sustentável, também originário dos desequilíbrios regionais e da reorganização dos setores produtivos, promovidos pela globalização, foca suas discussões na relação estremecida entre os homens e a natureza. (CORREA, 2003).

O conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável dificilmente será alcançado, caso sejam sobrepostos os interesses comerciais sobre a lógica das necessidades humanas, visto que o elemento humano quer cada vez consumir e acumular mais e mais, independentemente da finitude dos recursos naturais ou dos

danos provocados na natureza pelo elevado grau de intervenção humana, visto que a maior dificuldade para as regiões não desenvolvidas a sustentabilidade intrageracional, pois a busca de alternativas para solucionar a questão da pobreza ou das disparidades sociais, implica no uso indevido do meio ambiente. (MARQUES, SKORUPA e FERRAZ, 2003).

Na área acadêmica acentuam-se os debates sobre a economia do meio ambiente, contrapondo-se à corrente clássica defensora da chamada economia ambiental, que tinha uma visão da infinitude dos recursos naturais e, mais adiante, também conhecida como sustentabilidade fraca, tanto que seus modelos teóricos não tinham a representação dos recursos naturais. Por outro lado, os economistas ecológicos, defendem a economia do meio ambiente como parte integrante de um sistema maior, possuidor de fortes restrições à sua expansão, na qual os recursos naturais são complementos dos demais fatores de produção, dando características conceituais de uma sustentabilidade forte, desde que, em longo prazo, ocorra a estabilização do consumo e, sobretudo, a minimização do desperdício dos recursos naturais tidos como escassos ou em estágio de escassez. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

Segundo o economista Ademar Ribeiro Romeiro, descrito em Sachs (2004), no início da década de 1970, surgiu o termo ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, no qual são estabelecidos questionamentos e limites sobre o modelo e tamanho do crescimento econômico perante a necessidade de preservação do meio ambiente. Neste sentido, Penteado (2003) explica a diferença existente entre os fluxos circular mecanicista da renda e da produção e o fluxo circular ecoeconômico da renda e da produção, sendo que, no primeiro caso, tem-se uma abstração teórica, que não leva em conta a degradação ambiental e a

impossibilidade da reposição dos estoques naturais, enquanto que, ao contrário, no segundo caso, tem-se uma relação harmoniosa entre os processos econômicos e a natureza, visto que não ocorrem a exaustão ou a destruição total dos estoques de recursos naturais, considerando-se a renovação do ciclo natural, decorrente do reaproveitamento dos resíduos e outras formas de descartes, visando o bem estar do homem e da natureza.

A grande questão para humanidade reside no fato das teorias econômicas, sobretudo a Teoria do Valor de Uso e a Teoria Neoclássica, não poderem atribuir um valor devido ao meio ambiente, visto que somente o meio ambiente construído tem valor ou as forças do mercado estabelecidas pela demanda e oferta podiam, respectivamente, determinar o valor do meio ambiente. Diante dessa indefinição quanto aos valores a serem atribuídos ao meio ambiente, outros conceitos foram estabelecidos para a valoração econômica dos recursos ambientais. Entre esses conceitos destacam-se: a disposição para pagar e a disposição para aceitar, com a finalidade da redução dos benefícios e das perdas ambientais de forma comparável e administrável pela relação custo/benefício e do custo oportunidade pela escolha da multiplicidade de uso para os recursos ambientais, objetivando, a princípio, os retornos sociais, eliminando-se os níveis de risco e de incerteza para que a interação entre os sistemas natural e social seja mantida ao longo do tempo. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

Na discussão sobre a Valoração Econômica Ambiental, o economista Ramon Arigoni Ortiz, escreve a respeito de Harold Hotelling, economista americano, que em 1949, apresentou as primeiras propostas, sobre o estabelecimento da relação entre os custos incorridos em viagem de lazer pelos visitantes dos parques nacionais americanos, que poderiam ser utilizadas no emprego de uma metodologia para a

apuração da medida de valor do meio ambiente. Nessa hipótese, quanto mais bem preservado for o meio ambiente, maior será o número dos interessados em conhecer tais recursos e, consequentemente, possibilitando um volume ainda mais crescente de recursos monetários, que serão repassados para a região detentora de tais recursos naturais, desde que sejam mantidos e preservados, estabelecendo-se os limites máximos de sua utilização. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

Sabe-se que os custos ambientais são irreparáveis e promovem modificações diretas ou indiretas na saúde, segurança e bem estar das populações presentes e futuras, bem como, interferem nas atividades sociais e econômicas, sem contar os resultados estéticos e sanitários do próprio meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais restantes, ficando dessa forma difícil de se avaliar especificamente os benefícios em relação aos custos sociais. Para os economistas André Pereira e Peter May, diante das incertezas e descasos com relação à mudança climática e decorrente do aquecimento global, desde a I Revolução Industrial aos dias de hoje, procura-se estabelecer regras internacionais, para que o efeito estufa provocado por diversos gases não prejudiquem ainda mais as civilizações modernas. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

Somente a partir de 1992 com a aprovação, nas Organizações das Nações Unidas – ONU, do texto sobre a mudança do clima, passou-se a ter discussões quanto aos acertos finais e responsabilidades para os maiores poluidores mundiais, que passaram a ser pressionados por todos os demais países poluidores ou não e, durante a Convenção de Quioto no Japão, ficaram estabelecidas as políticas e medidas impeditivas do crescimento do volume de poluição atmosférica no cenário internacional. O Protocolo de Quioto, como ficou conhecido internacionalmente, dentre os vários mecanismos de flexibilidade, passou a permitir que, parte do

abatimento do efeito danoso dos gases, possa ser realizada em outros países, desde que transferidos recursos monetários e tecnológicos para esses países. Evidentemente esse novo processo de investimento torna-se mais barato que o volume de recursos aplicado em território de origem da poluição, permitindo o ganho de receitas para os países ou regiões menos desenvolvidas, porém com fontes de recursos naturais preservados ou cabíveis de preservação em troca do chamado seqüestro de carbono. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

Na visão dos economistas José E. Veiga e Eduardo Ehlers, citados em May, Lustosa e Vinha (2003), outros aspectos relacionados aos impactos econômicos decorrentes da perda da biodiversidade também devem ser considerados. Neste sentido, desde 1980 o biólogo americano Edward O. Wilson, passou a empregar o termo biodiversidade com o objetivo de chamar a atenção da humanidade sobre os riscos, que foram impostos pela destruição dos ecossistemas do planeta, por parte dos homens, muitas vezes sem qualquer noção de perigo ou má fé.

Considera-se que os impactos econômicos decorrentes dessa perda teriam custos elevadíssimos e irreparáveis, visto que os progressos tecnológicos não estabelecem restrições aos modelos consumista e depredatório, especialmente, no tocante a ocupação espacial dos grandes centros populacionais, que passam a exigir cada vez maiores volumes de alimentos de várias origens, sem as devidas reposições dos recursos extraídos. Neste sentido, surge um novo padrão de consumidor, exigente e preservador do meio ambiente, possibilitando a disponibilidade dos chamados selos verdes de qualidade e origem dos alimentos, criando novas formas e dimensões de comércios, tanto domésticos quanto internacional, integrando o meio ambiente com o mercado, com grande possibilidade

de rendimentos às regiões não desenvolvidas e detentoras de recursos naturais preservados. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

A Agenda 21 como é chamado o programa aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, durante a reunião de inúmeros Governos e chefes de Estado na Conferência Rio 92 ou Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, foi a forma direta que a ONU utilizou para tentar frear a degradação do meio ambiente no mundo. Cabe aos governos e entidades não governamentais a responsabilidade para a aplicação e fiscalização das normas da Agenda 21, muito embora se faça necessário a decodificação dessa agenda para algo mais específico e voltado às realidades locais de cada país ou região. Porém, deverá ser mantido o objeto principal da Agenda 21 que é a preservação do meio ambiente do planeta Terra, considerando que o agente principal desse cenário – o homem – é por natureza o grande destruidor, quer por proteção a si e seu grupo ou por interesses econômicos. (SORRETINO et al., 1995).

Vale destacar que entre os quatro princípios contidos na Declaração de Dublin, em janeiro de 1992, quanto ao uso da água visando atender o desenvolvimento sustentável do planeta, um deles foi por muito tempo deixado de lado, pois pelo fato de não se ter levado em consideração o valor econômico atribuído à água doce, fez-se com que ocorresse um grande desperdício desse líquido, que é escasso, finito e vulnerável e poder abalar o equilíbrio mundial. (VERGARA e CORREA, 2004).

Para a economista Marilene Ramos M. Santos, a questão da água deve ser considerada como uma das mais graves pendências no mundo atual, visto que as populações estão crescendo acentuadamente nos países pobres. Por outro lado, na busca de maior produtividade, nos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, a

água é utilizada, de forma desordenada ou irracional, para a irrigação de grandes áreas agrícolas, ou simplesmente desperdiçada, nos grandes centros urbanos, quer pelo mau uso ou pela inexistência de processos antipoluidores ou recuperadores dos mananciais ou rios urbanos. Dessa forma, a busca pela água se dará cada vez mais distante e, a última saída será a elevação do preço da água em qualquer tipo da sua utilização, permitindo que o aproveitamento seja feito da melhor forma possível e a oferta e demanda de água seja equilibrada, garantindo a geração de renda para as regiões que ainda possuem e preservem seus recursos hídricos. (MAY, LUSTOSA e VINHA, 2003).

Segundo Gartner (2001), o assunto meio ambiente é tão delicado, que está em evidência no mundo todo e, neste sentido, mediante a apresentação de projetos voltados ao meio ambiente, vários bancos estatais e multilaterais, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Mundial – BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento – BERD, Banco de Desenvolvimento Asiático – BDAS, entre outros, dispõem de recursos financeiros para serem aplicados no meio ambiente. Esses financiamentos podem ocorrer na forma de investimento produtivo, para a preservação indireta do meio ambiente, tais como ampliação ou instalação de novas fábricas com melhores tecnologias, que inibam o processo de poluição ambiental, quer na forma direta de empréstimos para a preservação ambiental de florestas, rios, mangues e outras áreas do meio ambiente que sejam de interesses nacionais ou internacionais.

A questão fundamental reside no volume de recursos financeiros bem menores que o tamanho e a velocidade da destruição ambiental, ora retardada pelos mecanismos reguladores dos governos locais ou acelerada pela ambição

especulativa dos agentes econômicos nacionais e internacionais. Esses agentes econômicos poluem em grande escala sem a preocupação devida com os demais ocupantes do planeta terra, ou pela má qualidade dos projetos apresentados, inibindo os repasses de recursos ou, quando repassados, são utilizados de forma inadequada ou inescrupulosa por parte dos agentes ou governos financiados. (GARTNER, 2001).

Complementando a idéia acima, vale afirmar que a transição desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelo melhor gerenciamento das crises capitalistas. Dessa forma, deve-se deixar de lado o crescimento econômico, quase sempre financiado pelo capital internacional e com resultados perversos sobre a dívida externa dos países pobres e, como alternativa, buscar saídas nas atividades domésticas e específicas de cada região, fazendo-se o menor uso possível das importações, visando alcançar o crescimento não inflacionário e induzido pelo emprego, disponibilizados pelo aumento dos bens de salários. (SACHS, 2004).

A construção de uma sociedade mundialmente sustentável, segundo o *The World Wide Fund for Nature*, passa pelo processo de mudança de vida dos habitantes do planeta, no sentido de estabelecer limites aceitáveis para não excederem a capacidade de manutenção dos recursos existentes nesse planeta, quer seja através da preservação da biodiversidade e dos recursos renováveis ou pela diminuição gradual do esgotamento dos recursos não renováveis, alcançados pela melhoria no padrão e qualidade de vida dos seres humanos, acima da capacidade mínima desejável para que todos possam sobreviver. (CAMARGO, 2003).

Outros conceitos podem ser observados a respeito do tema desenvolvimento sustentável, porém todos estabelecem o entrelaçamento da dinâmica existente no

sistema econômico com um sistema ainda maior, que pode ser entendido como o ecológico, mantido o princípio da harmonia e, ao mesmo tempo, buscando promover, no futuro não distante, a preservação do sistema ecológico e da própria espécie humana.

Para tanto, podem ser estabelecidos indicadores de sustentabilidade para os recursos envolvidos no processo e, ao medi-los, poderão ser observados graus diferentes, variando entre a sustentabilidade muito fraca até a muito forte. Os indicadores de sustentabilidade decorrem da análise detalhada dos dados primários e tem como função principal a avaliação das condições físicas, humanas e ambientais com suas respectivas tendências; ao mesmo tempo, permitem o estabelecimento de comparações entre os lugares e situações em que os agentes estão envolvidos, alertando-os sobre às dificuldades para que as metas sejam atingidas e, assim, possibilitem que as rotas sejam corrigidas para que as condições e tendências futuras possam ser visualizadas o quanto antes, evitando-se os erros que venham provocar os estragos indesejados no meio ambiente e na própria vida humana, porém devem ser entendida a presença do juízo de valor nas decisões tomadas pelos atores envolvidos. Nesse sentido, para que o ciclo da tomada de decisão seja o mais coerente possível, devem ser estabelecidas etapas seqüências e complementares, permitindo-se que ocorra a formulação de políticas voltadas ao convívio meio ambiente e sociedade, seguida da etapa da implementação e da avaliação dessas políticas, com margens para a identificação dos problemas, de modo a ter a capacidade de reconhecer problemas e, através da conscientização pública, reformar a política e fechar o ciclo. (BELLÉN, 2005).

O quadro 3 permite o conhecimento e análise dos indicadores de sustentabilidade disponibilizados para a aferição dos resultados possíveis para a

preservação do meio ambiente, garantindo que as novas gerações possam viver em harmonia com o ecossistema no planeta terra. A questão maior está relacionada na aplicação desses indicadores, principalmente nas regiões ou países com altas características de subdesenvolvimento, cujos processos de produção estejam ligados aos setores extractivos e de transformações e pertençam aos segmentos ligados ao setor exportador ou, internamente, satisfaçam às necessidades econômicas das camadas sociais mais pobres.

Quadro 3 – Características dos indicadores de sustentabilidade

Categoria de análise	<i>Ecological footprint method</i>	<i>Dashboard of sustainability</i>	<i>Barometer of sustainability</i>
Escopo	Ecológico	Ecológico Social Econômico Institucional	Ecológico Social
Esfera	Global Continental Nacional Regional Local Organizacional Individual	Continental Nacional Regional Local Organizacional	Global Continental Nacional Regional Local
Tipologia	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo
Agregação	Altamente Agregado	Altamente Agregado	Altamente Agregado
Participação	Abordagem top-down	Abordagem mista	Abordagem mista
Complexidade	Elevada	Mediana	Mediana
Apresentação	Simples	Simples – recursos visuais	Simples – recursos visuais
Abertura	Reduzida	Mediana	Mediana
Educativo	Forte impacto sobre o público alvo. Ênfase na dependência dos recursos naturais.	Maior impacto sobre os tomadores de decisão. Representação visual.	Maior impacto sobre os tomadores de decisão. Representação visual.

Fonte: BELLEN, 2005: p. 190.

Existem três tipos de ferramentas utilizadas como indicativo de sustentabilidade para medir a evolução do crescimento e desenvolvimento sustentável das regiões com forte presença do meio ambiente em condições de poucos estragos ambientais e objeto de cobiças econômicas, via intervenção humana.

Entre os indicadores de sustentabilidade existentes, o *ecological footprint method* é o mais lembrado pelos especialistas voltados ao meio ambiente, visto que, desde o ano de 1996, passou a ser utilizado como uma forte ferramenta para medir e avaliar o desenvolvimento sustentável das regiões. Esse método, segundo os ambientalistas, transforma a carga suportada pelo consumo de matéria prima e a assimilação de dejetos em área produtiva de terra e água correspondente ao volume do meio ambiente destruído e, ao mesmo tempo, permite uma presença mais próxima dos organismos públicos e não governamentais em analisar as transformações decorrentes da intervenção do homem sobre o meio ambiente, podendo, ao mesmo tempo, aplicar políticas voltas à educação e à conscientização dos agentes econômicos envolvidos no processo. O segundo método aplicado como indicativo de sustentabilidade é o *dashboard of sustainability*, que surgiu na segunda metade da década de 1990 e foi melhorado no ano de 2000, como uma das ferramentas aceita internacionalmente para ser aplicada no meio ambiente. O método em questão leva em conta o equilíbrio entre a performance econômica, social e ambiental, permitindo medir a qualidade e tamanho dessas variáveis e, ao mesmo tempo, possibilitando que as entidades públicas, privadas e não governamentais revejam suas estratégias de desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração uma gama enorme de outros indicadores que compõem o método em questão, voltados aos aspectos do meio ambiente tais como a qualidade do ar, da

água, do solo e dos níveis de lixo tóxico, bem como, relacionados à economia tais como o volume de investimentos, a produtividade, a distribuição das receitas, a competitividade, juntamente com alguns quesitos relacionados à sociedade, tais como criminalidade, saúde pública, pobreza, educação, governança, gastos militares e cooperação internacional. O terceiro método é indicativo do grau de sustentabilidade do meio ambiente e é conhecido como *barometer of sustainability*. Foi desenvolvido, também no final dos anos de 1990, por organismos internacionais, entre os quais, o *World Conservation Union (IUCN)* e o *International Development Research Centre (IDRC)*, como uma ferramenta a mais disponibilizada exclusivamente para as agências governamentais e não governamentais, envolvendo os aspectos econômicos e sociais, mas não mensurados em moedas, visto que algum dos problemas abordados para o meio ambiente não tem preços. Esse método usa índices de outros indicadores voltados ao meio ambiente e à saúde social, estabelecendo um *ranking* que varia de péssimo a ótimo, sinalizados por cores de alerta, que apontarão os níveis de ocorrência dos problemas e permitirão que sejam feitas as devidas correções das situações adversas ao meio ambiente e às populações envolvidas no processo. (BELLEN, 2005).

Vale destacar que a medição, voltada aos indicadores da sustentabilidade, não apresentará seus resultados econômicos, ambientais ou sociais em um curto espaço de tempo, dificultado assim a avaliação do grau de comprometimento e segurança do processo implementado na região. Se forem comparados alguns aspectos da sustentabilidade com a escala de tempo, tem-se para a avaliação econômica da lucratividade uma ou mais safras, para a tendência de rendimentos deve-se esperar de cinco a vinte anos, para a medição das características geofísicas e hidrológicas do solo precisa-se aguardar de uma a várias décadas, para se ter o

resultado dos parâmetros ecológicos envolvidos aguarda-se várias décadas ou séculos e, finalmente, a avaliação dos aspectos sociais e culturais envolvidos obtém-se o resultado em poucos ou várias gerações. (MARQUES, SKORUPA e FERRAZ, 2003).

A melhor ferramenta é aquela que apresenta um maior grau de abrangência quanto ao escopo voltado aos setores ecológicos, social, econômico e institucional e, neste quesito destaca-se o método *dashboard of sustainability*. No tocante a abrangência quanto à esfera, entre elas a global, continental, nacional, regional, local, organizacional e individual, destaca-se o método *ecological footprint* e em segundo lugar o *dashboard of sustainability* com apenas um quesito de divergência. Quanto ao nível de participação dos agentes envolvidos, o método *ecological footprint* tem maior destaque, juntamente como nível de complexidade quanto à interface dos métodos com os segmentos voltados à preservação ambiental, ganhando também quanto ao potencial educativo, visto que apresenta pontos fortes com maior consistência que os demais métodos. (BELLÉN, 2005).

No tocante ao Vale do Ribeira, o método que melhor se encaixaria para medir a sustentabilidade do desenvolvimento da região, seria o *ecological footprint method*, se fosse levado em conta apenas o forte impacto educativo e preservacionista, envolvendo toda a comunidade ribeirinha em torno de um interesse comum e maior para a região, embora fique restrito apenas ao escopo ecológico. Porém, como o Vale do Ribeira está submetido ao atraso econômico e social, cabe então o método *dashboard of sustainability*, que apresenta um escopo mais abrangente no tocante as questões sociais, econômicas, institucionais e, sobretudo, ecológicas, associadas à necessidade da promoção do desenvolvimento com a participação de outros

elementos humanos da própria região, juntamente com os tomadores de decisões no processo de preservação ambiental e crescimento econômico.

A questão toda está no levantamento dos números para a composição dos índices e a montagem dos indicadores de sustentabilidade dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro ou de todo o Vale do Ribeira. Porém, de maneira quase imperceptível, em razão da falta de recursos materiais, humanos e financeiros, existem nos municípios de Pedro de Toledo, Cajati e Registro, Ong's formadas por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e da Universidade de São Paulo - USP e outras pessoas da própria região e municípios da Região Metropolitana de São Paulo, interessadas na construção desses indicadores de sustentabilidade para melhor conhecimento dos agroecossistemas do Vale do Ribeira.

1.6. Discussão dos aspectos econômicos do turismo ou ecoturismo e dos agronegócios voltados ao desenvolvimento regional sustentável.

Os municípios da Região Administrativa de Registro poderão alcançar no terceiro setor uma nova forma de geração de emprego e renda para suas populações, graças aos recursos naturais disponibilizados nas áreas rurais desses municípios. O turismo, como qualquer outro serviço, obedece às leis e regras básicas da teoria econômica, tanto nas questões relativas à demanda, à oferta, à estrutura de mercado, quanto à intervenção governamental para o estímulo da prática do turismo doméstico ou internacional. Visa à entrada de um maior volume de moedas estrangeiras, bem como, minimiza as disparidades regionais e sociais

dos municípios que apresentam os atrativos turísticos, que devem ser preservados como sua fonte de renda.

O ecoturismo e o turismo agrário podem ser considerados como fatores excelentes de geração de emprego e renda para as populações pobres das regiões menos desenvolvidas, visto que tais regiões dispõem de fortes atrativos turísticos ligados ao meio ambiente, que de alguma forma ainda está preservado e, portanto, fonte atrativa dos olhares dos urbanos em busca da tranquilidade do campo. Tais interfaces poderão produzir alguns impactos sociais e culturais em ambas as partes envolvidas no processo e, logicamente, a parte com menor grau de instrução será afetada de forma mais acentuada, podendo gerar aspectos negativos quando o interesse e a necessidade de deslocamento das populações localizadas no campo para as áreas urbanas e o inverso em escala bem menor. Deve-se ser levado em consideração o fato de que os elementos vindos das cidades apresentarão padrões de consumo muito mais elevados e diferenciados que os habitantes das regiões rurais, que nem sempre conseguem entender a valorização dada pelos moradores dos grandes centros para as belezas naturais das áreas rurais. (LAGE e MILONE, 2001).

O turismo rural constitui uma das atividades mais bem consolidadas e atraentes ligadas ao setor serviço, que poderá ser responsabilizada pela mudança do padrão social das famílias no meio rural. Essa mudança ocorrerá na forma de cooperativas ou pela associação decorrente dos laços familiares e, por sua vez, as demandas por esse tipo de atividade estão crescendo e, de forma direta, transferindo recursos para a complementação das rendas familiares dos proprietários dos recursos ambientais ou das infra-estruturas agrárias atrativas, podendo promover modificação nos planos micro e macroeconômicos das regiões

menos favorecidas em termo de emprego e renda no país. Dessa forma, o imaginário rural, com relação ao ar puro, o verde exuberante, a comida saudável e o modo simples do homem do campo, podem ser desmistificados, por parte das populações urbanas, ante as dificuldades e realidades diferentes encontradas na área rural. Os cidadãos das grandes metrópoles não têm conhecimento ou não conseguem dimensionar os problemas e as dificuldades sociais, econômicas e políticas vividas pelos moradores das áreas rurais, pois jamais vivenciaram tais acontecimentos, mesmo que sejam feitas as melhores modificações no ambiente, visando minimizar o impacto entre o ambiente natural e o turismo rural para agradar os consumidores, que querem manter as regalias e comodidades mínimas conquistadas no ambiente urbano. (RIEDL, 2002).

Com maior freqüência, o *agribusiness* passou a ser mencionado e praticado na economia mundial, sendo copiado por vários países em desenvolvimento ou desenvolvido, que viam um grande potencial no complexo econômico: agricultura, pecuária, indústria, estocagem e distribuição. A sustentação teórica do modelo adotado no *agribusiness* vem da teoria neoclássica da produção e tem base no conceito de matriz insumo-produto do economista russo W. Leontief, dado ao alcance do envolvimento de vários segmentos e setores de produção, gerando uma grande dependência intersetorial para a mensuração dos volumes envolvidos nos processos.

Cabe ao Estado a responsabilidade de garantir as infra-estruturas necessárias, a proteção da renda mínima do trabalhador rural, o direcionamento dos recursos financeiros para a realização dos investimentos nos setores envolvidos e, em particular, na regulamentação das normas e regras para uma maior competitividade dos produtos nacionais nos mercados globalizados. O referido

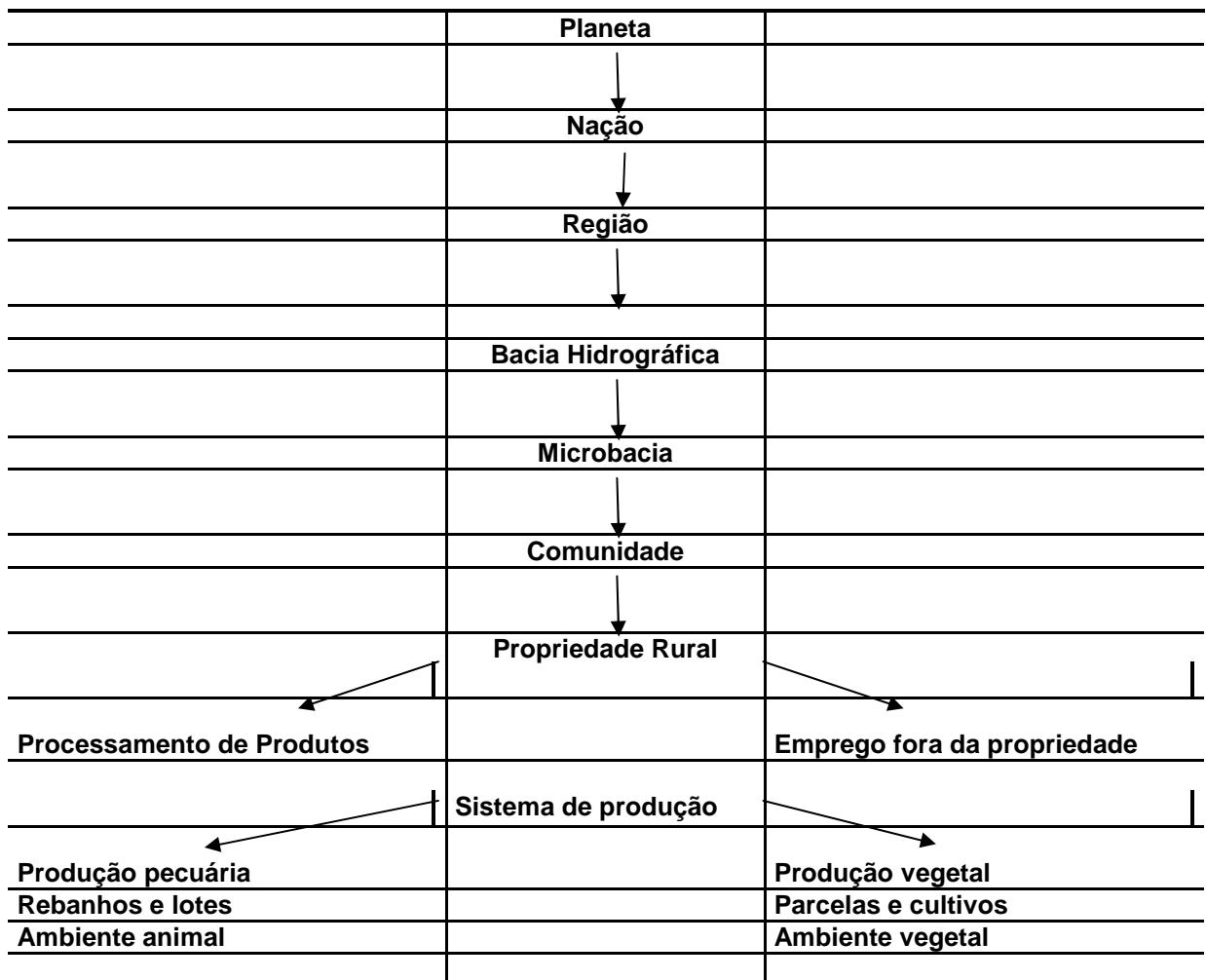
estudo considera que os sistemas são compostos pelos consumidores, varejistas, atacadistas e produtores, que são tidos como os agentes econômicos que constituem essa enorme cadeia de produção contida no setor do *agribusiness*, provando a necessidade da existência de um grau acentuado de verticalização do processo produtivo, para que sejam alcançados os menores custos na produção e maior resultado na margem de lucro para as empresas envolvidas. (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

Dessa forma, mediante uma gestão ambiental coerente, abrangente e responsável, o sistema *agribusiness* poderá ser um grande alavancador das necessidades regionais de geração de emprego e renda, visto que estarão mantendo o elemento humano no seu próprio habitat. Ao mesmo tempo, propiciando o crescimento e desenvolvimento da região, cuja produção poderá alcançar o mercado interno ou externo, dependendo da quantidade, qualidade e preços competitivos dos produtos resultantes do sistema em questão. O resultado esperado será maior, sobretudo, se o processo for originário do *agribusiness* cooperativo, fazendo com que um grupo maior de pequenos produtores rurais, mantidos os padrões de qualidades, também sejam inclusos no processo de produção e distribuição. Caberá a esses agricultores o papel de fornecedores dos insumos destinados ao setor industrial, ampliando o volume de renda familiar e, de forma direta, aumentando o consumo de outros bens e serviços, ou seja, estimulando o crescimento do comércio regional, que passa a ser atrativo para outras atividades econômicas. (ZYLBERSZTAJN e NEVES, 2000).

O quadro 4 demonstra o grau de hierarquização dos agroecossistemas com detalhes que permitem o entendimento dos sistemas de produção possíveis para o agronegócios, até mesmo das regiões menos desenvolvidas do país, no tocante a

busca do desenvolvimento regional sustentável, principalmente quanto a manutenção e preservação dos recursos renováveis e não renováveis do planeta.

Quadro 4 – Características de hierarquia dos agroecossistemas



Fonte: Marques, Skorupa e Ferraz, 2003: p.29.

Numa dimensão maior que o *agribusiness* tem-se o agroecossistemas, no qual o elemento humano, ao mesmo tempo, é ator participativo como produtor e consumidor, promovendo assim resultados socioeconômicos, de saúde pública e ambientais, em decorrência dos desequilíbrios existentes entre os aspectos estrutural e funcional, compostos pelos meios ambióticos, bióticos e a maneira como esses elementos se interrelacionam, levando em conta suas características

hierárquicas e a complementaridade produzida pelo ambiente externo, com a finalidade de alcançar um incremento cada vez maior para o valor social dos bens e serviços produzidos para atendimento das necessidades humanas. (MARQUES, SKORUPA e FERRAZ, 2003).

As características descritas no quadro 4 são comuns nos municípios do Vale do Ribeira, com ênfase para o sistema de produção vegetal e forte presença de empregos fora das propriedades, quer por parte dos sitiantes com grande número de filhos ou de outros trabalhadores rurais, que não possuem propriedades ou foram vítimas da crescente divisão das terras, em razão de herança num cenário em que as famílias possuem um número enorme de filhos, fazendo com que as propriedades fiquem tão pequenas, que acabam perdendo o poder econômico e social designado a elas.

Cabe também destaque para a formação de comunidades específicas voltadas à proteção do meio ambiente ligado a microbacia do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes e, ao mesmo tempo, às várias tentativas de implantar na região um setor pecuário forte, tanto para o abate de animais de corte, quanto para a sustentação de uma bacia leiteira capaz de atender as demandas locais e regionais, levando-se em conta a proximidade com a capital paulista.

Ainda dentro do leque de agronegócios, historicamente a aquicultura, designada pelo processo de criação, em cativeiros, de peixes, mariscos ou ostras, também conhecida como “fazenda marítima”, vem sendo praticada, desde a antiguidade, pelos egípcios, romanos, chineses. No século XX, em decorrência do crescimento populacional e redução do volume de recursos alimentares, passou a ser difundida na Europa, América do Norte, África Central e por fim na América Latina e no Oriente Médio. Como o Vale do Ribeira dispõe de enorme potencial

hídrico, a aquicultura poderá ser a alternativa mais viável para a geração de emprego e renda para as pequenas propriedades de agricultores ou das comunidades ribeirinhas ou marítimas dos municípios da região.

Segundo Tiago (2002), o setor de aquicultura movimenta volumes enormes de recursos em dólares no mundo e, no Brasil, ainda de forma incipiente, produz aproximadamente 100 mil toneladas com receitas na ordem de US\$ 500 milhões. Destaca-se como uma fonte excelente para a geração de negócios e recursos alimentares, como se pode constatar, a partir dos anos de 1980, em decorrência do uso de novas tecnológicas no segmento de zootecnia, o segmento de aquicultura nacional teve um crescimento acentuado.

Levando-se em consideração a abundância de recursos hídricos e marítimos na maior parte do território nacional e, sobretudo, em virtude da visão de negócios detectados por parte do empresariado e populações de micro e pequenos agricultores voltados ao mercado interno e externo, a Região do Vale do Ribeira apresenta-se com as características ideais para a implementação do processo de aquicultura por parte dos pequenos e médios proprietários rurais, considerando-se os recursos naturais existentes e ainda não poluídos, bem como a pequena distância entre os maiores centros consumidores do país.

A aquicultura tanto pode sofrer impacto do meio ambiente, quanto gerar impactos desfavoráveis ao ecossistema e, para que isso não ocorra, devem respeitar as legislações estaduais e federais específicas sobre o assunto, bem como utiliza as técnicas e manejos apropriados para tal atividade econômica, sempre respeitando o meio ambiente como forma de garantia a sua sobrevivência e a vida das gerações futuras. (TIAGO, 2002).

Com a maior preocupação em relação ao meio ambiente e com a própria saúde, existe um grande número de consumidores que buscam alimentos sem qualquer tipo de pesticidas, conservantes ou hormônios usados em plantações ou para a engorda de animais e aves, na forma convencional, pressionada pelo mercado consumidor. Tratam-se dos produtos naturais, destinados ao chamado mercado verde, com negociações em bolsas de mercadorias, tal qual se tem para os *commodities*, existentes nas economias mais desenvolvidas da Ásia, Europa e EUA, que se dispõem a pagar muito mais pelos produtos concebidos sem a química introduzida nas culturas ou criações convencionais. (PANAYOTOU; 1994). Neste sentido, abrem-se várias portas para os produtores rurais e, em especial aos agricultores e pecuaristas do Vale do Ribeira, que dispõe de terras cultiváveis em grande escala e dominam várias técnicas ao combate de pragas e doenças e, com visão de futuro, podem apostar na venda de produtos agrícolas ou animais com origem certificada e garantida, possibilitando a inserção econômica e social do Vale do Ribeira em um mercado crescente e com grande aceitação de produtos naturais, cuja oferta reduzida de produtos permite que os preços sejam mais elevados e possam ser traduzidos em renda e empregos para um grande número de famílias ribeirinhas.

1.7. Discussão dos aspectos jurídicos e econômicos do crédito do carbono para o desenvolvimento regional sustentável.

Segundo Giansanti (1998), restaram apenas 9% do total da Mata Atlântica do país, sendo que, 5% do que ainda existe, se encontra no Estado de São Paulo, mais

especificamente na Região do Vale do Ribeira e, em especial, no Complexo Estuário - Lagunar de Iguape e Cananéia até a divisa do estado do Paraná. Assim pode-se estabelecer o potencial de biodiversidade contido na Mata Atlântica existente nos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro e, também, ter certeza das vantagens competitivas dessa região no quesito meio ambiente.

Levando-se em conta a presença de indústrias altamente poluidoras no Município de Cajati (SP) e as legislações ambientais impeditivas para a instalação de novas indústrias poluidoras na Região do Vale do Ribeira, tem-se no “seqüestro do carbono” uma alternativa viável para a captação de recursos externos, mediante o “esverdeamento” das áreas rurais não utilizadas economicamente nos municípios da região. Tal processo dar-se-á pela implementação de novas lavouras voltadas à produção de matéria prima para as indústrias ou consumo direto e, ao mesmo tempo, poderá servir de captadores de gás carbono e expedidores de oxigênio. O processo de gerenciamento dos recursos externos, após as devidas aprovações dos projetos no plano doméstico e internacional, poderá ser feito pelo Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR ou pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR.

Quebrando os princípios básicos da teoria econômica, mais especificamente sobre a classificação dos bens, na abordagem relacionada ao crédito do carbono, o ar deixa de ser um bem livre e passa a ser um bem econômico com alto valor estimado, tanto no meio econômico-financeiro como jurídico e, com maior ênfase, no meio ambiental, pois pode ser objeto de negociações internacionais. A questão toda está relacionada às várias conferências e acordos internacionais mantidos entre os países associados à ONU, com destaque especial para os países responsáveis pelo maior grau de poluição do mundo, que assinaram o Protocolo de Quioto, resultante

final do Tratado Internacional denominado *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC*. Esse entendimento se deu depois de uma série de rodadas internacionais realizadas em vários países, que teve por objetivo a estabilização dos gases geradores do efeito estufa, com o comprometimento dos países industrializados e poluidores em reduzir em 5,2% entre os anos de 2008 e 2012 a emissão de gases poluentes aos níveis de 1990. (ROCHA, 2003).

Esses países poluidores, segundo Frangetto e Gazani (2002), estão provocando o desequilíbrio da temperatura do planeta terra, visto que os gases atmosféricos estão se expandindo de forma descontrolada e gerando um efeito estufa acima dos níveis aceitáveis. Conseqüentemente, haverá um super aquecimento da temperatura da Terra, provocando o descongelamento dos Pólos Norte e Sul, que por sua vez, faria com que as grandes geleiras glaciais fossem transformadas em água, que provocariam grandes inundações e perdas enormes de vidas e a devastação de parte das áreas cultiváveis do planeta, levando aos países a miséria, a fome e a morte.

Conforme determinado e acordado no Tratado de Quioto, respaldado pelas leis do direito internacional, os países desenvolvidos e poluidores ficaram com a responsabilidade de criar mecanismos financeiros para que os projetos de redução do efeito estufa sejam viáveis, considerando que os investimentos em tecnologias implicariam maiores volumes de investimentos e requereriam muito mais tempo para suas descobertas e implementação. O projeto principal chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL passou a ser o projeto de maior interesse dos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento, visto que transfere recursos dos países ricos e poluidores, destinados ao desenvolvimento sustentável dos países pobres e não poluidores. Esses recursos decorrem da geração de créditos denominados

Certificados de Emissões Reduzidas – CER, que correspondem ao volume de toneladas de CO₂, que deixou de ser lançado na atmosfera em contra partida ao ar limpo produzido pelos reflorestamentos ou manutenção das florestas nativas nos países em desenvolvimento, que os países ricos conseguem comprar no mercado futuro das grandes bolsas internacionais. (FRANGETTO e GAZANI, 2002).

Estima-se que o comércio mundial dos Certificados de Emissões Reduzidas – CER gire em torno de US\$ 5 a US\$ 15 por tonelada de carbono reduzida e pode movimentar, no início dos anos 2000 algo em torno de US\$ 5 bilhões. Já para os anos 2010, estima-se que o valor esteja em US\$ 17 a US\$ 20 bilhões por ano. No Brasil, o volume de recursos monetários movimentados ainda não chega a US\$ 1 bilhão, devido à recente ratificação do Protocolo de Quioto, ocorrido somente em Julho de 2002, por parte do governo brasileiro, criando dificuldades para o acesso do capital estrangeiro interessado em investir em projetos brasileiros de meio ambiente. (ROCHA, 2003).

Infelizmente um dos maiores poluidores do mundo, os Estados Unidos da América, não concordou em assinar o Tratado de Quito. Tido como o país que mais utiliza os derivados de petróleo, os automóveis e caminhões americanos são responsáveis pela emissão de 67% do monóxido de carbono – CO, por 41% dos óxidos de nitrogênio – NO_x, por 51% dos gases orgânicos reativos, por 23% dos materiais particulados, por 5% do dióxido de enxofre e 30% das emissões de dióxido de carbono CO₂, um dos grandes vilões do processo de aquecimento global. (HOLANDA, 2004).

No entender de Rezende e Merlin (2003), o Brasil já tem projetos voltados ao seqüestro do carbono, também conhecido como MDL, gerando o que se denomina de carbono social, conforme demonstrado no quadro 5. O principal objetivo não está

apenas na preservação ambiental, mas sim na complementaridade do processo, para o qual se tem o envolvimento das comunidades regionais em projeto sociais, que apresentem soluções e ganhos econômicos e ambientais para essas populações, fortalecendo o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas.

Quadro 5 – Metodologia do carbono social e tipos de projetos

Manejo do carbono social	Seqüestro do carbono	Substituição do carbono	Conservação de carbono
Tipos de uso da terra e atividades possíveis de serem implementadas	Reflorestamento. Silvicultura. Fruticultura Sistemas agroflorestais. Recuperação e restauração de áreas degradadas.	Plantio de florestas energéticas. Utilização do Biodiesel. Biomassa em substituição a materiais energéticos intensivos Utilização de restos agrícolas e florestais.	Criação de reservas privadas do patrimônio natural. Utilização de práticas de manejo florestal contrapondo-se às atividades de manejo tradicional. Proteção contra Incêndios em áreas florestais

Fonte: REZENDE e MERLIN, 2003, pág 85

No tocante à questão do carbono social, na busca da agregação de valores ao desenvolvimento sustentável, o meio de vida das populações diretamente envolvidas está implicitamente relacionando às aspirações dessas comunidades locais ou regionais, no que concerne ao acesso, manutenção e adequação do uso, emprego e engajamento dos recursos naturais, humanos, sociais, políticos, financeiros, de biodiversidade, do carbono; que passam a ser dependente das estratégias de sobrevivência escolhidas por essas populações.

Sabe-se que os projetos e as comunidades ficam expostos às incertezas, vulnerabilidades e oportunidades tanto do setor externo quanto nacional e, ao mesmo tempo, buscam causar impactos positivos sobre os meios de vida, sobretudo no que se refere aos aumentos da base de recursos, da renda, do bem estar e da

segurança alimentar dos membros das comunidades locais ou regionais. Nesses projetos de seqüestro de carbono se encontram exemplos de preservação ambiental, com os devidos planos de manejo e exploração adequada dos recursos naturais, dentro dos princípios estabelecidos no Tratado de Quioto e das legislações ambientais brasileiras, em que o meio ambiente e o homem convivem harmonicamente, conforme modelagem descrita no quadro abaixo. (REZENDE e MERLIN, 2003).

O manejo sustentável dos recursos florestais da Mata Atlântica foi regulamentado pelo Decreto Estadual 1.282 de 19/10/1994, definindo-o como “*a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo*”.

(CARMO, 2003: p. 134).

Dos vários projetos brasileiros, geradores de ganhos econômicos e sociais sob a gestão do Instituto Ecológica ou de empresas privadas e multinacionais ou Ong's, devem-se ressaltar os projetos realizados por comunidades das regiões localizadas na Amazônia, na Caatinga Nordestina, na Mata Atlântica e no Cerrado, entre outras localidades, em que o papel e a participação da mulher tem grande destaque como modelo de integração social e econômica.

A ampliação do verde na região promoverá a obtenção de recursos financeiros para a ocorrência do desenvolvimento sustentável, com a geração de empregos e renda, em atividades cuja mão-de-obra local já está habituada a trabalhar, bastando apenas o acompanhamento técnico dos setores do agronegócios cabíveis para o Vale do Ribeira.

CAPÍTULO II

2. Descrição Social, Política, Econômica e do Meio Ambiente da Região Administrativa de Registro.

2.1. Introdução

Neste capítulo serão descritos e discutidos os principais índices ou cenários sociais, econômicos, financeiros, tributários, políticos e ambientais, que são os mais representativos dos municípios do Vale do Ribeira, ligados à Região Administrativa e Política de Registro (SP). Tais índices refletem, de forma direta ou indireta, o atraso existente no processo do crescimento e desenvolvimento econômico sustentável da região, localizada muito próxima aos principais centros desenvolvidos do país e dos principais portos voltados à exportação: Santos (SP) e Paranaguá (PR).

Com a possibilidade de se estabelecer comparações entre os índices econômicos, financeiros e sociais específicos da Região Administrativa de Registro, com os dados das outras regiões administrativas do Estado de São Paulo, será possível entender a carência e o elevado grau da necessidade de investimentos públicos e privados para o Vale do Ribeira, visando a geração de infra-estrutura

básica, empregos e rendas para atendimento das demandas das suas populações. Esses índices sociais e econômicos demonstrarão o grau de abandono da Região Administrativa de Registro, por parte das autoridades governamentais, tanto no plano estadual quanto federal e deverão constituir em alguns instrumentos de cobranças políticas por parte das populações locais quanto da prática e exercício da democracia.

Destaque especial será dado para o nível de dependência econômica, com ênfase aos aspectos financeiros e tributários dos municípios do Vale do Ribeira, sobretudo, com relação aos baixos volumes de recursos gerados pelas finanças públicas dos municípios da Região Administrativa de Registro. As Prefeituras Municipais da região apresentam uma baixa capacidade de arrecadação tributária direta, em razão da inexpressiva geração de emprego e renda local, comprometendo as questões ligadas as disponibilizações de infra-estruturas sociais.

A análise dos dados econômicos e sociais permitirá a comparação dos resultados obtidos pelas regiões administrativas do Estado de São Paulo e, em especial, entender o retardamento do processo de desenvolvimento econômico dos municípios do Vale do Ribeira, principalmente no tocante ao volume de investimentos e do produto interno das regiões administrativas e da região em estudo.

Serão discutidos ainda os principais pontos de estrangulamentos ou impeditivos para a ocorrência do processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social, associados às consequências diretas dos problemas de preservação ambiental decorrentes dos modelos de exploração e industrialização implementados em alguns dos municípios, que têm promovido a devastação dos recursos naturais do Vale do Ribeira. A legislação ambiental aplicada pelo Estado e

União, que também será objeto de análise, é estimada como o grande fator retardador para a ocorrência do crescimento e desenvolvimento econômico da região, visto ser restritiva à implantação ou ampliação de pólos de desenvolvimento industrial ou tecnológico da Região Administrativa de Registro.

Outras características regionais que serão apontadas referem-se aos potenciais turísticos, decorrentes dos recursos naturais que poderão ser aproveitados na prática do ecoturismo ou turismo rural, considerando-se as formações geográficas, hidrográficas e as coberturas vegetais dos municípios do Vale do Ribeira.

Destaque especial será dado ao interior dos municípios da Região Administrativa de Registro, onde a presença humana é em menor quantidade e ainda não produziu tanto estrago ambiental. Nessa área encontram-se belas cachoeiras, rios cristalinos e cavernas para a exploração turística, promovendo a geração de emprego e renda para as populações ribeirinhas e aos visitantes o prazer de deslumbrar tais belezas naturais.

Não serão esquecidos os aspectos econômicos e sociais ligados ao setor do agronegócio da Região Administrativa de Registro, sobretudo as novas oportunidades de negócios como alternativas para as atividades econômicas ali praticadas, visto que essas novas atividades poderão trazer mais investimentos, juntamente com a migração de habitantes para os municípios da Região.

A prática das atividades voltadas ao agronegócio será responsável pela geração de emprego e renda para a população ribeirinha, bem como, pela fixação do elemento humano no seu próprio habitat, se for levado em conta que a existência de emprego fará com que grande parte da população fique nos seus municípios ou, em última análise, migre para um outro município da região.

2.2. Aspectos geográficos, históricos e humanos dos municípios do Vale do Ribeira.

O Vale do Ribeira está localizado no sudeste do Estado de São Paulo e Nordeste do Estado do Paraná, entre as latitudes 23º30' e 25º30' S e longitudes 46º50'e 50º00' W, com uma área total de aproximadamente 25.000 Km², dos quais mais de dois terços encontra-se em no Estado de São Paulo. Composta pelo total de 32 municípios dos quais 23 são paulistas, caracteriza-se por ser uma região das mais pobres e subdesenvolvidas do Estado de São Paulo e também do país, quando analisadas e comparadas algumas variáveis sociais e econômicas. O relevo da região é composto por serras, planaltos e planícies, compreendido entre a Serra Paranapiacaba, Serra do Mar e uma costa de 140 quilômetros servida pelo Oceano Atlântico.

A viabilização para a sustentação política, social e econômica da região deu-se pela criação, no final da década de 1990, do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR, cujo objetivo principal é a promoção do desenvolvimento da região, com o compromisso de diminuir o distanciamento econômico e social da Região Administrativa de Registro para com as demais regiões administrativas do estado. A composição financeira do fundo tem origem no orçamento do governo estadual e poderá ser complementada por outras receitas decorrentes da privatização ou de outras origens dos setores públicos das esferas federal e estadual ou do setor privados. Complementando o processo de concretização das políticas públicas no Vale do Ribeira, na década de 1990, segundo Barros (1995), foi criado o Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Vale do Ribeira – CODIVAR, que congrega as prefeituras municipais contidas no

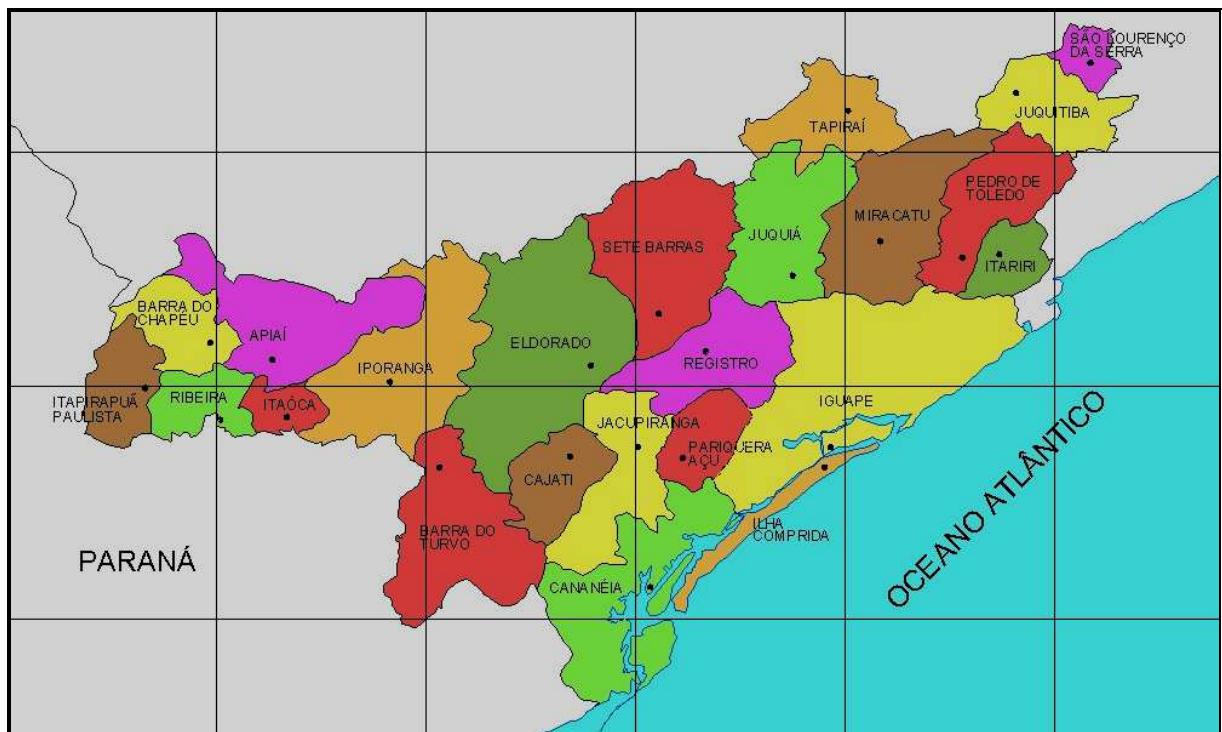
mapa 1 e tem por objetivo a execução conjunta dos interesses desses municípios, bem como a melhor adequação e distribuição das verbas do FVR para que o crescimento econômico regional seja coerente, crescente e dentro dos programas aprovados em comum acordo regional e sem privilégios para essa ou aquela prefeitura do partido político A, B ou C. O esforço conjunto do FVR, do CODIVAR e do governo estadual tem possibilitado que o atraso social e econômico do Vale do Ribeira seja minimizado e, quem sabe, dentro de alguns anos, não esteja tão distante como se encontram hoje das demais regiões administrativas do estado.

O mapa 1 apresenta a descrição político administrativo de todos os municípios que compõem o Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, formado pelos municípios da Região Administrativa de Registro e, ao mesmo tempo, incluindo os municípios paulistas de Apiaí, Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista e Tapirai, pertencentes à Região Administrativa de Sorocaba e os municípios de Juquitiba e São Lourenço da Serra subordinados à Região Metropolitana de São Paulo.

Levando em consideração o número de municípios das várias regiões administrativas envolvidas na composição geopolítica do Vale do Ribeira, o governo estadual tem encontrado dificuldades para a implementação de políticas públicas voltadas ao crescimento e desenvolvimento da região, visto que os interesses e as dificuldades são dispares, principalmente, por parte de alguns dos municípios que estão ligados às outras regiões administrativas vizinhas a Região Administrativa de Registro, inviabilizando os resultados e o atendimento das demandas reprimidas na região. Dessa forma, faz-se necessário que o critério da formação regional do Vale do Ribeira seja revisto diante das disparidades apontadas acima, visto que, atualmente, o instrumento de gestão das políticas públicas para a região está

apoiado no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, cujo montante escasso de recursos tem que ser dividido por todos os municípios em questão, que leva em conta a composição da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, bem como, a biosfera da Mata Atlântica comum para todos os municípios.

Mapa 1 – Descrição política dos municípios do Vale do Ribeira

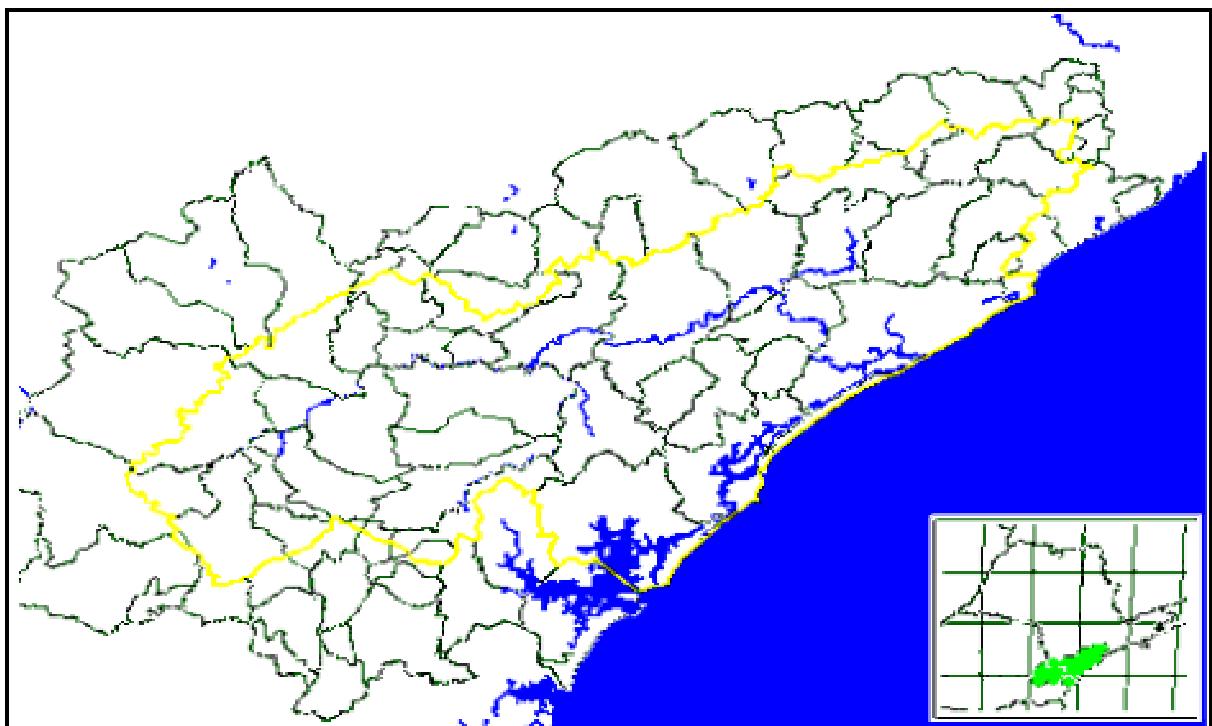


Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – 2002

Segundo a Fundação IBGE, o nome dado à região vem do próprio rio que, nasce no Estado do Paraná, a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba, formado pelos Ribeirão Grande e Açungui e, com o nome de Rio Ribeira, passa a cortar alguns municípios paranaenses, seguindo para o Estado de São Paulo a uma altitude de aproximadamente mil metros, até desembocar nas águas do Oceano Atlântico com um desnível de aproximadamente cinco metros. Já com o nome de Rio Ribeira de Iguape, em território paulista, segundo a Fundação SOS Mata

Atlântica, do total de 470 km de extensão 350 km do Rio Ribeira de Iguape cortam os planaltos e as planícies formadas pelas encostas da Serra Paranapáicaba e da Serra do Mar da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, quando finalmente forma o Mar Pequeno e deságua no Oceano Atlântico no município de Iguape (SP). Atravessa vários municípios paulistas, entre os quais, no alto Ribeira: Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Apiaí, Itaóca, Iporanga e Ribeira e, compondo seu cenário encontram-se os municípios de Eldorado Paulista, Sete Barras no médio Ribeira e, finalmente, corta ainda, no baixo Ribeira, os municípios de Registro e Iguape.

Mapa 2 – Hidrografia do Rio Ribeira de Iguape e afluentes



Fonte: DAEE – Depto. Água e Esgoto do Estado –.

Ainda, conforme dados da Fundação IBGE, a bacia do Rio Ribeira de Iguape é formada pelos seguintes principais afluentes: Rio Juquiá, Rio São Lourenço, Rio Itariri, Rio Una da Aldeia, Rio Pardo e Rio Jacupiranga, compondo a bacia hidrográfica do Rio Ribeira e o Complexo Lagunar de Iguape, Cananéia e

Paranaguá, constituída por uma área de 2.830.666 hectares, aproximadamente 28.306 km², dos quais, 1.119.113 hectares localizam-se no Estado do Paraná e 1.711.533 hectares no Estado de São Paulo.

No passado, por muitos anos, o Rio Ribeira de Iguape foi praticamente o único meio de transporte existente para o acesso à região, muito utilizado pelos colonizadores e bandeirantes, que partiam dos portos de Cananéia e Iguape a procura de ouro, pedras preciosas ou na captura de índios das tribos dos tupis e tupiniquins. No início da colonização o rio era utilizado como rota de trânsito pelos herdeiros, responsáveis pela ocupação da região, em especial das terras originárias da Capitania Hereditária de São Vicente, ou posseiros que passaram a ocupar as terras devolutas, disponibilizadas pelos governos do período republicano, juntamente com os negros usados no ciclo da mineração, cujos descendentes, na sua maioria, ocupam atualmente o Quilombola do município de Eldorado Paulista entre outros menos importantes do Vale do Ribeira. Mais tarde, o Rio Ribeira de Iguape serviu para o escoamento das lavouras de café cultivado pelos italianos, no Município de Eldorado Paulista, sem qualquer sucesso econômico na época, e de arroz e de bananas pelos imigrantes japoneses e por brasileiros nos municípios do médio e baixo Rio Ribeira de Iguape. Das lavouras citadas apenas o cultivo da banana ainda permanece como atividade econômica principal praticada por várias gerações de agricultores e, de certa forma, responsável direto pelo atraso econômico da própria região, considerando-se o baixo valor agregado contido na produção e comercialização de banana, cujos preços variam de acordo com o volume de safra e pela alta concorrência das regiões pobres de outros estados brasileiros. Atualmente, em grande parte da sua extensão, o Rio Ribeira de Iguape está sendo explorado economicamente pelo setor de mineração, através do

processo de extração de areia, comercializada na região e na Grande São Paulo e Curitiba. Infelizmente essa atividade econômica não contemplou econômica e socialmente os ribeirinhos dos municípios cortados pelo Rio Ribeira de Iguape e, sim, outros agentes econômicos formadores dos cartéis de exploradores de areia no Estado de São Paulo, favorecidos pela legislação inadequada e cheia de brechas para a prática de *lobby* junto aos organismos públicos responsáveis pela expedição de licenças para a exploração dos areais existentes ao longo dos rios da região.

O processo de mecanização para a extração de areia tem causado sérios danos ambientais, tais como a devastação da vegetação das margens do rio e o assoreamento do seu leito em vários trechos, comprometendo a navegação de embarcações com maior calado. Outro problema provocado pelo processo extractivo da areia na região refere-se aos danos nas estradas asfaltadas da região, que não foram construídas para o trânsito de caminhões com enorme volume de areia e excesso de peso, comprometendo a vida útil da pavimentação asfáltica e, ao mesmo tempo, obrigando os governos estadual e municipal a desembolsarem mais recursos para a recuperação das rodovias vicinais ou até mesmo em grandes trechos da BR 116, por onde trafegam caminhões com excesso de peso, já que as balanças de fiscalização encontram-se inoperantes entre o Vale do Ribeira e a cidade de São Paulo.

Da mesma forma que beneficiou a sua população ribeirinha, o Rio Ribeira de Iguape, periodicamente, na época das grandes chuvas, tem provocado o empobrecimento ou a ruína das mesmas populações, devido à ocorrência do transbordamento das suas águas, que inundam enormes áreas cultiváveis das planícies ribeirinhas, destruindo suas plantações, muitas vezes de subsistência ou

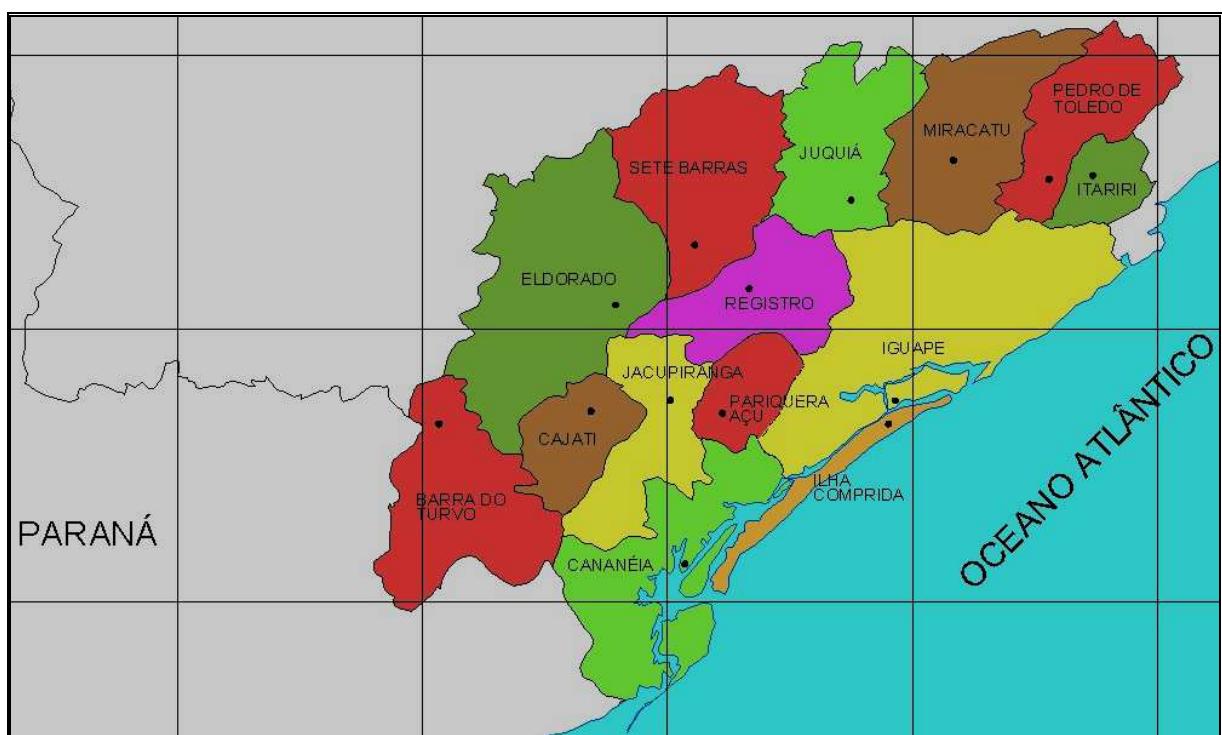
voltadas ao consumo de outras localidades mais desenvolvidas, em razão do número de dias que essas águas ficam represadas e, ao mesmo tempo, dizimam as pequenas criações de bovino, eqüino, diversos tipos de aves domésticas, em particular nas propriedades que não possuem terras altas para refugiar esses animais.

No setor de transportes, agora com destaque para o segmento rodoviário, e, com relação aos programas públicos de integração regional, tem-se na região a BR 116, oficialmente chamada de Rodovia Regis Bittencourt, que foi construída no início da década de 1960, para ligar as capitais do Estado de São Paulo com a do Paraná, complementando assim o projeto de interligação do nordeste ao sul do Brasil. No Vale do Ribeira, até o final dos anos de 1970, as estradas estaduais, que ligavam os municípios ribeirinhos à BR 116 não eram pavimentadas e sempre se apresentaram em péssimas condições de uso e as estradas vicinais de responsabilidade das prefeituras municipais, simplesmente não existiam ou não podiam ser usadas, no período chuvoso do ano, para o escoamento das safras agrícolas, sobretudo de banana, arroz e milho, aos grandes centros consumidores da Capital Paulista e Paranaense. Nesse período, em razão da precariedade ou inexistência de estradas, utilizava-se o Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, com todos os tipos de embarcações, conhecidas como chatas ou bateras¹, que transportavam cargas entre 4 e 10 toneladas de banana e outros produtos agrícolas e eram os únicos meios de comunicação entre os povoados afastados da sede dos municípios, cortados pelo Rio Ribeira de Iguape até a Rodovia Regis Bittencourt e outras estradas estaduais e a antiga e desativada Estrada de Ferro que ligava o Município de Juquiá (SP) ao Porto de Santos no município de Santos (SP).

¹ Embarcação de madeira com capacidade de 5 a 8 toneladas para o transporte de banana.

Decorrente da subdivisão da meso região denominada Baixada Santista, a Região do Vale do Ribeira está contida na macro-região intitulada Litoral Sul Paulista, que, segundo a Fundação IBGE, é formada pelos municípios paulistas de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Paríquera-Açu, Registro e Sete Barras. Já a Fundação SEADE, atrela à Região Administrativa de Registro, objeto deste trabalho, além dos municípios acima mencionados, os municípios paulistas de Pedro de Toledo e Itariri, completando a composição da também Região de Governo, que se encontra sediada na cidade de Registro (SP), conforme disposto no mapa 3.

Mapa 3 – Municípios da Região Administrativa e Política de Registro (SP)



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico – 2002

Destaque especial ao tamanho geográfico dos Municípios de Iguape, Cananéia, Eldorado Paulista, Sete Barras se comparado com outros municípios do Estado de São Paulo, que já foram submetidos ao processo de desmembramento,

gerando novos municípios e, conseqüentemente, mais despesas ao Estado e União, no tocante ao repasse de tributos. No que se refere ao processo de desmembramento territorial, o último município do Vale do Ribeira que se emancipou foi Cajati (SP), que deixou, no ano de 1993, de ser distrito industrial de Jacupiranga e passou a ser um dos municípios mais ricos da região e, por outro lado, provocou o empobrecimento do Município de Jacupiranga, considerando-se a queda provocada na arrecadação do município e a perda dos repasses governamentais. Complementando a idéia, sabe-se que Iguape, Eldorado Paulista e Miracatu foram os municípios que mais sofreram desmembramento de distritos, que acabaram se transformando em novos municípios, geralmente pobres e dependentes do recebimento dos recursos dos governos estadual e federal.

A composição territorial apresentada acima se enquadra no conceito de micro região, mesmo que a produção, distribuição, troca e consumo dos municípios da região não contemplem as especificidades necessárias exigidas. Na verdade, constitui-se, apenas por uma necessidade político administrativa dos vários níveis de governo, para a aplicação de políticas públicas com maiores impactos regional. Muito mais do que um espaço com limites fronteiriços, com características próprias, a definição do Vale do Ribeira requer uma análise mais profunda e específica. Cabe destacar que o Vale do Ribeira está mergulhado em um círculo vicioso de causação circular acumulativa, pois as riquezas extraídas dessa região sustentam o crescimento de outras regiões mais ricas.

Segundo Kon (1999), mudanças em cenários semelhantes ao citado acima exigirão dos vários níveis de governos, a aplicação de políticas econômicas voltadas em grande foco ao social, visando o processo de reversão do quadro político e econômico local. A continuidade das diferenças ou inexistência de renda não

resultará no equilíbrio esperado e acabará promovendo maiores distanciamentos sociais, econômicos e políticos, pois o processo de movimentação da mão-de-obra e capital não produzirá o efeito redutor esperado sobre as desigualdades sociais e econômicas existentes nas regiões não desenvolvidas.

Pode-se considerar a cidade de Registro, como um lugar central para o qual convergem funções públicas e hierárquicas estendidas aos diversos municípios do Vale do Ribeira, tanto que o centro político do Governo do Estado e de sua administração concentram-se no município de Registro. Se for considerado o quesito espaço polarizado, entende-se que o Vale do Ribeira não exerce o poder de força de atração (centrípetas) e sim de repulsão (centrífugas), visto que ocorre uma grande concentração da sua população em setores produtivos, mas, em sua grande maioria, ligados às atividades voltadas à agricultura familiar e à pecuária na maior parte dos municípios da região.

A tabela 1, quando analisada pela ótica populacional, apresenta a distribuição da população do Vale do Ribeira, ensejando questionamentos sobre a forma como ocorreu a ocupação territorial da região e os empecilhos que impediram a vinda de mais pessoas para os municípios da região.

A ocupação do Vale do Ribeira se deu, no período colonial e imperial, pelo Rio Ribeira de Iguape, quando os colonizadores ou bandeirantes buscavam encontrar ouro e outros minerais preciosos e, ao mesmo tempo, catequizar índios para o trabalho escravo. Posteriormente, por meio de picadas e transporte no lombo de burros, passou-se a ocupar a região para moradia e a agricultura de café, arroz, banana e chá. A Região do Vale do Ribeira, no meado do século passado, era servida por estradas estaduais e vicinais sem pavimentação, que interligavam os municípios da região aos outros municípios da atual Região Administrativa de

Sorocaba, de onde se obtinha acesso à capital paulista pela Rodovia Raposo Tavares.

Tabela 1 – Dados geográficos e humanos da Região Administrativa de Registro – ano 2000

Municípios	Área Km ²	Área %	População (unid.)			População %	Habitantes por Km ²
			Urbana	Rural	Total		
Total	12.133	100,00%	176.123	89.630	265.753	100,00%	21,90
Barra do Turvo	1.007	8,30%	2.880	5.228	8.108	3,05%	8,05
Cajati	455	3,75%	20.996	8.231	29.227	11,00%	64,25
Cananéia	1.242	10,24%	10.204	2.094	12.298	4,63%	9,90
Eldorado	1.657	13,66%	6.974	7.160	14.134	5,32%	8,53
Iguape	1.981	16,33%	21.934	5.493	27.427	10,32%	13,85
Ilha Comprida	189	1,55%	6.704	-	6.704	2,52%	35,56
Itariri	273	2,25%	7.445	6.168	13.613	5,12%	49,90
Jacupiranga	708	5,84%	10.043	6.998	17.041	6,41%	24,06
Juquiá	821	6,77%	12.440	8.076	20.516	7,72%	24,99
Miracatu	1.001	8,25%	10.912	11.471	22.383	8,42%	22,37
Paríquera-Açu	360	2,96%	11.722	5.927	17.649	6,64%	49,07
Pedro de Toledo	671	5,53%	6.159	3.028	9.187	3,46%	13,69
Registro	716	5,90%	43.066	10.686	53.752	20,23%	75,04
Sete Barras	1.052	8,67%	4.644	9.070	13.714	5,16%	13,03

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

A tabela acima também aponta a ocorrência de maior concentração populacional nas áreas urbanas dos municípios do Vale do Ribeira, visto que grande parte das populações migra das áreas rurais para as áreas urbanas, porém não encontram a infra-estrutura necessária para sua acomodação, submetendo-se a se instalar nos anéis de pobreza existentes nos bairros distantes dos centros urbanos.

Vale também destacar a baixa ocupação territorial de habitantes por km² na maioria dos municípios da região. Demonstra também a má distribuição percentual da população urbana de cada município, diante da quantidade de km² da área que compõe o Vale do Ribeira ou mais precisamente a Região Administrativa de

Registro. Na sua maioria, essa população urbana está em busca de melhores condições de vida, provando a ausência dos setores públicos nas áreas rurais e, por outro lado, estimulando a existência de um número maior de pessoas sem emprego ou renda suficiente para a sua subsistência, passando a ser um peso a mais para os serviços sociais das prefeituras ou entidades assistencialistas. A densidade populacional da Região Administrativa de Registro apresenta-se com forte concentração de habitantes nos municípios de Registro, Cajati e Paríquera-Açu em razão, não das suas áreas territoriais, mas pelas disponibilidades da maior quantidade de equipamentos públicos ou empregos para as populações ribeirinhas.

Ainda com referência à tabela 1, devem ser destacados os municípios que apresentam uma maior concentração urbana na Região do Vale do Ribeira, levando-se em conta os diversos tipos de atividades econômicas responsáveis pela atratividade das populações para as suas sedes. Dentre essas atividades pode-se citar: 1) a industrialização de Cajati e Registro; 2) a expansão do comércio regional e as faculdades instaladas em Registro; 3) o turismo de veraneio e temporadas em Cananéia, Iguape e Ilha Comprida; 4) o ecoturismo promovido às cavernas e cachoeiras dos municípios de Barra do Turvo, Eldorado, Jacupiranga e Miracatu e outros municípios da região 5) os serviços públicos voltados à saúde disponibilizados pelo Município de Paríquera-Açu, que centraliza o Hospital Regional do Vale do Ribeira.

A tabela 2 demonstra a distribuição da população da Região Administrativa de Registro por faixas etárias e sexo, permitindo uma comparação com a população do estado, observado a pequena contribuição da região para com a composição de habitantes do Estado de São Paulo. Dessa forma, em uma análise mais depurada, pode-se observar um grupo de 31% da população do ano 2002 na faixa etária de 0 a

14 anos, nas faixas seguintes, de 15 a 25 anos, encontram-se 20% dessa população, juntamente com 40% de adultos com idade entre 25 e 59 anos e, finalmente tem-se 9% de pessoas com mais de 60 anos.

Tabela 2 – População por grupos de idade e sexo na Região Administrativa de Registro – 2002

Grupos de Idade	Região Administrativa de Registro			População total do Estado de São Paulo	% da população da RA Registro sobre a população do Estado
	Homens	Mulheres	Total		
TOTAL	50,95%	49,05%	273.462	38.123.695	0,72%
0 a 4 Anos	51,10%	48,90%	27.817	3.247.639	0,86%
5 a 9 Anos	50,78%	49,22%	28.306	3.183.873	0,89%
10 a 14 Anos	50,96%	49,04%	28.690	3.314.923	0,87%
15 a 19 Anos	51,28%	48,72%	28.749	3.565.004	0,81%
20 a 24 Anos	51,38%	48,62%	26.058	3.621.664	0,72%
25 a 29 Anos	50,89%	49,11%	21.659	3.381.172	0,64%
30 a 34 Anos	50,02%	49,98%	19.029	3.131.368	0,61%
35 a 39 Anos	49,65%	50,35%	17.763	2.954.589	0,60%
40 a 44 Anos	50,62%	49,38%	15.761	2.686.136	0,59%
45 a 49 Anos	51,70%	48,30%	13.456	2.284.362	0,59%
50 a 54 Anos	51,96%	48,04%	11.307	1.844.981	0,61%
55 a 59 Anos	51,85%	48,15%	9.667	1.398.784	0,69%
60 a 64 Anos	51,60%	48,40%	8.178	1.104.318	0,74%
65 a 69 Anos	52,46%	47,54%	6.466	880.470	0,73%
70 a 74 Anos	51,50%	48,50%	4.781	676.445	0,71%
75 Anos e Mais	47,53%	52,47%	5.775	847.967	0,68%

Fonte: Fundação SEADE – População – 2002

Partindo-se do princípio que as populações infantis e juvenis, acima mencionada, serão responsáveis pelas demandas em alimentação, educação, saúde, esporte, lazer, entre outras e, portanto, conforme dispõe a lei, não poderão trabalhar, fica evidente o grau de dependência dessa população diante dos recursos públicos transferidos para os municípios e, sobretudo, no compartilhamento da pequena renda auferida pelos seus familiares. Assim sendo, restará ao grupo das pessoas adultas nas faixas de 25 a 59 anos produzirem o sustento para os demais

grupos, visto que os 9% da população constituídos de idosos poderão contribuir com os recursos financeiros oriundos do sistema previdenciário ou rural.

O cenário da distribuição da população por faixa etária, sugerido pela tabela 2, torna-se ainda mais intrigante ao imaginar um número de jovens, na ordem de 20 % da população, buscando uma oportunidade de cursar o ensino do segundo grau e superior. O outro sonho do jovem local é conseguir uma ocupação na limitada oferta de trabalho da Região Administrativa de Registro, contribuindo para a oferta de menores salários por parte dos empregadores locais ou, como pior consequência, promovendo o aumento da delinquência e prostituição juvenil da região.

Embora seja difícil de comprovar, quando comparados os dados de 2002 da tabela 2 contra os dados de 2000 da tabela 1, tem-se um aumento de 3% da população da Região Administrativa de Registro, o que pode ser considerado um crescimento populacional baixo se confrontado com as demais regiões administrativas do estado. Por outro lado, pode-se entender como estimulante, se a variação do crescimento populacional, na sua maioria, se deu pela vinda de mais pessoas de outras regiões do estado ou do país, com o propósito de encontrar nos municípios do Vale do Ribeira o refúgio para os problemas dos grandes centros urbanos, sobretudo no que toca aos aspectos decorrentes da falta de segurança pública. Assim, de maneira indireta, esse novo contingente populacional acabará gerando a promoção do crescimento econômico dos municípios do Vale do Ribeira, visto que o mercado interno e o volume de recursos monetários passar a ser maiores e geradores de novos empregos.

A tabela 3 apresenta os índices demográficos das populações das regiões administrativas do Estado de São Paulo, tais como a quantidade de habitantes, os

indicativos de casamentos, natalidade e mortalidade por mil habitantes no Estado de São Paulo.

Tabela 3 – Índices demográficos das populações residentes nas Regiões Administrativas do Estado São Paulo – 2002

Regiões Administrativas	Número de habitantes	Nupcialidade por Mil habitantes	Natalidade por Mil habitantes	Natimortalidade por Mil Nascidos Vivos + Nascidos Mortos	Mortalidade	
					Geral por Mil habitantes	Infantil por Mil Nascidos Vivos
Estado de São Paulo	38.123.695	4,88	16,57	9,72	6,21	15,04
Região Metrop. São Paulo	18.345.032	4,93	17,95	9,79	5,97	15,27
RA de Registro	273.462	4,01	18,92	12,97	6,08	14,88
RA de Santos	1.531.461	4,13	16,68	13,52	7,43	21,61
RA de São José Campos	2.064.470	5,01	16,49	10,98	5,96	16,16
RA de Sorocaba	2.565.450	4,98	17,01	9,20	6,27	15,95
RA de Campinas	5.589.389	5,10	14,97	9,04	6,15	13,35
RA de Ribeirão Preto	1.093.154	4,85	15,60	7,05	6,11	11,49
RA de Bauru	984.137	4,54	14,68	9,73	7,05	15,16
RA de São José Rio Preto	1.335.011	4,74	12,24	6,02	6,66	11,99
RA de Araçatuba	685.120	5,01	12,85	8,22	6,44	15,22
RA de Presidente Prudente	800.633	4,52	13,79	8,89	6,57	15,67
RA de Marília	909.801	4,70	14,24	9,71	6,66	13,51
RA Central	881.079	4,64	13,83	9,43	6,52	10,91
RA de Barretos	403.826	4,40	13,84	9,74	6,73	13,06
RA de Franca	661.670	4,85	16,22	10,42	5,97	15,37

Fonte: Fundação SEADE – 2002

O índice de nupcialidade por mil habitantes da Região Administrativa de Registro, apontado na tabela 3, está abaixo dos demais índices das outras regiões e do Estado de São Paulo, contrapondo-se ao índice de natalidade por mil habitantes, que se encontram acima das demais regiões e, especialmente do Estado de São Paulo. A população da Região Administrativa de Registro corresponde a apenas 0,72% do total da população do Estado de São Paulo e se caracteriza por ser a menor concentração populacional do Estado, conforme demonstrado nas tabelas 2 e

3, com forte indicativo da presença de população jovem na faixa de 0 a 20 anos de idades, caracterizando-se por ser uma região carente e com necessidades econômicas presentes e futuras para atendimentos das demandas dessas populações.

De modo geral, tem-se um quadro social mais desesperador, pois uma parcela de jovens, entre 15 e 18 anos, estão sendo mães solteiras e dificilmente conseguem oficializar a união, restando-lhes a opção de morar junto com o companheiro ou continuarem nas suas famílias como um peso a mais, comprometendo a minguada renda familiar. Normalmente, quer por falta de informações ou renda para a aquisição de produtos anti-conceptivos, essas jovens acabam aumentando o número de filhos e comprometendo ainda mais o futuro dessas crianças, considerando-se as dificuldades para a obtenção de emprego e a falta de creches públicas para que essa mãe possa buscar qualquer tipo de trabalho no restrito mercado da região.

Pode-se entender que estão ocorrendo menos casamentos e mais nascimentos de crianças nos municípios do Vale do Ribeira, colocando-se em risco as estatísticas oficiais, visto que os custos apresentados pelos Cartórios de Registro Civil acabam inibindo não só os casamentos e muito mais os registros de nascimento de crianças nas camadas mais pobres das populações ribeirinhas, que, na sua maioria, estão distantes dos centros urbanos ou simplesmente não dispõem de recursos financeiros para tais demandas, aliados ao desconhecimento da gratuidade dos registros civis disposto em lei.

No tocante aos aspectos de mortalidade das populações do Vale do Ribeira e, mais especificamente, quando analisados os índices demográficos pertinentes às mortes ocorridas com crianças, tem-se outra prova do abandono social daquela

região administrativa. Sabidamente esses índices estão acima dos mesmos indicativos das demais regiões administrativas do Estado de São Paulo, caracterizando-se a falta do acompanhamento médico durante a gestação e, muito mais grave, a ausência de recursos que possibilitem maiores cuidados com a alimentação para as mulheres gestantes e crianças menores de um ano de vida.

O problema apontado acima se agrava ainda mais, visto que grande parte da população rural nem sempre faz parte das estatísticas sociais, por falta de registro de nascimento dos filhos menores de seis anos ou pela não realização de autópsia para a identificação da *causa mortis* dessa população infantil. Estes fatos acabam distorcendo o resultado final do conjunto de informações coletado pelas prefeituras locais ou por organismos dos estados ou do terceiro setor presentes na região. Ao mesmo tempo, de forma trágica, esse cenário econômico e social termina mantendo a máxima da credice popular: “Deus dá, Deus tira” ou “Aonde come um, comem dois, três ou mais”. (CANDIDO, 2001). No caso específico do Vale do Ribeira, tem-se uma população formada por uma rede familiar muito grande ou, ao mesmo tempo, mantida a tradição interiorana, um complexo ligamento de compadres e comadres por toda a região, dificultando, muitas vezes, as modificações sociais necessárias e, em outros casos, facilitando essas relações sociais, através da proteção direta dos interesses dos grupos dominantes. Dessa forma, pode-se entender o atraso econômico e social em que se perpetua a Região Administrativa de Registro.

Conforme índices sociais e econômicos apontados pelos organismos públicos e privados, a Região Administrativa de Registro está muito abaixo do quadro de crescimento e desenvolvimento de outras regiões administrativas do Estado de São Paulo, o mais rico da nação. Trata-se de uma situação trágica, pois, ao mesmo

tempo, equipara o Vale do Ribeira às regiões pobres, localizadas no Norte, Nordeste e Norte da Região Sudeste do país e, para tanto, basta analisar os dados contidos na tabela 4, para entender o grau de exclusão social das populações localizadas nos municípios do Vale do Ribeira.

A tabela 4 apresenta vários índices sociais pertinentes às populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, focando o grau da pobreza, da juventude, da alfabetização, da escolaridade, do emprego, da violência, da desigualdade e da exclusão social na região.

Tabela 4 – Índices sociais dos municípios da Região Administrativa de Registro – 2000

Municípios	Índices Sociais								
	Ranking	Pobreza	Juventude	Alfabetização	Escolaridade	Emprego Formal	Violência	Desigualdade	Exclusão Social
Barra do Turvo	3380 ^a	0,359	0,520	0,749	0,343	0,038	0,948	0,037	0,368
Cajati	2420 ^a	0,560	0,545	0,803	0,472	0,140	0,883	0,080	0,458
Cananéia	1966 ^a	0,612	0,611	0,851	0,524	0,095	0,876	0,101	0,480
Eldorado	2657 ^a	0,477	0,524	0,820	0,437	0,109	0,947	0,094	0,443
Iguape	1824 ^a	0,524	0,677	0,866	0,523	0,071	0,971	0,099	0,487
Ilha Comprida	709 ^a	0,656	0,729	0,894	0,632	0,156	0,898	0,167	0,548
Itariri	2341 ^a	0,573	0,576	0,846	0,478	0,094	0,869	0,102	0,461
Jacupiranga	1486 ^a	0,588	0,612	0,825	0,508	0,147	0,977	0,139	0,503
Juquiá	2474	0,536	0,595	0,802	0,467	0,126	0,844	0,090	0,454
Miracatu	2452	0,578	0,568	0,814	0,446	0,091	0,878	0,100	0,456
Pariquera-Açu	1274 ^a	0,644	0,626	0,868	0,549	0,145	0,913	0,141	0,513
Pedro de Toledo	2527 ^a	0,574	0,603	0,811	0,467	0,081	0,794	0,111	0,451
Registro	881 ^a	0,647	0,623	0,868	0,588	0,154	0,961	0,197	0,536
Sete Barras	2677 ^a	0,462	0,578	0,821	0,442	0,096	0,914	0,082	0,441

Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil – (Pochmann e Amorim, 2003)

No tocante aos índices de pobreza, quanto mais distante ele for do número 1, mais pobre será a população do município em estudo. Esse raciocínio se estende também, nos municípios do Vale do Ribeira, aos índices de desigualdade e exclusão

social, que se encontram muito abaixo do número 1, retratando o cenário social degenerativo das populações ribeirinhas da região em estudo. Somente os municípios de Ilha Comprida (SP) e Registro (SP) estão entre os 1.000 melhores municípios do país para se viver, tomando-se por base o município de São Caetano do Sul (SP), que se apresentou com o menor grau de exclusão social.

Classificando-se em primeiro lugar entre todos os municípios de menor exclusão social do Brasil, encontra-se o município de São Caetano do Sul (SP), localizado na Região Metropolitana de São Paulo, esse município dispõe dos seguintes índices: pobreza igual a 0,886; alfabetização igual a 0,949, escolaridade igual a 0,878, violência igual a 0,908; exclusão social igual a 0,864 e, somente os índices de emprego formal e desigualdade ficaram abaixo de 0,8, mas bem acima de 0,7 que não deixa de ser um bom índice, por estar mais próximo de um, quando comparado com os demais municípios e estados, identificados e localizados mais próximos de zero, com alto índice de exclusão social. (POCHMANN e AMORIM, 2003).

O índice de pobreza dos municípios do Vale do Ribeira está na média aritmética de 0,5 e retrata ainda a existência de um grande número de chefes de família com rendimentos muito próximos à linha de pobreza, porém pouco acima da pobreza absoluta. Levando em consideração os conceitos sobre pobreza estabelecidos em Rocha (2005), pode-se afirmar que essa região não apresenta a componente indigência ou fome como presença extrema e constante na vida dos seus moradores, considerando-se a existência das diversas formas de ajudas sociais e econômicas disponíveis na região, que em última análise, por ser agrícola, dispõe de outros meios para atender as demandas de alimentos para suas populações rurais.

Embora o índice de alfabetização esteja próximo de um, quando comparado com o nível educacional por faixa de idade, pode-se encontrar entre as populações do Vale do Ribeira, uma situação caracterizada pela presença de chefes de famílias com baixa escolaridade, em razão o número de anos ausentes dos bancos escolares, sem a devida conclusão dos cursos, sobretudo, o ensino básico fundamental. Esse fato decorre da evasão escolar ou inexistência de escolas rurais na infância e juventude desses chefes de famílias, refletindo na não conclusão dos cursos dos ensinos básicos e secundários, sobretudo pela necessidade de compor a renda familiar com a execução de atividades na economia informal ou em suas propriedades rurais.

A existência de uma oferta insignificante de emprego formal, em especial com carteira assinada, acaba provocando, quando associado às questões de escolaridade e alfabetização, um maior grau de exclusão social. Conseqüentemente essas populações são obrigadas a submeter-se ao trabalho em atividades sem as garantias previdenciárias e, pior ainda, com rendimentos muito abaixo dos ganhos auferidos em outras regiões, com oferta de mão-de-obra menos elevada, desqualificada e abundante do que na Região Administrativa de Registro.

Menos assustador vê-se o índice de violência do Vale do Ribeira, que está confortavelmente próximo de 1, propiciando aos municípios da região a desejosa garantia de segurança almejada pelas populações dos grandes centros urbanos ou regiões, que apresentam um grande contingente de jovens sem quaisquer perspectivas sociais e econômicas, levando-os à transgressão da lei.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Região Administrativa de Registro está muito próxima das regiões com maior grau de exclusão social, caracterizado pela constituição de famílias numerosas, analfabetas e que, cotidianamente, enfrentam

grandes dificuldades para não passarem fome, mesmo diante da disponibilidade de recursos agrícolas para a sustentação familiar.

Tais cenários estão presentes em 42% dos municípios brasileiros, equivalentes a 21% da população do país e, ao mesmo tempo, muito distante ainda do outro extremo composto por 3,6% dos 200 melhores municípios brasileiros, totalizando 26% da população que reside em áreas que apresentam um padrão de vida adequado. (POCHMANN e AMORIM, 2003)

Mesmo tendo, de forma insignificante, nos últimos dez anos, os dois últimos Governos do Estado de São Paulo, voltado os olhos para essa região tão esquecida e destoante das demais regiões do Estado, pode-se afirmar que o Vale do Ribeira está realmente desamparado social, econômico e politicamente, pois os governos anteriores pouco fizeram para essa região, que começou a ser olhada pelos setores públicos a partir da construção da Rodovia Regis Bittencourt nos anos de 1960 e depois da presença de forças opositoras ao regime militar, nos meados dos anos de 1970, quando ocorreram conflitos armados na região, provocando o que a imprensa chamou de “redescobrimento” do Vale do Ribeira por parte do governo estadual apoiado pelos governos militares da época.

A afirmativa de abandono ou esquecimento público ganha força, sabendo-se que as demais regiões administrativas do Estado receberam, desproporcionalmente, no mesmo período, um maior volume de investimento em infra-estrutura de equipamentos públicos, visando o crescimento e desenvolvimento regional do Estado, diferentemente do que ocorreu e ocorre com a Região do Vale do Ribeira.

Cabe destacar que as outras regiões administrativas do Estado de São Paulo não ficaram estacionadas na produção de uma única espécie agrícola, sujeita às mais diversas interferências econômicas no mercado nacional, devido ao baixo valor

agregado do setor rural do segmento de frutas tropicais ou, optaram pela cultura de produtos com forte aceitação no mercado externo, garantidores do ingresso de recursos em moedas estrangeiras, responsáveis diretas pela alavancagem da economia regionais, que plantaram ou plantam café, cana-de-açúcar, laranja e outros produtos tidos como *commodities*.

2.3. A situação do trabalho e da renda nos municípios da Região Administrativa de Registro

Comprovadamente a Região do Vale do Ribeira apresenta um dos menores percentuais de trabalhadores com carteira assinada, quando comparado com os números das demais regiões administrativas do Estado de São Paulo, conforme consta na tabela 5, que detalha a distribuição desses trabalhadores por setores das atividades econômicas encontradas na região.

A tabela 5 permite também identificar os setores caracterizados pela menor exigência da capacitação profissional, bem como os de maior alocação de mão-de-obra com carteira assinada. Sem sobra de dúvidas essa situação passa a ser a prova cabal do abandono e esquecimento da região por parte das autoridades governamentais e também por representantes da iniciativa privada, quanto à implementação de políticas públicas ao crescimento e desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, visando a atração de investimentos privados interessados em utilizar as externalidades positivas da Região em estudo, especialmente nos segmentos de turismo e agronegócios.

Tabela 5 – Trabalhadores celetistas nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2000 – 2002

Regiões Administrativas	Setores de Atividades Econômicas						% do Total de Celetistas
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	
Estado de São Paulo	1.964.171	290.394	1.470.746	3.228.647	313.195	7.267.153	100,00%
RMSP	959.200	181.560	767.210	1.961.517	10.901	3.880.388	53,40%
RA Araçatuba	39.733	3.389	20.748	32.793	11.524	108.187	1,49%
RA Baixada Santista	21.367	13.163	49.179	138.379	1.782	223.870	3,08%
RA Central	52.316	5.642	32.239	51.452	34.839	176.488	2,43%
RA Barretos	12.971	1.490	13.109	15.460	24.148	67.178	0,92%
RA de Bauru	52.643	4.560	34.971	67.407	21.002	180.583	2,48%
RA Campinas	392.017	33.193	228.552	405.825	60.667	1.120.254	15,42%
RA Franca	44.500	2.205	20.265	30.251	13.090	110.311	1,52%
RA Marília	35.032	3.806	30.400	40.802	25.435	135.475	1,86%
RA Pres. Prudente	23.298	4.682	23.874	36.713	11.443	100.010	1,38%
RA Registro	2.644	534	5.664	8.697	5.547	23.086	0,32%
RA Ribeirão Preto	49.936	9.596	49.110	83.682	18.906	211.230	2,91%
RA São José Rio Preto	50.735	7.624	47.225	69.728	23.078	198.390	2,73%
RA São José Campos	97.131	9.627	67.960	140.556	8.690	323.964	4,46%
RA Sorocaba	130.648	9.323	80.240	145.385	42.143	407.739	5,61%

Fonte: Fundação SEADE e Fundo de Amparo ao Trabalhador – 2003

Sabe-se que o segmento do setor terciário voltado a serviços será, sem sobra de dúvidas, o grande propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico das regiões com características agrícolas, que apresentam fatores impeditivos para a implementação do processo de industrialização tradicional. (KON, 2004).

A concentração desses trabalhadores, na área urbana dos municípios do Vale do Ribeira, conforme descrito na tabela 5, dá-se nos setores de atividades econômicas de prestação de serviços públicos municipais e estaduais ou no comércio e serviços, formados por micros e pequenas empresas, geralmente familiares, que empregam uma pequena quantidade de trabalhadores urbanos, que

residem nas proximidades do local de trabalho ou se deslocam a pé ou de bicicleta para as empresas contratantes.

Por outro lado, complementando o processo de distribuição populacional, vê-se um grande número de pessoas ligadas ao setor primário, trabalhando na agricultura, na pecuária e na exploração extrativista, localizadas nas inúmeras e pequenas propriedades rurais dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro. Essas pessoas vivem geralmente nas áreas rurais ou nos anéis de pobreza nas sedes dos municípios, sem quaisquer expectativas para o alcance do bem estar social desejado por todos os habitantes das regiões menos desenvolvidas e de tal forma resignados, e enclausurados em sua fé, pelo destino a que são submetidos. Dessa forma, levando-se em conta o número de habitantes do Vale do Ribeira, em especial aqueles que se encontram em idade para trabalhar, pode-se entender que essa massa de trabalhadores, na sua grande maioria, constituída por jovens ou adultos oriundos das áreas rurais, está na economia informal, trabalhando em atividades em que não há registro em carteira. Prestam serviços diversos nas sedes dos municípios, sobretudo trabalhando por conta própria no setor da construção civil ou em atividades relacionadas ao corte e encaixotamento de bananas, destinadas aos mercados consumidores dos grandes centros urbanos inter-regional no Estado de São Paulo.

Há ainda uma pequena quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade ilegal da extração do palmito, obtendo valores expressivos de renda quando comparados aos baixos salários ou ganhos dos demais trabalhadores urbanos ou rurais do Vale do Ribeira e, de certa forma, passando a ser uma atividade de risco, porém atrativa para os jovens e pais de famílias sem quaisquer perspectivas de melhoria ou bem estar social. Comenta-se valer o risco de ser preso, visto que a

legislação ambiental restringe essa atividade, que geralmente ocorre com a invasão de propriedades particulares, mas na sua maioria, em terras públicas tidas como reservas ambientais.

Assim, fica claro o desinteresse dos setores públicos e privados para a instalação de infra-estrutura necessária, visando atrair empresas dos setores ligados às indústrias, serviços e agronegócios passíveis de se estabelecerem no Vale do Ribeira, considerando-se a sua localização privilegiada de acesso aos mercados dos Estados do Sudeste, Sul e Mercosul. Esse cenário é um dos piores, pois os indivíduos, que se enquadram nesse quadro social e econômico, não dispõem dos mínimos recursos de atendimentos públicos e previdenciários, sem contar os direitos trabalhistas deixados de lado por negligência dos empregadores e do Estado como agente fiscalizador. Na maioria das vezes acabam sendo vítimas do processo do excesso de mão-de-obra desqualificada e são obrigados a aceitar os menores salários para os mais longos turnos de trabalhos pesados.

Levando-se em conta a vocação agrícola da grande maioria dos municípios do Vale do Ribeira, cabe às autoridades públicas locais e estaduais ampliarem o processo de investimentos nos setores de agronegócios e turismo para a geração de empregos e renda, visando a fixação dos trabalhadores em seus municípios. Vale destacar que os municípios das outras regiões administrativas do Estado de São Paulo, bem mais próximas dos grandes centros consumidores das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram, tempos passados, as mesmas dificuldades para estabilizarem suas atividades rurais.

No médio e longo prazo, várias regiões administrativas paulistas conseguiram modificar os seus quadros regionais, deixando parte das atividades do setor primário e ingressando em outros segmentos dos setores secundários e terciários, quando

não exercidas em paralelo, ao fortalecimento da região nos vários setores das atividades econômicas e específicas de cada região do Estado de São Paulo.

Na tabela 6, tem-se a comprovação do baixo nível de renda das populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, pois além do pequeno número de trabalhadores com carteira assinada, o salário médio desses trabalhadores também está muito abaixo das médias salariais das demais Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

Tabela 6 – Índice do salário médio no emprego formal nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2000 e 2002

Regiões Administrativas	2000			2002		
	Homens	Mulheres	Médio	Homens	Mulheres	Médio
Estado de São Paulo - em R\$	1.425,27	1.153,04	1.321,97	1.294,17	1.033,41	1.192,68
Estado de São Paulo – em %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Metrop. de São Paulo	1,172	1,149	1,157	1,168	1,138	1,150
RA de Araçatuba	0,583	0,558	0,574	0,577	0,599	0,585
RA Baixada Santista	0,926	0,870	0,912	0,935	0,906	0,930
RA Central	0,646	0,643	0,652	0,673	0,658	0,676
RA de Barretos	0,543	0,549	0,553	0,557	0,556	0,565
RA de Bauru	0,657	0,679	0,670	0,658	0,692	0,675
RA de Campinas	0,905	0,850	0,894	0,904	0,882	0,903
RA de Franca	0,604	0,610	0,613	0,611	0,635	0,625
RA de Marília	0,595	0,639	0,613	0,586	0,653	0,612
RA de Presidente Prudente	0,592	0,650	0,613	0,587	0,660	0,614
RA de Registro	0,520	0,637	0,559	0,514	0,638	0,556
RA de Ribeirão Preto	0,790	0,814	0,802	0,772	0,783	0,782
RA de São José do Rio Preto	0,610	0,691	0,639	0,589	0,685	0,623
RA de São José dos Campos	1,028	0,829	0,980	1,126	0,889	1,069
RA de Sorocaba	0,709	0,668	0,704	0,719	0,698	0,720

Fonte: Fundação SEADE e Fundo de Amparo ao Trabalhador – 2003 (Deflator: INPC)

Destaque especial para os índices médios de rendimento mensais obtidos nas regiões metropolitanas e em outras regiões administrativas, que possuem uma

forte presença da indústria de base e de transformação e o emprego acentuado de tecnologia, oriundo de grande volume de investimentos públicos e privados, de acordo com os interesses específicos dos grupos econômicos nacionais e internacionais envolvidos nos processos, bem como das estratégias desenvolvimentistas apregoadas pelos governos do estado e da união em períodos passados.

O resultado demonstrado nas outras regiões administrativas fortalece a afirmativa de que, quanto mais rico os municípios que compõem essas regiões administrativas, maiores serão as oportunidades de emprego e renda para as suas populações. Essa situação demonstra que o custo de produção no Vale do Ribeira é bem menor do que em outras regiões do estado e, sob outra ótica, que o valor pago ao trabalhador ribeirinho reflete a lei da oferta e demanda de mão-de-obra e das suas características básicas relativas ao grau de subdesenvolvimento: barata, desqualificada e abundante. Isso ocorre em razão da existência de um grande número de trabalhadores dispostos a trabalhar por um salário bem menor, só para ter os benefícios das carteiras assinadas e seus respaldos sociais e previdenciários e, para tanto, acabam vítimas de problemas trabalhistas cometidos pelos empregadores locais, visto que nem sempre os sindicatos locais representam os interesses dos trabalhadores, quer pelo seu tamanho ou pelo seu controle, que não tem a representatividade total dos trabalhadores das categorias.

Se forem comparados os índices do ano de 2000 com os de 2002, no caso específico da Região Administrativa de Registro, tem-se uma queda no rendimento médio de um ano para o outro. Porém, observa-se que as mulheres passaram a ter um ganho maior no mesmo período ou, como alternativa para justificar o fato, pode-se entender o ingresso de um número maior de mulheres no mercado de trabalho e,

ao mesmo tempo, deduz-se que as mulheres passam a ocupar em maior quantidade a chefia da família em termo de composição de renda. Como a variação de um ano para o outro é ínfima, pode-se entender que a composição da massa salarial que produziu o crescimento se dá por salários mínimos pagos para o grupo de mulheres que representam o resultado da tabela acima.

Considerando-se, conforme demonstrado acima, o índice dos salários pagos aos trabalhadores na Região Administrativa de Registro, pode-se entender a razão da baixa expressividade do comércio regional. Essa situação de fragilidade e pequenez se dá pelo fato de que a renda é escassa e insuficiente para atender às demandas das famílias desses trabalhadores, pouco se consome ou consome-se o mínimo necessário para a sobrevivência das famílias, que são obrigadas a buscar recursos em outras formas de trabalhos ou atividades econômicas informais. Como consequência direta dos baixos rendimentos, a maioria das famílias desses municípios estará, constantemente, buscando todos os tipos de auxílios nas prefeituras municipais, igrejas e outras entidades filantrópicas. O objetivo principal da busca desse socorro visa compensar as suas impossibilidades de aquisição de bens e serviços. Por outro lado, de forma lenta e fragmentada, órgãos públicos municipais ficam responsáveis diretos no repasse de recursos para a população carente, fazendo com que tais auxílios tornem-se moedas políticas eleitoreiras nas mãos de indivíduos inescrupulosos e oportunistas.

Outro aspecto importante a ser destacado refere-se ao fato das populações com baixa renda ou sem renda, estarem sempre submetidas aos maiores riscos para contraírem doenças tropicais ou manterem-se por muito tempo no cenário de subnutrição. Tais ocorrências se dão, quer por falta de higiene pessoal ou coletiva; ou ainda pela inexistência dos recursos mínimos relacionados aos bens públicos ou

meritórios voltados ao atendimento das demandas reprimidas das populações urbanas e rurais dos municípios do Vale do Ribeira, ou, em última análise por falta de uma alimentação condizente com suas necessidades mínimas.

Quando comparado os valores nominais dos anos de 2000 e 2002, a queda apresentada nas médias salariais pagas, decorreu dos arrochos salariais oriundos das políticas econômicas praticadas pelo governo FHC, especialmente após a especulação financeira internacional à qual o Brasil foi submetido no final de 1998 e início de 1999, em razão da possibilidade da eleição do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, os índices internacionais apontavam a economia brasileira com enorme risco para investimentos estrangeiros e os juros reais internos explodiram, inibindo as atividades econômicas produtivas e, ao mesmo tempo, provocando fortes impactos na economia de todas as regiões do país, caracterizadas pelo alto grau de dependência do consumo de produtos de qualquer valor agregado e voltado basicamente para o mercado interno.

A tabela 7 apresenta a evolução, em percentuais, dos rendimentos em salários mínimos das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares nos municípios da Região Administrativa de Registro, permitindo que sejam estabelecidas comparações entre os percentuais dos anos de 1991 e 2000.

Feita a análise dos percentuais, percebe-se a redução acentuada do número de habitantes na faixa de rendimentos menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo em todos os municípios da Região Administrativa de Registro. O mesmo já não ocorre com a mesma intensidade para as faixas maiores ou iguais a $\frac{1}{2}$ salário e menores que 3 salários mínimos, o que não deixa de ser um bom resultado, pois comprova que a população passou a auferir maior volume de rendimentos, mesmo que seja em salários mínimos.

Tabela 7 – Rendimentos das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes - 1991 e 2000 - (em percentuais)

Municípios	Rendimentos em Salários Mínimos (em Percentual)													
	< 1/2		>= 1/2 e < 1		>= 1 e < 2		>= 2 e < 3		>= 3 e > 5		>= 5 e < 10		>= 10	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Barra do Turvo	11,6	3,5	33,2	26,2	30,8	18,4	9,3	8,7	4,7	6,7	2,4	6,8	1,3	2,0
Cajati	-	0,8	-	20,5	-	21,1	-	12,2	-	14,7	-	10,5	-	4,2
Cananéia	11,4	2,2	24,1	23,8	22,5	23,6	12,4	13,0	9,4	14,3	7,4	12,0	2,7	5,3
Eldorado	7,9	1,3	23,8	31,0	33,3	25,9	10,9	8,6	7,9	9,9	6,4	9,5	4,3	4,9
Iguape	6,4	1,0	19,4	22,9	28,0	22,7	11,9	10,9	9,8	11,4	6,3	10,9	3,1	5,2
Ilha Comprida	-	0,9	-	15,8	-	20,6	-	12,2	-	17,5	-	13,7	-	13,7
Itariri	8,3	1,1	23,6	22,6	29,5	23,0	14,0	12,3	8,9	13,6	7,8	11,4	4,6	5,3
Jacupiranga	4,6	0,6	12,1	22,1	31,0	24,4	17,1	12,0	12,5	12,4	7,3	14,1	3,4	7,1
Juquiá	5,3	0,7	16,8	22,2	34,1	23,2	16,8	11,2	12,1	13,7	7,8	10,3	2,7	4,7
Miracatu	5,6	1,3	18,6	22,5	31,9	28,6	15,9	11,7	9,2	12,4	8,6	9,5	5,7	5,2
Pariquera-Açu	5,3	0,9	14,8	20,9	32,9	21,0	16,2	15,4	14,5	15,5	7,7	12,5	4,0	7,2
Pedro de Toledo	8,3	1,1	15,7	24,8	36,1	23,2	15,9	11,2	10,3	12,8	7,5	11,6	2,6	5,8
Registro	6,9	0,8	20,6	18,8	28,3	19,9	12,6	13,4	11,0	14,2	10,5	14,0	7,1	9,8
Sete Barras	5,3	2,0	20,0	31,0	35,0	26,2	15,1	8,9	8,9	8,6	5,1	4,3	5,1	4,3

Fonte: Fundação SEADE

Quando analisados os rendimentos, nas faixas entre 3 e 10 salários mínimos, tem-se um resultado comprovador do crescimento da renda dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em todos os municípios ora estudados, mesmo que o crescimento seja menos acentuado para a faixa superior a 10 salários mínimos. As situações descritas certificam que uma grande parte da população mudou positivamente de faixa de rendimentos e passou a desfrutar de uma maior renda para atendimento das suas demandas. Não vale aqui considerações a respeito do poder de compra do salário mínimo do país, mas sim o fator positivo do crescimento do ganho para os responsáveis dos domicílios.

Podem-se levantar várias hipóteses para justificar a mudança positiva das faixas de rendimentos e a mais evidente refere-se a maior oferta de trabalho

remunerado nos municípios da Região Administrativa de Registro, decorrentes das melhorias econômicas nas atividades produtivas da região. A outra justificativa pode estar atrelada ao maior número de pessoas que migraram para o Vale do Ribeira ou ainda pela melhoria no grau de estudo das pessoas, que no ano de 1991 não exerciam qualquer tipo de atividade econômica. Vale destacar que o volume de rendimentos nas faixas entre 5 e 10 salários mínimos encontra-se com o funcionalismo público e os rendimentos superiores a 10 salários concentram trabalhadores especializados, profissionais liberais e grandes proprietários de terras.

Cabe ressaltar que o quadro descrito acima como favorável apresenta ainda alguns vieses negativos, pois fica abaixo das médias da concentração de rendimentos por habitantes em outras regiões administrativas do estado. Dessa forma, pode-se afirmar que o fator rendimento das populações ribeirinhas ainda é um dos responsáveis pelo entrave no crescimento econômico da região, pois a concentração do número de pessoas nas faixas mais baixas explica a paralisação da economia regional. Tais fatos resultam em problemas sociais e econômicos das mais diversas ordens, acentuando-se ainda mais a má distribuição da renda para as populações dos municípios da Região Administrativa de Registro e, sobretudo, retardando o processo de mudanças para a inclusão dessa região em um cenário mais favorável para a atração de novos investimentos privados ou públicos.

Outra complicação decorrente da distribuição inadequada da oferta de emprego e renda acaba gerando um processo migratório intra-regional e promovendo, cada vez mais, a necessidade de criação de moradias de baixos custos para as populações essas populações de baixa renda, geralmente expulsas do campo e mal sucedidas nos centros dos municípios do Vale do Ribeira. Esses empreendimentos exigem a instalação de infra-estrutura básica por parte das

prefeituras locais, que não dispõem de recursos financeiros para tanto, levando-as a improvisação ou a tomada de mais recursos junto aos governos do Estado ou da União.

Como a oferta desses imóveis, para as populações de baixa renda, localizados cada vez mais distante do centro urbano, fica abaixo da demanda reprimida por moradias dignas, os pretendentes dos bens em questão acabam sendo manipulados como moedas eleitorais nos pleitos municipais ou estaduais no Vale do Ribeira ou acabam sendo vítimas de agenciadores com listas falsas ou golpistas de todas as espécies, que tiram os minguados recursos financeiros da população pobre interessada nas moradias ou, vivem ainda, na longa expectativa da ocorrência dos sorteios para a distribuição das moradias ou valem-se da intermediação facilitadora de políticos ligados aos partidos detentores do poder municipal.

2.4. Aspectos de infra-estrutura viária, de eletricidade e de saneamento básico dos municípios do Vale do Ribeira

Na década de 1970, segundo Ab'Saber (1985), o Vale do Ribeira dispunha da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA, empresa responsável pelo planejamento e desenvolvimento da região, que, entre suas várias atividades, destacavam-se pela abertura e manutenção das estradas vicinais e outras obras de infra-estrutura na região, hoje, com parte, incorporada pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Na mesma década, também foi criada a Companhia de Saneamento do Vale do Ribeira – SANEVALE, que era a

empresa pública responsável pela implementação da infra-estrutura para o funcionamento da rede de água e esgoto nos municípios do Vale do Ribeira, que hoje são atendidos pela SABESP. Paralelamente foi implementado um projeto de eletrificação rural, administrado por uma empresa pública regional, hoje incorporada pela CESP.

Tratou-se de um processo revolucionário para a época, visto que proporcionou a geração de emprego e renda e, com maior amplitude, a integração do elemento do campo com os benefícios encontrados no padrão de consumo das cidades, pois os agricultores, com grande esforço econômico financeiro, passaram a demandar bens de consumo duráveis, dando assim o conforto necessário para suas famílias e, ao mesmo tempo, modernizando o processo produtivo das suas terras, visto que, a presença da energia elétrica nas áreas rurais, tornou mais fácil a execução das tarefas que eram praticadas por um grande número de trabalhadores braçais, passando a ser realizadas em menor tempo e com maior qualidade e menor custo de produção, sem contar o aumento de produtividade das terras que foram beneficiadas pelo evento de eletrificação rural.

Caso essas empresas não tivessem existido ou atendido às demandas de saneamento básico de água, esgoto e eletricidade e infra-estrutura viária do Vale do Ribeira, na certa o volume de investimentos necessários à realização das obras em questão não estariam disponibilizados no orçamento do Estado e o Vale do Ribeira não teria os índices satisfatórios de atendimento urbano e rural que se tem hoje, assegurando um grande atraso econômico e social para a região. .

A tabela 8 apresenta os dados sobre a situação das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, permitindo a comparação do estágio de preservação ambiental dos principais rios paulistas, apontando o nível de poluição dos mesmos,

frente à necessidade de reposição de oxigênio em suas águas, que na grande maioria foram poluídas pelo lançamento de esgoto doméstico ou resíduos industriais e agrícolas sem tratamento.

Tabela 8 – Nível de atendimento dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto e demanda de oxigênio – 2001

Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Bacias Hidrográficas)	Atendimento (%)		Demanda Bioquímica de Oxigênio Potencial (dbo / dia)	Demanda Bioquímica de Oxigênio Remanescente (dbo / dia)
	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto		
Aguapeí	89,00	95,65	502,69	226,06
Alto Paranapanema	88,43	95,83	807,31	425,20
Alto Tietê	54,76	53,48	26.942,32	18.692,97
Baixada Santista	38,56	96,89	8.811,56	4.685,44
Baixo Pardo / Grande	98,33	71,56	1.302,75	847,08
Baixo Tietê	96,53	97,94	795,36	328,10
Litoral Norte	17,50	100,00	2.939,50	2.352,75
Mantiqueira	57,00	100,00	926,00	904,00
Médio Paranapanema	90,17	90,30	702,49	426,95
Mogi Guaçu	91,50	75,79	1.674,70	1.226,39
Paraíba do Sul	79,41	66,32	2.590,41	2.018,06
Pardo	96,09	72,18	2.115,52	1.322,57
Peixe	87,96	96,90	775,46	584,69
Piracicaba / Capivari / Jundiaí	75,53	54,15	3.858,28	3.370,09
Pontal do Paranapanema	90,79	100,00	999,76	377,86
Ribeira de Iguape / Litoral Sul	59,04	96,47	549,61	328,57
São José dos Dourados	93,12	99,76	392,72	88,68
Sapucaí / Grande	97,27	86,15	1.403,00	727,23
Tietê / Batalha	95,64	95,94	670,55	469,82
Tietê / Jacaré	96,53	77,63	1.987,53	1.628,38
Tietê/ Sorocaba	79,45	61,80	2.218,94	1.826,39
Turvo / Grande	96,56	87,84	856,33	711,34

Fonte: Fundação SEADE e CETESP – 2001

Destaque especial para a bacia do Rio Ribeira de Iguape que é uma das menos poluídas do estado, quando comparada com as demais, embora, de forma menos acentuada, já apresente sinais de poluição decorrente das presenças de esgoto doméstico não tratado, fertilizantes, pesticidas lançados pela população das

áreas rurais e também por chumbo oriundos de antigas minas desativadas no alto ribeira. Assim, conforme dados disponibilizados nas tabelas 8 e 9, como característica básica de subdesenvolvimento, a baixa disponibilidade de infra-estrutura voltada ao saneamento básico, coloca os habitantes das áreas rurais dos municípios da Região Administrativa de Registro em situação social muito aquém das necessidades mínimas para que essas populações possam desfrutar do bem estar social apregoado pelos administradores públicos e defendidos pelas entidades internacionais de saúde. Em alguns municípios da região, devido a organização e pressão política de algumas comunidades rurais, mais próximas dos centros urbanos, a SABESP instalou e está ampliando o atendimento do serviço de água tratada, visando minimizar os problemas de saúde decorrente do uso de água de poços ou rios prejudiciais a vida humana.

O fato das populações desses municípios terem uma característica mais rural que urbana, talvez seja a maior razão da dificuldade para a expansão do atendimento de saneamento básico e, portanto o fator estimulador dos problemas de saúde pública, tão comum naquela região em virtude do precário serviço público apresentado nos últimos anos. Essa situação de saúde pública se complica, sobretudo, no interior dos municípios ribeirinhos, onde ainda se encontra um grande número de moradores, que acreditam nas bezendeiras ou rezadeiras e nas suas curas milagrosas, agravando, muitas vezes, a situação de saúde das crianças e idosos e, em alguns casos, provocando o óbito dos envolvidos.

Comparando-se o percentual médio do atendimento da coleta de esgoto dos municípios da Região Administrativa de Registro servidos pela Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape / Litoral Sul, conforme dados contidos na tabela 8, pode-se entender perfeitamente da necessidade de expansão das redes de coletas dos

esgotos para as áreas rurais dos municípios, visto que a tabela em questão demonstra apenas índices satisfatórios relativos à prestação do serviço público para as populações urbanas dos municípios da região em estudo. Dessa forma, fazem-se necessários investimentos públicos para que sejam encontradas alternativas para a coleta dos dejetos residenciais e o seu devido tratamento, evitando-se que os mesmos sejam jogados nos afluentes do Rio Ribeira de Iguape.

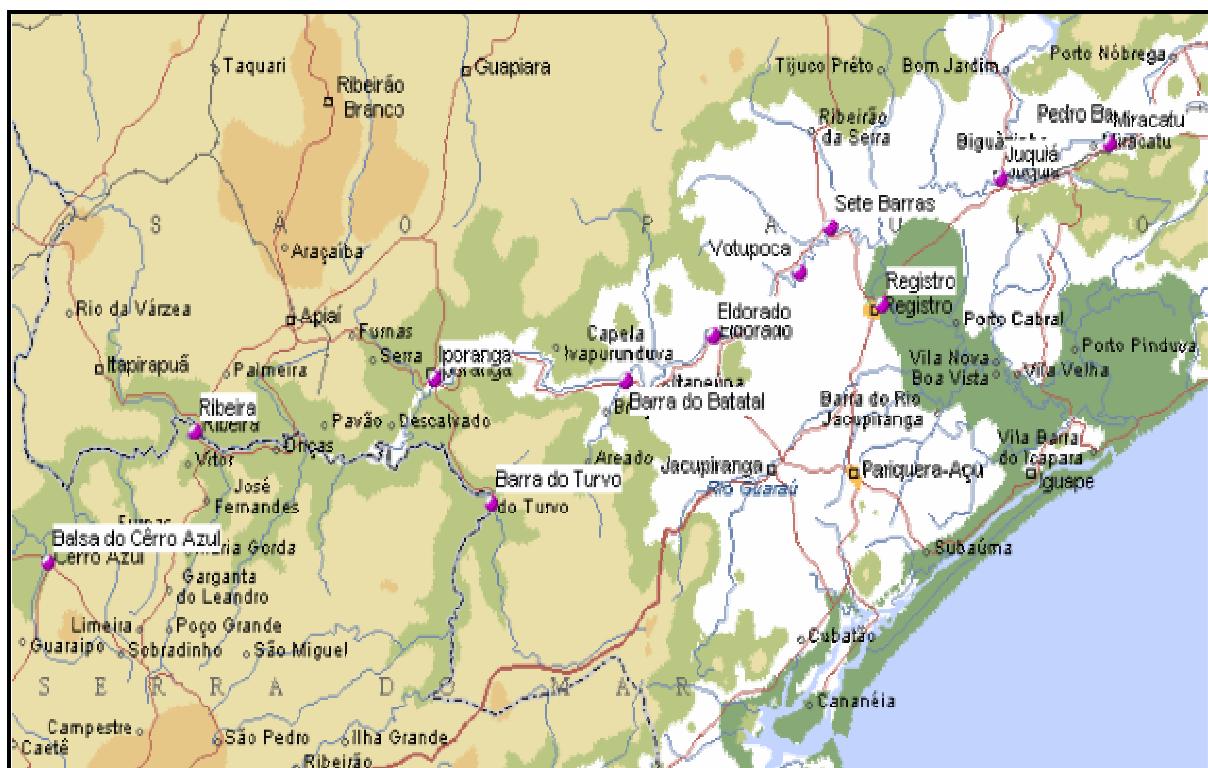
No mapa 4, tem-se a identificação dos pontos de coletas e monitoramento para a medição do nível de poluição das águas do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, possibilitando-se a identificação de possíveis variações na qualidade e composição das águas do referido rio e, ao mesmo tempo, permitindo que ações corretivas sejam tomadas pelos organismos responsáveis pelo controle das águas no Estado de São Paulo.

No que toca ao montante de poluição dos rios que recebem os esgotos não tratados, observa-se que o Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, quando comparados com os outros receptores de esgoto das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, apresentam-se muito menos poluídos que os demais recursos hidrográficos do Estado, conforme demonstram os volumes de demanda bioquímica de oxigênio nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

A demanda bioquímica de oxigênio refere-se à quantidade de oxigênio necessária para manter a decomposição biológica da matéria orgânica contida nos rios e, neste caso, quanto mais poluição existir, mais oxigênio será necessário para manter o rio vivo. Neste sentido, os rios do Estado de São Paulo que recebem grande quantidade de esgotos não tratados, necessitam bem mais oxigênio para a dispersão bioquímica dos poluentes lançados em seus leitos, o que não garante a sua preservação. Vale destacar que uma grande parte da população rural da Região

Administrativa de Registro ainda não tem o sistema de tratamento do esgoto domiciliar e, quando o tiverem, certamente, o resultado final desse tratamento continuará a ser lançado no Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, comprometendo a qualidade do referido rio e seus afluentes.

Mapa 4 – Pontos de medição do nível da poluição da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e afluentes



O crescimento econômico das regiões administrativas mais desenvolvidas no Estado de São Paulo decorreu de um acirrado processo de industrialização a qualquer preço, mantido paralelamente à manutenção ou expansão do modelo agro exportador, mais voltado a *commodities*, com forte penetração no mercado externo e, consequentemente, hoje, os municípios industrializados sofrem dos males modernos decorrentes dos resíduos industriais não tratados e lançados nas bacias dos rios das suas regiões. Processo idêntico ocorre no município de Cajati (SP),

onde estão localizadas duas grandes unidades industriais altamente poluidoras, visto que produzem cimento, cal, bem como, ração animal, entre outros produtos afins, para o mercado interno e externo. Por maiores que sejam os cuidados e os níveis de obediência às legislações ambientais do Estado e da União, um pólo industrial de cimento e fertilizante afetará diretamente a população dos municípios e da região, em especial no tocante ao crescimento acentuado das doenças respiratórias decorrentes da grande quantidade de poeira carregada pelo vento oriunda das escavações e estocagem do calcário.

O processo de produção do cimento e outros materiais afins acabam provocando o aumento do nível de poluição nos rios e afluentes no município de Cajati (SP). Esse fato dá-se em razão da má contenção dos produtos químicos e resíduos sólidos (nitratos e fosfatos) pelas barragens e lagoas das mineradoras, resultando na elevação do Ph da água e na contaminação dos peixes, produtos agrícolas e animais, comprometendo a qualidade da alimentação dos moradores da cidade e região.

A tabela 9 apresenta os percentuais de atendimento domiciliar de abrangência dos serviços públicos de primeira necessidade e retrata a quantidade de pontos servidos pela rede de água e esgoto e, ao mesmo tempo, destaca a qualidade do atendimento urbano quanto aos serviços de saneamento básico, voltados à disponibilidade da infra-estrutura de água e esgoto e coleta de lixo somente para a área urbana dos municípios que compõem o Vale do Ribeira.

Os percentuais apresentados na tabela 9 estão acima da média de atendimento do serviço de distribuição de água e coleta de esgoto no Estado de São Paulo, porém, pelo fato de atender apenas a população urbana dos municípios da Região Administrativa de Registro, devem ser considerados ruins, ficando abaixo

das médias dos grandes centros urbanos. Devem ser levados em consideração os fatos das populações ribeirinhas despejarem seus dejetos residenciais nos diversos afluentes do Rio Ribeira de Iguape, quando não no próprio rio e, ao mesmo tempo, passarem a utilizar a água desses rios ou de poços muito próximos dos mesmos para a higiene pessoal ou para beber, sem qualquer tipo de tratamento.

Tabela 9 - Saneamento básico urbano dos municípios da Região Administrativa de Registro – ano 2000 – em % de atendimento domiciliar

Municípios	Água	Esgoto	Coleta-Lixo
Barra do Turvo	98,73	71,29	97,74
Cajati	96,70	69,19	98,09
Cananéia	93,56	62,84	96,70
Eldorado	98,58	84,87	96,70
Iguape	93,51	54,61	96,65
Ilha Comprida	74,54	23,99	93,08
Itariri	Nd	Nd	Nd
Jacupiranga	98,92	83,90	98,84
Juquiá	92,78	66,62	94,36
Miracatu	95,41	61,69	93,30
Pariquera-Açu	93,84	63,29	96,64
Pedro de Toledo	88,35	55,50	91,80
Registro	94,17	74,24	94,79
Sete Barras	99,17	92,43	98,42

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

A grande questão a ser discutida refere-se ao fato de como solucionar o problema do não atendimento do saneamento básico para as populações rurais dos municípios acima destacados, considerando-se a extensão das áreas rurais, a distribuição demográfica dessa população, que nem sempre se encontram agrupadas em vilas ou bairros e, ao mesmo tempo, o volume de recursos financeiros necessários para a expansão da rede de distribuição de água e esgoto.

O mesmo pode ser mencionado do sistema de tratamento do lixo coletado nas áreas urbanas e em pequena quantidade, semanalmente, em alguns dos bairros rurais, visto que os lixões são abertos e não sofrem qualquer tipo de tratamento, contribuindo para a poluição de mananciais, reproduzindo, juntamente com a falta de tratamento dos esgotos domésticos, a proliferação de doenças, tanto para as populações rurais e muito mais para as populações urbanas, que presumem estarem protegidas e assistidas pelo estado e municípios. Estende-se essa problemática, com maior grau de abrangência e complicações de saúde pública, aos municípios litorâneos, sobretudo, nos períodos de temporadas, quando as populações dos municípios paulistas de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida praticamente dobram, promovendo colapso nos sistemas de abastecimento de água e esgoto e na coleta de lixo, que, no mínimo, atendem o novo fluxo populacional com qualidade duvidosa dos serviços, prejudicando os moradores locais, que ficam mais vulneráveis às doenças trazidas de outras partes do estado. As consequências diretas e mais graves dos problemas acima são observadas na qualidade dos índices de balneabilidade das praias mais próximas aos centros dos municípios acima mencionados, exigindo que os turistas e moradores locais se desloquem para praias mais distantes.

Cabe destacar que a exploração dos serviços de oferta de água e esgoto está sob a responsabilidade do estado, considerando-se que as prefeituras municipais não teriam recursos técnicos e financeiros ou os mesmos não suficientes aos investimentos necessários à administração das redes existentes e, muito menos, para a sua ampliação, visando atingir novos pontos de distribuição de água potável ou coleta de esgoto. Consequentemente, o baixo índice de investimentos leva à existência de anéis de pobreza em torno da sede dos municípios mais desenvolvidos

em termos de comércio regional ou de industrialização, formando novas vilas ou favelas, cuja população, oriunda da área rural, sem qualquer tipo de especialização ou estudo é obrigada a morar em condições extremas de abandono e de falta de recursos ligados ao saneamento básico, tal como ocorrem nos municípios de Registro (SP) e Cajati (SP), contrastando-se com os demais tipos de moradias da região, que até alguns anos atrás desconheciam essas situações de moradia e situação de vida.

2.5. A Situação do sistema educacional dos municípios da Região Administrativa de Registro

A educação pode ser considerada a grande mola mestra para a ocorrência das mudanças sociais, econômicas e políticas nas regiões menos favorecidas e, no caso específico do Vale do Ribeira, a ampliação do atendimento educacional da região poderá, também, ser responsabilizada pelas mudanças que se fazem necessárias na região e, no médio prazo, poderá libertar suas populações dos estágios de subdesenvolvimento em que se encontram e que pouco fazem para modificar tais situações, principalmente pelo fato de desconhecerem os seus direitos à cidadania.

A tabela 10 apresenta os percentuais de probabilidade para que os filhos não tenham os mesmos níveis educacionais dos seus pais, comprovando a situação descrita para as famílias localizadas no Vale do Ribeira, cuja maioria é constituída de famílias com baixo nível educacional, contribuindo assim para que os filhos

concluem, quando muito, o ensino fundamental ou, no máximo, consigam um grau escolar a mais que os seus pais.

Tabela 10 - Probabilidade da escolaridade do filho contra o nível de escolaridade dos pais - (em percentuais)

Situação Educacional dos Pais	Situação Educacional do Filho				
	Sem escolaridade	Ensino primário	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Sem escolaridade	33,85	18,49	5,65	4,20	1,08
Ensino primário	2,78	15,67	15,15	22,00	11,59
Ensino fundamental	1,38	4,07	13,71	28,78	24,44
Ensino médio	0,37	1,76	6,48	32,56	35,80
Ensino superior	0,75	0,90	3,77	16,19	60,02

Fonte: VELLOSO e ALBUQUERQUE, 2005, p. 260.

Tem-se que quanto menor for o nível educacional de um povo, menor ainda será sua participação como cidadão, visto que essa população deixa de conhecer seus direitos fundamentais e não consegue lutar por eles, fazendo com que a sua qualidade de vida fique ainda pior, considerando-se que o seu nível de renda continuará baixo e, de modo geral, ocorrerá um processo de marginalização dessas famílias, que serão inseridas em um círculo de pobreza sempre mais acentuado.

Segundo Almeida (2000), a educação é o pilar que dá sustentação à teoria do capital humano, considerando-se que quanto maiores forem os números de anos de estudos, maior ainda será a produtividade marginal desse indivíduo e, como consequência, haverá uma maior participação desse elemento humano no produto da economia, podendo obter maiores volumes de rendimentos e riquezas. Embora existam algumas críticas a essa teoria, vale destacar o que o Professor Beluzzo escreveu em abril de 1997 no Diário Popular a respeito deste assunto: “*ao contrário do que pretendem os mandamentos e os lenga-lengas do pensamento único, a*

maioria não é pobre porque não conseguiu boa educação, mas na realidade, não conseguiu boa educação porque são pobres” (ALMEIDA, 200: p.19).

A tabela 11 apresenta a situação do sistema educacional do Vale do Ribeira nos anos de 2000, demonstrando os percentuais de analfabetismo e o número de matrículas na pré-escola, nos ensinos fundamental, médio e superior nos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro.

Tabela 11 - Sistema educacional da Região Administrativa de Registro - quantidade de matrículas – 2000

Municípios	Percentual de analfabetismo	Matrículas na pré escola	Matrículas no ensino fundamental	Matrículas no ensino médio	Matrículas no ensino superior
Barra do Turvo	21,77 %	76	1.967	302	-
Cajati	13,88 %	1.167	6.240	1.506	-
Cananéia	10,89 %	226	2.342	602	-
Eldorado	14,35 %	485	3.419	686	-
Iguape	9,82 %	656	5.740	1.735	-
Ilha Comprida	6,08 %	284	970	312	-
Itariri	Nd	Nd	Nd	Nd	
Jacupiranga	12,65 %	672	3.232	930	-
Juquiá	14,92 %	359	4.479	1.255	-
Miracatu	13,97 %	507	4.600	1.012	-
Pariquera-Açu	8,91 %	336	3.381	953	-
Pedro de Toledo	14,92 %	284	1.972	511	-
Registro	8,60 %	1.374	10.205	34.790	1.313
Sete Barras	14,36 %	130	2.929	804	-

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

O sistema educacional do primeiro e segundo grau dos municípios do Vale do Ribeira, em termos quantitativos de infra-estrutura, não deixa a desejar a outros municípios, caso tais recursos não estivessem concentrados, em sua grande maioria, nas áreas urbanas dos municípios em detrimento das áreas rurais e, nem tão pouco, se apresentasse sucateado em termos de recursos materiais para a

melhoria do aprendizado dos alunos envolvidos no processo. O fato em questão ocorre em razão das prefeituras locais assumirem, mesmo sem ter condições técnicas e operacionais, o sistema do ensino fundamental dos seus municípios, compensado pelo recebimento das verbas oriundas dos fundos voltados à educação, que são repassados pela União e Estados e, muitas vezes, utilizados maneira escusa por parte de algumas autoridades municipais.

No tocante à análise dos números de analfabetos, contidos na tabela 11, se pode provar a ausência dos organismos representativos do estado e dos municípios, por muitos e muitos anos, quanto à educação das populações rurais dos municípios que se apresentam com um maior número de moradores na área rural. Conseqüentemente, esse processo secular de abandono e esquecimento é o responsável direto pelo grande índice de analfabetismo das populações dos municípios de Barra do Turvo, Juquiá, Pedro de Toledo, Sete Barras, Eldorado, Miracatu, Cajati e Jacupiranga, que está muito acima das médias de vários municípios do Estado de São Paulo e do Brasil, principalmente pelo fato desses municípios apresentarem um percentual de analfabetismo superior a 13,5%, considerando-se que a média nacional da taxa de alfabetização, no ano de 2000, estava na ordem de 86,4%. O agravamento do processo ocorre em maior escala nos municípios que apresentam piores condições econômicas, decorrentes da falta de industrialização ou comércio mais acentuado. Já para os demais municípios do Vale do Ribeira com características mais urbanas, verifica-se que o percentual de analfabetos estão dentro dos índices aceitáveis do Estado de São Paulo.

Não cabem aqui discussões a respeito da qualidade do ensino praticado nas escolas públicas dos municípios do Vale do Ribeira, porém deve ficar claro, com raras exceções, que o padrão médio estadual está mantido, mesmo diante do

esforço pessoal dos professores, contrapondo-se a sua baixa qualificação e às enormes dificuldades para atender as clientelas dos bairros das áreas rurais ou das áreas urbanas. Esses alunos, na maioria jovens e até mesmo adultos, são obrigados a procurar os recursos educacionais nos municípios com melhores e maiores equipamentos públicos ou privados voltados à educação, submetendo-se a acordarem ainda na madrugada e ficarem horas a fio no transporte escolar disponibilizados pelas prefeituras municipais.

A tabela 12 apresenta a descrição do ensino fundamental no âmbito estadual e municipal das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, permitindo que sejam estabelecidas comparações entre os índices de evasão, reprovação e aprovação escolar entre as várias séries que compõem o ensino fundamental e entre os resultados obtidos pelas próprias regiões administrativas.

O indicativo mais preocupante está no índice de evasão e reprovação escolar, descrito na tabela 12, quando comparado com os mesmos índices de outras Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, superando apenas da Região Administrativa de Santos, que, por sua vez, é composta por vários municípios vizinhos da Região Administrativa de Registro, que vivem os mesmos dramas econômicos e sociais existentes no Vale do Ribeira e são objeto de migrações inter-regionais em decorrência da falta de emprego e da má distribuição de renda existente nas duas regiões administrativas.

O processo nocivo da evasão escolar ocorre em maior grau nas escolas rurais ou para as populações dessas áreas que se deslocam para estudar na sede do município, com alto índice de falta às aulas para trabalhar nas lavouras da família ou por falta de condições financeiras para se manter na empreitada de viajar

diariamente e se alimentar fora da escola, considerando-se os horários das aulas serem diferentes dos horários dos veículos responsáveis pelo transporte dos alunos.

Tabela 12 –Ensino fundamental das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 (em percentuais)

Regiões Administrativas	Dependência Administrativa	1 ^a à 4 ^a Série			5 ^a à 8 ^a Série			1 ^a à 8 ^a Série		
		Eva-são	Reprovação	Aprovação	Eva-são	Reprovação	Aprovação	Eva-são	Reprovação	Aprovação
Estado de São Paulo	Total	1,10	4,43	94,47	3,52	5,76	90,72	2,32	5,10	92,58
	Estadual	1,25	3,42	95,33	4,22	6,08	89,70	3,10	5,08	91,82
	Municipal	1,20	6,27	92,53	3,00	6,86	90,14	1,67	6,42	91,91
	Particular	0,18	1,47	98,36	0,19	2,73	97,09	0,18	2,12	97,70
Região Metropolitana de São Paulo	Total	1,30	3,49	95,22	3,55	5,87	90,58	2,42	4,68	92,90
	Estadual	1,52	3,28	95,20	4,58	6,67	88,75	3,28	5,23	91,49
	Municipal	1,38	4,50	94,12	2,22	4,91	92,88	1,66	4,64	93,70
	Particular	0,21	1,43	98,37	0,19	3,20	96,61	0,20	2,33	97,47
Região Administrativa de Registro	Total	1,27	5,62	93,12	5,85	7,49	86,66	3,48	6,52	89,99
	Estadual	1,25	4,35	94,40	6,24	7,76	85,99	4,18	6,35	89,47
	Municipal	1,50	8,48	90,02	4,62	9,87	85,50	1,66	8,55	89,79
	Particular	-	1,80	98,20	0,07	2,45	97,48	0,03	2,13	97,83
RA de Santos	Total	1,45	7,51	91,04	4,52	8,04	87,44	2,97	7,77	89,25
RA de São José Campos	Total	1,03	6,47	92,51	3,12	6,64	90,24	2,07	6,55	91,38
RA de Sorocaba	Total	1,15	5,54	93,31	3,83	5,38	90,79	2,47	5,46	92,07
RA de Campinas	Total	0,84	5,38	93,78	2,96	5,78	91,26	1,92	5,58	92,51
RA de Ribeirão Preto	Total	1,07	6,29	92,64	4,21	6,36	89,43	2,69	6,33	90,98
RA de Bauru	Total	0,77	4,65	94,57	4,16	5,14	90,71	2,51	4,90	92,59
RA de São José Rio Preto	Total	0,48	4,42	95,11	2,69	4,45	92,86	1,63	4,43	93,94
RA de Araçatuba	Total	0,40	4,22	95,38	3,62	4,10	92,28	2,05	4,16	93,79
RA de Pres. Prudente	Total	0,40	3,70	95,89	2,92	5,37	91,71	1,68	4,55	93,76
RA de Marília	Total	0,59	4,19	95,22	3,16	4,11	92,73	1,91	4,15	93,95
RA Central	Total	0,82	4,11	95,07	3,19	4,35	92,46	2,03	4,23	93,74
RA de Barretos	Total	0,60	2,59	96,81	3,27	4,76	91,96	1,97	3,70	94,33
RA de Franca	Total	1,07	3,83	95,10	5,06	4,42	90,52	3,16	4,14	92,70

Fontes: Fundação SEADE e Centro de Informações Educacionais – 2001

Os dados da tabela 12 acabam retratando o baixo grau de aproveitamento do ensino por parte do alunato, muito embora, quando comparada à média estadual do ensino fornecido pelo Estado, a Região Administrativa de Registro se iguala na média de evasão, mas perde na média de reprovação escolar. O mesmo não pode se dizer do ensino municipal, quando a Região Administrativa de Registro perde na

evasão e reprovação escolar, mas supera a média estadual de aprovações escolar na média estadual do ensino fornecido pelas Prefeituras Municipais.

O fato dos pais ou responsáveis terem um baixo nível escolar ou serem analfabetos, também acaba comprometendo o desempenho escolar dos filhos, visto que os exemplos dados não são os melhores; e para muitos pais, além de demonstrarem um grande desinteresse pela vida escolar dos filhos, vale muito mais a mão-de-obra caseira sem qualquer custo adicional para compor as tarefas relacionadas às atividades agrícolas ou informais praticadas nos arredores das cidades em questão. Sabe-se que outro fato complicador é a quantidade de filhos por famílias, com o mínimo de diferença de idade, e, quando o sexo masculino, os pais submetem esses filhos ao trabalho nas atividades agrícolas da propriedade da família e, em outros casos, quando não proprietários os filhos passam a ajudar os pais na composição da renda familiar trabalhando em propriedades de outros sitiantes.

A tabela 13 descreve a situação do ensino secundário das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, permitindo-se estabelecer comparações entre os percentuais de evasão, reprovação e aprovação escolar das escolas dos municípios da Região Administrativa de Registro com os resultados do Estado de São Paulo. Neste caso, pode-se observar que o índice de evasão escolar dos jovens secundaristas do Vale do Ribeira é maior que o índice encontrado na Baixada Santista, que recebem uma grande quantidade de jovens migrantes da Região Administrativa de Registro em busca de trabalho, mesmo que temporário, no setor de serviços de turismo nos municípios da Região Administrativa de Santos.

A análise dos dados contidos na tabela 13 permite que se tenha uma fotografia da situação educacional dos jovens da Região Administrativa de Registro,

criando condições para subsidiar as políticas educacionais e de geração de emprego e renda para a população envolvida no processo. A carga horária de trabalho e a distância das escolas de segundo grau localizadas nas sedes dos municípios promovem a exclusão dos jovens moradores nas áreas rurais, conforme descrição contida na tabela 13, visto que esses jovens são obrigados a ajudar nas tarefas agrícolas das pequenas propriedades rurais dos pais, considerando-se as dificuldades financeiras para o pagamento de um ou mais trabalhador eventual.

Tabela 13 – Ensino secundário das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 (em percentuais)

Regiões Administrativas	Dependência Administrativa	Evasão	Reprovação	Aprovação
Estado de São Paulo	Total	7,77	7,13	85,10
	Estadual	8,80	7,65	83,55
	Municipal	6,01	8,04	85,95
	Particular	1,12	3,68	95,20
Região Metrop. de São Paulo	Total	7,89	7,35	84,76
	Estadual	8,96	7,82	83,21
	Municipal	3,77	8,91	87,33
	Particular	1,01	4,22	94,77
Região Administrativa de Registro	Total	11,16	7,33	81,51
	Estadual	12,02	7,78	80,20
	Municipal	-	-	-
	Particular	0,30	1,48	98,23
RA de Santos	Total	8,18	7,93	83,89
RA de São José Campos	Total	7,24	7,65	85,11
RA de Sorocaba	Total	7,31	6,29	86,41
RA de Campinas	Total	7,07	7,18	85,75
RA de Ribeirão Preto	Total	8,60	7,60	83,80
RA de Bauru	Total	8,65	5,55	85,80
RA de São José Rio Preto	Total	6,72	5,80	87,48
RA de Araçatuba	Total	9,18	6,70	84,13
RA de Pres. Prudente	Total	6,72	7,46	85,82
RA de Marília	Total	8,13	5,38	86,48
RA Central	Total	7,83	7,42	84,75
RA de Barretos	Total	7,94	6,68	85,38
RA de Franca	Total	9,41	6,21	84,38

Fontes: Fundação SEADE e Centro de Informações Educacionais – 2001

A questão da dificuldade de aprendizado pode também ser responsabilizada pelo abandono dos bancos escolares, visto que o ensino fundamental, na sua maioria, pode não ter dado base suficiente para os jovens cursar o ensino do segundo grau e, diante das dificuldades e, de forma direta, pelo envolvimento com má companhia e sem qualquer respaldo familiar, leva ao aumento do número de evasão e reprovação escolar no Vale do Ribeira.

No início, os jovens são levados pelas expectativas de cursar o segundo grau, mas diante das dificuldades de locomoção ou situação financeira para a sua manutenção, deixam os bancos escolares e aceitam pacificamente a condição de não ter concluído o curso secundário, como um fato natural da vida, já que as expectativas para ter um curso superior foram abandonadas diante das realidades econômicas e sociais desses jovens ribeirinhos. Sem a mínima expectativa de vida e diante das pressões sociais marcadas pelo consumismo, uma massa de jovens deixa o Vale do Ribeira em direção às Regiões Metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Santos ou migram para outras praças, onde possam trabalhar ou concluir seus estudos.

Geralmente esses jovens apresentam-se com pouquíssima possibilidade de retorno à Região de origem, devido o desenquadramento dessa região perante as possibilidades de desenvolvimento pessoal em atividades que requerem a presença de renda para o consumo de serviços ou bens de consumo, aos quais eles não teriam acesso caso permanecessem em seus locais de origem. Quando retornam, esses jovens recém-formados passam a ocupar alguns postos chaves nas atividades econômicas, sociais e políticas nos municípios do Vale do Ribeira e, por incrível que possa parecer, continuam com as práticas retrogradadas dos seus antepassados, promovendo muito pouco em termo de mudanças, especialmente a

fim da inserção social e econômica das suas populações irmãs, que não tiveram o privilégio de estudar em outros centros mais desenvolvidos.

Quase sempre os jovens na faixa etária de 15 a 18 anos, por consequência natural da vida, acabam envolvidos, precocemente, na geração de filhos, geralmente antes do casamento, quer por desconhecimento dos métodos anti conceptivos, falta de precaução ou opção própria para sair da casa dos pais, fugindo da pobreza e da quantidade de irmãos e irmãs que moram na mesma residência, e, por consequência, são obrigados a deixar os bancos escolares para passar a cuidar da nova família. Neste sentido, acabam sendo levados a aceitar quaisquer tipos de empregos e salários, bem como, tornando cada vez mais difícil e demorada a sua volta aos bancos escolares, mesmo havendo a possibilidade de cursarem o supletivo, cujo prazo para a conclusão é inferior ao curso normal do primeiro ou segundo grau.

O fato das populações ribeirinhas, na sua grande maioria, apresentar-se como analfabetas ou semi-alfabetizadas, acaba criando condições propícias para a perpetuação das políticas do clientelismo político e a manutenção dos currais eleitorais. Neste sentido, vários políticos de outras regiões mais desenvolvidas, com forte *marketing* eleitoral, passam a obter votações elevadas, sem sequer ter comparecido ou conhecido a Região do Vale do Ribeira, tirando a possibilidade da eleição de elementos da própria região para os postos da Assembléia Legislativa Estadual ou da Câmara Federal.

Hoje a cidade de Registro (SP) é o centro comercial mais atrativo do Vale do Ribeira, destacando-se como subpólo econômico da região, mesmo apresentando-se com o mínimo de infra-estrutura administrativa e política. Comumente é chamada de “capital do Vale do Ribeira”, por localizar-se no centro geográfico do Vale e ter

quantitativa e qualitativamente recursos sociais e econômicos de maior volume que os demais municípios da região. Dessa forma, o município de Registro passa a absorver um maior volume de recursos repassados pelo Estado e União, atendendo às demandas reprimidas dos municípios vizinhos no tocante à infra-estrutura em saúde, educação pública e privada. Atualmente, a cidade de Registro (SP) conta com hospitais privados, vários consultórios de profissionais da saúde, duas unidades educacionais de nível superior e as maiores opções de comércio e lazer da região, gerando muitas vezes intrigas e invejas por partes dos moradores de outros municípios.

Devido às essas condições, a área urbana do município de Registro, já sofre as consequências diretas do processo migratório intra e inter regional, apresentando, moradias de péssimas condições para a habitação na periferia da cidade, formando anéis de pobreza e miséria, outrora, características, até então, encontradas somente nos grandes centros urbanos industrializados. Conseqüente os índices de violência e roubos passam a ser maiores que os mesmos crimes praticados nos outros municípios da região, assumindo assim, em escala bem menor, que o quadro social de outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo, de Campinas e da Baixada Santista tem estampados na imprensa falada, escrita e televisionada.

2.6. Aspectos de saúde pública, bem estar social e político eleitoral dos municípios da Região Administrativa de Registro.

Independente do grau de crescimento e desenvolvimento econômico do país ou região faz-se necessário saber a qualidade de vida atingida por essas populações. No caso específico da Região Administrativa de Registro essa exigência

é maior, visto tratar-se de uma região pobre e com um grau de subdesenvolvimento acentuado, acumulando-se situações desfavoráveis decorrentes do processo do atraso econômico e social, que implicam em má distribuição de renda e riquezas e todas as suas consequências nocivas para o bem estar social e político.

A tabela 14 demonstra a situação do sistema de saúde das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no ano de 2002 e destaca a situação do sistema de saúde na Região do Vale do Ribeira.

Tabela 14 – Sistema de saúde das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2002

Regiões Administrativas	Qtde. de Hospitais	Índice de Hospitais por Mil habitantes	Qtde. de Leitos	Índice de Leitos por Mil Habitantes	Qtde. de Consultas Médicas	Índice de Cônsultas por Mil Habitantes	Qtde. de Internações	Índice de Internações por Mil habitantes
Estado de São Paulo	622	0,016	77.629	2,04	114.583.477	3,01	2.174.762	57,04
Região Metrop. São Paulo	140	0,008	28.045	1,53	49.821.864	2,72	822.455	44,83
RA de Registro	11	0,040	319	1,17	860.678	3,15	13.195	48,25
RA de Santos	14	0,009	1.486	0,97	5.498.192	3,59	82.437	53,83
RA de São José Campos	41	0,020	3.248	1,57	5.914.258	2,86	128.177	62,09
RA de Sorocaba	65	0,025	8.014	3,12	8.455.622	3,30	170.091	66,30
RA de Campinas	97	0,017	11.882	2,13	16.822.372	3,01	338.629	60,58
RA de Ribeirão Preto	24	0,022	2.385	2,18	4.151.799	3,80	80.795	73,91
RA de Bauru	34	0,035	4.068	4,13	3.285.122	3,34	85.065	86,44
RA de São José Rio Preto	47	0,035	4.201	3,15	5.297.906	3,97	126.170	94,51
RA de Araçatuba	26	0,038	1.999	2,92	2.356.622	3,44	54.360	79,34
RA de Pres. Prudente	31	0,039	2.788	3,48	2.642.916	3,30	63.545	79,37
RA de Marília	38	0,042	3.855	4,24	3.235.900	3,56	75.790	83,30
RA Central	22	0,025	2.611	2,96	2.676.131	3,04	56.433	64,05
RA de Barretos	17	0,042	1.208	2,99	1.494.529	3,70	35.755	88,54
RA de Franca	15	0,023	1.520	2,30	2.069.566	3,13	41.865	63,27

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria de Assistência à Saúde – 2003

Demonstra que os municípios da região estão presos a um sistema com atendimento centralizado e ineficiente, que não corresponde às expectativas das populações envolvidas no processo, sem contar que apresenta condições e

oportunidades para fraudes contra o Sistema Único de Saúde - SUS, considerando-se a presença de pouquíssimos hospitais particulares para uma quantidade enorme de pessoas, que buscam soluções na medicina curativa, quando o correto seria a utilização da medicina preventiva com ênfase aos produtos medicinais disponibilizados na região.

Os dados apresentados na tabela 14 possibilitam o estabelecimento de comparações entre os volumes de recursos repassados pelos vários governos estaduais nas últimas décadas, com o intuito de disponibilizar uma rede de hospitais públicos sob a gestão estadual ou municipal, e privados, com atendimentos particulares ou por meio de convênios para a demanda das consultas médicas ou internações das mais diversas durações e custos, sempre muito abaixo das demandas das populações das suas diversas regiões administrativas.

Segundo Schwartzman (2003), as melhorias promovidas pelos sistemas de saúde acabam beneficiando muito mais as regiões ricas, que as regiões pobres do país e, ao mesmo tempo, a prestação de saúde, quer pelo sistema público ou privado, preocupam-se em atender às demandas da medicina curativa e internações hospitalares, cada vez mais com custos crescentes, em detrimento da medicina preventiva associada a um programa forte promoção da saúde, principalmente para as famílias de baixa renda.

Vale destacar que o mesmo sistema público de saúde que se apresenta deficitário no país, no caso específico do Vale do Ribeira, não poderia ser diferente e se mantém no padrão de atendimento praticados pelos serviços de saúde médica nos setores públicos e privados, até por que as populações ribeirinhas desconhecem seus direitos e poucos sabem reivindicar para fazer valer o seu exercício de cidadania e o mínimo de respeito por parte do Estado.

Comparativamente ao número de habitantes de cada Região Administrativa do Estado, pode-se entender que a Região Administrativa de Registro possui uma quantidade de hospitais e, em especial, de leitos hospitalares muito abaixo da média do Estado de São Paulo, superior apenas a Região Administrativa da Baixada Santista e, por outro lado, um número relativamente excessivo de consultas médicas e internações hospitalares, levando-se em conta o tamanho e a distribuição geográfica das populações e das estruturas de atendimentos dos hospitais da região.

Considerando-se as dificuldades de locomoção das populações rurais, entende-se que, uma parte considerável desses habitantes, dificilmente procura os hospitais da região, tratando-se em seus próprios municípios nos postos de saúde ou farmácias locais e a outra parte que possui uma renda maior e pode ter acesso a outros locais de atendimento médico, desloca-se para outras regiões mais desenvolvidas para obterem melhores atendimentos aos seus problemas de saúde. Outro dado alarmante é a quantidade de consultas mensais, dispostas na tabela 14 contra o número de habitantes da Região Administrativa de Registro, demonstrada na tabela 2, porém dentro da média de atendimento mantida para o Estado de São Paulo, levando em conta o número de mil habitantes, conforme conceito estabelecido pelos sistemas internacionais de atendimento médico.

Fica claro que o percentual de aproximadamente 30% dessa população encontrava-se doente, exigindo no mínimo um atendimento médico e outros 5% dessa população acaba ficando internada em hospitais públicos ou privados conveniados com o Sistema Único de Saúde, disputando uma quantidade mínima de 0,12% dos leitos hospitalares por habitantes, disponíveis pelo serviço de atendimento de saúde da região ora estudada.

Diante das dificuldades econômicas e sociais da população do Vale do Ribeira, algumas exceções devem ser destacadas em razão da localização dos equipamentos públicos ou privados, voltados à saúde e educação ou produção. Dentre essas exceções está a cidade de Pariquera-Açu (SP), que se caracteriza por ser o centro hospitalar público da Região, graças à presença e do convênio estabelecido com o Hospital Escola da Faculdade de Medicina da USP. Já a cidade de Registro destaca-se por ter a rede hospitalar privada e as duas únicas faculdades da região. Tida como exceção, se forem consideradas as suas externalidades negativas em termos de saúde, pode-se citar a cidade de Cajati (SP), que concentra um pólo industrial de exploração de minérios, voltado à produção de cimento, cal, componentes de ração animal e fertilizante, passando a ter maiores índices de pessoas com comprometimento de saúde, em razão das más condições ambientais estabelecidas no habitat ocupado por esses moradores e, por sua vez, acaba comprometendo a oferta de leitos hospitalares da região, ampliando o número de consultas médicas e das internações hospitalares nos hospitais públicos da região.

Quanto às demais cidades do Vale do Ribeira, subordinadas ao Centro Administrativo de Registro, que possuem pequenos comércios locais, sem qualquer expressão econômica ou política e caracterizam-se por forte presença agrícola, são as grandes dependentes e utilizadoras da rede hospitalar pública e privada instalada em Registro (SP) ou Pariquera-Açu (SP). Essa situação faz com que ocorra um maior comprometimento desses centros mais desenvolvidos na região, visto que os pequenos hospitais locais não estão suficientemente capacitados para os atendimentos médicos mais complicados, que exigem maiores volumes de recursos financeiros e infra-estrutura de equipamentos e pessoas tecnicamente capacitadas para a prestação de serviços na área da saúde preventiva ou curativa. A alternativa

para os municípios da região, em particular os vizinhos da Região Administrativa de Santos e Sorocaba, é a utilização dos recursos médicos hospitalares dessas outras regiões administrativas, sobrecregando ainda mais a rede pública de saúde fora da Região Administrativa de Registro.

A tabela 15 apresenta os dados relativos ao bem estar social das populações localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro, com destaque especial para o índice do IDH, a expectativa de vida e a renda *per capita*, bem como a quantidade de médicos por habitantes.

Tabela 15 – Descritivo do bem estar social dos municípios da Região Administrativa de Registro – ano 2000

Municípios	IDH	Expectativa de vida (em anos)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Qtde de médicos (por mil habitantes)
Média	0,749	69,8	211,37	0,52
Barra do Turvo	0,663	65,2	113,90	0,37
Cajati	0,751	73,8	170,53	0,17
Cananéia	0,775	73,8	229,18	0,56
Eldorado	0,733	69,6	173,05	0,28
Iguape	0,757	68,2	240,49	0,83
Ilha Comprida	0,803	72,2	320,60	0,28
Itariri	0,749	68,3	239,88	0,43
Jacupiranga	0,759	69,6	267,27	0,35
Juquiá	0,742	68,3	228,66	0,24
Miracatu	0,748	70,8	208,49	0,18
Pariquera-Açu	0,770	70,8	239,16	1,61
Pedro de Toledo	0,729	66,5	218,79	0,11
Registro	0,777	69,6	289,91	1,73
Sete Barras	0,731	70,8	159,39	0,22

Fonte: Fundação SEADE – Perfil Municipal – 2000

Essa tabela permite a identificação dos municípios menos desenvolvidos do Vale do Ribeira, visto que estão abaixo da própria média da região em todos os quesitos analisados. Na questão pertinente a expectativa de vida, deve ser levada

em consideração não somente o número de anos vividos pelos habitantes dos municípios ribeirinhos, mas sim a qualidade de vida dessa população, em particular, os habitantes menos favorecidos econômica e socialmente, submetidos a uma renda *per capita* muito baixa e insuficiente para o atendimento da demanda nutricional mínima.

No que se refere ao quesito renda *per capita* observa-se que os municípios de maior renda destacam-se por concentrarem uma população com maior especialidade ou por serem compostas de aposentados com maior renda, que buscaram a tranquilidade das praias ou o interior dos municípios do Vale do Ribeira. Se comparado com a renda *per capita* de outras regiões administrativas do estado com os valores apontados na tabela 15, pode afirmar que a renda *per capita* do Vale do Ribeira é bem menor e comprometedora de um maior e melhor resultado do IDH da região, comprovando assim uma das causas para o atraso econômico e social dessa região do estado. A renda *per capita* é baixa em função do excesso de mão-de-obra e da falta de emprego para toda essa população em idade de trabalhar, tudo em razão da falta de investimentos público e privado capazes de modificar o quadro social dos municípios da região.

Porém, deve ser destacado que a renda *per capita* apresentada na tabela 15 está bem acima, segundo Schwartzman (2004), que a renda familiar do contingente de 25 milhões de brasileiros que vivem com um pouco mais de US\$ 1 por dia e de outros 16 milhões de habitantes que dispõem de uma renda *per capita* de US\$ 2 por dia, evidenciando que a situação da população do Vale do Ribeira não se caracteriza por pobreza absoluta ou indigência e sim por pobreza relativa, visto que conseguem ter, embora em pequena escala, um consumo suficiente para atendimento dos padrões nutricionais mínimos estabelecidos por organismos

internacionais. Porém, se for levada em consideração que a participação da população nacional nos estratos na renda nacional é dada como sendo de US\$ 578,59 para a camada dos 20% inferior no primeiro quintil, conforme destacado por Almeida (2000), pode-se afirmar que a renda *per capita* média da população do Vale do Ribeira está semelhante à renda *per capita* das populações dos países mais pobres do mundo.

A quantidade de médico por mil habitantes também evidencia um problema crônico da saúde pública no país, que a má distribuição de médicos pelos vários municípios. Neste caso, o Vale do Ribeira não foge à regra e apresenta-se com uma baixíssima concentração de médicos por habitantes nos municípios da região, com exceção para o município de Paríquera-Açu, que apresenta o melhor índice da região por centralizar o Hospital Regional do Vale do Ribeira. A má distribuição dos médicos ocorre em razão dos baixos salários pagos pelas prefeituras municipais e pelo próprio governo estadual, sem contar a falta de infra-estrutural para o trabalho desses profissionais, bem como, a ausência de condições técnicas para o desenvolvimento profissional do trabalhador da saúde.

Se forem comparados os principais índices de bem estar social da Região Metropolitana de São Paulo e de outras Regiões Administrativas do Estado com os do Vale do Ribeira, conforme conteúdo da tabela 15, observar-se-á que os municípios da Região Administrativa de Registro estão muito aquém da média paulista. Em alguns casos, se igualam aos municípios pobres do Nordeste e Norte do país, sobretudo se for levado em consideração o ciclo vicioso formado pelo cálculo do IDH, já que a composição se dá pelo nível de renda *per capita*, número de anos de ensino e a expectativa e qualidade de vida.

A tabela 16 apresenta os índices de desenvolvimento humano dos municípios dos estados brasileiros, permitindo que sejam feitas comparações com os índices dos municípios da Região Administrativa de Registro, demonstrando que a região está fora dos objetivos primários de distribuição de renda e riquezas, que deveriam ser praticados pelos governos do Estado e da União, quando o estabelecimento das suas metas para o crescimento e desenvolvimento das várias regiões do país.

Tabela 16 – Índices de desenvolvimento humano municipal dos estados brasileiros – IDH-M - 2000

Ranking 2000	IDH M	Distância do melhor índice	Distância do pior índice
Distrito Federal	0,844	0	0,212
São Paulo	0,814	-0,03	0,182
Rio Grande do Sul	0,809	-0,035	0,177
Santa Catarina	0,806	-0,039	0,173
Rio de Janeiro	0,802	-0,042	0,17
Paraná	0,786	-0,058	0,153
Goiás	0,770	-0,075	0,137
Mato Grosso do Sul	0,769	-0,076	0,136
Mato Grosso	0,767	-0,077	0,134
Espírito Santo	0,767	-0,078	0,134
Minas Gerais	0,766	-0,079	0,133
Amapá	0,751	-0,093	0,119
Roraima	0,749	-0,096	0,116
Rondônia	0,729	-0,115	0,096
Tocantins	0,721	-0,124	0,088
Pará	0,720	-0,124	0,088
Amazonas	0,717	-0,127	0,084
Rio Grande do Norte	0,702	-0,143	0,069
Ceará	0,699	-0,146	0,066
Bahia	0,693	-0,151	0,061
Acre	0,692	-0,152	0,06
Pernambuco	0,692	-0,153	0,059
Sergipe	0,687	-0,157	0,055
Paraíba	0,678	-0,167	0,045
Piauí	0,673	-0,171	0,041
Maranhão	0,647	-0,198	0,014
Alagoas	0,633	-0,212	0

Fonte: Fundação IPEA – Tabelas de Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000

Levando-se em consideração os dados disponibilizados na tabela 16, pode-se entender que os municípios do Vale do Ribeira não estão distantes das médias nacionais e, sim, bem próximos dos índices médios correspondentes da tabela abaixo e bem mais acima que os demais índices dos estados do Nordeste, Centro Oeste e Norte do país. Mesmo assim não se pode considerar ideal o resultado apresentado na tabela em questão, pois quando analisada a composição desses índices percebem-se que o fator renda é a variável mais comprometedora do cálculo do IDH-M, favorecido apenas pelo número de anos da expectativa de vida e pelo número de matrículas para as populações na idade escolar.

No caso do Vale do Ribeira, pesa o fato de não existirem empregos para todos os municíipes em idade produtiva e, portanto, a renda fica muito baixa; como a renda é baixa ocorre à necessidade da composição de renda por todos os membros das famílias, implicando em um número mínimo de anos escolar. Finalmente, levando-se em consideração a situação geral das populações do Vale do Ribeira e, diante do baixo nível de renda, associado ao precário índice de atendimento de saúde e saneamento básico, tem-se uma baixa expectativa de vida nas áreas urbanas, levando em conta os melhores hábitos de vida e, em especial, o tipo de alimentação mais natural consumida pelas populações rurais, garantido-lhes melhores condições de saúde e, consequentemente, maior expectativa de vida, mesmo para os moradores de menor poder aquisitivo.

A expectativa de vida da população do Vale do Ribeira está dentro da média da expectativa de vida do brasileiro, porém abaixo das médias das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo e outros estados da federação. Cabe ressaltar que os números de anos excedentes dessas populações se dão em meios às condições mínimas de bem estar social, muitas vezes sem o contato direto com

os meios de vida estabelecidos nos grandes centros urbanos e, talvez, pela observação *in foco*, seja essa a razão dos números de anos a mais conseguido pelas populações ribeirinhas.

A tabela 17 apresenta a distribuição quantitativa dos eleitores por municípios da Região Administrativa de Registro, no período de 1998 a 2004, permitindo uma análise do crescimento do número de eleitores nas últimas quatro eleições ocorridas no país.

Tabela 17 – Distribuição dos eleitores dos municípios da Região Administrativa de Registro – Anos 1998 a 2004

Municípios	Quantidade de Eleitores Votantes			
	1998	2000	2002	2004
Total	165.288	176.867	183.635	199.288
Barra do Turvo	6.010	6.382	6.339	6.867
Cajati	15.983	17.909	18.356	20.981
Cananéia	7.220	8.028	8.294	9.275
Eldorado	9.778	10.122	10.359	11.112
Iguape	18.740	19.841	20.570	21.811
Ilha Comprida	3.423	4.821	5.424	7.559
Itariri	7.225	7.292	7.546	8.282
Jacupiranga	10.272	11.030	11.397	12.380
Juquiá	14.022	14.839	15.283	16.497
Miracatu	12.638	13.898	14.209	15.274
Pariquera-Açu	10.864	11.786	12.346	13.424
Pedro de Toledo	5.781	6.096	6.244	6.782
Registro	34.236	35.593	37.708	38.774
Sete Barras	9.096	9.230	9.560	10.270

Fonte: Fundação SEADE e Tribunal Regional Eleitoral

Os dados descritos na tabela 17 permitem afirmar que os municípios do Vale do Ribeira estão submetidos à situação de pobreza política e sem saída para a consagração do desenvolvimento regional, visto que falta a concretização do processo de inclusão política dos habitantes da Região Administrativa de Registro,

pois, somente dessa forma, poderiam ser minimizados os efeitos negativos da má distribuição de renda e riquezas, visto que, politicamente mais ativas, essas populações saberiam escolher, dentro das várias opções dos candidatos aos cargos eletivos, o que de melhor poderá contribuir para seus interesses regionais, sem levar em conta as pressões econômicas para o atendimento das vontades impostas por terceiros.

Vale questionar se a ausência, na Assembléia Legislativa Paulista ou Congresso Nacional, de políticos representantes do Vale do Ribeira, não é o maior empecilho para que as políticas públicas cheguem com maior volume e velocidade à região tão carente e esquecida como essa objeto do estudo em questão. A prova maior deste fato está relacionada à desinformação e atraso educacional dos seus habitantes, visto que essas populações acabam votando em políticos de outras regiões, sem quaisquer tipos de compromissos com a região, que venham promover a modificação do espaço econômico, político, social e cultural do Vale do Ribeira. Essa questão a respeito da eleição de um representante direto do Vale do Ribeira para o posto de deputado estadual ou federal, inicialmente, passa pela baixa quantidade e dispersão dos votos da região. Por outro lado, a falta de união entre os representantes dos poderes executivos e legislativos locais, que apóiam, por interesses próprios ou partidários, candidatos de outras regiões ou municípios fora do Vale do Ribeira, que mal conhecem os problemas dos moradores da região, acaba tirando a possibilidade de eleição de um único representante local para defender os interesses dos municípios da região.

Cabe destacar que a pequena quantidade de eleitores na Região Administrativa de Registro, comparativamente ao número de votos necessários para se eleger um deputado estadual ou federal, dificilmente permitirá a ocorrência da

eleição de um candidato da própria região. Talvez, isso pudesse ocorrer caso a votação fosse distrital, permitindo maiores chances aos candidatos locais, desde de que houvesse união entre os políticos locais para o lançamento de um número reduzido de candidatos por partidos, visando unicamente à inclusão de um elemento do Vale do Ribeira na Assembléia Legislativa Paulista ou, com maior dificuldade ainda, na Câmara dos Deputados.

De tudo que já se fez para o Vale do Ribeira, muito ainda se faz necessário realizar em razão do abandono praticado por muitos anos. De início, deverá ser pensado como promover a inclusão social das populações ribeirinhas, que, de verdade, só ocorrerá com a diminuição da presença das características tristes da miséria e da má distribuição da renda e da concentração de riqueza daquela região. Sabe-se que o fator modificador das situações acima mencionadas passa pela transformação cultural e política das populações quando da eleição dos seus representantes legais, pois somente através de cobranças, os políticos eleitos poderão atender às demandas regionais dos seus eleitores.

O processo de modificação social e econômico poderá ocorrer, quer via investimentos diretos em infra-estruturas na educação e geração de empregos com a atração de empresas, que possam tirar o Vale do Ribeira da situação de fornecedor de produtos primários com pouquíssimos valores agregados ou por políticas públicas em parcerias com a iniciativa privada, que transforme as condições impeditivas ao crescimento industrial do Vale do Ribeira em externalidades positivas para o “esverdeamento” da região, em condições de um crescimento sustentável e agregador das populações com características rurais, para a exploração ordenada dos recursos a serem cultivados em área má utilizada dos municípios da Região Administrativa de Registro.

2.7. Descrição dos setores produtivos dos municípios da Região

Administrativa de Registro

A Região do Vale do Ribeira destoa do processo de colonização, crescimento e desenvolvimento ocorridos nas várias outras regiões do Estado de São Paulo, sobretudo, aquelas que tiveram sua economia atrelada à agricultura voltada ao plantio, comercialização e exportação do café, substituído posteriormente por pecuária de corte ou leite e, finalmente, trocadas pelo processo de industrialização com foco aos mercados internos e, logo depois, externos, acelerados pela globalização, tal qual ocorreu com os Vales do Paraíba e Tiete e outras regiões do Estado. (CANO, 1990).

Distante dos maiores centros consumidores do país, com aproximadamente 200 quilômetros em média da capital paulista e paranaense e 2.500 quilômetros aproximadamente do Mercosul, mais especificamente da capital da Argentina, a Região do Vale do Ribeira não está equipada com infra-estrutura pública e privada necessária para tirar proveito da situação privilegiada de acesso à Região Sul, Sudeste do país e do Mercosul, através do corredor de exportação, caracterizado pela Rodovia Regis Bittencourt ou pelo Porto de Santos, visando o acesso a outros continentes, grandes consumidores de bens e serviços.

Um número expressivo das propriedades rurais, localizadas na Região do Vale do Ribeira, está voltada à produção agrícola específica de banana, outras, em número reduzido, produzem milho, abóbora, chá ou arroz. Algumas outras pequenas empresas estão focadas na industrialização e comercialização do palmito e outros produtos primários de baixo valor agregado. Porém, sabe-se que a atividade econômica de maior peso sempre foi o plantio de banana, grande geradora e fonte

principal de renda e empregos na região. Outras opções de produção e comercialização estão focadas em atividades relacionadas, em pequena escala, a produção de frutas e flores, à pesca artesanal ou produção pesqueira gerada em pequenas áreas de piscicultura, juntamente com a criação de gado de corte ou leite e a extração de minerais com enfoque na produção industrial de cimento, cal e ração para animais ou portos de areia. Neste sentido, a Região do Vale do Ribeira busca outras saídas econômicas para modificar o quadro social em que se encontra, visto que necessita da geração de um grande número de empregos oriundos dos diversos setores de agrícolas, industrial ou serviços propulsores de renda e bem estar social às populações dos municípios com grande quantidade de mão-de-obra barata e desqualificada, que se encontram no mundo do subemprego.

A banana por ser um produto de sobremesa sofre as mais diversas variações de preços e são factíveis aos comportamentos dos mercados consumidores, levando-se em conta a quantidade de produtos ofertados na época das grandes safras. Esse cenário poderia ser diferente, caso os produtores de bananas não sofressem pressões dos atravessadores e estivessem agrupados em cooperativas para poderem entregar seus produtos em grandes quantidades diretamente nos Ceasas do Estado de São Paulo e outros mercados, inclusive os localizados no exterior. Várias tentativas foram infrutíferas para a criação de cooperativas capazes de agrupar um grande número de bananicultores, principalmente, com a presença de pequenos, médios e grandes agricultores do Vale do Ribeira. O problema está relacionado ao conflito de interesses entre os grandes produtores e os demais produtores, visto que na época dos preços altos para a venda da banana, os grandes bananicultores deixam de lado os interesses da cooperativa e passam a atuar isoladamente no mercado e, na má temporada de preços, quando do excesso

de oferta de bananas, os grandes produtores exigem maior espaço para os seus produtos, que passam a ser comercializado pela cooperativa, e, dessa forma, esmagam os pequenos e médios agricultores, inviabilizando a existência da cooperativa para os produtores de bananas no Vale do Ribeira.

A tabela 18 apresenta a produção relativa à agricultura, pecuária e de aves na Região Administrativa de Registro, no período dos anos de 1999 a 2002, destacando a evolução ou retração das quantidades e unidades produzidas pelo setor agropecuário da região, permitindo uma análise do fracasso de algumas lavouras ou tipo de atividade econômica que não teve sucesso econômico nos municípios da região.

Tabela 18 – Produção agropecuária da Região Administrativa de Registro – 1999 -2002

Produtos	1999		2000		2001		2002	
	Qtde	Unids	Qtde	Unids	Qtde	Unids	Qtde	Unids
Abobrinha	98.920	cx.20kg	69.940	cx.20kg	22.000	cx.20kg	28.500	cx.20kg
Arroz em Casca – Irrigado	53.290	sc.60kg	1.000	sc.60kg	8.300	sc.60kg	1.800	sc.60kg
Arroz em Casca – Várzea	57.510	sc.60kg	75.566	sc.60kg	23.370	sc.60kg	22.475	sc.60kg
Aves de Granja – Abate	113.000	kg mil dz. / ano	20.000	kg mil dz. / ano	77.600	kg mil dz. / ano	60.000	kg mil dz. / ano
Aves de Granja – Ovos	100		21		28		-	
Banana	783.497	ton.	699.425	ton.	751.290	ton.	757.050	ton.
Berinjela	27.115	cx.13kg	3.538	cx.13kg	3.538	cx.13kg	1.500	cx.13kg
Bovino - Abate	420.228	Arrouba	448.038	Arrouba	462.660	Arrouba	491.358	Arrouba

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - 2003

A tabela 18 destaca ainda a banana como a produção que mais teve e tem sucesso comercial e econômico nos municípios da Região Administrativa de Registro. Quer por histórico de produção ou simplesmente por falta de recursos

financeiros e baixa produtividade para os demais produtos, que foram vítimas das intempéries ou dos preços nos mercados consumidores e, dessa forma, promoveu o desânimo aos produtores agrícolas com visões diferenciadas do plantio da banana.

Segundo o *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO, nos anos 1990, a produção mundial de bananas superou 45 milhões de toneladas / ano e o Brasil foi considerado o segundo maior produtor e consumidor de bananas no mundo, levando-se em conta que mais de 12% da produção mundial é consumida por brasileiros. (ALVES, 1999).

Em termos de mercado externo, o Brasil ainda não consegue atingir em grandes escala os maiores consumidores internacionais na Europa, Ásia e América do Norte, considerando-se a forma com que nosso produto é colhido e transportado, bem como, o fato da produção nacional estar em mãos de pequenos produtores agrícolas, ao passo que, em outros países a produção de bananas é controlada por grupos de empresas americanas voltadas ao setor de agronegócio e as doenças características dos bananais estão sob controle ou os proprietários apresentam-se em condições financeiras para fazer frentes aos gastos com o combate das pragas. Por falta de força política regional, a produção de bananas do Vale do Ribeira não foi incluída na discussão das subcomissões de frutas do Mercosul, invisibilizando a retomada das exportações de bananas para os países que compõem esse mercado comum, quer pela distância ou pelo fato de outros municípios do sul do país, fronteiriços ao Mercosul também produzirem bananas em grande escala e com menor custo de transporte.

A tabela 19 apresenta os dados pertinentes à produção de banana nos municípios paulista, com destaque para a área cultivada, produção e produtividade

da safra frente à produção total no Estado de São Paulo para os municípios da Região Administrativa de Registro.

Tabela 19 – Maiores municípios produtores de bananas no Estado de São Paulo – 2003

Municípios	Área Nova (ha)	Área em Produção (ha)	Produção (toneladas)	Produtividade (ton / ha)	% da Produção
TOTAL SP	4.745	55.594	1.155.099	21	100,00%
Sete Barras	350	3.800	102.600	27	8,88%
Miracatu	15	5.000	100.000	20	8,66%
Eldorado	20	3.980	99.500	25	8,61%
Cajati	120	4.300	98.900	23	8,56%
Juquiá	-	3.700	85.100	23	7,37%
Itariri	30	4.250	85.000	20	7,36%
Itanhaém	30	3.680	73.600	20	6,37%
Jacupiranga	100	2.000	54.000	27	4,67%
Pedro de Toledo	-	3.000	51.000	17	4,42%
Iguape	100	1.800	43.200	24	3,74%
Registro	20	1.200	36.000	30	3,12%
Mongaguá	10	569	19.925	35	1,72%
Peruíbe	831	1.325	19.875	15	1,72%
Candido Mota	60	840	16.800	20	1,45%
São Bento do Sapucaí	100	800	14.400	18	1,25%
Avaré	43	250	12.500	50	1,08%
Pariquera-Açu	-	320	8.000	25	0,69%

Fonte: Fundação SEADE e Instituto de Economia Agrícola - 2003

Cabe destacar que, somente os municípios de Sete Barras, Miracatu, Eldorado, Cajati, Juquiá, Itariri, Jacupiranga, Pedro de Toledo, Iguape, Registro e Pariquera-Açu, conforme disposto na tabela 19, no ano de 2003, produziram, aproximadamente, 70% de toda a banana do Estado de São Paulo e este fato os tornam vulneráveis em termos de produto e mercado. A maior produção está localizada no município de Sete Barras, que mesmo tendo uma área de produção menor, que as dos nos municípios de Miracatu, Eldorado, Cajati e Itariri, consegue

maior produtividade por área plantada, juntamente com o emprego de maior tecnologia, fertilizante, óleo mineral e outros produtos necessários para a maior produtividade dos bananais do maior produtor de bananas do Vale do Ribeira.

Na análise do produto, entende-se que o Vale do Ribeira tem na banana sua maior e única fonte de produção agrícola para o mercado interno; produto este de baixo valor agregado e altamente dependente das variações de preços no mercado consumidor do Estado de São Paulo e outros estados vizinhos. No quesito mercado, tem-se um cenário de grande dependência e subordinação, visto que este mercado é controlado por um pequeno número de grandes compradores instalados nos Ceasa's, que passam a exercer os papéis de atravessadores de preços, tanto na compra dos produtores agrícolas como na venda da banana, amadurecida em ambiente climatizado, aos distribuidores e vendedores ligados à grande rede de consumidores ligados às redes de supermercados, feiras livres e outros pontos comerciais.

Ainda com relação aos dados da tabela 19, pode-se ver que os municípios de Itanhaém, Peruíbe, Mongaguá, Cândido Mota, São Bento do Sapucaí e Avaré, maiores produtores de banana no Estado de São Paulo, estão contidos também em regiões não desenvolvidas e, pela própria característica de produção agrícola da banana, localizam-se nas áreas litorâneas ou às margens de rios do Estado de São Paulo, cujas populações apresentam-se vítimas da baixa oferta de emprego e renda. Geralmente essas regiões não são industrializadas e tem na agricultura a sua principal atividade econômica e, especificamente, no plantio e comercialização de bananas, encontram-se populações com poucas opções econômicas e sociais para a mudança do perfil agrícola.

A cultura e comercialização da banana nos municípios da Região Administrativa de Registro é responsável pela geração de emprego e renda para a maior parte das famílias da região, visto que o produto exige a presença humana em várias etapas, desde o preparo da terra, plantio, limpeza dos bananais, corte do produto nos sítios, transporte da banana dos sítios para as cidades próximas, onde se encontram os grandes barracões e ocorre o processo de limpeza e embalagem do produto, complementado pelo transporte das caixas de bananas para os grandes centros consumidores. Nesse processo, geralmente, tem-se a presença de intermediários ou atravessadores, que acabam ficando com grande parte dos valores envolvidos nas negociações, cujos pagamentos para os produtores não ocorrem á vista e sim no prazo de 15, 30 ou mais dias, permitindo que esses atravessadores obtenham rendimentos financeiros com os recursos de terceiros ou se capitalizem para novas compras sem a utilização dos recursos próprios.

Na tabela 20, têm-se os dados da produção de banana nas várias Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e, ao mesmo tempo, a comprovação da liderança do Vale do Ribeira e, mais especificamente, da Região Administrativa de Registro quanto à produção de banana no Estado de São Paulo.

A liderança de maior produtor quer seja em área plantada ou em toneladas produzidas, com destaque para a banana nanica ou o nanicão, não deve ser comemorada, visto que, pelo fato do Vale do Ribeira ter somente a produção de banana como atividade econômica principal, os municípios produtores de banana na região não têm conseguido se desenvolver, comparativamente às outras regiões administrativas do Estado, pois as famílias localizadas nos municípios da Região Administrativa de Registro plantam banana desde seus antepassados a mais de cem anos e poucos sabem sobre outra atividade agrícola.

Tabela 20 – Produção de bananas pelas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2003

Regiões Administrativas	Área Nova em hectares	Área em Produção - hectares	Produção em toneladas	% do Total Produzido	Produtividade Média (ton / ha)
Estado de São Paulo	4.509	55.016	1.142.197	100,00%	20,76
Araçatuba	689	2.031	31.225	2,73%	15,37
Baixada Santista	871	5.949	117.150	10,26%	19,69
Barretos	14	42	1.120	0,10%	26,67
Bauru	5	275	1.114	0,10%	4,05
Campinas	51	689	18.394	1,61%	26,70
Central	35	273	5.821	0,51%	21,32
Franca	221	2.023	34.902	3,06%	17,25
Marilia	221	2.023	34.902	3,06%	17,25
Pres. Prudente	73	366	4.497	0,39%	12,29
Registro	1.055	33.380	763.540	66,85%	22,87
Ribeirão Preto	. 30	97	5.680	0,50%	58,56
São José do Rio Preto	1.226	4.847	56.095	4,91%	11,57
São José dos Campos	156	3.215	43.976	3,85%	13,68
São Paulo	-	91	2.073	0,18%	22,78
Sorocaba	84	1.381	45.678	4,00%	33,08

Fonte: Fundação SEADE e Instituto de Economia Agrícola - 2003

A quebra desse paradigma ocorre quando agricultores de outras regiões migram para o Vale do Ribeira e passam a produzir outros produtos agrícolas de grande aceitação na própria região e em outras localidades do Estado. O fato do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR não ter recursos suficiente para o financiamento de outras lavouras, acaba priorizando um maior volume de créditos para o plantio de banana, visto que esses produtores rurais apresentam maiores garantias para a liquidação dos empréstimos.

O fato das famílias possuírem uma grande quantidade de membros, facilita o manuseio da safra de banana, porém aumenta o ciclo da pobreza, visto que as propriedades são pequenas para um número cada vez maior de trabalhadores da

mesma família, diminuindo assim a renda *per capita* por propriedade e, de forma definitiva, levando alguns membros das famílias a se desagregarem e, geralmente, procurando trabalho na informalidade nas sedes dos municípios ou passarem a trabalhar para outros sitiantes como diaristas ou meeiros.

Por outro lado, a continuidade e insistência no plantio da banana no Vale do Ribeira estimulam o subdesenvolvimento regional, gerando um baixo recolhimento de tributos, em particular do ICMS, até porque sobre a venda de bananas não incide impostos estaduais, e, dessa forma, o processo em questão acaba mantendo os produtores agrícolas na situação de pobreza, sobretudo para a maioria que possui pequenos lotes de terras e, ao mesmo tempo, estimula a concentração de renda e riquezas para os outros produtores, que conseguem plantar grandes áreas e podem manter seus bananais sem dificuldades financeiras no tocante ao combate às pragas agrícolas.

Quando comparados os índices de produtividade de banana entre os próprios municípios do Vale do Ribeira ou com outros municípios do Estado, percebe-se que a produtividade alcançada no Vale do Ribeira está baixa e bem próxima da média estadual. Isso ocorre em razão do grande abandono dos bananais da região, em decorrência da presença de doenças, entre as quais a *sigatoka negra*, e, também, pelo alto custo dos insumos e defensivos agrícolas necessários para a manutenção desses bananais, cuja exaustão da terra está evidente em alguns municípios em razão da não rotatividade agrícola.

Outro complicador está na falta de instalação de pequenas ou médias indústrias, voltadas à produção de doces, pasta, sucos e cachaça de banana, sobretudo para o mercado externo e, em especial, o mercado japonês e europeu, grandes consumidores desses produtos no mercado internacional, garantindo a

geração de empregos e renda para as populações dos municípios do Vale do Ribeira, com especial envolvimento da mão-de-obra feminina, tão abundante e má utilizada nos municípios da região. Várias tentativas foram feitas, porém sem sucesso, quer pelo despreparo dos administradores ou pelo pequeno porte dessas indústrias, que não tinham capacidade de atender e concorrer com mercados fora da região ou, pelo fato de existirem várias micros ou pequenas empresas descapitalizadas nos municípios da região acabavam falindo, pois o mercado local era pequeno demais para todas as empresas venderem os mesmos produtos.

A outra atividade econômica do Vale do Ribeira está relacionada à extração e industrialização do palmito, que acaba esbarrando na legislação ambiental extremamente preservacionista, visto que o produto *in natura* é extraído, na maioria das vezes, de forma clandestina nas matas e reservas ambientais da região. Por outro lado, a produção da popunha no Vale do Ribeira ainda não atende às demandas de produção e consumo dos grandes mercados nacionais e internacionais, quer por falta de recursos para o investimento no plantio ou pelo simples fato de haver desinteresse dos produtores locais acostumados a plantar somente bananas por quase um século.

Recentemente, o município de Registro criou condições fiscais e tributárias para a instalação de indústrias de confecção de roupas, voltadas aos públicos masculinos e femininos dos grandes centros urbanos, passando a empregar um bom número de trabalhadores, em especial, mulheres, que em grande número, destaca-se por serem as responsáveis pela chefia das famílias de baixa renda da região. Essa realização positiva só foi possível graças aos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR, viabilizados pela Prefeitura do Município de Registro que atendeu os interesses das

partes envolvidas. A maior dificuldade encontrada para a operacionalização do projeto está na dificuldade de encontrar mão-de-obra com qualidade e específica para o tipo de trabalho disponível nas indústrias locais, que muitas vezes é oriunda de outros centros desenvolvidos, exigindo maiores salários e benefícios e, portanto, elevando os custos de produção e o preço final dos seus produtos. Outros municípios, em escala bem menor, também estão tentando implementar seus distritos industriais e, entre eles, podem-se destacar os municípios de Juquiá, Paríquera-Açu e Jacupiranga.

2.8. Situação econômica e financeira dos municípios da Região Administrativa de Registro

Levando-se em conta que o Estado de São Paulo é o carro chefe na economia brasileira, detendo, 39,4% do PIB brasileiro no ano de 1970, reduzido para 35,0% no ano de 1999 e 32,5% no ano de 2002, correspondentes a uma população de 19,1%, 21,8% e 22% respectivamente ao período abordado, tem-se que buscar fatores explicativos para entender o estágio de subdesenvolvimento dos municípios do Vale do Ribeira subordinados à Região Administrativa e Política de Registro (SP). A explicação ao questionamento acima está no fato de não ter ocorrido nesta região as chamadas economias de aglomeração locacional ou urbana, tal qual se deu historicamente em outras regiões paulistas, já que não houve o devido aproveitamento das vantagens de externalidades positivas que as empresas poderiam usufruir se aqui estivessem instaladas. (SICSÚ et al., 2003).

Dentre as vantagens decorrentes da externalidade positiva, pode-se destacar a existência da Rodovia Regis Bitencourt, também conhecida como BR 116 do Estado de São Paulo. A outra grande vantagem está na distância de aproximadamente 200 quilômetros, existente entre a Região do Vale do Ribeira e as cidades de São Paulo e Curitiba, dois grandes centros consumidores do país. Finalmente pode-se atribuir a existência de uma grande área verde da Mata Atlântica e ainda mantida bem próxima da forma original da floresta do século XIX, como forma de externalidade positiva e grande fonte de atração do capital estrangeiro, em razão da enorme biodiversidade existente no local.

Complementando-se a explicação no tocante às dificuldades encontradas pelas Regiões Administrativas do Estado, pode-se também atribuir à inexistência de pólos de ensino universitário e tecnológico no Vale do Ribeira, tais quais foram introduzidos nas demais regiões paulistas e do país, fazendo com que esse fato, entre outros, seja responsável pelo não desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira.

Vale destacar que a Região do Vale do Ribeira ainda apresenta as vantagens regulativas e comparativas das economias de urbanização, não encontradas nos grandes centros econômicos, se forem considerados os baixos custos de comercialização das terras ribeirinhas, associadas ao excesso de mão-de-obra embora não qualificada, juntamente com o fraco poder sindical e sem os problemas urbanos de outras regiões do estado e do país.

A tabela 21 apresenta a situação da economia paulista, por Região Administrativa, no ano de 2002, no que se refere à distribuição dos valores agregados, resultantes da entrada e saída de mercadorias nos municípios

envolvidos nas regiões administrativas, levando-se em conta as atividades econômicas dos setores produtivos dessas regiões paulistas.

Tabela 21 – Valores agregados das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2002

Regiões Administrativas	Valor Agregado (em R\$)	% do Valor por RA	População Total	Valor Agregado por habitantes (em R\$)
Estado de São Paulo	309.497.504.387	100,00%	38.123.695	8.118
Região Metropolitana de São Paulo	139.966.136.543	45,22%	18.345.032	7.630
RA de Registro	658.509.741	0,21%	273.462	2.408
RA de Santos	12.859.728.729	4,16%	1.531.461	8.397
RA de São José dos Campos	27.076.356.943	8,75%	2.064.470	13.115
RA de Sorocaba	14.911.218.132	4,82%	2.565.450	5.812
RA de Campinas	65.014.433.694	21,01%	5.589.389	11.632
RA de Ribeirão Preto	8.518.841.547	2,75%	1.093.154	7.793
RA de Bauru	5.701.684.514	1,84%	984.137	5.794
RA de São José do Rio Preto	7.380.446.755	2,38%	1.335.011	5.528
RA de Araçatuba	4.897.444.283	1,58%	685.120	7.148
RA de Presidente Prudente	4.897.444.283	1,58%	800.633	6.117
RA de Marília	4.943.569.193	1,60%	909.801	5.434
RA Central	6.238.019.120	2,02%	881.079	7.080
RA de Barretos	3.312.440.165	1,07%	403.826	8.203
RA de Franca	4.238.175.580	1,37%	661.670	6.405

Fonte: Fundação SEADE e Coordenação da Administração Tributária – 2002

Os dados relativos aos valores agregados decorrentes da economia das regiões administrativas são utilizados pelo governo paulista na composição dos índices de distribuição do ICMS arrecadado pelo estado e, logicamente, quanto menor for o valor agregado das regiões administrativas, menores serão os repasses do ICMS para os municípios que compõem tais regiões. Também se podem enxergar tais dados como o resultado decorrente dos setores produtivos de cada região no ano descrito e isso é desesperador, visto que o valor agregado apresentado pela Região Administrativa de Registro é o menor de todos, quando

comparado com outras Regiões Administrativas do Estado. Fica evidente que o percentual apresentado pela economia da Região Administrativa de Registro está inferior às demais regiões administrativas do estado, comprovando a dificuldade dessa região em gerar produção para contribuir com o resultado final da apuração dos valores agregados do poder econômico do Estado de São Paulo.

Os valores e percentuais atribuídos a cada uma das regiões administrativas, embora não possam ser considerados como taxas de crescimento econômico, refletem o resultado da econômica de cada uma dessas regiões, destacadas as especificidades e dificuldades para apresentarem resultados maiores e melhores e, neste caso, exclui-se o Vale do Ribeira, visto que o valor agregado dessa região é baixíssimo, classificando-a como a última colocada em termo de agregação de valores para a economia paulista.

Se observado o valor agregado por habitantes, tem-se um índice muito abaixo da média das principais regiões administrativas do Estado de São Paulo, sobretudo se comparado com as regiões mais desenvolvidas, quer no aspecto de implementação tecnológica ou do setor agro-exportador paulista. Deve-se ficar claro que esse retrato econômico traduz o baixo volume de investimentos públicos e privados realizados na Região Administrativa de Registro, destoando essa região processo de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. A outra explicação para o baixo indicador do valor agregado da Região Administrativa de Registro também pode ser dada pelo baixo poder de compra das populações dos municípios dessa região e, consequentemente, tem-se uma entrada de mercadorias e serviços muito aquém das demais regiões administrativas, visto que o volume de renda das populações do Vale do Ribeira está muito abaixo da média paulista encontrada nas outras regiões do estado.

A tabela 22 apresenta os índices de investimentos anunciados nos principais jornais do país para os anos de 2002 e 2003 por região administrativa do Estado de São Paulo. Percebe-se que o Vale do Ribeira não recebeu a devida atenção do setor privado interessado em investir nos Municípios Paulistas.

Tabela 22 – Volume de investimentos anunciados nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2002 e 2003* - Milhões de US\$

Regiões Administrativas		2002	% por RA	2003 (*)	% por RA
Total		14.432,33	100,00%	10.833,32	100,00%
RA Araçatuba		479,57	3,32%	278,91	2,57%
RA Barretos		25,76	0,18%	87,70	0,81%
RA Bauru		165,13	1,14%	79,50	0,73%
RA Campinas		2.793,58	19,36%	1.845,27	17,03%
RA Central		91,37	0,63%	359,68	3,32%
RA Diversos Municípios		1.915,67	13,27%	2.577,32	23,79%
RA Franca		37,40	0,26%	13,30	0,12%
RA Marília		56,18	0,39%	50,29	0,46%
RA Presidente Prudente		8,86	0,06%	24,77	0,23%
RA Registro	-		0,00%	0,10	0,00%
RA Ribeirão Preto		108,67	0,75%	28,44	0,26%
RA Baixada Santista		748,52	5,19%	350,45	3,23%
RA Metropolitana de São Paulo		4.735,93	32,81%	3.437,29	31,73%
RA São José do Rio Preto		61,16	0,42%	121,42	1,12%
RA São José dos Campos		2.642,85	18,31%	1.478,56	13,65%
RA Sorocaba		561,68	3,89%	100,32	0,93%

Fonte: Fundação SEADE - (*) período de janeiro a Outubro 2003

Destaque para os municípios das Regiões Administrativas mais desenvolvidas e ricas do Estado de São Paulo, fortalecendo o conceito de concentração de investimento, renda, poupança e consumo. Assim as regiões mais ricas do Estado de São Paulo ficam ainda mais desenvolvidas e quanto mais desenvolvidas, atraem um volume ainda maior de novos investimentos, criando assim um ciclo de crescimento e desenvolvimento mais acentuado e concentrador.

Dentre os vários questionamentos possíveis para explicar o fluxo de recursos destinados a investimentos em outras Regiões Administrativas que não a de

Registro, ficam pendentes algumas respostas pertinentes ao grau de atratividade do Vale do Ribeira para os interesses dos investidores internos ou externos. Considerando que as várias regiões com maior volume de investimentos estão localizadas dentro de um raio de aproximadamente 100 km da Capital Paulista, diferentemente da condição geodésica do Vale do Ribeira, pode ser essa a grande razão que leva os investidores a ampliarem seus negócios nos municípios das outras regiões administrativas mais próximas possíveis dos grandes centros consumidores e metropolitanos. Um dos fatores positivos para a atratividade dos novos investimentos está relacionado ao poder de consumo agregado das populações que conseguem obter maiores volumes de renda, graças às suas especializações, garantindo assim retorno para as empresas e seus acionistas interessadas em ampliar ou iniciar seus investimentos próximos às regiões metropolitanas.

Vale comentar que todas as regiões com maior volume de investimentos são servidas por grandes rodovias ou corredores de exportação, fato este também presente na Região do Vale do Ribeira, porém, sem a força estimada e esperada para um corredor de exportação do porte da Rodovia Regis Bittencourt, considerando que essa externalidade positiva deveria ser o grande atrativo para investimentos, levando-se em conta o tamanho e poderio econômico dos mercados consumidores do Sul do país e, muito mais ainda, o Mercosul responsável por volumes enormes de dólares na balança comercial do Estado de São Paulo e do país.

Ainda dentro do contexto das atratividades das outras Regiões Administrativas ante a Região Administrativa de Registro, cabe a discussão das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nas quais os municípios, o

Estado e a União ficam proibidos de abrirem mão das suas receitas tributárias. Neste sentido, questionam-se como os municípios das regiões que receberam maior volume em investimentos conseguiram tal proeza. Acredita-se que outras formas de compensações foram utilizadas e disponibilizadas via linhas de créditos ou subsídios para as empresas se interessarem em investirem nesses locais, embora a lógica maior está relacionada à busca de novos mercados e fronteiras comerciais em razão do crescimento dessas regiões administrativas. Como o Vale do Ribeira foge dos padrões acima mencionados, por exclusão, acaba ficando fora do interesse do anúncio de investimentos por parte do setor empresarial, postergando assim o processo do seu crescimento e desenvolvimento regional.

A tabela 23 demonstra os valores do PIB das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, no período dos anos de 2000 a 2002, permitindo a comparação do resultado anual das atividades econômicas da Região Administrativa de Registro com as demais regiões do estado. Como os municípios localizados no Vale do Ribeira têm suas economias sustentadas pelo setor primário e muito pouco no setor secundário, prova-se então que o PIB da Região Administrativa de Registro é o mais baixo do Estado de São Paulo.

Comparando-se os valores do PIB das regiões administrativas do Estado de São Paulo, tem-se como resultado a comprovação do processo de isolamento e estagnação econômica da Região Administrativa de Registro, que se classifica em último lugar no Estado de São Paulo. Em uma análise mais específica verifica-se que não houve crescimento do PIB da Região Administrativa de Registro, nos anos de 2001 e 2002, quando o percentual da participação da região frente ao acumulado do Estado de São Paulo ficou na ordem de 0,29%, com um centésimo acima do percentual do ano de 2000, que pode ser considerado como um crescimento ínfimo

ou insignificante para uma região que tem enormes carências econômicas e sociais como o Vale do Ribeira.

Tabela 23 – Resultados do PIB das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2000 a 2002 - milhões de reais

Regiões Administrativas	Valores do PIB Regional			Variação % por Ano		Média Anual
	2000	2001	2002	01 / 00	02 / 01	
Estado de São Paulo	370.818,34	400.629,12	438.132,79	8,04%	9,36%	403.193,42
Região Metrop. de São Paulo	199.073,46	211.296,81	221.369,64	6,14%	4,77%	210.579,97
RA de Registro	1.049,58	1.159,57	1.287,46	10,48%	11,03%	1.165,54
RA de Santos	11.397,63	12.106,58	13.681,73	6,22%	13,01%	12.395,31
RA de São José Campos	26.645,21	26.879,18	28.419,72	0,88%	5,73%	27.314,70
RA de Sorocaba	17.639,12	20.146,69	22.619,47	14,22%	12,27%	20.135,09
RA de Campinas	58.596,90	63.957,88	71.777,36	9,15%	12,23%	64.777,38
RA de Ribeirão Preto	8.419,94	9.061,61	10.555,98	7,62%	16,49%	9.345,84
RA de Bauru	6.796,74	7.358,73	8.537,86	8,27%	16,02%	7.564,44
RA de São José Rio Preto	8.929,10	10.749,77	13.538,34	20,39%	25,94%	11.072,40
RA de Araçatuba	5.911,04	5.991,58	6.937,62	1,36%	15,79%	6.280,08
RA de Presidente Prudente	4.628,14	5.096,10	5.974,56	10,11%	17,24%	5.232,93
RA de Marília	5.897,78	6.357,54	7.201,96	7,80%	13,28%	6.485,76
RA Central	7.964,33	10.522,34	12.921,90	32,12%	22,80%	10.469,52
RA de Barretos	3.817,58	5.444,35	7.915,77	42,61%	45,39%	5.725,90
RA de Franca	4.051,79	4.500,39	5.393,42	11,07%	19,84%	4.648,53

Fonte: Fundação SEADE

Confrontados os valores do PIB dos anos de 2001 e 2002 contra o ano de 2002, observa-se um crescimento do valor do PIB da Região Administrativa de Registro na ordem de 10,48% e 11,03% nos anos de 2001 e 2002, respectivamente, porém com valores inferiores a média dos três anos que ficou na ordem de R\$ 1.165,54 milhões de reais. Pode-se entender, pelos dados disponibilizados acima, que as demais regiões administrativas do Estado de São Paulo possuem

externalidades positivas maiores que a Região Administrativa de Registro, visto que o crescimento das demais regiões decorre da existência de uma economia mais forte e pujante, com a presença de investimentos privados e públicos em maiores escalas que os investimentos repassados para o Vale do Ribeira.

Cabe destacar que o crescimento do PIB da região Sudeste e do Estado de São Paulo, no período de 2000 a 2002, apresentaram resultados decrescentes quando comparados às outras regiões do país, com percentuais de 0,88 para o Sudeste e 1,09 para o estado mais desenvolvido da nação. (VELLOSO e ALBUQUERQUE, 2005). Isto explica o baixo resultado alcançado pela economia regional do Vale do Ribeira, visto que, se a economia paulista vai mal, poucos recursos sobram para os investimentos necessários nas regiões administrativas do estado, comprometendo assim o crescimento e desenvolvimento dessas regiões.

A tabela 24 apresenta os resultados do PIB dos municípios da Região Administrativa de Registro e possibilita a comprovação e identificação dos municípios que apresentam os menores resultados de crescimento econômico na região, comprovando a existência de atividades econômicas sem grandes valores agregados para a incrementação do resultado final do produto interno bruto regional.

Visto caso a caso, verifica-se o quanto alguns municípios do Vale do Ribeira, com exceção de Cajati e Registro, estão cada vez mais empobrecidos e sem qualquer perspectiva econômica para alavancagem do crescimento econômico em tamanho suficiente, que seja traduzido em modificações sociais na região. Esse retrato de baixo crescimento ou de desaquecimento da economia dos municípios do Vale do Ribeira decorre da situação, apontada acima, vivida pelo Estado de São Paulo, onde se teve resultado insatisfatório e aquém das expectativas para uma economia do porte da paulista.

Tabela 24 – Resultados do PIB dos municípios da Região Administrativa de Registro – 2000 a 2002 - em milhões de reais

Municípios	Valores do PIB Municipal			Variação % por ano	Média Anual	PIB Percapita
	2000	2001	2002			
Total	1.049,58	1.159,57	1.287,46	10,48%	11,03%	1.165,54
Barra do Turvo	18,52	16,86	18,43	-8,96%	9,31%	17,94
Cajati	232,33	247,11	295,6	6,36%	19,62%	258,35
Cananéia	35,45	35,58	39,4	0,37%	10,74%	36,81
Eldorado	40,33	55,91	65,62	38,63%	17,37%	53,95
Iguape	95,14	107,17	115,02	12,64%	7,32%	105,78
Ilha Comprida	34,41	36,85	42,57	7,09%	15,52%	37,94
Itariri	57,93	63,53	64,4	9,67%	1,37%	61,95
Jacupiranga	59,28	69,39	62,87	17,05%	-9,40%	63,85
Juquiá	68,35	70,61	76,96	3,31%	8,99%	71,97
Miracatu	67,72	74,01	73,36	9,29%	-0,88%	71,7
Pariquera-Açu	48,08	72,63	83,37	51,06%	14,79%	68,03
Pedro de Toledo	38,09	37,17	38,86	-2,42%	4,55%	38,04
Registro	204,92	211,09	239,15	3,01%	13,29%	218,39
Sete Barras	49,03	61,66	71,85	25,76%	16,53%	60,85

Fonte: Fundação SEADE

Os municípios de Cajati e Registro foram os que apresentaram o maior PIB da região, porém quando comparados com os valores acumulados no Estado de São Paulo percebe-se tratarem de valores ínfimos e de pouca expressão numérica. O resultado do PIB desses dois municípios decorre da presença de indústrias de cimento e fertilizantes em Cajati (SP) e de outras pequenas industrias e do comércio regional localizados em Registro (SP), diferenciando-os dos demais municípios que possuem algumas pequenas firmas ou comércio local inexpressivo. Do lado oposto estão os municípios paulistas de Barra do Turvo, Cananéia, Iguape, Itariri, Juquiá, Miracatu e Pedro de Toledo, que apresentaram o resultado do PIB decrescente, demonstrando que além de baixo o resultado foi menor ano a ano, quando comparado com o resultado da própria região. Na certa, esses municípios apresentam-se em dificuldades financeiras e com alta dependência dos repasses

dos recursos dos governos do Estado e da União para poderem atender de forma limitada todas as demandas sociais e econômicas dos seus municípios.

Complementando o quadro da análise individual, têm-se outros municípios que apresentaram queda no PIB, porém conseguiram se recuperar e, neste sentido, vale o destaque para os municípios de Eldorado Paulista, Pariquera-Açu e Sete Barras. No caso de Pariquera-Açu o crescimento do PIB se dá pela externalidade positiva decorrente da presença do Hospital Regional em seu território, cuja renda percapita média dos habitantes locais é uma das maiores da região e garante o desempenho do comércio local, juntamente com o resultado positivo de pequenas fábricas, entre elas a da produção de barco de alumínio, juntamente com a atividade agrícola da produção de flores e frutas por parte de pequenos e médios agricultores.

Já os municípios de Eldorado e Sete Barras apresentam o vetor do PIB como crescente em razão do desempenho do setor agrícola local, cuja produção e comercialização de bananas, conforme descrito na tabela 19, se destaca por ser uma das maiores em área plantada e em toneladas produzidas, sem contar o fato de apresentar os bananais com o melhor nível de cuidado e tratamento para o aumento da produtividade. A extração de areia do Rio Ribeira de Iguape também contribui para o resultado positivo do PIB dos municípios cortados pelo rio em questão, pois o produto decorrente dessa atividade tem grande aceitação nos municípios da Grande São Paulo, quer pela qualidade da areia e muito mais pelo preço do produto, mesmo levando-se em conta o custo do transporte.

Para o cálculo do PIB médio *percapita* levou-se em conta o valor da média anual do PIB dos municípios, dividindo-se o resultado pelo número de habitantes de cada município da Região Administrativa de Registro. Constatou-se que somente o município de Cajati apresentou um resultado satisfatório para a região, embora

abaixo da média do pib *per capita* paulista, e, isso se deve pelo fato da economia desse município apresentar um parque industrial de grande valor agregado, com a produção voltada ao mercado interno e externo, gerando emprego e renda para o município e região, quando comparado com os demais municípios dessa região. Se forem considerados os valores em PPC para o pib *per capita* do Brasil e da Região Sudeste, que são de US\$ 5.240 e US\$ 7.212 respectivamente, pode-se afirmar que a situação do pib *per capita* dos municípios da Região Administrativa de Registro está realmente muito abaixo do pib médio *per capita* internacional.

Vale questionar qual seria o resultado do PIB da Região Administrativa de Registro se os últimos governos nada tivessem feito pelo Vale do Ribeira. Esta indagação demonstra que tudo que se fez ainda é muito pouco pelo tamanho do que deve ser feito na região. Precisa-se da definição, por parte das autoridades governamentais, da melhor política econômica a ser aplicada para que o crescimento do Vale do Ribeira possa ocorrer o mais rápido possível e nisto não há discórdia a respeito, pois do contrário a região continuará pobre e sempre mais pobre, pois os investimentos privados não terão interesses em optarem pela região em estudo.

No tocante às questões das finanças públicas em geral, os municípios da Região Administrativa de Registro não fogem do padrão da grande maioria dos municípios pobres do Estado de São Paulo e dos outros estados da federação, visto que são praticamente geridos às custas dos repasses do Estado e da União, já que as suas receitas próprias são insuficientes para atender seus gastos e propiciar o bem estar necessário para suas populações. Mesmo levando-se em consideração a defasagem dos dados contidos na tabela 21, pode-se observar que a Região Administrativa de Registro recebeu percentualmente muito pouco dos valores

transferidos pela União e pelo Estado de São Paulo, comprovando que a referida região está fora das prioridades dos governos.

A tabela 25 apresenta o volume de recursos financeiros repassados, no ano de 2001, pela União e Estado de São Paulo para as Regiões Administrativas Paulistas. Embora pouco, esses recursos são esperados mensalmente e utilizados para cobrir as principais despesas dos municípios da região.

Tabela 25 – Transferências de recursos repassados pela União e Estado para as Regiões Administrativas - 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	Transfe- rências da União	Transfe- rências do Estado	Demais Transferên- cias Correntes	Total das Transferên- cias	% do Total de Repasses
Estado de São Paulo	4.992.104	11.241.435	218.912	16.452.451	100,00%
Região Metrop. de São Paulo	1.461.946	5.299.666	86.885	6.848.498	41,63%
RA de Registro	58.344	66.265	595	125.205	0,76%
RA de Santos	239.501	457.587	24.844	721.931	4,39%
RA de São José dos Campos	317.968	809.918	12.240	1.140.126	6,93%
RA de Sorocaba	446.313	650.953	12.178	1.109.444	6,74%
RA de Campinas	859.052	1.897.036	44.980	2.801.068	17,03%
RA de Ribeirão Preto	178.339	315.022	4.735	498.095	3,03%
RA de Bauru	146.916	240.127	2.130	389.173	2,37%
RA de São José do Rio Preto	311.757	334.346	5.067	651.169	3,96%
RA de Araçatuba	175.204	222.315	4.822	402.341	2,45%
RA de Presidente Prudente	183.121	209.052	7.114	399.287	2,43%
RA de Marília	237.077	225.945	3.631	466.653	2,84%
RA Central	158.017	233.233	3.067	394.316	2,40%
RA de Barretos	93.815	114.695	2.178	210.688	1,28%
RA de Franca	124.736	165.275	4.446	294.457	1,79%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional - 2001

A pior situação demonstrada na tabela 25 é a existência da dependência clientelista e submissa que os municípios paulistas ficam dos governos da União ou Estado, criando-se assim um ciclo de pobreza e subdesenvolvimento econômico e social para as populações dessas regiões. Os municípios que compõem o Vale do

Ribeira, em especial os da Região Administrativa de Registro, se encaixam perfeitamente nessa descrição, pois em razão do baixo volume de investimentos privados e da reduzida capacidade de arrecadação de tributos nos próprios municípios, acabam submetidos aos ditames dos governos e passam a buscar ainda mais recursos públicos para o atendimento das suas demandas.

Outra constatação a respeito deste assunto refere-se às regras para o repasse dos recursos, conforme dispõe as Constituições Federal e Estadual, que acabam sendo injustas por privilegiar os grandes municípios mais desenvolvidos e com maior poder de arrecadação. Conseqüentemente, passam a alimentar o ciclo de pobreza dos municípios pobres e, em especial, os do Vale do Ribeira, que não recebem mais recursos por serem subdesenvolvidos e continuam sendo pobres e cada vez mais pobres. A situação de pobreza desses municípios decorre do não recebimento de recursos públicos necessários para a mudança dos cenários econômicos, sociais e políticos da região, tornando desinteressantes para os investidores privados em razão do baixo poder de renda e consumo das suas populações.

Se o volume de recursos repassados é ínfimo diante das necessidades de cada um dos municípios, conforme demonstrado na tabela 25, pouco poderá ser feito por parte dos governantes locais em termos de investimentos públicos, considerando-se que as suas receitas próprias, descritas na tabela 29, são pequenas e insuficientes para atendimento das demandas dos seus municíipes, já que as despesas de manutenção das prefeituras são elevadas ao montante das suas receitas próprias e recebidas dos governos superiores.

A tabela 26 apresenta o detalhamento dos recursos repassados, no ano de 2001, pela União para as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, oriundo

do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, do Imposto de Renda - IRRF, do Imposto Territorial Rural - ITR, do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, entre outros impostos relacionados à educação e saúde sob a responsabilidade da União.

As transferências correntes da União são compostas pela somatória das receitas tributárias, contribuições e de outras receitas correntes, excluindo-se as transferências entre os governos e deduzidas as repartições estipuladas pela Constituição garantidas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, acrescidas do produto das arrecadações sociais dos empregados e empregadores.

Tabela 26 – Transferências correntes repassadas pela União às Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	FPM	IRRF	ITR	IOF / Ouro	LC 87/96 ICMS	Sala-rio Educ União	Fundef União	SUS União	Outras Transf. União	% do Total
Estado de São Paulo	2.267.942	787.402	17.779	469	219.620	35.515	361.613	904.753	397.012	100 %
RMSP	361.459	524.606	941	60	113.634	27.406	98.891	168.743	166.206	29,29%
RA - Registro	39.519	2.102	155	-	1.085	759	3.098	5.737	5.888	1,17%
RA - Santos	75.881	49.892	93	-	7.904	-	25.790	55.467	24.474	4,80%
RA - SJ Campos	155.596	37.911	512	9	17.872	568	22.572	63.273	19.654	6,37%
RA - Sorocaba	255.764	20.343	2.398	73	10.653	1.469	46.072	77.616	31.925	8,94%
RA - Campinas	414.788	91.294	3.368	97	31.728	1.389	42.313	221.440	52.634	17,21%
RA - Rib. Preto	83.923	13.722	1.312	-	2.738	523	14.763	51.336	10.022	3,57%
RA - Bauru	104.218	5.855	1.202	25	4.449	-	4.905	15.704	10.558	2,94%
RA - SJ Rio Preto	201.512	10.776	1.421	41	6.805	769	26.157	50.090	14.186	6,25%
RA - Araçatuba	107.698	4.972	1.397	106	3.363	178	13.844	30.742	12.904	3,51%
RA - Pres. Prudente	132.119	4.945	1.036	52	3.730	534	8.856	19.880	11.968	3,67%
RA - Marília	129.861	5.309	1.003	6	5.233	304	25.285	58.046	12.030	4,75%
RA - Central	86.933	7.545	1.210	-	5.398	846	10.219	37.810	8.057	3,17%
RA - Barretos	50.600	3.057	831	0	1.732	172	11.717	16.751	8.954	1,88%
RA - Franca	68.071	5.073	899	-	3.295	597	7.132	32.117	7.551	2,50%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

Também, na tabela 26, tem-se o comparativo detalhado dos valores dos tributos federais repassados às demais Regiões Administrativas do Estado de São

Paulo, permitindo estabelecer uma análise comparativa dos volumes recebidos por cada uma das regiões paulistas, bem como checar a posição em que se encontra a Região Administrativa de Registro, cujo percentual do total das transferências ocorridas no estado de São Paulo, recebido pelos municípios dessa região está muitíssimo abaixo dos valores repassados às outras regiões administrativas do estado.

O maior montante dos recursos oriundos das transferências correntes da União refere-se ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM e de outras receitas federais, que constitucionalmente são repassadas pela União a todos os municípios brasileiros, gerando para muitos deles e, aos municípios do Vale do Ribeira não poderia ser diferente, um elevado grau de dependência das receitas da União. O repasse desses recursos leva em conta à quantidade de pessoas moradoras em cada um dos municípios e estados brasileiros, fazendo com que os municípios com maior número de habitantes e maior poder de arrecadação recebam mais recursos, aumentando assim o ciclo de pobreza e subdesenvolvimento nos municípios pobres e com menor quantidade de habitantes, visto que não possuem receitas próprias suficientes para atender suas demandas das suas populações cada vez mais necessitadas.

Nesta situação, de forma acentuada, ocorre o processo migratório das populações jovens mais esclarecidas que a média dos seus municípios, em busca pelas melhores oportunidades econômicas e sociais nos grandes centros urbanos, fazendo com que os municípios do Vale do Ribeira fiquem ainda com um número menor de habitantes e, portanto, dentro da regra imposta no repasse de verbas federais, mais pobre ainda ou no limite mínimo das condições de transferências de valores, cada vez mais insuficiente para o atendimento das demandas dos

municípios. Como são municípios pobres e sem recursos próprios para a geração do crescimento econômico, acabam ficando ainda mais pobres, visto que o crescimento vegetativo também é afetado, tanto no que se refere ao número excessivo de nascimento e, muito mais, pelo número de mortes, em particular de crianças, por falta de todos os tipos de assistência possíveis por parte do Estado e, por falta de oportunidades, por parte dos pais ou familiares, que possuem baixo poder de consumo em decorrência da renda auferida.

Embora em menores valores, os demais componentes das transferências correntes da União aos municípios da Região Administrativa de Registro fazem parte das receitas municipais, comprometidas com o atendimento dos setores da educação, saúde, entre outros, visando suprir, de forma desejosa e insuficiente, as necessidades dos moradores desses municípios. Tais volumes de recursos públicos poderiam ser maiores, caso a Região do Vale do Ribeira estivesse populacionalmente bem mais ocupada em seu território e, ao mesmo tempo, possuísse atividades econômicas de maiores valores agregados ou focados no setor de exportação, mesmo que não fosse de *commodities*. Se houvessem atividades econômicas que trouxessem maior poder de arrecadação e recebimento de tributos, tanto por parte da União quanto pelo Estado, haveria um melhor bem estar social para suas populações, tanto no campo de emprego e renda, quanto nos aspectos de educação, saúde e saneamento básico.

Complementando a tabela 26, dentro dos devidos critérios constitucionais, tem-se na tabela 27 o repasse dos recursos do Estado de São Paulo, ocorridos através das transferências correntes e com maior foco nas quotas partes do ICMS, que também está muito abaixo dos montantes recebidos por outras regiões

administrativas do Estado e insere a Região Administrativa de Registro no campo político, social e econômico das desigualdades fiscais e tributárias do Estado.

A tabela 27 reproduz os valores das transferências correntes repassadas, no ano de 2001, pelo Estado de São Paulo para as regiões administrativas do estado, destacando-se os impostos ligados a produção, circulação de mercadorias e outros ligados a educação e saúde, dentro dos critérios estabelecidos na Constituição Estadual e Federal. As transferências correntes efetuadas pelo estado são compostas pelas diversas receitas tributárias, excluídas as transferências intragovernamentais e deduzidas as repartições legais cabíveis aos municípios.

Tabela 27 – Transferências correntes repassadas pelo Estado de São Paulo às Regiões Administrativas do Estado – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	Cota Parte do ICMS	Cota Parte do IPI	Cota Parte do IPVA	Cota Salário - Educação Estado	Fundef Estado	SUS Estado	Outras Transf. do Estado	% do Total
Estado de São Paulo	7.937.782	85.840	1.421.557	206.607	1.282.699	38.496	268.455	100,00%
Região Metrop. São Paulo	3.606.853	41.383	836.434	93.764	689.992	1.101	30.139	47,14%
RA de Registro	42.350	523	3.689	979	6.159	1.988	10.578	0,59%
RA de Santos	292.413	2.703	43.540	8.943	83.719	347	25.922	4,07%
RA de São José Campos	625.474	7.053	55.371	12.703	84.950	7.429	16.938	7,20%
RA de Sorocaba	443.545	5.445	62.115	19.739	76.934	11.138	32.038	5,79%
RA de Campinas	1.435.207	13.159	202.986	22.095	157.998	3.143	62.449	16,88%
RA de Ribeirão Preto	219.429	2.224	39.204	8.034	37.415	1.317	7.398	2,80%
RA de Bauru	171.280	2.035	29.982	4.926	20.793	773	10.339	2,14%
RA de São José Rio Preto	243.396	2.322	39.185	8.617	25.888	1.017	13.920	2,97%
RA de Araçatuba	168.728	1.802	17.349	3.826	14.340	5.712	10.559	1,98%
RA de Pres. Prudente	145.713	1.650	18.103	3.744	23.660	2.809	13.374	1,86%
RA de Marília	169.273	1.658	22.392	7.371	15.163	824	9.265	2,01%
RA Central	168.893	1.873	25.478	6.997	22.312	377	7.302	2,07%
RA de Barretos	81.536	896	9.626	2.481	9.529	405	10.222	1,02%
RA de Franca	123.691	1.116	16.103	2.389	13.847	116	8.012	1,47%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

Fazendo-se uma análise mais específica para cada um dos itens que compõem a tabela 27 e, sobretudo comparando-se os valores repassados para cada uma das regiões administrativas do Estado, pode-se perceber que a Região Administrativa de Registro fica com o menor percentual dos valores em questão. Sabe-se que os critérios atuais de repasses do ICMS estão em estudos na Assembléia Legislativas do Estado de São Paulo, visando algumas alterações que modifiquem a situação que privilegia os grandes municípios, que ficam mais ricos por que arrecadam mais e os demais municípios pobres, ficam mais pobres ainda por que não arrecadam o suficiente em razão da falta de investimentos públicos e privados, formando assim um círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento.

No tocante aos impostos da esfera estadual e federal ligados à produção ou circulação de mercadorias e serviços, a Região Administrativa de Registro, fica com apenas 0,61% e 0,53%, respectivamente, do IPI e ICMS correspondente ao montante repassado pelo Estado. No que se refere à educação a Região Administrativa de Registro recebe 0,47% e 0,48%, respectivamente, da cota salário educação e do FUNDEP enviado pelo Estado de São Paulo para as suas regiões administrativas.

Os valores repassados pelo SUS aos municípios da Região Administrativa de Registro são maiores que os percentuais de algumas das regiões administrativas do Estado, ficando em torno de 5,16% do montante, perdendo apenas para as Regiões Administrativas de Sorocaba, São José dos Campos, Araçatuba, Campinas e Presidente Prudente. Este fato merece destaque, pois evidencia o esforço do Governo Estadual e Federal para minimizar os graves problemas de saúde da região, embora muito ainda deva ser feito para os ribeirinhos.

Dentre os vários repasses destinados aos municípios brasileiros, a Região Administrativa de Registro tem nas verbas para a Educação e Saúde, juntamente com os recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e cota-partes do ICMS, a sua garantia de sobrevida nas suas finanças públicas, visando atender, de alguma forma possível, as necessidades crescentes das suas populações e, muitas vezes, os interesses dos grupos ligados ao governo municipal, considerando as falhas nas legislações que permitem o manuseio indevido dos recursos públicos, mesmo diante das proibições e punições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo que as contas públicas das prefeituras municipais sejam rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, quando retornam, acabam sendo aprovadas pelos vereadores locais, considerando-se que as bancadas de vereadores dos municípios da região estão comprometidas politicamente com o poder executivo ou, em alguns casos, são factíveis de manobras ilícitas, antiéticas e indecorosas.

A tabela 28 apresenta o volume de impostos estaduais arrecadados em cada uma das regiões administrativas do Estado de São Paulo, permitindo uma comparação e análise do volume de recursos gerados e repassados pelo governo paulista. Ao mesmo tempo, comprova que os municípios da Região Administrativa de Registro, em razão das suas dificuldades econômicas e sociais, quando comparado com as demais regiões administrativas, arrecadam valores muito abaixo da média do Estado, igualando-se a arrecadação dos municípios da Região Administrativa de Barretos, que também é considerada uma das menos desenvolvidas do Estado de São Paulo.

Faz-se necessário que a Constituição do Estado de São Paulo também privilegie os municípios mais pobres com maiores percentuais do volume arrecadado

ou que sejam ampliados os recursos oriundos dos ICMS “verde” para os municípios do Vale do Ribeira, que mantenham o meio ambiente com o máximo de preservação. Atualmente, levando em consideração a Região Administrativa de Registro, apenas o município de Barra do Turvo recebe o incentivo do ICMS “verde”, graças a sua política de preservação ambiental.

Tabela 28 – Arrecadação de ICMS e IPVA pelas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	ICMS - R\$	% sobre o Total de ICMS	IPVA - R\$	% sobre o Total de IPVA	Total - R\$
Estado de São Paulo	35.806.332	100,00%	3.265.999	100,00%	39.072.331
Região Metrop. de São Paulo	24.650.093	68,84%	1.891.404	57,91%	26.541.497
RA de Registro	51.283	0,14%	8.385	0,26%	59.668
RA de Santos	623.789	1,74%	100.634	3,08%	724.423
RA de São José dos Campos	1.612.574	4,50%	131.595	4,03%	1.744.169
RA de Sorocaba	1.207.671	3,37%	152.083	4,66%	1.359.754
RA de Campinas	5.535.161	15,46%	473.993	14,51%	6.009.154
RA de Ribeirão Preto	395.088	1,10%	91.091	2,79%	486.179
RA de Bauru	324.526	0,91%	70.326	2,15%	394.852
RA de São José do Rio Preto	249.599	0,70%	90.658	2,78%	340.257
RA de Araçatuba	94.120	0,26%	40.510	1,24%	134.630
RA de Presidente Prudente	98.863	0,28%	42.092	1,29%	140.955
RA de Marília	205.360	0,57%	51.484	1,58%	256.844
RA Central	220.707	0,62%	60.014	1,84%	280.721
RA de Barretos	50.413	0,14%	23.226	0,71%	73.639
RA de Franca	135.894	0,38%	38.504	1,18%	174.398

Fontes: Fundação SEADE e Controladoria Geral do Estado – 2001

Mais uma vez a Região Administrativa de Registro, em razão do seu baixo índice de produção industrial e por estar voltada unicamente à oferta de produtos do setor primário, tem um volume pouco representativo de arrecadação de impostos estaduais, traduzido em um percentual insignificante de 0,14% e 0,26%, respectivamente, dos montantes do ICMS e IPVA arrecadados no Estado de São

Paulo. Assim sendo, fica claro que os municípios do Vale do Ribeira encontram-se na dependência total dos repasses de recursos financeiros, originados das transferências garantidas por leis, compostas pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM, cota-parte do ICMS e IPVA, para poderem atender as demandas dos seus municípios, exceção para o município de Ilha Comprida (SP), cuja arrecadação própria de impostos (IPTU e Taxas) supera a movimentação tributária dos demais municípios da região.

A tabela 29 apresenta os valores das receitas obtidas pelos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro, destacando as receitas oriundas de impostos, tributárias correntes e das transferências da União e Estado de São Paulo.

Tabela 29 – Total das receitas dos municípios da Região Administrativa de Registro – Anos 2000 e 2001 – US\$

Municípios	Receitas Resultantes de Impostos		Receitas Tributárias Correntes		Transferências Correntes		% dos Totais	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total	45.798.654	45.505.665	11.429.674	9.410.830	48.950.359	50.456.178	100%	100%
Barra do Turvo	2.619.205	1.594.677	372.801	170.775	2.500.947	2.394.753	5%	4%
Cajati	6.835.059	6.369.708	1.031.284	603.367	8.129.976	7.601.290	15%	14%
Cananéia	2.227.051	2.374.028	487.226	614.230	2.823.286	2.783.136	5%	5%
Eldorado	nd	2.720.573	Nd	98.686	nd	3.556.856	nd	6%
Iguape	5.567.431	4.595.667	1.344.639	822.588	5.057.523	5.090.377	11%	10%
Ilha Comprida	4.161.723	4.460.265	3.849.577	3.363.793	3.083.708	2.789.835	10%	10%
Itariri	2.047.836	nd	468.649	nd	2.526.987	nd	5%	nd
Jacupiranga	3.385.237	3.092.386	569.287	295.894	3.423.059	3.241.576	7%	6%
Juquiá	3.153.125	2.829.818	394.925	217.303	3.913.320	3.503.397	7%	6%
Miracatu	3.572.207	3.215.292	545.954	339.160	4.064.205	4.037.250	8%	7%
Pariquera-Açu	2.426.710	2.422.168	215.587	243.646	3.058.023	3.009.146	5%	5%
Pedro de Toledo	nd	1.900.903	Nd	254.716	nd	2.662.827	nd	5%
Registro	7.524.606	7.671.790	2.082.004	2.301.859	7.589.090	7.124.874	16%	16%
Sete Barras	2.278.464	2.258.390	67.741	84.813	2.780.235	2.660.861	5%	5%

Fonte: Fundação SEADE e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – 2000 e 2001

Levando-se em conta os volumes dos valores apresentados na tabela 29, fica evidente a diferença da receita existente entre os municípios que possuem indústrias, com destaque aos municípios de Cajati (SP) e Registro (SP), e todos os demais que não têm seus parques industriais no porte dos municípios apontados acima, provando, que o crescimento do Vale do Ribeira dependerá da instalação de empresas não poluidoras, que serão as grandes geradoras de receitas para seus municípios e passarão a ofertar empregos para a geração de renda dos seus municípios.

Nos casos específicos dos Municípios de Cajati e Registro, demonstrados nas tabelas 29 e 30, percebe-se que o volume de recursos oriundos dos governos decorre, proporcionalmente, do resultado do processo de industrialização desses municípios, visto que parte dos recursos é repassada aos municípios geradores, quando do cálculo do montante de recursos que deverão ser divididos com os municípios, já que uma das variáveis do cálculo das receitas é a capacidade própria de geração de receita ligada à produção industrial de cada município.

A questão do cálculo da cota-parte do ICMS também deve ser levada em consideração e, especialmente, ter seus critérios revistos, visto que o Município de Cajati está entre os grandes municípios paulistas geradores deste tributo e, em contra-partida, recebe proporcionalmente muito pouco em face do seu poder arrecadador, levando em conta o número de habitantes localizados no município, já que uma das variáveis do critério de repasse é o número de habitantes nos cinco últimos anos em cada município. Essa situação ficará ainda pior quando da aprovação do restante da Reforma Tributária que está parada no Congresso Nacional, que reduzirá a receita do ICMS do Estado de São Paulo, se forem aprovados os novos critérios de cobrança nas pontas de consumo e não na fonte de

produção de bens e serviços e, portanto, inibirá o repasse deste tributo aos municípios paulistas, retirando mais recursos dos grandes geradores para detimento dos mais pobres, encaixando perfeitamente no perfil dos municípios do Vale do Ribeira.

A tabela 30 apresenta os valores arrecadados pelos municípios da Região Administrativa de Registro, nos anos de 2000 e 2001, decorrentes da arrecadação dos principais tributos indiretos ligados à produção e circulação de mercadorias e serviços, cobrados pela União e Estado.

Tabela 30 – Arrecadação de IPI e ICMS dos municípios da Região Administrativa de Registro – 2000 e 2001 - US\$

Municípios	Arrecadação e Repasse de Tributos - US\$						% dos Totais	
	ICMS Arrecadado		ICMS Repassado		IPI Repassado			
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total	14.259.629	16.242.675	16.818.102	15.715.293	194.200	178.963	100%	100%
Barra do Turvo	9.083	13.159	1.259.017	1.179.018	14.555	13.404	4%	4%
Cajati	10.908.778	14.247.534	3.253.933	3.185.986	37.593	36.201	45%	54%
Cananéia	38.971	31.198	863.083	758.112	9.978	8.929	3%	2%
Eldorado	42.123	51.325	1.278.471	1.195.033	14.786	13.586	4%	4%
Iguape	149.682	114.930	1.725.950	1.617.059	19.960	18.383	6%	5%
Ilha Comprida	17.729	17.487	578.324	548.711	6.676	6.237	2%	2%
Itariri	169.556	136.119	500.594	464.984	5.787	5.286	2%	2%
Jacupiranga	270.062	99.619	701.651	680.282	8.109	7.730	3%	2%
Juquiá	580.433	139.922	1.088.709	980.051	12.592	11.147	5%	4%
Miracatu	88.967	69.928	1.236.400	1.138.400	14.298	12.944	4%	4%
Pariquerá-Açu	283.990	190.663	591.990	565.331	6.844	6.425	3%	2%
Pedro de Toledo	65.731	45.063	820.760	745.154	9.282	8.472	3%	2%
Registro	1.512.928	946.878	2.023.278	1.823.103	23.382	20.736	11%	9%
Sete Barras	121.596	138.850	895.942	834.069	10.358	9.483	3%	3%

Fonte: Fundação SEADE e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – 2000 e 2001

Os municípios de Cajati e Registro são os maiores arrecadadores dos tributos ICMS e IPI na Região Administrativa de Registro, tanto que nos anos de 2000 e

2001 obtiveram sozinhos 87% e 93%, respectivamente, do total dos tributos estaduais e federais arrecadados no Vale do Ribeira e isso se dá em razão da presença de indústrias nesses municípios, porém receberam apenas 41% na forma de repasse dos tributos de ICMS e IPI sobre o total recebido por todos os municípios da Região Administrativa de Registro.

No caso específico de Cajati (SP), as duas grandes indústrias locais estão ligadas ao setor minerador e produzem cimento, cal, fertilizantes, insumos para ração animal e outros produtos afins. Já no município de Registro (SP) há presença de indústrias de pequeno porte, voltadas aos setores de confecção, manufaturas, transformação, acrescidos do comércio local mais forte do Vale do Ribeira. Outros municípios da região, tais como Juquiá, Paríquera-Açu, Jacupiranga, Iguape e Miracatu possuem pequenas indústrias ou empreendimentos turísticos que empregam um reduzido número de trabalhadores, porém são grandes e únicas fontes de receitas para essas populações ribeirinhas.

Quando comparados com os outros municípios das regiões administrativas do Estado de São Paulo, mesmo os mais pobres, com características específicas voltadas à agricultura e pecuária, ainda apresentam maior poder de arrecadação que todos os demais municípios da Região Administrativa de Registro, excluídos os municípios de Cajati e Registro. Dessa forma, fica estabelecido um círculo vicioso e negativo da pobreza, considerando-se que esses municípios não arrecadam ICMS e IPI suficiente, por não possuírem uma infra-estrutura produtiva de alto valor agregado. Conseqüentemente, ficam cada vez mais pobres e subdesenvolvidos, pois não possuem recursos para atrair grandes empresas de produtos com alta incidência de impostos, interessadas em instalarem-se na região, visando à modificação social e econômicas dos municípios do Vale do Ribeira. Como tais

fatos não ocorreram até o momento, os municípios dessa região ficam a mercê dos repasses efetuados pelos governos do Estado e pela União e, conforme demonstrado na tabela 30.

A tabela 31 apresenta os volumes de recursos arrecadados pelos municípios que compõem as Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, no tocante aos tributos e taxas municipais, constituídas por leis, permitindo que seja conhecido o poder arrecadatório dessas regiões administrativas quando comparadas com a Região Administrativa de Registro.

Tabela 31 – Receitas Tributárias Arrecadadas pelas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2001 – em mil reais

Regiões Administrativas	Impostos				Taxas	Contri-buição. de Melhor-ria	Total Geral	% do Total de Geral
	IPTU	"Inter Vivos"	ISS	Total				
Estado de São Paulo	3.174.707	486.978	3.024.992	6.686.677	649.068	33.039	7.368.785	100,00%
Região Metrop. São Paulo	1.893.749	274.694	2.306.798	4.475.242	250.877	3.745	4.729.864	64,19%
RA de Registro	13.340	676	3.342	17.359	1.869	997	20.224	0,27%
RA de Santos	366.157	29.432	101.786	497.374	107.065	8.131	612.570	8,31%
RA de São José Campos	146.560	55.365	52.942	254.866	28.914	2.669	286.449	3,89%
RA de Sorocaba	90.056	18.762	72.573	181.391	42.623	2.150	226.164	3,07%
RA de Campinas	392.336	48.887	297.586	738.809	112.172	11.283	862.264	11,70%
RA de Ribeirão Preto	50.495	9.227	51.778	111.501	6.847	567	118.915	1,61%
RA de Bauru	28.786	7.152	21.932	57.869	11.166	356	69.391	0,94%
RA de São José Rio Preto	55.762	11.806	24.221	91.789	15.759	448	107.996	1,47%
RA de Araçatuba	19.838	5.258	11.296	36.392	10.544	159	47.096	0,64%
RA de Pres. Prudente	17.772	4.784	23.757	46.312	13.262	235	59.810	0,81%
RA de Marília	29.766	8.132	13.419	51.317	20.922	1.202	73.441	1,00%
RA Central	36.472	5.904	22.948	65.324	15.359	711	81.395	1,10%
RA de Barretos	10.724	3.328	6.721	20.773	4.106	250	25.129	0,34%
RA de Franca	22.895	3.570	13.893	40.358	7.583	136	48.077	0,65%

Fontes: Fundação SEADE e Secretaria Tesouro Nacional – 2001

Analizando-se cada um dos itens e, ao mesmo tempo, comparando os dados da Região Administrativa de Registro com as demais regiões administrativas do

estado, vê-se que os municípios da região arrecadam apenas 0,42% do total de IPTU do Estado, porém superior a arrecadação de IPTU da Região Administrativa de Barretos, ficando difícil de provar se a diferença se dá por isenção tributária ou pelo baixo poder arrecadatório dos municípios que compõem essas regiões administrativas.

A arrecadação de ISS corresponde a apenas 0,11% do total do Estado e caracteriza a fragilidade e tamanho do comércio dos municípios da Região Administrativa de Registro, bem como demonstra a existência de um grande número de atividades ligadas à informalidade, com maior peso que as atividades registradas nas prefeituras locais. Idem para a cobrança de taxas de diversos serviços, que no caso do Vale do Ribeira não ultrapassa 0,30% do montante arrecadado pelo Estado de São Paulo, deixando a Região Administrativa de Registro muito abaixo das demais regiões administrativas do estado. O mesmo não ocorre com a contribuição para melhoria, visto que a Região Administrativa de Registro arrecada 3,72% do total do estado, porém bem mais acima que outras Regiões Administrativas do Estado, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo e para as Regiões Administrativas de Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Marília.

No quesito “inter vivos” os municípios da região em estudo arrecadam 0,14% do total do Estado, muitíssimo abaixo das demais regiões administrativas do Estado, comprovando que grande parte das terras é devoluta ou está em mãos de sitiantes que não possuem a escritura das suas terras, encontrando dificuldade para vendê-las e quando o fazem não registram tais vendas ou informam um valor venal muito abaixo da do valor de venda para recolherem o mínimo de imposto sobre a transferência de propriedades.

Os resultados dos valores arrecadados pela Região Administrativa de Registro comprovam a situação do baixo poder arrecadatório dos municípios envolvidos, decorrente da situação econômica e social dessa população e da inexistência do volume de investimento destinados aos municípios da região.

A tabela 32 permite um melhor comparativo entre os valores das receitas próprias dos municípios que compõem a Região do Vale do Ribeira, com os valores das transferências recebidas do Estado e da União nos anos de 2000 e 2001, destacando os municípios da região que estão comparativamente apresentando maior crescimento econômico que os demais localizados no Vale do Ribeira.

Tabela 32 – Receitas de impostos dos municípios da Região Administrativa de Registro – 2000 e 2001 – US\$

Municípios	Receitas Resultantes de Impostos - US\$						% dos Totais	
	Próprias		Transf. Estadual		Transf. Federal			
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total	9.951.837	8.204.149	19.327.352	19.208.059	16.519.452	18.093.443	100%	100%
Barra do Turvo	350.766	157.829	1.550.364	800.011	718.073	636.835	6%	4%
Cajati	950.751	518.107	3.998.691	3.920.339	1.885.616	1.931.261	15%	14%
Cananéia	432.784	566.382	1.061.148	971.593	733.118	836.052	5%	5%
Eldorado	nd	85.731	Nd	1.461.611	nd	1.173.229	nd	6%
Iguape	1.072.011	564.484	2.401.008	2.126.408	2.094.411	1.904.774	12%	10%
Ilha Comprida	3.294.829	2.941.432	692.301	718.410	174.592	800.422	9%	10%
Itariri	426.084	nd	672.109	nd	949.642	nd	4%	nd
Jacupiranga	467.217	257.820	992.425	916.158	1.925.594	1.918.407	7%	7%
Juquiá	344.935	188.241	1.397.788	1.259.607	1.410.401	1.381.970	7%	6%
Miracatu	489.017	283.595	1.573.687	1.468.774	1.509.502	1.462.921	8%	7%
Pariquera-Açu	184.085	201.457	828.421	795.863	1.414.203	1.424.847	5%	5%
Pedro de Toledo	nd	235.663	nd	949.194	nd	716.045	nd	4%
Registro	1.888.845	2.121.964	3.051.564	2.775.857	2.584.196	2.773.969	16%	17%
Sete Barras	50.513	81.444	1.107.846	1.044.234	1.120.104	1.132.711	5%	5%

Fonte: Fundação SEADE e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – 2000

Comprova também o grau de dependência econômica e política dos municípios em questão com relação aos repasses da União e do Estado, bem como permite uma análise da pequena e frágil relação política partidária existente entre os esses municípios e os organismos responsáveis pelo repasse dos recursos, que são de extrema utilidade para as economias das prefeituras municipais, mesmo com o comprometimento das verbas frente às necessidades dos municípios da região. Geralmente os prefeitos dos municípios do Vale do Ribeira não conseguem audiências com o governador ou secretários estaduais, falando apenas com os responsáveis do terceiro ou quarto escalão do governo.

Quando da análise das receitas próprias decorrentes da arrecadação de impostos pelos municípios da Região Administrativa de Registro, observa-se que os municípios de Cajati, Iguape, Ilha Comprida e Registro detêm aproximadamente 72% do total das receitas próprias no ano de 2000, diferentemente do que ocorreu no ano de 2001, quando as receitas sofreram uma redução e passaram a corresponder apenas a 61% em razão da perda de receitas por parte dos municípios de Cajati e Iguape.

A queda das receitas próprias, quando comparados os resultados obtidos nos anos de 2000 e 2001, ocorreu em função das dificuldades financeiras e econômicas dos habitantes dos dois municípios citados acima, resultante dos problemas econômicos vividos no país em razão da especulação internacional sofrida pela economia brasileira. O mesmo problema também ocorreu com os outros municípios da Região Administrativa de Registro, com exceção dos valores obtidos com o município de Cananéia e Registro. A diferenciação das receitas próprias dos municípios de Iguape, Ilha Comprida e Registro, decorre do acréscimo nas arrecadações com o IPTU, ISS e Taxas de Contribuição, decorrentes das políticas

municipais específicas de cada um dos municípios, levando em consideração do potencial de poder de arrecadação dos impostos e taxas dos diversos serviços cobrados pelas prefeituras municipais.

No tocante a questão das transferências das receitas decorrentes de impostos estaduais, pode-se entender que os municípios de Cajati, Iguape e Registro figuram entre os primeiros municípios da Região Administrativa de Registro com os maiores recebedores dos recursos repassados pelo governo paulista. Nos casos específicos dos municípios citados acima, a receita estadual decorreu dos montantes repassados pela participação desses municípios no ICMS, em decorrência do poder industrial desses municípios, com maior grandeza para os municípios de Cajati e Registro e pelo maior volume de venda de veículos automotores promovida pelas populações de maiores rendas no município de Registro. Dessa forma, esses municípios detiveram 48% do total dos impostos estaduais repassados, no ano de 2000, para os municípios da Região Administrativa de Registro, com pequena redução no ano de 2001, quando foi reduzido para 41% do valor repassado pelo governo paulista.

O mesmo pode ser observado quando da análise dos recursos recebidos do governo federal, destacando os municípios de Cajati, Iguape e Registro, para o ano de 2000, quando o percentual acumulado por esses municípios ficou na ordem de 49% e, no ano seguinte, foi reduzido para 45% mesmo com a inclusão do município de Jacupiranga, que passou a figurar como um dos maiores recebedores de recursos federais. No caso dos municípios de Cajati e Registro, os valores decorreram das arrecadações do IPI em função do setor produtivo instalados nesses municípios, associadas a outros montantes de recursos federais repassados também para outros municípios da região. No tocante a somatória dos tributos

próprios, estaduais e federais, teve-se destaque para os municípios de Cajati, Iguape e Registro, incluindo o município de Jacupiranga que passou a figurar como um dos maiores recebedores de impostos federais.

Assim, ficou claro que os municípios localizados na Região Administrativa de Registro apresentaram e continuam apresentando ainda grandes dificuldades para a arrecadação de impostos próprios e, comprovadamente, ficaram e ficam cada vez mais dependentes dos recursos repassados pelos governos do estado e da união. Não foi possível avaliar a qualidade do gastos dos governos municipais da Região Administrativa de Registro, porém é sabido que várias prefeituras estão comprometidas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que seus prefeitos estouraram seus orçamentos muito antes do prazo devido, sem a execução de todas as propostas apresentadas em palanques eleitorais.

A tabela 33 demonstra os valores dos tributos e taxas arrecadados pelos municípios da Região Administrativa de Registro nos anos de 2000 e 2001, permitindo a comparação do poder arrecadatório entre esses municípios da Região Administrativa de Registro.

Quando analisadas as variações ocorridas nos valores das receitas dos municípios que compõem o quadro comparativo dos anos de 2000 e 2001, pode-se afirmar que alguns municípios agiram rapidamente e foram beneficiados pelas leis estaduais e federais, que criaram e permitiram a ampliação dos percentuais, por parte das prefeituras municipais, sobre os impostos e taxas municipais. Muitos desses municípios do Vale do Ribeira, na ânsia de aumentar o seu caixa, deixaram de lado o poder de pagamento que as suas populações possuíam e, consequentemente, amargam uma forte inadimplência por parte dos contribuintes que não conseguem pagar suas taxas e impostos em dia, comprometendo os

orçamentos municipais quanto às suas fontes de receitas e, ao mesmo tempo, desacelerando as atividades sociais e econômicas dos municípios envolvidos.

Tabela 33 – Receitas tributárias correntes dos municípios da Região Administrativa de Registro – 2000 e 2001 – US\$

Municípios	Receitas Tributárias Correntes - US\$								% dos Totais	
	IPTU		ISS		Taxas		Outros		2000	2001
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total	6.216.249	5.698.662	2.258.522	1.305.608	898.663	776.021	1.477.254	1.202.407	100%	100%
Barra do Turvo	5.594	21.632	336.742	128.650	22.035	12.945	8.429	7.546	3%	2%
Cajati	63.346	60.995	426.273	449.965	80.532	85.259	461.131	7.146	10%	7%
Cananéia	396.109	406.731	10.185	26.719	54.441	45.309	26.489	135.470	4%	7%
Eldorado	nd	63.110	nd	16.459	nd	12.336	nd	6.161	ND	1%
Iguape	705.220	475.365	96.723	61.321	272.627	258.103	270.067	27.797	12%	9%
Ilha Comprida	3.245.159	2.907.810	24.331	12.431	46.672	54.638	25.338	21.190	31%	33%
Itariri	193.641	nd	40.759	nd	40.349	nd	191.683	nd	4%	ND
Jacupiranga	132.114	79.248	209.862	98.155	102.070	38.074	125.240	80.416	5%	3%
Juquiá	132.914	77.207	100.328	22.953	37.901	29.061	111.692	88.081	4%	2%
Miracatu	110.290	190.269	239.405	60.090	56.937	55.564	139.321	33.236	5%	4%
Pariguera-Açu	136.922	159.605	38.351	8.544	24.107	26.027	8.811	33.307	2%	3%
Pedro de Toledo	nd	121.851	nd	17.443	nd	19.052	Nd	96.368	ND	3%
Registro	1.066.128	1.108.714	723.597	394.987	143.765	136.285	99.119	618.262	19%	25%
Sete Barras	28.812	26.125	11.966	7.891	17.227	3.368	9.934	47.427	1%	1%

Fonte: Fundação SEADE e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – 2000

Verifica-se que os municípios de Iguape, Ilha Comprida e Registro apresentaram no ano de 2000 um grande volume de arrecadação de IPTU, correspondente a aproximadamente 80% do total arrecadado na Região Administrativa de Registro, repetindo-se os percentuais no ano de 2001. O resultado desse poder arrecadatório se deu em função do número de moradias e capacidade de pagamentos dos contribuintes desses municípios, principalmente, nos municípios de Iguape e Ilha Comprida, que se caracterizam de forma especial que os demais,

por estarem localizados em áreas de veraneio e com maior carga tributária que os outros municípios da região.

No quesito das receitas tributárias correntes oriundas do ISS, teve-se, no ano de 2000, um maior volume de arrecadação nos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Miracatu e Registro, que juntos conseguiram obter um percentual de aproximadamente 75% do total arrecadado pelos municípios da região. O mesmo sucesso não se repetiu no ano de 2001, visto que somente os municípios de Cajati e Registro conseguiram aumentar o volume de impostos arrecadados, reduzindo para 64% o total por esses municípios sobre os demais municípios da região.

As receitas oriundas das taxas de contribuição dos municípios de Iguape, Jacupiranga e Registro alcançaram 57% do total arrecadado na região, e foram aumentadas para 64%, com a substituição do município de Jacupiranga pelo município de Cajati e também pelo crescimento dos valores arrecadados por Iguape e Registro, graças à política implementadas por esses municípios no tocante a cobrança desse tributo junto aos seus municípios. Quanto à cobrança de outros tributos, verificou-se a igualdade dos valores, arrecadados em 2000 e 2001, pelos municípios de Cajati, Iguape e Registro, que auferiram aproximadamente 62% do total arrecadados pela região.

Da somatória dos tributos arrecadados pelos municípios, verificou-se que ocorreu uma queda dos valores pagos pelos contribuintes, sendo que, no ano de 2000, os quatro maiores arrecadadores atingiram aproximadamente 72% do total da região, com uma pequena redução, no ano seguinte, quando arrecadaram o percentual de 71% dos impostos da Região Administrativa de Registro. Tais percentuais permitem entender que os demais municípios da região não tiveram o poder arrecadatório desejado, quando comparado com os outros acima

mencionados, fazendo com que os demais municípios figurassem apenas como satélites dos quatro maiores arrecadadores da região. Assim, continuam com baixa arrecadação de tributos municipais, oriundos das circunstâncias econômicas da região, que não tem emprego e renda que permitam a melhoria da qualidade de vida das suas populações e, conseqüentemente uma maior atratividade, não só para as empresas, mas também para novos moradores interessados em desfrutar as belezas naturais da região, quando da fuga dos grandes centros urbanos.

Sabe-se que na grande maioria dos municípios brasileiros não se levou em consideração as dificuldades econômicas vivenciadas pelos municípios, que na sua grande maioria constituem por um exército de pensionistas, aposentados ou desempregados e sem rendas das regiões mais pobres do país, com destaque especial aos municípios com maior grau de urbanização e industrialização do Vale do Ribeira, onde pode-se encontrar a mesma situação acima mencionada, agravada pelo fato de parte dessas populações estarem localizadas nas áreas rurais ou urbanas ganhando baixíssimos salários.

As quedas nos valores apresentados na tabela acima, quando comparadas nos anos de 2000 e 2001, decorrem dos efeitos das crises nacionais, que afetaram a economia brasileira como um todo, especialmente, em virtude da grande especulação internacional, praticada sobre a moeda nacional no final dos anos 1999, quando da fuga de grande volume de dólares. Na forma de contenção da perda de reserva, o impacto da elevação das taxas de juros por parte do governo brasileiro, levou a economia brasileira ao processo recessivo, com fortes efeitos no nível de emprego e no padrão de consumo das camadas mais pobres do país. Em especial, no Estado de São Paulo, como carro chefe da economia nacional e, de forma indireta, no Vale do Ribeira, que depende dos repasses e receitas dos

governos e da venda dos seus produtos agrícolas com baixíssimo valor agregado, fazendo, conseqüentemente, com que suas populações reduzissem suas atividades e, ao mesmo tempo, aumentasse o número de inadimplentes locais.

Os municípios do Vale do Ribeira pouco podem fazer para gerar suas receitas, considerando-se os baixos níveis de renda *per capita* das suas populações. Dessa forma, como já se frizou anteriormente, permanecem na dependência dos repasses dos governos do Estado e da União, exceção para os Municípios de Ilha Comprida e Registro, que possuem uma população urbana comparativamente maior e com um nível de renda mais elevado que os demais municípios da região, permitindo uma maior arrecadação de IPTU e taxas diversas para seus cofres, porém insignificante se comparado com outros municípios do Estado de São Paulo, que apresentam as mesmas características geo-econômicas.

As isenções aplicadas por algumas Prefeituras aos pagamentos do IPTU privilegiam as populações de baixa renda ou de idade avançada, produzindo uma massa eleitoral propícia para patrocinar a reeleição de vários prefeitos dos municípios do Vale do Ribeira, confirmando a resignação dessas Prefeituras em ficarem na dependência dos recursos vindos dos governos do Estado e da União.

A situação de redução de despesas é tão desesperadora, que várias prefeituras diminuíram os seus horários de expediente ao público, visando a adequação dos seus gastos dentro dos pífios orçamentos municipais. Sabe-se que a maior parte das receitas está compromissada com um número acentuado de funcionários públicos concursados ou contratados junto a empresas prestadoras de serviços, visto serem essas as grandes fontes geradoras de empregos, sobretudo nos períodos pré-eleitorais ou para atendimento do apadrinhamento políticos.

Na tabela 34, pode-se encontrar a descrição dos volumes de recursos financeiros oriundos dos repasses das transferências correntes dos governos do Estado e da União aos municípios da Região Administrativa de Registro, permitindo-se que seja demonstrado o grau de dependência econômica que esses municípios tem em relação aos repasses dos governos em destaque.

Tabela 34 - Transferências correntes para os municípios da Região Administrativa de Registro – 2000 e 2001 – US\$

Municípios	Transferências Correntes - US\$							
	Estadual		Federal		Outras		% dos Totais	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total	26.850.836	25.647.552	22.099.517	24.808.622	4.963.794	4.678.507	100,00%	100,00%
Barra do Turvo	1.697.572	800.011	803.375	1.594.741	136.950	618.203	4,89%	5,46%
Cajati	5.485.602	5.237.735	2.644.374	2.363.555	383.386	358.622	15,79%	14,44%
Cananéia	1.606.110	1.487.175	1.217.175	1.295.961	114.654	46.073	5,45%	5,13%
Eldorado	nd	1.881.468	nd	1.675.389	nd	49.489	nd	6,54%
Iguape	2.732.424	2.374.971	2.325.098	2.715.406	943.026	711.712	11,13%	10,52%
Ilha Comprida	2.147.124	1.849.516	936.584	940.318	957.547	695.337	7,50%	6,32%
Itariri	1.183.828	nd	1.343.158	nd	43.385	nd	4,77%	nd
Jacupiranga	1.171.071	1.055.321	2.251.988	2.186.254	391.720	300.937	7,08%	6,43%
Juquiá	2.273.913	1.461.805	1.639.406	2.041.592	284.648	72.569	7,79%	6,49%
Miracatu	2.061.559	2.173.014	2.002.645	1.864.236	537.949	242.403	8,54%	7,76%
Paríquera-Açu	1.384.564	1.098.912	1.673.459	1.910.233	113.134	524.057	5,88%	6,41%
Pedro de Toledo	nd	1.464.645	nd	1.198.182	nd	102.766	nd	5,02%
Registro	3.724.249	3.437.735	3.864.840	3.687.139	939.075	850.420	15,82%	14,47%
Sete Barras	1.382.820	1.325.244	1.397.415	1.335.616	118.320	105.919	5,38%	5,02%

Fonte: Fundação SEADE e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – 2000

Quando comparados os anos de 2000 e 2001, observa-se que houve um crescimento de 2,26% do montante total repassado para o Vale do Ribeira, porém quando analisado município a município, vê-se que apenas os Municípios de Barra do Turvo e Paríquera-Açu tiveram aumento no volume de repasses, ao passo que os demais municípios tiveram uma redução dos valores recebidos, com destaque aos

municípios de Ilha Comprida e Juquiá que tiveram uma diminuição de 13,76% e 14,82%, respectivamente, em suas receitas decorrentes das transferências correntes.

A análise não pode ser melhor em razão da falta de dados dos municípios de Eldorado, Itariri e Pedro de Toledo para o ano de 2000, porém observa-se que os volumes de recursos repassados pelo Estado, nos anos de 2000 e 2001, são superiores aos valores repassados pela União, mesmo considerando-se os montantes sob a rubrica de Outras Receitas, compostas por recursos oriundos da União.

Diante das dificuldades financeiras geradas pela redução da arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo e pela diminuição dos repasses das taxas e impostos locais, a maioria das prefeituras municipais do Vale do Ribeira, em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal, desacelerou seus investimentos e reduziu ao máximo seus gastos, até mesmo, os mais necessários e condicionados por leis, visando escapar dos crivos das legislações punitivas e inibidoras de possíveis novas candidaturas políticas.

Em face da situação caótica das finanças públicas apontada acima, restou aos municípios do Vale do Ribeira exercer pressão sobre o governo paulista para a liberação das verbas atreladas ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR. O Fundo em questão, conforme já mencionado, foi criado e regulamentado pelas Leis nº 7.522 de 20 de setembro de 1991 e nº 10.540 em 11 de maio de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 45.802 de 14 de maio de 2001, com o objetivo de promover o equilíbrio econômico e social, mediante a concessão de financiamentos e empréstimos ao setor privado e investimentos em infra-estrutura.

A presença do atual Governo do Estado de São Paulo tem sido politicamente considerável nessa região, quer com seu governo itinerante ou com visitas pontuais a determinados municípios e eventos políticos regionais. Geralmente tais eventos são promovidos pelo Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR ou Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento conjunto da região, que têm sido os grandes responsáveis pelas mudanças econômicas ocorridas nos últimos tempos, sobretudo quando comparadas com os anos anteriores em que o esquecimento da região por parte dos governantes era visivelmente maior. Visa também minimizar a ocorrência do desaquecimento econômico da região, considerando que os recursos repassados para as empresas do setor privado interessadas em investir no Vale do Ribeira, irão promover a geração de emprego e renda, revitalizando a atividade comercial dos municípios agraciados com os recursos e, ao mesmo tempo, proporcionando sobrevida aos políticos locais.

Outro fator explicativo do grau de empobrecimento e da captação de recursos para investimentos nos Municípios da Região Administrativa de Registro está relacionado à desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Neste contexto, vários municípios do interior paulista passaram a produzir atrativos ao seu crescimento industrial, devidamente apoiado pelo Governo do Estado de São Paulo, em detrimento da Região Administrativa de Registro. A atração de empresas industriais e de serviços se deu através da concessão de benefícios fiscais e tributários por parte das Prefeituras e do governo do Estado, juntamente com a abertura de linhas de financiamento por parte da União. No final dos anos 1990, várias empresas deixaram a capital paulista e foram se instalar no

interior do estado, especialmente no eixo viário das rodovias paulistas Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco e Raposo Tavares e às margens da rodovia federal – Dutra e, ao mesmo tempo, passaram a buscar em outros estados as vantagens fiscais e tributárias oriundas de subsídios praticados pela guerra fiscal entre os estados e municípios.

A prova maior do abandono econômico financeiro do Vale do Ribeira está relacionada à presença de um pequeno número de agências de vários bancos privados e estatais nos municípios que compõem a região estudada, conforme demonstrado na tabela 35, que compara a Região Administrativa de Registro com as demais regiões administrativas do Estado de São Paulo.

Tabela 35 – Sistema bancário e financeiro das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo – 2002

Regiões Administrativas	Qtde. de Agências	Depósitos Totais (Milhões de R\$)	Operações de Crédito (Milhões de R\$)	Operações de Crédito sobre Depósitos (%)	Participação % sobre os Depósitos Totais	Participação % sobre as Operações de Crédito
Estado de São Paulo	5.508	293.876	222.673	76%	100,00%	100,00%
Região Metrop. São Paulo	2.618	250.566	192.852	77%	85,26%	86,61%
RA de Registro	34	233	111	48%	0,08%	0,05%
RA de Santos	173	3.972	2.066	52%	1,35%	0,93%
RA de São José Campos	234	3.433	3.205	93%	1,17%	1,44%
RA de Sorocaba	303	3.925	2.134	54%	1,34%	0,96%
RA de Campinas	784	15.035	10.795	72%	5,12%	4,85%
RA de Ribeirão Preto	190	3.342	3.113	93%	1,14%	1,40%
RA de Bauru	156	2.126	1.256	59%	0,72%	0,56%
RA de São José Rio Preto	264	2.610	1.939	74%	0,89%	0,87%
RA de Araçatuba	114	1.184	762	64%	0,40%	0,34%
RA de Pres. Prudente	160	1.357	984	73%	0,46%	0,44%
RA de Marília	156	1.779	1.030	58%	0,61%	0,46%
RA de Central	139	2.224	989	44%	0,76%	0,44%
RA de Barretos	75	893	550	62%	0,30%	0,25%
RA de Franca	108	1.194	888	74%	0,41%	0,40%

Fonte: Fundação SEADE e BACEN / Sistema Financeiro – Composição de Tabelas – 2002

A baixa participação do Vale do Ribeira sobre o volume de depósitos e operações de créditos do total de recursos movimentados no Estado de São Paulo, evidência a inexistência de rendimentos das populações dessa região. Nessa situação, quanto menor a renda da região, menor o volume de recursos monetários em circulação e menores serão as oportunidades de crescimento econômico dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro. A situação descrita acima reafirma o desinteresse do sistema financeiro privado em se instalar naquela região, formando um círculo vicioso, em que se constata a falta de agências bancárias por falta de crescimento e desenvolvimento econômico e a não ocorrência do crescimento e desenvolvimento econômico por falta de um sistema financeiro eficaz e eficiente alimentador do processo econômico.

O fato mencionado no parágrafo anterior faz com que a relação empréstimo e depósito destoem dos padrões das regiões desenvolvidas, visto que os recursos não ficam na própria região e sim são repassados às outras regiões circunvizinhas e economicamente mais desenvolvidas. A ocorrência dessas operações financeiras acaba enfraquecendo o mercado interno e reduzindo a renda e riqueza da própria região, tornando o ambiente econômico mais incerto, bem como ampliando a preferência por liquidez e, neste sentido, inibindo ainda mais a presença dos bancos comerciais. (SICSÚ, et al., 2003).

A presença maior do sistema financeiro se dá pela instalação de agências dos bancos públicos, que atendem às necessidades sociais das populações e governos locais. Sabe-se que os recursos financeiros disponibilizados nos municípios da região acabam sendo disputados por alguns bancos privados, voltados ao mercado de varejo para segmentos populares, interessados a atender as demandas de empréstimos, na grande maioria, para os agricultores,

comerciantes locais e funcionários públicos das prefeituras locais, que movimentam apenas os salários ou pequenas poupanças. Contudo, o que se fez é ainda muito pouco em face da grande necessidade econômica e social do Vale do Ribeira, que dispõe de grande potencial para a implantação de agronegócios ou agroindustrial, destinados à geração de renda e aumento do poder de compra das suas populações, na tentativa de atração de novos investimentos e expansão dos comércios locais, intra e inter regional.

Como alternativa para melhoria da atividade econômica local, com certeza a ampliação da Universidade Estadual Paulista - UNESP instalada em Registro e do Hospital Regional do Vale do Ribeira, localizado em Paríquera-Açu, se transformados em um grande centro educacional do ensino superior, poderiam contribuir para a vinda de mais pessoas com formação educacional superior às dos moradores da região. Essa mudança no perfil populacional acabaria permitindo a aceleração do crescimento interno desses municípios, quer na construção civil, na ampliação e melhoria dos comércios locais, quanto ao maior envio de recursos por parte dos governos, considerando-se o aumento da população do Vale do Ribeira e, dentro da ótica de arrecadação municipal, provocaria um substancial aumento no volume de tributos e taxas dos municípios da região, levando-se em conta o crescimento das atividades de serviços nesses municípios.

Paralelamente, ter-se-ia um incremento nas atividades bancárias e financeiras, visto que o perfil da renda *per capita* seria alterado, associado a possibilidade da ocorrência de maior volume de crédito e financiamento populares, que ativaría ainda mais o comércio regional e possibiliteria modificações no PIB dos municípios envolvidos, com fortes reflexos nos setores sociais e políticos do Vale do Ribeira.

2.9. A descrição do meio ambiente nos municípios da Região

Administrativa de Registro

Segundo Galvão e Medeiros (2003), a legislação ambiental atual foi implementada nos anos 1965 com o Código Florestal Brasileiro e nos anos 1981 com a Política Nacional do Meio Ambiente, reforçada na Constituição de 1988 e ampliada nos anos 1998 com a Lei dos Crimes Ambientais e em 2000 com a criação do Programa Nacional de Florestas.

A legislação apontada acima está respaldo ainda por outras leis estaduais, visto que a região está sob a proteção do Estado e de organismos do terceiro setor no tocante ao seu meio ambiente e, mais especificamente, em razão da existência de grandes áreas da Mata Atlântica localizadas em alguns poucos municípios dispostos mais no interior da região. Essa situação ambiental se contrapõe aos cenários econômicos financeiros encontrados em outros municípios mais próximos a Rodovia BR 116, com maior arrecadação tributária em razão do processo de industrialização existente em seus municípios, responsável pela geração de emprego e renda para um pequeno número de municíipes, porém com fortes sinais de degradação ambiental. A Região do Vale do Ribeira ainda detem, graças às legislações ambientais estadual e federal e, sobretudo, diante das dificuldades de acesso impostas pela topografia da região serrana, uma grande área da Mata Atlântica existente no Estado de São Paulo e do Brasil, porém com sérios riscos de perda desse patrimônio, em virtude da forte intervenção humana no meio ambiente.

A Mata Atlântica localizada no Vale do Ribeira e seus ecossistemas associados são compostos por vegetação de mangues, caxetais, florestas periodicamente inundadas, restinga, florestas de planícies litorâneas e florestas de

encostas da Serra do Mar. Segundo Marques e Duleba (2004), com o avanço da colonização, do crescimento das atividades agropastoris, da ocupação urbana desordenada e com um processo de industrialização sem respeito ao meio ambiente, a Mata Atlântica que no século XIX se estendia ao longo da costa brasileira, com aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, foi reduzida, sobretudo, nas últimas cinco décadas do século XX, para 8% da sua extensão original. No estado de São Paulo ocorreu o desaparecimento de 80% da Mata Atlântica original, ficando apenas as matas e florestas protegidas pelas dificuldades de acesso a Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e parte da planície litorânea paulista.

No intuito de proteger e manter para o futuro da humanidade, a Política Nacional de Meio Ambiente, estabeleceu pela Lei 6938 de 31/08/1981 uma série de normas e práticas voltadas às presavações do meio ambiente do país, destinadas a frear a destruição do meio ambiente da forma em que se encontrava. O objetivo principal está na expectativa de frear a destruição do meio ambiente, mantendo-o no mínimo na forma em que se encontrava e, para tanto, foram criados os parques nacionais e diversas unidades de conservação e áreas de proteção ambiental, dentre as quais destacam-se as que estão localizadas na mesorregião do Vale do Ribeira.

Para tanto, foram criadas, pelos últimos governos estaduais que estiveram no controle do governo e pela União, muitas vezes sob a pressão internacional ou de organismos não governamentais, diversas unidades de conservação, parques estaduais, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, dentre as quais destacam-se as que estão localizadas na mesorregião do Vale do Ribeira, conforme descritas no quadro 6.

Quadro 6 – Conservação ambiental na mesorregião do Vale do Ribeira

Unidade de Conservação	Municípios Abrangidos	Área (ha)
Parque Estadual Carlos Botelho	São Miguel Arcanjo, Tapiraí, Capão Bonito, Sete Barras.	37.644
Parque Estadual Ilha do Cardoso	Cananéia	13.600
Parque Estadual Intervales	Ribeirão Grande, Eldorado, Iporanga, Sete Barras.	46.086
Parque Estadual de Jacupiranga	Barra do Turvo, Cananéia, Jacupiranga, Eldorado, Cajati, Iporanga.	150.000
Parque Estadual Paríquera Abaixo	Paríquera-Açu	2.360
Parque Estadual da Serra do Mar – Pedro de Toledo	Pedro de Toledo, Juquitiba, São Lourenço da Serra.	50.853
Parque Estadual Turístico Alto Ribeira	Iporanga, Apiaí.	35.884
Estações Ecológicas Chauás / Juréia / Itatins	Iguape, Peruíbe, Itariri, Miracatu.	79.270
APA Cananéia / Iguape / Peruíbe	Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu, Peruíbe.	202.000
APA Serra do Mar	Barra do Turvo, Capão Bonito, Eldorado, Ibiúna, Iporanga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pedro de Toledo, Pilar do Sul, Sete Barras e Tapiraí.	469.450
APA Ilha Comprida	Ilha Comprida	18.923

Fonte: Mesorregião Vale do Ribeira / Guararema – Hogan (1998/1999)

Dentre todas as unidades de conservação ambiental acima mencionadas, destaque especial para a Unidade de Conservação Ambiental Juréia-Itatins, em razão da sua história de luta para a aprovação e, sobretudo, pela preservação da sua beleza natural. Na década de 1970, segundo o pesquisador Dr. Paulo Nogueira Neto, professor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, esse santuário ecológico esteve prestes a tornar-se um enorme condomínio para 40.000 pessoas, conforme entendimentos e interesse econômicos entre o Sr. Carlos Telles Correa proprietário da área e a Construtora Gomes de Almeida Fernandes.

Paralelamente às disputas judiciais, para a venda e construção dos imóveis de luxo ou para a preservação ambiental, defendidas por intelectuais, estudantes e

ambientalistas, a Juréia passou a ser cobiçada pelos militares do Governo Figueiredo visando à instalação de usinas atômicas, recém compradas da Alemanha dentro do Projeto Nuclear Brasileiro. A grande argumentação dos defensores da instalação das usinas atômicas na região da Juréia foi de que poderia haver um colapso energético no país, mais especificamente no Estado de São Paulo, caso tais usinas não fossem construídas e ativadas próximas aos grandes centros consumidores de energia no eixo Rio - São Paulo - Curitiba.

Reacenderam-se, mais tarde, com maior intensidade, as lutas para a preservação dessa riqueza, envolvendo não apenas ambientalistas, mas de modo geral a população esclarecida, apoiada por entidades não governamentais e pela imprensa paulista. Fundou-se o SOS Mata Atlântica para proteger especificamente a área em questão, disputada por imobiliárias, empresas da construção civil, grupos de posseiros e exploradores diversos. Por pressão do governo democrático da Nova República, a Nucleobras deixou de manifestar interesse em instalar as usinas atômicas naquela área, quando, por decreto do governo estadual, criou-se oficialmente, no dia 19/01/1986, a Unidade de Conservação da Juréia-Itatins. (MARQUES e DULEBA, 2004).

Segundo Carmo (2003), em 1991, a UNESCO içou a Mata Atlântica paranaense e paulista como a primeira Reserva da Biosfera Brasileira, contemplando as regiões litorâneas do Lagamar e da Juréia-Itatins, que passaram a ser o berçário ambiental com raríssimas biodiversidades de várias espécies do reino animal e vegetal. No ano de 1999, a Mata Atlântica localizada no Vale do Ribeira, passou a figurar como uma das seis áreas brasileiras tidas como Patrimônio Natural da Humanidade, conforme entendimentos da UNESCO e o governo brasileiro. Nessa imensidão de verde, em especial, tem-se o Lagamar que reproduz uma

quantidade enorme de peixes e crustáceos, permitindo o atendimento da demanda da cadeia alimentar marinha e, ao mesmo tempo, garantindo a alimentação, trabalho e renda, oriunda do segmento da pesca profissional para os moradores da região, que respeitam e protegem o meio ambiente local.

Tamanha é a área atribuída à Unidade de Conservação Ambiental Juréia-Itatins, que ainda hoje não se conhece por completo o conteúdo do ecossistema dessa estação ecológica, exigindo-se a disponibilidade de enormes volumes de recursos, destinados a pesquisa da biodiversidade ali localizada. O processo restritivo de recursos impõe uma limitação acentuada para as atividades econômicas dos habitantes locais, que ficaram proibidos de explorar comercialmente a região. Dessa forma, foram obrigados a mudar para outras áreas rurais localizadas fora da reserva ou simplesmente para as cidades de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Peruíbe ou adjacências, pois mesmo diante da existência de legislações preservacionistas, ainda não se tem a garantia da conservação dessa beleza e riqueza ambiental para o futuro.

Segundo Galvão e Medeiros (2002), outra questão comum às regiões das Unidades de Conservação Ambiental está ligada à extração e comercialização ilegal do palmito juçara, cujo nome científico é *Euterpe Edulis Martius* da família das Arecaceae *palmae*. A palmeira juçara planta nativa da Mata Atlântica, leva em média de 15 a 20 anos para produzir um único fruto, visto que exige a derrubada da palmeira quando da colheita do palmito. Trata-se de um processo de crescimento lento, com alto grau de dependência de polinizadores, exigindo a presença e participação de animais roedores para a dispersão das sementes das palmeiras, cujo tempo de vida está acima de 100 anos.

A existência de uma rede de contraventores apoiados pela inoperância e ineficiência do Estado e, em muitos casos, pela conivência e participação dos organismos de fiscalização e policiamento responsáveis pela preservação do palmito em terras das Unidades, acaba gerando a existência e manutenção de mercados clandestinos e, em contra-partida, a violação das matas nativas e a extinção das palmeiras juçara no Vale do Ribeira. Essa situação ocorre em diversas áreas de preservação ambiental e, especificamente, no Parque Estadual Carlos Botelho, pode-se encontrar elementos humanos diversos, entre os quais o extrator ou “palmiteiro²”, que por motivos ligados à necessidade de sobrevivência, decorrente da falta de trabalho ou por ser semi-analfabeto e desconhecedor das leis de preservação ambiental, acaba se envolvendo no processo de contravenção e passa a ser o grande alimentador do mercado negro da comercialização de palmitos, porém, continua pobre e tendo que trabalhar cada vez mais, pois os maiores ganhos ficam com os atravessadores e financiadores do processo de violação ambiental.

O atravessador ou explorador ambiental que pela ganância e senso de oportunidade econômica fácil, sem qualquer preocupação com o meio ambiente, caracterizado por maior grau de estudos e possuidor de recursos de maior monta que o extrator do palmito. Completando a cadeia alimentar, encontra-se o consumidor final, que na sua maioria não está preocupado com a qualidade e higiene na preparação e embalagem do produto, e sim com o preço baixo pelo qual o palmito é comercializado nos grandes centros consumidores das regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba ou na própria região das Unidades de Conservação. (NOGUEIRA, 2003).

² Trabalhador braçal responsável pelo corte e transporte do palmito nas matas da região.

As disputas por terras ou conflitos agrários também estão presentes no cotidiano do Vale do Ribeira, não tão acentuados como em outras regiões do Estado de São Paulo ou do Brasil. Geralmente os desfechos são desfavoráveis aos pequenos agricultores, que estão ocupando a terra por muitos anos e não dispõem da documentação específica e oficial das propriedades e acabam sendo expulso por elementos forasteiros com maior poder econômico, político e jurídico, com finalidade da exploração comercial voltada às atividades diversas ou simplesmente especulativas. Outro aspecto interessante a ser ressaltado é o fato das propriedades terem tamanhos pequenos ou estarem localizadas em locais cujo desmatamento não é permitido pelo policiamento florestal.

Destaca-se a possibilidade de que as famílias, geralmente sem recursos ou acesso a financiamento e com um grande número de filhos, possam explorá-la economicamente sem grande retorno financeiro. Essa situação acaba forçando a migração de grande parte dos filhos para os centros urbanos locais ou mais distantes da região, na busca de outras atividades econômicas diferentes do uso da terra, que não pode ser repartida ou ampliada, gerando mais elementos sem terra, mas fortes conhcedores do modo de trabalho do campo.

A outra questão relacionada ao meio ambiente refere-se à abundância na oferta de água potável, que cria uma ilusão de infinitude deste bem, por parte das populações ribeirinhas e das autoridades competentes responsáveis pela infra-estrutura de saneamento, fazendo com os recursos hídricos não sejam preservados com maior presteza conforme determina a lei. Geralmente os agentes envolvidos no processo não percebem o quanto é importante à preservação deste recurso e, na maioria das vezes, acabam fazendo uso indiscriminado da água em lavouras ou

simplesmente poluindo os rios e lagoas com inseticidas ou fertilizantes lançados nas plantações.

Piorando o cenário de destruição e poluição ambiental, verifica-se o lançamento de um grande volume de dejetos oriundos do não tratamento dos esgotos urbanos das cidades que margeiam o Rio Ribeira de Iguape, o que permite concluir, conforme comprovações recentes, que o referido rio não tem mais 100% de pureza em suas águas, conforme demonstrado na tabela 8, muito embora seja um dos rios menos poluídos do estado de São Paulo.

Por outro lado, a ocupação das terras ribeirinhas não tem obedecido ao Código Florestal Brasileiro, que estabelece, em razão da largura dos rios, uma determinada faixa de área de preservação permanente, que varia de 30 metros para os rios com menos de 10 metros de largura até 500 metros para os rios com mais de 600 metros de largura. (GALVAO e MEDEIROS, 2002).

No caso do Rio Ribeira de Iguape, cuja largura em média está entre 50 e 200 metros, a área de preservação permanente deveria ter 100 metros, fato este que não ocorre, em especial nas áreas utilizadas para o plantio de banana, milho, arroz e extração de areia. Essas intervenções humanas têm provocado um acentuado processo de assoreamento do Rio Ribeira de Iguape, que não permite mais o trânsito de embarcações de maior calado como nos meados do século passado, quando o rio era utilizado para o transporte de arroz, banana, goiaba e pessoas em barcos de até 10 toneladas, gerando empregos e renda nos comércios locais e portos improvisados nos municípios do médio e baixo ribeira. Compromete também a formação ou manutenção de lagoas utilizadas para a pesca ou para outras atividades econômicas além de servirem para o atendimento e equilíbrio ecológico das vidas selvagens da região.

2.10. A industrialização e a preservação do meio ambiente do município de Cajati (SP)

Por se destacar dos demais municípios do Vale do Ribeira, em razão do parque industrial instalado em sua área, o município de Cajati (SP) apresenta-se como uma exceção na região em estudo, já que se destaca por um crescimento econômico focado no processo de industrialização nos padrões passados, porém gerador de grandes receitas tributárias ao município, quando comparado com os demais municípios da região.

O município de Cajati (SP), o mais novo da Região Administrativa de Registro, foi fundado em 1991, decorrente do desmembramento do município de Jacupiranga (SP). Ocupa uma área de 453 km², tem aproximadamente 30 mil habitantes e está localizado na região sudeste do Estado de São Paulo, distante 44 km da cidade de Registro (SP), 230 km ao Sul de São Paulo (SP) e 170 km ao Norte de Curitiba (PR). O novo município é cortado pela Rodovia Regis Bittencourt e pela Estrada de Ferro Cajati – Santos que se encontra desativada, mas tinha como objetivo a interligação das fábricas produtoras de cimento e fertilizantes do Município com o Porto de Santos em Santos (SP). A economia do município está focada na bananicultura, pecuária de corte e leite e, especialmente, graças à presença de duas mineradoras multinacionais, sendo uma americana e outra portuguesa, na indústria extractiva e produtiva responsáveis pela fabricação de cimento, fertilizante para lavoura, argamassa, ácidos sulfúricos e fosfóricos, insumos para ração animal, gesso para a indústria de papel, calcário e ácido fosfórico purificado para as indústrias de alimentos e medicamentos.

A simples localização de um pólo industrial minerador, no meio da Mata Atlântica, já pode dimensionar o perigo e os estragos produzidos ao meio ambiente provocados por essa atividade. Os maiores problemas ecológicos estão relacionados à necessidade do desmatamento em grande escala das matas e florestas que cobrem as minas de calcário de origem vulcânica. Complementa-se pela retirada e remoção do material das minas de carbonatito, provocando enormes crateras, com diâmetros superiores a área de 350 metros de largura por 900 metros de comprimento e por 300 metros de profundidade. Acentua-se em razão do processamento do volume enorme do material retirado das minas e do processo de industrialização e venda dos produtos e subprodutos oriundos do calcário e outros minerais.

Questiona-se a existência de óbitos, acima da média da região, oriundo de câncer de estômago, nas populações locais, provavelmente pelo consumo de produtos expostos ou contaminados pela chuva tóxica, decorrente da reação química dos minerais extraídos das minas e beneficiados nas fábricas juntamente com outros elementos químicos associados ao produto original.

As empresas exploradoras das minas e responsáveis pelo processo de industrialização dos materiais poluentes, declaram estarem cumprindo a legislação ambiental, bem como, afirmam existir entre os organismos responsáveis pela regulamentação e fiscalização, um desentendimento e estorvo burocrático, que acabam promovendo multas e recursos em razão do processo de poluição do meio ambiente. Os organismos públicos responsáveis pela fiscalização alegam que as empresas desmatam e exploram uma área muito maior do que as declaradas ou produzem em quantidades muito acima da capacidade dos seus filtros de contenção da poluição. Alegam ainda não existir respeito à legislação vigente, bem como a

pratica jurídica da “fabricação” de atrasos na expedição das licenças ou autorizações emitidas pela Secretaria do Meio Ambiente e outros recursos judiciais.

Complicando ainda mais o processo de poluição, utilizam a borracha como complemento para a alimentação e queima nos fornos, provocando ainda mais poluição do ar. Como forma de compensação, essas empresas alegam estarem cumprindo a lei, com a aquisição de áreas para reflorestamento em outros municípios do Vale do Ribeira. Considerando não haver condições para a restauração total do ambiente degradado nas minas, ou passam a atuar em parcerias nos projetos governamentais voltados à preservação do meio ambiente.

As ONG's locais alegam que o diálogo está mais fácil, mas as empresas só funcionam na base da pressão, após a ocorrência dos problemas de destruição ambiental, reparando o estrago de forma primária e com soluções temporárias. A situação descrita caracteriza-se por pouco caso com a população e com o meio ambiente e, numa visão distorcida, as empresas passam a ser muito mais importante para a cidade do que a própria população, visto que a aglomeração populacional ocorreu em razão da chegada da mineradora e, portanto, não cabe presumir que as populações tinham conhecimento e consciência dos problemas ambientais os seus possíveis comprometimentos. Os moradores mais esclarecidos e politizados desconfiam haver um comprometimento tácito entre os organismos reguladores e as empresas que exploram minerais no município, decorrentes da força econômica e política que as mineradoras exercem na região. Tais situações ficam explícitas quando da ocorrência de algum desastre ambiental, que exige a presença de elementos fiscalizadores e ou reguladores e, em face dos problemas, entram em choque e colocam publicamente posições contraditórias e diferenciadas dos conteúdos dos relatórios finais.

A Prefeitura e a Câmara Municipal alegam que as empresas não estão ofertando a quantidade de empregos suficiente ao município em razão do processo de implementação de novas tecnologias na produção de cimento, fertilizantes e produtos afins. Esses organismos públicos reclamam do processo de terceirização de mão-de-obra, em especial, da vinda de trabalhadores de outros estados, em maior quantidade do Paraná e de Minas Gerais, que depois de desempregados ficam na cidade vivendo às custas da ajuda do setor público ou organismos sociais e religiosos, construindo anéis de pobreza na cidade;

Grande parte da população local afirma, em conversas reservadas, que Cajati (SP) não existiria se não houvesse a presença dessas empresas em seu município, portanto, acreditam que os ganhos econômicos compensam os males ambientais e de saúde gerados pelas fábricas. Porém acreditam que as empresas poderiam ter políticas sociais mais comprometidas com as necessidades do município de Cajati (SP), entre elas a geração de mais empregos e salários ou outros benefícios mais imediatos como a ampliação das vagas oferecidas na escola particular para os filhos de trabalhadores da fábrica de fertilizantes. Todos se preocupam enormemente com a possibilidade das mineradoras, por razões econômicas, deixarem de explorar as minas disponíveis no município e na região, embora exista um volume de minérios para mais 25 anos e, consequentemente, venha ocorrer uma banca rota total no município.

As empresas mineradoras, no ano de 2003, não dispunham de qualquer tipo de programa ambiental específico para Cajati (SP), destinado à compensação do crédito de carbono, porém, acredita-se que não medirão esforços para obterem recursos financeiros e cumprirem determinações de sua matriz no exterior, visando minimizar o processo de poluição do meio ambiente de acordo com a Convenção de

Quioto e as leis dos países envolvidos. Acredita-se que a morosidade do processo não seja por desconhecimento ou por falta de definição na legislação brasileira, mas por questões das oportunidades econômicas, em razão dos custos / benefícios, que a implementação de projetos dessa envergadura possam trazer para as empresas e seus acionistas.

2.11. A exploração econômica do turismo ou ecoturismo e do agronegócio para o desenvolvimento regional

As atividades econômicas diferenciadas daquelas voltadas ao setor externo da venda de *commodities*, oriundas do *agribusiness*, são consideradas como não agrícolas ou podem ser chamadas de atividades econômicas pertinentes ao universo de rurbanização, induzindo a geração de empregos em outras atividades econômicas tais como o turismo ou ecoturismo, piscicultura e nos segmentos do comércio, indústria e de serviços exercidos na área rural e voltados ao mercado interno, visto que a oferta de empregos propriamente agrícola, devido a alta mecanização da produção ou do emprego de tecnologia, está cada vez mais reduzido, obrigando as populações rurais a encontrarem outros meios para a obtenção de renda, aproximando esses trabalhadores ainda mais das atividades exercidas nas áreas urbanas, com a diferença estabelecida no montante dos salários envolvidos nas duas extremidades. (CARVALHO et al., 2003).

Nesse sentido, faz-se necessário adequar a disponibilização de mão-de-obra com caracterização de trabalho rural e, mais especificamente, voltada ao turismo rural ou ecoturismo, pois quanto mais se adentrar nas áreas rurais dos municípios

que compõem a Região Administrativa de Registro, maiores serão as belezas naturais encontradas, compostas por riachos, ribeirões, rios, cachoeiras e cavernas. A razão da existência dessa riqueza dá-se pela preservação ambiental e, em muitos casos, pelo difícil acesso marcado pelas serras e matas fechadas ou por desconhecimento por parte dos moradores das sedes dos municípios e de outros lugares não tão distantes.

Embora a Secretaria do Meio Ambiente tenha lançado a Agenda do Ecoturismo do Vale do Ribeira, visando fomentar essa atividade econômica na região, existe ainda um grande desconhecimento, por parte dos proprietários dos recursos naturais, quanto ao poder de exploração econômica e determinação dos preços a serem atribuídos e cobrados pelas belezas existentes no Vale do Ribeira. Complementando o problema anterior, tem-se, além das dificuldades de acesso e viabilidade para a exploração econômica do turismo e ecoturismo no Vale do Ribeira, está a falta de divulgação nos mercados específicos das grandes metrópoles e, em especial, a ausência de infra-estrutura básica, próximas das riquezas naturais da região.

Neste sentido, aproveitando o vácuo deixado pelos moradores e proprietários locais, cabe aos migrantes ou pessoas com maior visão econômica, a exploração comercial das belezas naturais do Vale do Ribeira, sobretudo no âmbito do ecoturismo e do turismo rurais, proporcionados por uma quantidade mínima de pequenas pousadas e hotéis fazendas com poucas atratividades, localizados nos municípios paulistas de Barra do Turvo, Eldorado, Miracatu, Sete Barras, Iguape, Jacupiranga e Paríquera-Açu e, fora da Região Administrativa de Registro, destaque especial aos municípios de Apiaí, Iporanga e Ribeira. Nos últimos três municípios, localiza-se o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira – PETAR, com uma área

de 35 mil hectares, entranhado na Serra de Paranapíacaba, parte do Planalto Atlântico e Zonas Costeiras, servidas pela formação das bacias dos rios Betari, Iporanga, Pilões, juntamente com a margem esquerda da parte do Alto Rio Ribeira de Iguape. Tanta riqueza ecológica está rodeada de outras belezas naturais contidas, na zona costeira, pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso, na parte serrana, pelo Parque Estadual de Jacupiranga e o Parque de Intervales.

Segundo Karmann e Ferrari (2000), a região apresenta um relevo de exceção que é constituído por rochas carbonáticas do período Proterozóico Médio, fazendo com que o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira - PETAR apresente *canyons* de até sessenta metros e mais de duzentas cavernas, com idades que variam de 1,7 a 2 milhões de anos, dos quais trezentos mil anos foram utilizados para a formação dos fluxos subterrâneos de água nas referidas cavernas. Destaque especial para a Caverna Santana que tem seis quilômetros e quinhentos metros de condutos mapeados, seguida de outras de menor tamanho, porém de beleza idêntica tais como: Areias de Cima e Areias de Baixo; Água Suja, Ouro Grosso, Paivas, Arataca, Colorida, Aranhas, Monjolinho, Casa da Pedra, Chapéu e Laje Branca, todas com fluxo de rios subterrâneos. O Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira – PETAR, entre os anos de 1996 a 1998, teve um número de visitantes na ordem de trinta mil pessoas, com forte presença de pessoas de outras regiões do estado e do país, quer na forma de visitas ou de estudos da região.

Localizada entre os municípios de Eldorado e Jacupiranga, mais precisamente na Serra do André Lopes e no Parque Estadual de Jacupiranga, encontra-se a Caverna do Diabo, com oito quilômetros de comprimento, sendo apenas seiscentos metros abertos à visitação, porém de extrema beleza, quer pela formação rochosa com salões de sessenta metros de altura e colunas de cinco

metros de diâmetros e vinte metros de altura, servida pelas águas do Ribeirão da Tapagem. Apresenta infra-estrutura básica para a visitação, com restaurante e acomodações no Abrigo da Juventude, instalado no sopé do morro, bem próximo à entrada da caverna principal.

Complementando a beleza natural existente no Vale do Ribeira, podem-se encontrar inúmeras cachoeiras para refrescar os visitantes, tais como a Cachoeira do Fau em Miracatu, que apresenta uma queda de água de dez metros, juntamente com a Cachoeira do Mutuca e a Corredeira de Biguá, onde é permitido a prática de banho e natação na sua base e outros esportes de canoagem ou *bóia Gross*. Nos municípios de Sete Barras, Itariri, Pedro de Toledo e Juquiá podem ser encontradas outras cachoeiras e corredeiras dos mais diversos portes e formatos, muitas delas desconhecidas dos próprios moradores locais e, de forma geral, inexploradas econômica e comercialmente por parte dos proprietários das áreas ou impedidas de visitas por parte das legislações ambientais no caso de terras públicas ou localizadas em áreas de difícil acesso, quer pela configuração geográfica da região ou pela falta de estradas que permitam a visitação dessas belezas naturais.

Nas áreas litorâneas dos municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida, têm-se várias praias, praticamente intocáveis e com ótimo índice de balneabilidade, podendo os turistas, em muitos casos, usufruir água doce dos rios e riachos da região e do mar aberto. Vale destacar que esses municípios apresentam enormes vantagens para a realização dos eventos de pescas artesanais e competições amadoras para a atração dos aficionados dessa atividade esportiva. Entre as belezas naturais, cabe mencionar a Ilha do Cardoso, localizada no município de Cananéia, que permite ao turista conviver com um cenário exuberante de Mata Atlântica cortada por trilhas, e, ao mesmo tempo, pode desfrutar das praias e outras

maravilhas do litoral paulista extremamente preservado. Lamentavelmente, a infra-estrutura disponibilizada na Ilha do Cardoso, ainda é fraca e não dá ao visitante o conforto pretendido, muitas vezes provocando o afastamento do turista para o continente, de modo que ocorram apenas visitas rápidas, ocasionadas por passeios em barcos ou lanchas de aluguel, que pode se estender até o município de Paranaguá (PR).

CAPÍTULO III

3. Proposições para o Crescimento e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira

3.1. Introdução

O presente capítulo tem por objetivo apresentar algumas propostas sociais, econômicas, políticas e ambientais, visando à geração de fatores propícios para a modificação da estrutura atual de subdesenvolvimento do Vale do Ribeira, mais especificamente para os municípios que compõem a Região Administrativa de Registro, destacando a promoção necessária e persistente do crescimento e desenvolvimento econômico sustentável para a região em estudo. Valendo-se para tanto dos objetivos e instrumentos de políticas econômicas e das diversas experiências domésticas e internacionais de outras regiões, que tiveram seu crescimento e desenvolvimento econômico apoiados por organismos ligados aos setores públicos e privados, mesmo considerando as especificidades para a análise de cada região devido às suas características peculiares.

De forma mais clara, a proposta se valerá das multiplicidades das ações políticas e econômicas e das opções voltadas ao crescimento, promovidas pelos

vários níveis e tipos de governos, unindo os setores primário, secundário e terciário, de modo que, cada qual, no seu devido espaço e tempo, possa contribuir para o todo, com o foco unicamente no crescimento e desenvolvimento sustentável da região. Essas estratégias permitirão que ações conjuntas possam gerar o surgimento de pólos educacionais, tecnológicos, agronegócios e turísticos, ocupando seus espaços geo-econômicos e distribuídos ao longo do trecho paulista da Rodovia Regis Bittencourt ou avançando o interior adentro do Vale do Ribeira, permitindo um convívio ideal para a otimização do processo de crescimento sustentável, bem como, melhorando a renda das populações ribeirinhas. Ao mesmo tempo, esse processo migratório para o Vale do Ribeira, incorporará novos habitantes com melhores capacitações profissionais e educacionais, às populações menos qualificadas da Região Administrativa de Registro, modificando o perfil cultural e educacional das populações menos favorecidas, quer pelas novas opções de trabalho, acrescido do aumento da renda e por maior necessidade da ampliação do nível escolar.

Para tanto, deverá existir a suplementação financeira e a orientação política para os investimentos, entre outras fontes de recursos, sob a gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR, criados com o propósito de planejamento, gestão e execução de programas e projetos, que vissem as realizações necessárias para a região. Neste sentido, as propostas deverão explorar as externalidades positivas marcadas pela presença da Rodovia BR 116, como corredor de exportação e principal rota de acesso aos municípios localizados no Vale do Ribeira, aos novos mercados e consumidores nas capitais dos estados

do Sudeste e Sul e, em particular, de São Paulo, Paraná e o Mercosul, como centro importador e exportador de bens e serviços nacionais.

Dessa forma, o Vale do Ribeira figurará como alternativa à implantação do conjunto de micro, pequenas e médias empresas, voltadas ao setor industrial não poluidor ou outros tipos de empresas, voltadas às mais diversas atividades de serviços, e, mais especificamente, à montagem de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações, de microinformática ou têxteis necessários aos centros urbanos mais próximos da região em questão.

Destaque maior para implementação do pólo educacional de universidades públicas, criador e disseminador de tecnologias como ponto estratégico dos investimentos públicos estaduais e federais para a atração de empresas interessadas em se instalar e produzir na região, gerando empregos e renda para a população do Vale do Ribeira e tornando essa região competitiva no cenário econômico do estado e do país.

A outra proposta está relacionada ao meio ambiente, visto que o Vale do Ribeira ainda é uma das poucas regiões do país que possui o que restou da Mata Atlântica Paulista. Assim, os municípios do Vale do Ribeira detentores dessa riqueza natural, teriam a grande possibilidade de obterem retornos financeiros junto aos organismos internacionais interessados em compor investimentos na compra de oxigênio, através do que se convencionou chamar de seqüestro de carbono. A alternativa acima está respaldada no tratado assinado em Quioto no Japão, quanto à comercialização das cotas do crédito do carbono para as empresas instaladas nos países desenvolvidos e grandes poluidores da Europa, Ásia e América do Norte, considerando-se que os custos no investimento em tecnologias, por parte dos países industrializados, para a diminuição do processo de poluição ambiental, é muito mais

elevado do que os investimentos na preservação do meio ambiente nos países ou regiões não desenvolvidas.

Ainda dentro do leque de propostas, será dado destaque para alternativas econômicas que permitam a fixação do elemento humano no seu *habitat*, sobretudo no tocante às atividades ligadas à agricultura, aqüicultura, pecuária, ecoturismo e turismo rural, como fonte geradora e complementadora de renda, bem como ampliadora da oferta de emprego no campo, visando a redução dos amontoados de pessoas, em condições humanas péssimas, nas pequenas cidades que compõem a Região Administrativa de Registro.

Vale lembrar sempre da necessidade de ampliar e qualificar cada vez mais o nível educacional dessa população, pois somente através da educação serão obtidas melhorias significativas na vida dos ribeirinhos e no meio ambiente do Vale do Ribeira. Dessa forma, os habitantes dos municípios envolvidos poderão acreditar mais em si mesmo e promoverem um crescimento pessoal associado ao crescimento regional, respaldados pelo aumento da oferta de emprego e renda, de modo a permitir a fixação do elemento humano no seu habitat, dentro dos direitos de cidadania e bem estar social desejado.

Para a concretização das sugestões apontadas serão destacadas as possíveis fontes de financiamentos e investimentos disponíveis, tanto no âmbito interno como externo, com características nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, tendo sempre como prioridade a geração de emprego e renda, através da maior oferta de crédito e ampliação dos setores da produção e do consumo regional ou inter-regional e, principalmente, a inclusão social das camadas populacionais classificadas nos estágios subdesenvolvimento mais acentuados da região, vítimas

diretas da falta de oportunidades para o crescimento pessoal, profissional e educacional presente no Vale do Ribeira.

3.2. Enfoques macroeconômicos: o alcance dos instrumentos de política econômica na Região Administrativa de Registro

A busca do crescimento e desenvolvimento econômico regional, como objetivo principal de política econômica, necessita da ocorrência, no plano nacional ou estadual, de estabilidade econômica e política, e, necessariamente, do aumento da oferta de empregos nos vários segmentos da economia, principalmente nos grandes centros consumidores, que passarão a ser alimentadores da demanda por produtos e serviços das regiões menos desenvolvidas.

Para que sejam alcançados os fins voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira, precisa-se identificar e dimensionar, no plano nacional e estadual, os meios que serão utilizados, para que o objetivo final possa ser realizado dentro dos parâmetros pré-determinados e nas condições financeiras e da vontade política dos governos envolvidos no processo. Deve-se evitar ao máximo a ocorrência de conflitos entre os fins a serem alcançados e os meios a serem utilizados, pois quanto mais coerentes forem os fins e os meios, maiores serão os resultados obtidos na política econômica, independentemente que seja no plano nacional, estadual ou simplesmente regional.

Satisfeitas as condições políticas, econômicas e sociais, preferencialmente, de forma integrada, devem ser estabelecidos os programas econômicos que visem à execução dos projetos específicos para cada região, na busca das realizações

negociadas com os maiores interessados dessas regiões. Nessa situação o Vale do Ribeira poderá receber a atenção dos governos envolvidos, levando-se em consideração às condições existentes na região e as suas especificidades voltadas ao agronegócio e a preservação do meio ambiente como forte alternativa de geração de recursos financeiros para as populações ribeirinhas.

Valendo-se das argumentações apresentadas em Sachs (2004) sobre o assunto em questão, pode-se entender que dentre os instrumentos disponíveis na política econômica, destacados abaixo, cada um deles poderá de alguma forma contribuir para a busca do crescimento e desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira, desde que exista, por partes dos governantes envolvidos, uma grande vontade política de realização, visando à modificação do cenário de pobreza e estado de abandono em que se encontra o Vale do Ribeira. Como o foco principal está no crescimento econômico induzido pela geração de empregos e renda, devem ser observados alguns requisitos básicos para tal empreitada. Entre os requisitos necessários vale destacar:

- a) capacidade local de identificação dos pontos fracos e a existência de recursos ociosos, visando o planejamento e execução de políticas locais capazes de atender as demandas reprimidas;
- b) continuidade dos estímulos públicos e privados à capacidade de aglutinar esforços e recursos para as iniciativas locais voltadas ao crescimento econômico;
- c) comprometimento do sistema financeiro nacional e internacional para o atendimento das necessidades das empresas privadas, desejasas em instalarem-se na região, e dos governos quanto aos financiamentos da produção e de obras públicas voltadas ao crescimento regional.

Para o atendimento destes itens, caberão às prefeituras dos municípios da Região Administrativa de Registro, juntamente com as associações de classes e a sociedade de modo geral, indicarem e elencarem todas as suas necessidades, visto que os municípios conhecem muito mais as vantagens e desvantagens da sua região e sabem o que é melhor para a sua comunidade. Por outro lado, caberá ao governo estadual e federal, o papel de intermediador dos recursos necessários para a execução dos projetos viáveis econômica e socialmente para a região escolhida.

O Vale do Ribeira tem ficado isolado e sem atendimento adequado no que se refere à discussão acima, favorecendo ainda mais o estágio atual de subdesenvolvimento econômico em que se encontra. Vale insistir que tudo depende de vontade política e, no caso do Vale do Ribeira, enquanto sua população não eleger, pelo ao menos, um representante para a Assembléia Legislativa, nada ou muito pouco será feito pela região.

Ainda de acordo com Sachs (2004), a questão relativa ao crescimento econômico, via indução de emprego, está relacionada à forma com que serão atacados os fatores responsáveis pela exclusão social, geralmente corrigidos a *posteriori* por políticas sociais compensatórias, que nem sempre são eficientes e promovem o comprometimento de grande parte do PIB do país, num movimento “stop and go” de acordo com os interesses dos grupos governistas ou da vontade imposta pelo capital externo. Para que o sucesso possa ser alcançado, fazem-se necessárias políticas complementares de cunho regional ou local, satisfeitas as condições existentes nos municípios e nas suas populações. Dentre tais políticas complementares, cabe a exploração de todas as oportunidades locais voltadas ao crescimento induzido pela geração de empregos, tais como:

- a) execução de obras públicas de infra-estrutura ou de cunho social ou de segurança, geradoras de novos empregos e garantidoras de renda mensais;
- b) disponibilização de créditos ao financiamento da construção civil, grande propulsora de empregos às populações de baixa renda e nível educacional abaixo das médias;
- c) ampliação dos programas educacionais voltados à preservação do meio ambiente e com foco na utilização dos recursos naturais à fabricação de artesanatos em busca da sustentabilidade da região.

De forma incipiente e sem grande abrangência, os itens mencionados acima já fazem parte do cenário de alguns dos municípios do Vale do Ribeira, especialmente, em razão da longa e demorada duplicação da Rodovia Regis Bitencourt e da pavimentação ou reconstrução de outras rodovias estaduais e estradas municipais na região. Complementa-se ainda pela realização de obras de construção civil para o atendimento dos déficits habitacionais em alguns municípios do Vale do Ribeira, juntamente com o empenho do SEBRAE à ampliação do número de moradores interessados em trabalhar com artesanato utilizando os recursos naturais da região ou na criação de micro e pequenas empresas.

Ainda nessa linha de raciocínio, faz-se necessário o estabelecimento de políticas regionais voltadas ao financiamento da agricultura familiar, visando o crescimento da atividade agrícola nas regiões pobres através do aumento da produção e, de forma complementar, da produtividade, de modo a garantir uma renda mínima para que essas famílias possam ter acessos a bens de consumo disponibilizados para outras classes sociais. No caso específico do Vale do Ribeira, cabe destacar que, se faz necessária e urgente, a substituição da agricultura voltada ao plantio, praticamente único, de bananas, visto que a responsabilidade pelo atraso

econômico e social dos municípios que compõem a Região Administrativa de Registro está diretamente relacionado ao cultivo de apenas e somente esse produto, de baixíssimo valor agregado, que possa garantir um maior volume de recursos financeiros para a composição do PIB regional e das rendas das famílias envolvidas no processo de crescimento econômico.

Segundo Takagi, Silva e Belik (2002), as famílias que trabalham na agricultura podem ser classificadas, em termos econômicos financeiros, como capitalizadas, descapitalizadas e residentes. Sabe-se que as famílias capitalizadas estão inseridas no mercado através da venda de toda a sua produção e assim, conseguem sobreviver adequadamente com os recursos obtidos dessa comercialização. Já as famílias descapitalizadas, mesmo possuindo produtos agrícolas em suas propriedades, não conseguem atender suas necessidades de consumo, visto que o seu ingresso no mercado local ou regional não se dá no melhor momento do pico de preços ou sua produção é insuficiente para a formação de um mercado consumidor cativo e sua atividade agrícola torna-se insuficiente para sustentar todos os membros das famílias envolvidos no processo produtivo. Por sua vez, o grupo constituído pelas famílias chamadas de residentes, mesmo possuindo suas propriedades agrícolas, produz apenas para o consumo próprio, fazendo com que os membros das famílias, na maior parte do tempo, sejam obrigados a trabalhar em outras atividades rurais nas propriedades maiores dos vizinhos ou terceiros, para a obtenção da renda necessária e destinada à compra de produtos de consumo e serviços voltados à subsistência. Visando quebrar essa situação de disparidades sociais e econômicas na área rural, o governo brasileiro disponibiliza recursos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Um dos empecilhos à obtenção de recursos públicos, para o financiamento das lavouras está no fato da produção agrícola predominante no Vale do Ribeira ser, em mais de 90% das suas áreas plantadas, o cultivo da banana, que apresenta grandes oscilações nos preços e tem forte concorrência nos mercados de produtores de frutas tropicais, sem contar com os riscos de perda das safras, em decorrência das doenças que atacam as plantações ou das enchentes, que ocorrem periodicamente no Vale do Ribeira, para as quais não existem seguros agrícolas para suprir o prejuízo dos ribeirinhos.

Resta aos agricultores da região a opção do endividamento junto aos bancos privados, com juros elevados e com riscos de perderem todos os seus bens e propriedades quando do não pagamento ou, na maior parte, a opção de não fazer qualquer tipo de investimento e ver sua propriedade desvalorizar ou sua lavoura, sobretudo de banana, diminuir a produtividade e apresentar as doenças típicas da espécie.

3.2.1. As discussões sobre a melhor política fiscal e tributária para os municípios da Região Administrativa de Registro

Respeitado todos os princípios da teoria da tributação, caberá ao Estado, quando do exercício dos seus objetivos de política fiscal, a execução das funções do governo. Primeiramente na busca da estabilidade da política econômica, sobretudo quanto ao equilíbrio dos preços, da oferta de empregos e da renda.

Na sua função alocativa, deverá ser responsável pela arrecadação dos recursos necessários para atender as demandas, respeitadas as condições econômicas dos contribuintes e a visão do governo eleito. No tocante a função

distributiva será o governo o grande responsável pela mobilização de recursos para o financiamento e realização direta de investimentos necessários para a ocorrência de crescimento econômico, quer seja via incentivos fiscais ou subsídios tributários ou mediante investimentos diretos em infra-estruturas atrativas de empresas privadas com fortes efeitos multiplicadores sobre a produção. (GIAMBIAGI e ALÉM, 2001).

Assim sendo, quando estabelecidos os gastos públicos pelos governos da União e do Estado, na busca da atenuação dos desníveis regionais, a Região do Vale do Ribeira, a partir do momento que estiver inserida na distribuição regional dos projetos de investimentos, apresentará, necessariamente, mudanças significativas no crescimento do PIB, além da geração de empregos e ampliação do comércio local e regional com os principais centros consumidores do país e do mundo. Basta observar os resultados decorrentes das obras de duplicação da BR 116 e da instalação da UNESP em Registro (SP), juntamente com a ampliação do Hospital Regional em Paríquera-Açu (SP), fomentadores de empregos e renda para muitos moradores da região e ativadores dos comércios locais. Mesmo assim, questiona-se ainda se a Região do Vale do Ribeira estará preparada para integrar o corredor de exportação do Mercosul, quer via BR 116 ou Porto de Santos, não só no aspecto comercial de frutas, mais especificamente a banana e timidamente chá, flores e outros produtos relativos à extração primária.

Em longo prazo, a expectativa máxima estará no ingresso do Vale do Ribeira no mercado competitivo de tecnologia e produtos voltados aos consumidores de maiores rendas, promovendo melhorias na qualidade de vida das populações localizadas na referida região. Porém, em particular, se forem considerados o volume de recursos financeiros, que deverão ser repassados a essa região,

dificilmente existirão ou serão realizados os programas de investimentos voltados ao crescimento do Vale do Ribeira. Os impedimentos apontados acima continuarão a existir, principalmente, diante da forte e constante redução dos gastos públicos e mediante o poder de pressão política e econômica dos municípios ricos localizados em outras regiões administrativas, que concentram os grandes centros consumidores, por maiores volumes de recursos financeiros e tributários. Dessa forma, fica eternizado o ciclo de dependência e pobreza dos municípios da região em estudo. Sabe-se que as tecnologias mencionadas poderão ser desenvolvidas na UNESP ou outras instituições de ensino que gerem empreendedores e empresas juniores, tal qual ocorreu em Santa Rita do Sapucaí (MG), que se tornou um grande centro de tecnologia de ponta voltado à telecomunicação, eletrônica e áreas afins.

Fora os demais gastos típicos dos governos, tais como: saúde, educação, policiamento, justiça, assistencialismo, a Região Administrativa de Registro precisa ser eleita como prioritária, por parte dos governos do Estado e da União, com um centro de desenvolvimento sustentável, evitando-se que as reservas naturais existentes na região sejam destruídas de vez, por parte dos interesses econômicos e políticos inter e intra-regional. Somente assim, segundo Giambiagi e Além (2001), os municípios envolvidos no processo poderão receber volumes maiores de recursos financeiros voltados às outras necessidades de infra-estrutura, que serão os atrativos para que as empresas privadas se deslocarem e instalarem-se nas regiões menos desenvolvidas, tentando em conjunto com a sociedade local e outros organismos civis, modificar os cenários social, econômico e político, que se perpetuam por vários anos.

Pelo fato dos municípios do Vale do Ribeira possuírem uma população pequena em relação a outros centros urbanos e, ao mesmo tempo, sofrerem um

processo de redução constante dessa população quer pelo mecanismo migratório ou pela baixa expectativa de vida ao nascer, têm seus índices percentuais para o cálculo das transferências dos Fundos de Participação dos Municípios - FPM cada vez menores. Tais cálculos são efetuados anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU em cumprimento do artigo 91 do Título VI – Distribuição de Receitas Tributárias da Lei 5.172/66 com suas devidas alterações parciais estabelecidos no Código Tributário Nacional - CTN.

Diversas propostas sobre o Fundo de Participação dos Municípios - FPM circularam no Congresso Nacional e uma delas, apresentada em Janeiro de 2001 pelo senador Osmar Dias, sugere a mudança no cálculo do percentual de repasse do FPM, levando em conta a contagem da população dos municípios em 10 anos e não mais de 5 e 5 anos como ocorre hoje, visando favorecer os pequenos municípios. Essa proposta encontra resistência por parte dos municípios maiores, que dispõem de grandes atrativos econômicos para o processo de investimentos privados. Por outro lado, os municípios subdesenvolvidos deixam de ser atrativos para os investimentos privados e de baixo interesses migratórios às populações dos municípios sem quaisquer cenários econômicos e sociais favoráveis. Outro projeto idêntico circula na Assembléia Legislativa de São Paulo e visa a modificação do volume de recursos do ICMS repassados pelo estado para os municípios, visto que foi constatado que os municípios mais ricos serão sempre agraciados com maior volume de repasse, condenando assim os municípios pobres a sempre serem pobres. O Vale do Ribeira se enquadra na situação de região não desenvolvida com grande dificuldade à fixação dos ribeirinhos em seus municípios e, portanto, a cada ano, um número expressivo de municípios deixam a região para se instalar em outras localidades. Por outro lado, o Vale do Ribeira continuará sendo cada vez mais

pobre, pois não consegue criar novas oportunidades de negócios ou aumentar sua capacidade de produção para receber maiores volumes de repasses do ICMS, sendo dessa forma condenado a permanecer no ciclo de pobreza existente nos municípios da região.

A Constituição de 1988 trouxe uma série de vantagens tributárias para os municípios brasileiros, minimizando suas dificuldades financeiras, que seriam bem maiores que as atuais, visto que os repasses da União e Estado aos municípios tiveram aumentos consideráveis, fazendo com que alguns prefeitos passassem a gastar muito mais ainda, comprometendo as novas receitas dos seus municípios, quadro este que não destoou do comportamento dos municípios do Vale do Ribeira, principalmente em razão das enormes carências sociais reprimidas existentes na região.

A reforma tributária recém aprovada e sua complementação, em fase de aprovação no Congresso Nacional, apresentam características específicas, segundo os analistas mais especializados, de aumento da carga tributária. Esse aumento se dá, sobretudo, aos setores voltados à produção e serviços e não será tão benéfica aos municípios paulistas, em razão da mudança do critério de pagamento do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de comunicações - ICMS, que representará perda ao Estado de São Paulo, pois o imposto em questão passará a ser pago no destino e não mais na fonte de produção, tirando a primazia do Estado de São Paulo em ser o carro chefe na produção de bens e serviços e contribuir com resultados excelentes para o PIB do país.

Sabe-se que não existirá compensação para que essa perda seja minimizada, mesmo contando com os aumentos progressivos do Imposto sobre transmissão inter-

vivos de bens imóveis - ITBI e do Imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR, bem como com a implantação da transferência da parcela da Contribuição de intervenção do domínio econômico - CIDE, que era exclusiva da União, e, também pela ampliação da base do cálculo do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA. Assim os municípios do Estado de São Paulo terão perdas acumuladas e o comprometimento dos seus programas de crescimento e desenvolvimento, em particular, os municípios mais pobres e miseráveis tais como os que se encontram na Região do Vale do Ribeira. Como os recursos são escassos e as necessidades infinitas, vê-se como saída a busca de recursos financeiros em programas estrangeiros voltados a preservação do meio ambiente, fazendo com os municípios do Vale do Ribeira fixem-se na ampliação dos seus programas ambientais e ampliem a reconstrução de suas matas.

Mesmo podendo exercer o seu direito de criar e cobrar tributos no âmbito municipal, as receitas dos municípios do Vale do Ribeira subiram muito pouco com a cobrança das taxas específicas sobre a iluminação pública e coleta do lixo. A razão principal dessa pequena evolução se deu pelo fato das suas populações não possuírem renda suficiente para poderem arcar com maiores repasses de tributos para os cofres municipais, bem como, por questões políticas, alguns prefeitos não irão ser expor negativamente junto aos seus municíipes, visando concorrerem às próximas eleições municipais ou estaduais. Assim, as prefeituras locais deverão procurar alternativas para que possam minimizar o volume de inadimplência na cobrança de impostos municipais, sem ferir juridicamente os contribuintes e, ao mesmo tempo, sem abrir mão dos passivos acumulados.

3.2.2. As opções para a quebra das características estruturais do ciclo de subdesenvolvimento da Região Administrativa de Registro

Não se pode imaginar a ocorrência do crescimento e desenvolvimento econômico sustentável na Região Administrativa de Registro ou no Vale do Ribeira como um todo, somente com os recursos e esforços do setor privado, sobretudo pelo fato da Região não apresentar sequer as condições mínimas necessárias para que o crescimento econômico possa vingar e produzir resultados e, menos ainda, a atratividade exigida para que o capital privado possa se interessar na realização de investimentos, visando o crescimento e desenvolvimento sustentável da região.

Faz-se necessário, a presença direta e persistente do setor governamental e, neste sentido, devendo o mesmo exercer a função de interventor parcial, sobretudo, no papel de gestor e, ao mesmo tempo, executor dos processos compostos por várias etapas relativas à aplicação das metodologias, especificamente destinadas ao desenvolvimento do Vale do Ribeira. Essas medidas estão voltadas para o conhecimento da realidade local; para diagnosticar os problemas estruturais e conjunturais que impedem a ocorrência de crescimento econômico; para formular as políticas e programações econômicas específicas e necessárias por parte dos três níveis de governos e, finalmente; para executar as políticas públicas propostas, de forma conjunta, com os demais governos, setores privados e até mesmo com a ajuda internacional. (ROSSETTI, 1987).

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira - CODIVAR, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR deverão encabeçar as iniciativas voltadas às soluções dos problemas regionais e não, simplesmente, ficarem aguardando os governantes da

esfera federal e estadual tomarem essas iniciativas ou apresentarem alternativas que não atendam às necessidades ribeirinhas ou destoem das necessidades da região, pois o tempo da realização dos projetos, o estabelecimento das prioridades sociais e econômicas e a vontade política dos governantes, estão em descompasso com o momento social e econômico vivido pelo Vale do Ribeira.

Considerando-se que os dados estatísticos foram produzidos pelos próprios governos, acredita-se que tais levantamentos não consigam traduzir o mínimo da realidade social, econômica e política do Vale do Ribeira e que, dificilmente, possam servir de base ao conhecimento da estrutura de subdesenvolvimento do Vale do Ribeira. Sendo assim, caberá aos governos estadual e federal, apoiados pelo CODIVAR e FVR, concentrarem-se na formulação das políticas e programações econômicas mais adequadas e exequíveis possível, voltadas especificamente para os interesses dos municípios do Vale do Ribeira, levando-se em consideração os objetivos de curto, médio e longo prazo dos projetos e os problemas conjunturais e estruturais da região.

No final, a elaboração das políticas e programas deverá considerar a participação do setor governamental e privado doméstico ou externo, especialmente agora com a aprovação da Lei das Parcerias Públicas e Privadas – PPP's, que permitirá que a iniciativa privada possa participar na execução de projetos de interesses comuns aos dois setores. A atratividade para o recebimento dos recursos privados se dará, quando as ações governamentais deixarem claros os objetivos principais e secundários estipulados para a região e sinalizarem com as vantagens econômicas, fiscais e tributárias para que os investimentos privados migrem para a Região do Vale do Ribeira.

Como se trata de uma região estacionada no tempo e com pouquíssimos atrativos financeiros, deve-se entender que o maior esforço para que a região possa encontrar o caminho para o crescimento econômico, passa pelos gabinetes dos governos e, mais especificamente, do governo estadual e das prefeituras municipais, que deverão ser os grandes cobradores dos resultados coletivos para a Região do Vale do Ribeira, juntamente com a sociedade organizada e representada nos vários conselhos existentes nos municípios e na região. Levando-se em consideração que nada ocorrerá no curto prazo, deve-se estimular a população jovem quanto à escolha dos seus representantes políticos e, dessa forma, poder eleger pelo menos um representante do Vale do Ribeira para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ou, por que não, para a Câmara dos Deputados em Brasília (DF), forçando negociações políticas para que os interesses econômicos e sociais do Vale do Ribeira sejam atendidos.

Estabelecidos os objetivos primários e secundários, bem como iniciados os programas e projetos econômicos voltados à Região Administrativa de Registro, dentro de poucos anos, poderão ser observadas mudanças nas características estruturais do subdesenvolvimento da região. Neste sentido, segundo Rossetti (1987), o ciclo do atraso econômico e social da região deixará evidentes os seguintes tópicos de transformações positivas:

- a) aumento da efetiva capacidade de manutenção dos níveis correntes de emprego;
- b) criação da capacidade interna de elevação dos investimentos para a formação do capital necessário para o crescimento econômico;
- c) quebra do persistente nível de desemprego estrutural e da manutenção desfavorável da disponibilidade interna de recursos.

Para viabilizar as proposições acima mencionadas, no longo prazo, faz-se necessário que o Vale do Ribeira receba, o mais rápido possível, infra-estrutura de serviços públicos, responsáveis pela geração de empregos e renda, bem como, fonte de atratividade de novos habitantes para a região. Essa sinergia entre o capital humano local e os novos habitantes possibilitará pensamentos diferentes e geração de novas oportunidades, que passarão a ser perseguida com maior empenho e eficácia para a realização do crescimento pessoal e, consequentemente, embora de forma diferenciada, aos próprios municípios da região.

Outras modificações do ciclo do subdesenvolvimento da região deverão ocorrer na base demográfica, que passará a apresentar menores taxas de expansão da sua população. Tais modificações deverão ser acompanhadas por melhorias nas condições de saúde e educação e maior capacitação profissional para as populações ribeirinhas, permitindo o acesso dessa população ao grau maior de cidadania, com acesso aos serviços públicos básicos e mínimos como a certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor e outras facilidades da vida moderna.

Nas questões ligadas à disponibilidade estrutural de recursos voltados ao capital e as reservas naturais, terão que ocorrer mudanças significativas tais como: aumento da disponibilidade de capital por unidade de mão-de-obra e a maior e mais acelerada inserção de tecnologia nos processos produtivos, associados ao conhecimento do potencial geofísico da região, visando a melhor exploração dos recursos para a preservação do meio ambiente no Vale do Ribeira. Finalizando o processo, talvez os resultados mais visíveis serão observados no aumento dos níveis de emprego e da renda *per capita*, fazendo com que ocorram menores participação percentuais no dispêndio do consumo, visando à geração de novas

poupanças brutas, que poderão resultar na formação bruta de capital fixo e de novos investimentos. Essas modificações agregarão valores que promoverão o crescimento da produção; a contratação de novos trabalhadores; a remoção de alguns focos de pobreza absoluta; o aumento consumo de novos bens e serviços; o aumento da arrecadação de tributos; propiciando acentuadas melhorias sociais, traduzidas do crescimento e desenvolvimento econômico da região.

3.2.3. As condições mínimas para a atenuação dos desníveis e desigualdades econômicas da Região Administrativa de Registro

Como dificilmente ocorrerão novas revoluções armadas no Vale do Ribeira, tal qual se deu no início dos anos de 1970, a opção da força para se alcançar mudanças sociais e econômicas deve ser descartada e, neste sentido, no longo prazo, dentro dos padrões democráticos dos governos legítimos, poderão ser minimizados os processos de concentração de renda, riquezas e as disparidades regionais existentes entre as várias regiões administrativas do estado mais rico do país e, em especial, na Região Administrativa de Registro, a mais pobre dessas regiões administrativas. Sabe-se que o receituário para a redução dos desníveis regionais passa por várias etapas de planejamento e execução para se obter os resultados almejados. Aplicá-las a Região Administrativa de Registro passa a ser o grande desafio para os governos da União e do Estado, apoiados pelos governos municipais, que são os grandes interessados nas melhorias locais, juntamente com a sociedade civil e todas as entidades representativas locais e regionais.

O Vale do Ribeira pode ser a grande opção de ocupação territorial para as populações dos municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e entre outras

do estado e do país, desafogando as áreas densamente povoadas e com os grandes problemas espaciais característicos dos grandes centros urbanos. A atratividade do Vale do Ribeira está relacionada às grandes oportunidades de negócios em uma região em que praticamente nada existe e tudo se pode construir, à preservação ambiental como fonte de rendimentos nacionais e internacionais, aos baixos índices de criminalidade como ponto forte de segurança e relax, à associação de uma vida no campo, com enormes possibilidades de serem mantidos os acessos às facilidades da vida urbana, devido a distância que separa o Vale do Ribeira das cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR) ou Santos (SP) e Sorocaba (SP).

A redução dos desníveis sociais e econômicos existentes no Vale do Ribeira, só será possível caso ocorram estímulos econômicos e sociais privados ou públicos para a alavancagem das atividades econômicas passíveis de serem executadas na região, sem mudança radical das suas características e, ao mesmo tempo, associadas aos atrativos das alternativas comerciais, educacionais, tecnológicas e produtivas, propiciadas pelos investimentos dos governos e dos setores privados interessados em crescer com novas regiões próximas às grandes metrópoles.

O grande problema atual enfrentado pela Região Administrativa de Registro está relacionado à inexistência de vontade política, por parte das autoridades governamentais, para a identificação e quantificação mais precisa dos efeitos propulsores e regressivos do crescimento regional. Prova disto, estão nos questionamentos políticos emitidos pelas bancadas oposicionistas na Assembléia Legislativa, cobrando ações pró-ativas por parte do governo estadual, para que o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR apresente resultados mais concreto e no menor espaço de tempo possível, visto que o FVR foi criado a mais de 10 anos e ainda não produziu os efeitos econômicos e sociais

desejados ou necessários para a modificação estrutural de uma região tão pobre e esquecida como o Vale do Ribeira.

Somente após o estabelecimento da vontade política, tais levantamentos serão possíveis para o direcionamento de programas, projetos e a alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos para modificar o atraso econômico e social da Região Administrativa de Registro. Nada será dado sem um esforço contínuo das populações mais esclarecidas e desejosas de mudanças, pois as regiões mais ricas do estado não irão concordar em ver diminuídas suas transferências oficiais e os demais repasses não obrigatórios dos governos, em detrimento às regiões menos desenvolvidas sem o mesmo ou nenhum peso político. Dessa forma, dificilmente será conseguida a fixação do elemento humano na sua própria região, no caso específico, no Vale do Ribeira e, tão pouco, serão canalizados incentivos para a exploração das vantagens positivas disponíveis na região em estudo.

Uma das condicionantes do desenvolvimento do Vale do Ribeira passa pela intensificação dos pré-investimentos públicos e privados à região e, neste sentido, o governo estadual precisará canalizar muito mais recursos às áreas sociais, da saúde, da educação, do saneamento básico e para a proteção do meio ambiente, se o governo realmente tiver interesse em modificar o quadro econômico e social do Vale do Ribeira. Muito mais que o volume maior de recursos financeiros e infra-estrutura básica, faz-se necessário que os governos estadual e federal possibilitem a regionalização dos investimentos de forma mais intensa, independentemente das pressões políticas das demais regiões administrativas do Estado de São Paulo ou dos outros estados do país.

Somente diante das sinalizações dadas pelos investimentos públicos, poderão existir mais interesses dos investidores privados em alocar seus recursos financeiros na região e, dessa forma, promover o deslocamento de grande massa de população de outras áreas urbanas para o Vale do Ribeira. A efetiva concretização do sucesso econômico financeiro da região, visando à busca do seu crescimento e desenvolvimento, ocorrerá na medida que os governos criem órgãos oficiais regionais instalados e voltados ao fomento da Região Administrativa de Registro, com vistas ao planejamento e execução dos programas e projetos específicos da região, pois sem tais organismos públicos não ocorrerá uma maior oferta de emprego e, consequentemente, não haverá a geração de renda e ampliação do consumo.

De forma complementar, ainda como parte da minimização dos desníveis regionais, deverão ser realizados programas sociais que visem a melhor repartição da renda e da riqueza do Vale do Ribeira. A redistribuição da renda será a forma mais rápida e direta para a inclusão social, que é o objeto mais importante do processo de desenvolvimento sustentável da região, pois possibilitará a uma grande massa da população ribeirinha o acesso à infra-estrutura voltado a saúde, educação, transportes, justiça e alimentação adequada. Isso será possível mediante a ampliação dos programas sociais já praticados pelo governo federal e voltados à erradicação da miséria e fome, por meio de assistência médica descente, com apoio às gestantes, crianças e idosos e, de forma radical, conforme determina a lei, mediante a presença das crianças nos bancos escolares.

Neste sentido, entra em cena não somente o governo estadual, mas com maior ênfase os governos municipais, responsáveis diretos pelo ensino básico fundamental, que deverá ser de melhor qualidade, mediante a qualificação dos

professores locais. Paralelamente, para a melhoria da qualidade do ensino deverão ser feitas implantações ou ampliações das infra-estruturas necessárias para um bom ensino dentro dos padrões modernos, para a melhor capacitação do elemento humano como cidadão e dono dos seus direitos e deveres.

Como a população da Região Administrativa de Registro é composta, ainda de forma acentuada, por pessoas que vivem na área rural, deverá ser ampliada a transferência dos recursos do setor público à previdência social destinada a aposentadoria dos trabalhadores rurais com faixa etária menores que as atuais, visto que o trabalho agrícola tem um desgaste físico muito maior que o trabalhador urbano e, neste sentido, perde o elemento humano perde a produtividade mais rapidamente e passa a ser um peso social para os demais membros da família.

Para melhor alocar a mão-de-obra disponível no Vale do Ribeira, os investimentos deverão ser direcionados ao maior aproveitamento da mão-de-obra local, muitas vezes, desqualificada e, sempre, muito barata. Neste sentido, a presença de micro e pequenas empresas ligadas às atividades do setor secundário de transformação, com intenso processo produtivo manual, geralmente absorvem um maior volume de trabalhadores não especializados. Tal experiência já foi implementada, na década de 1990, pelos governos cearenses, com a instalação de indústrias de pequenos portes voltadas ao ramo de confecções e outras atividades com o uso elevado de mão-de-obra em vários municípios do estado, apresentando excelentes resultados com a geração de empregos e ampliação da renda familiar, bem como, promovendo a fixação do elemento humano na sua própria cidade ou região.

Não deverão ser descartadas as investidas dos governos do Estado e da União quanto à regularização das terras devolutas ocupadas há anos por famílias de

trabalhadores agrícolas da região, visto que existem, embora em pequena escala, conflitos por disputas de terras na região.

Paralelamente, faz-se necessário uma melhor adequação dos programas de reforma agrária nas próprias terras do governo, bem como a regularização das documentações das propriedades ocupadas por muitos anos por ribeirinhos, que não possuem o registro das suas terras e, mesmo assim, pagam impostos relacionados à propriedade, mas não possuem a garantia e segurança da posse da área, que possam ser dados como garantias e possibilitem acesso a financiamentos públicos e privados. Nos últimos anos, logo após as grandes enchentes no Rio Ribeira de Iguape, muitos agricultores perderam suas terras para os bancos ou foram obrigados a vendê-las para liquidar suas dívidas com o setor bancário em razão dos empréstimos assumidos na ocasião para o replantio das suas safras de bananas ou de outros produtos agrícolas ou animais.

Sabe-se que a Região Administrativa de Registro não apresenta propriedades improdutivas com a área e as condições técnicas exigidas para a reforma agrária, a não ser algumas propriedades, objeto de demandas jurídicas falimentares ou resultantes do uso indevido ou clandestino, voltado à prática de atividades ilegais, nas mãos de pessoas de outras localidades fora da região. Geralmente esses proprietários arregimentam “jagunços” para tomar e manter as terras, que pertenciam a antigos posseiros ou famílias, que não tem condições financeiras para expandir suas lavouras, mesmo que sejam simplesmente para o consumo próprio, expulsando-os para as áreas urbanas dos municípios, onde passam a trabalhar na informalidade ou passar a prestar serviços em outras propriedades agrícolas sem quaisquer garantias sociais ou previdenciárias.

3.2.4. As expectativas para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável da Região Administrativa de Registro

Levando-se em consideração a descrição apresentada por Jones (2000), sobre a necessidade de industrialização e obtenção de tecnologia de forma endógena, respaldada pela busca e interesse das empresas pesquisadoras em lucrar a partir das suas invenções, já que algumas empresas gerarão produtos ligados aos setores de bens finais ou intermediários e outras apresentarão idéias voltadas às pesquisas e tecnologias, entende-se que a Região Administrativa de Registro poderá ser a prancheta desse novo modelo de crescimento econômico e social do Estado de São Paulo, por apresentar várias características cobiçadas por grande parte das populações dos grandes centros urbanos.

Assim, fazem-se necessárias algumas ações políticas e econômicas, proporcionadas pelas autoridades públicas juntamente com a iniciativa privada, com a finalidade de viabilizar a ocorrência do desenvolvimento endógeno na Região Administrativa de Registro, após as devidas definições dos municípios que irão ser objetos do processo de industrialização, o crescimento econômico deverá ser formado por um conjunto de pequenas e médias empresas, preferencialmente localizadas às margens da Rodovia Regis Bittencourt, nos respectivos parques industriais disponibilizados pelas prefeituras municipais da região.

Para tanto, inicialmente deverá ocorrer a implantação ou expansão de infra-estruturas ligadas ao saneamento básico, ao setor habitacional para moradias populares, ao melhor atendimento na área da saúde e da educação, bem como, implantação ou ampliação dos serviços de transportes urbano e intermunicipal, expansão dos serviços de telecomunicações e energia elétrica. Também se fará

necessário a criação de uma empresa de desenvolvimento, tal qual se teve na década de 1970, com o objetivo de dar diferenciação ao processo qualitativo do desenvolvimento da Região, focando como alvo principal à formação de mão-de-obra tanto do trabalhador como empresarial, atrelada as inovações tecnológicas, tendo como cenário de fundo micro e pequenas empresas.

O balizamento das orientações operacionais caberá ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira - CODIVAR, que deverão ter a suplementação de recursos financeiros pela disponibilização de créditos e investimentos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e de outras fontes nacionais e internacionais voltadas à minimização do distanciamento econômico e social das regiões ou países;

Acrescente-se a difusão das inovações e do conhecimento como forma acelerar o processo de industrialização e desenvolvimento, permitindo que as empresas possam ter acesso gratuito às pesquisas originadas nos pólos educacionais de ensino superior. No caso específico do Vale do Ribeira, deveria haver um estreitamento entre os interesses da região com as pesquisas das universidades – UNESP e USP – ESALQ, entre outras, com apoio financeiro para pesquisa oriunda de subsídios disponibilizados pelos governos do Estado como da União.

A organização do desenvolvimento regional advinda da participação conjunta do setor público e privado, centrada no CODIVAR – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, permitirá uma discussão mais clara a respeito do processo de desenvolvimento da região, visto que os objetivos terão que ser comuns, buscando minimizar as incertezas e vencer os obstáculos que possam impedir ou ameaçar o sucesso da empreitada na busca do desenvolvimento do Vale

do Ribeira. Dessa forma, implementadas as ações necessárias, em longo prazo, a Região Administrativa de Registro poderá ser incluída no rol das regiões atualmente consideradas como referência estratégica no campo de ciência & tecnologia, oriundas de pólos de ensino universitário voltados à pesquisa em áreas específicas do setor primário, desde que haja interesses políticos dos governos estadual e federal, mediante a implantação de políticas públicas voltadas e modificação do espaço econômico dessa região.

Hoje, o Vale do Ribeira não possui todas as condições necessárias para a implantação do discutido crescimento ou desenvolvimento endógeno, porém, com o respaldo dos investimentos públicos e privados, associado à participação dos empresários locais articulados pelo CODIVAR, tendo como centro disseminador de idéias e tecnologia gestadas nos pólos educacionais e tecnológicos. Neste sentido, segundo Barquero (2001), cada vez mais, deverão ser buscadas melhorias no processo de industrialização endógena, com foco na disponibilidade tecnológica, visando à implantação de espaços industriais, que desfrutem das seguintes características:

- a) dos modelos de excelência caracterizados pelas empresas de pequeno e médio porte, que passam a disponibilizar novos produtos, decorrentes da aplicação de novos métodos de produção e controle de qualidade e com uma visão organizacional mais moderna, visto que fazem uso de mão-de-obra qualificada e deverão dispor de centros de P&D apoiados por atendimentos adequados de infra-estrutura;
- b) os pólos tecnológicos originam-se do uso adequado de tecnologia por empresas empreendedoras que invistam em pesquisas e possuam mão-de-obra qualificada,

juntamente com disponibilidade de recursos para investimentos oriundos dos fundos de desenvolvimento, visando atingir novos mercados em expansão;

c) os pólos de desenvolvimento surgirão da capacitação das empresas caracterizadas pelos itens a e b, que passarão a atrair as empresas de outras localidades ou regiões interessadas em qualidade e menor custos de produção, decorrentes da concessão dos incentivos creditícios, fiscais e tributários disponibilizados para viabilizar a implantação da industrialização endógena regional.

Assim, valendo-se dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, a Região Administrativa de Registro poderá deixar de ser simplesmente a grande exportadora de banana *in natura* e passará, através da implementação de tecnologia, a exportar produtos industrializados do setor produtor de banana, agregando valores para as exportações da região. Neste sentido, já existem tecnologias desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz - ESALQ capacitadas em produzir papel ecológico do tronco da bananeira, que tem grande aceitação no mercado japonês e europeu, visto tratar-se de produto natural e não ter qualquer tipo de relação com a destruição da natureza, considerando-se que o caule da bananeira é jogado fora ou deixado apodrecer nos bananais da região. As indústrias farmacêuticas e de cosméticos também têm interesses em expandir suas pesquisas com bananas, visto que essa fruta produz enzimas e proteínas que podem ser utilizadas no combate ao diabetes; sua nódea pode ser empregada, na forma de pomada, no tratamento de queimaduras e o licor do umbigo da bananeira poder ser transformado em xampu. Dessa maneira, a presença de empresa com tecnologia, acaba atraindo outras empresas de menor poder econômico, mas com grande abrangência social, que conseguem explorar as

oportunidades de negócios geradas, dinamizando a região com a geração de mais empregos e renda.

Assim sendo, o Vale do Ribeira deve fugir do crescimento não sustentado, visto que a expansão rápida da economia com baixos índices do produto, tal qual ocorre ainda hoje nos municípios de Registro (SP) e Cajati (SP), que na maioria das vezes acaba desaguando no processo de estagnação e perda total dos esforços aplicados. A existência do processo de crescimento distorcido, geralmente praticado por governos e políticos populistas, embora melhor que a etapa anterior, também não é o ideal para o Vale do Ribeira, visto que envolve a destruição dos recursos naturais, através das especulações e interesses imobiliários ou comerciais e ao mesmo tempo fortalecem as oligarquias locais, que na sua maioria são retrogradas e, quase sempre, atuam fora do modelo leal da democracia.

A ocorrência restritiva dos baixos investimentos públicos ou privados no capital humano, idêntico ao esquecimento atual a que estão submetidas às populações ribeirinhas, contrapondo-se ao forte subsídio ao capital físico, financeiro e creditício acima da capacidade econômica dos governos, como ocorreu em tempos passados, resultando na acumulação de renda e riquezas nas mãos de poucos, sobretudo no tocante a distribuição e ocupação territorial, responsável direta pela má distribuição ou concentração da renda e riquezas. A melhor capacitação do capital humano se dá pela ampliação da qualificação educacional, profissional e política dessa população, fazendo com que não ocorram contentamento ou acomodação com a situação de pobreza e miséria em que se encontram nos dias de hoje.

Segundo Thomas, et al. (2002), todos os benefícios acima mencionados são necessários para os municípios das regiões não desenvolvidas e, para tanto, deverá

existir a participação coletiva das comunidades envolvidas, orientadas pelos organismos de desenvolvidos regionais existentes ou a serem implementados, no que se referem aos destinos dos investimentos, visando a garantia do sucesso esperado nos empreendimentos econômicos e sociais da região. Para viabilizar a idéia acima, no caso do Vale do Ribeira, os organismos existentes são o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, juntamente com a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Sul Paulista ou outro nome que queira dar, desde de que esse organismo de planejamento e execução seja específico e instalado na região, pois somente dessa forma os objetivos buscados estarão relacionados à modificação da estrutura social, política e econômica da região.

3.3. Enfoques microeconômicos com ênfase às questões regionais e setoriais do Vale do Ribeira

Tratam-se de ações econômicas, políticas e sociais de menores envergaduras, que poderão ser executadas de forma conjunta ou complementar entre os governantes municipais e o Estado, dentro dos padrões éticos e morais exigidos das autoridades públicas.

Para as regiões subdesenvolvidas ou nos municípios com grande característica de pobreza, o simples ato da prática da ética e da honestidade, por parte dos dirigentes públicos, quando da execução de obras públicas ou aquisição de bens e serviços e na administração responsável do município, permitirá a melhor

alocação e o emprego correto dos recursos municipais, ampliando, dessa forma, o atendimento para um número maior de municípios.

A cobrança do comportamento ético ideal deve partir da população desses municípios, que não pode aceitar os desmandos praticados com os bens públicos e, muito menos, com os recursos financeiros dos municípios, cabendo a todos ampliarem a fiscalização e denúncia sobre o abuso dos dirigentes municipais e, ao mesmo tempo, participarem dos conselhos municipais, de modo que esses organismos não fiquem nas mãos dos aliados políticos e corruptos dos poderes executivos e legislativos dos municípios.

O comportamento exigido dos grupos governistas em cada um dos municípios deverá ficar dentro das normas ditadas na Lei de Responsabilidade Fiscal, respeitando-se a posição e pareceres dos diversos conselhos dos municípios, devidamente eleitos pela população, sem quaisquer tipos de manipulações ou interesses menores. O orçamento municipal deverá atender os interesses dos municípios, visto que quanto mais participativa for a população, maiores serão as chances dos recursos serem empregados de forma correta e de acordo com os interesses da maior parte dos municípios, estabelecidas as devidas escalas de prioridades para o emprego dos recursos públicos.

Em outras palavras e de forma direta. Quanto menores forem os desvios dos recursos públicos municipais, maiores serão as demandas reprimidas atendidas para satisfazer os interesses das populações, com grande chance de reeleição para o dirigente municipal no posto máximo da prefeitura municipal. A prova disso está no fato de alguns municípios conseguirem realizar, com os mesmos recursos, um maior volume de obras e benfeitorias nos seus municípios, quando comparados a outros municípios da mesma região ou estado. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado -

TCE o papel de divulgar com maior ênfase os desmandos dos prefeitos e vereadores dos municípios que fogem às regras da ética e honestidade.

Diante das dificuldades financeiras e da incapacidade de saldar suas dívidas com os setores públicos, por parte dos municípios, várias prefeituras no Vale do Ribeira estão aceitando o pagamento dos impostos atrasados com o trabalho do devedor em atividades sob responsabilidade da prefeitura, tais como: capinar as vias públicas, limpar áreas das escolas e outros prédios públicos; executar consertos elétricos ou hidráulicos nos equipamentos públicos; auxiliar na construção ou reparo de pontes de madeiras nas estradas vicinais dos sítios por mutirões; participar de campanhas educativas ou de vacinações, entre outras muitas atividades. O fato das prefeituras municipais efetuarem suas compras no próprio município ou na região, sobretudo, no que se refere aos gastos com a merenda escolar, aquisições diversas às escolas ou à própria administração municipal, faz com que o comércio regional seja ativado e passe a atrair novos concorrentes para competir nesse cenário de comércio intra e inter regional.

Como a oferta de emprego geralmente é baixa, cabem às prefeituras locais manterem os pagamentos dos funcionários públicos em dia, visto que tais recursos movimentam mensalmente a economia e o comércio local dos municípios do Vale do Ribeira. O mesmo deve ser feito para as despesas contraídas com o comércio local, pois quando maior for o atraso no pagamento das dívidas, menores serão os créditos disponibilizados pelos comerciantes locais e maior será a paralisação da máquina administrativa das prefeituras municipais. Infelizmente a maioria das prefeituras locais está endividada e não consegue manter em dia seus compromissos financeiros, promovendo rolagem das dívidas, pagamento altas taxas de juros e, consequentemente, desaquecendo a economia do município.

Visando minimizar os problemas financeiros e sociais dos municípios da região, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira - CODIVAR deve ser o organismo intermediador para a execução de obras comuns aos municípios vizinhos ou ao empréstimo de equipamentos disponíveis aos municípios e, ao mesmo tempo, ser o instrumento de pressão junto ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR ou junto às diversas secretarias de estado para a obtenção e liberação de recursos financeiros destinados às várias obras de interesses comuns aos municípios da região.

Deve ficar claro que, a falta de união entre os municípios locais, ou, a existência do mais acirrado grau de competição entre os mesmos, implicará na perda de força política, junto aos organismos públicos superiores ou entidades privadas com disponibilidade de recursos financeiros voltados ao social e, consequente, ao empobrecimento ainda maior dos municípios filiados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social no Vale do Ribeira - FVR.

Portanto, quanto mais próximos estiverem, mais unidos ficarão e maiores serão as realizações conjuntas para as populações ribeirinhas. Isto implica também nas disputas eleitorais para as escolhas dos candidatos às eleições dos cargos de deputados estaduais e federais, pois é sabido que o volume de votos da região permitirá a eleição de apenas um representante dos municípios do Vale do Ribeira, visto que, parte dos votos será canalizada para candidatos de outras localidades, possuidores de maior poder de *marketing* e recursos financeiros para a disputa das eleições legislativas, sobrepondo-se aos candidatos locais que não tem grande expressão inter-regional ou estadual.

3.3.1. As (des) vantagens localizacionais da Região Administrativa de Registro

Tomando-se por base a descrição fornecida por Gonçalves, Brandão e Galvão (2003) a respeito do estudo encomendado pelo Governo Federal e BNDES a respeito da “Identificação de Oportunidades de Investimentos Públicos e/ou Privados”, também conhecido como “Estudos dos Eixos”, pode-se afirmar que os municípios contidos na Região Administrativa de Registro não souberam ou não puderam tirar proveito das externalidades positivas proporcionadas pelo corredor de exportação criado pela Rodovia Regis Bittencourt no trecho paulista, conforme programa proposto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, quando da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos - PPA – 1996 / 1999.

Uma das causas do fracasso pode ser relacionada à demora na conclusão da duplicação da rodovia acima descrita e o outro fator pode ser atribuído aos impedimentos legais contidos nos processos de preservação ambiental da Mata Atlântica, associados à falta de interesse dos setores privados em promoverem investimentos nos municípios dessa região, visto que suas populações não dispõem de renda suficiente para promover demandas mais acentuadas de produtos e serviços diversos.

Cabe ainda a alternativa sob a responsabilidade do setor governo, na qual não havia interesse do governo estadual e federal em incluir a Região Administrativa de Registro na região de planejamento, tal qual foi definida por Boudeville, citado em Gonçalves, Brandão e Galvão (2003), onde se teria a intervenção do estado para a ocorrência da polarização, mediante a delimitação do espaço com a presença de aglomerações urbanas interdependentes, definido assim a Região Administrativa de

Registro tal qual ela possa ser estudada, diferentemente do conceito de homogeneidade que se fixa no planejamento regional.

Dessa forma, a Região Administrativa de Registro deixou de absorver os pontos positivos contidos nas propostas governamentais para a interligação do Sudeste com o Mercosul. Pontos esses que resultariam na criação de empresas não poluidoras destinadas à montagem de produtos ou ligadas aos setores de serviços, gerando uma quantidade enorme de empregos e ampliando a renda das populações ribeirinhas.

O fato do Vale do Ribeira conter ainda o que restou da Mata Atlântica, passa a ser objeto de uma série de dificuldades para a implementação de qualquer tipo de projetos voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico da região. Ao mesmo tempo o que é difícil ou pode causar empecilhos passa a ser o grande trunfo da região, visto que alguns países possuem recursos financeiros voltados à preservação ambiental, sobretudo interessados em investir no combate a poluição do meio ambiente, via seqüestro de carbono.

Assim, o Vale do Ribeira terá que encontrar um modelo de crescimento que permita a ocorrência do processo de industrialização com a presença de micro, pequena e média empresas e ainda preserve o meio ambiente. Esse modelo deverá tirar o máximo de vantagens sobre os recursos naturais existentes na região, objeto de grande interesse dos países desenvolvidos, para a geração do desenvolvimento sustentável necessário para igualar a região, dentro das suas características próprias, a outras regiões desenvolvidas do Estado e do país.

Porém se faz necessário que as regiões mais pobres, como o Vale do Ribeira, revertam a sua situação do não crescimento ou desenvolvimento econômico. E, para tanto, deverão criar, ampliar e tornar seus mercados mais fortes e competitivos e, ao

mesmo tempo, minimizando os processos de transferência de renda e de riquezas para outras regiões desenvolvidas quer via políticas públicas ou processo de industrialização explorador de riquezas naturais ou ainda pela inexistência do comércio local e regional atrativo e, neste contexto, cabe a inclusão do Vale do Ribeira.

Com certeza, fora dos períodos eleitorais, na visão das autoridades governamentais, nas suas três esferas, a máxima da escassez de fatores de produção, será a forma inibidora da aplicação de recursos financeiros via políticas públicas, que serão responsáveis pela mudança do cenário social, político e econômico da Região Administrativa de Registro. Neste sentido, ainda fora dos palanques eleitorais, os governos federal, estadual e municipal precisarão, gradativamente, ampliar os volumes dos recursos voltados aos investimentos destinados a Região Administrativa de Registro traçando-se projetos com viabilidade técnica e econômica, dentro da realidade orçamentária dos poderes públicos, estabelecendo-se etapas e prazos para a concretização das melhorias previstas, focando-se nos aspectos educacionais e preservacionistas dos recursos humanos e ambientais disponíveis no Vale do Ribeira.

Para minimizar o impacto da introdução de novas tecnologias e da necessidade acentuada de mão-de-obra especializada, diante do grande número de pessoas desempregadas ou subempregadas nos setores tradicionais de trabalho da Região Administrativa de Registro, faz-se necessária à implementação de um processo migratório de pessoas de outros municípios ou estados com capacitação profissional diferenciada das populações ribeirinhas. Esse processo poderá ser semelhante ao que ocorreu nas regiões do ABCD Paulista com o pólo da indústria automobilista, de Campinas (SP) e São Carlos (SP) com o pólo industrial e

educacional, São José dos Campos (SP) com o pólo da indústria eletroeletrônica e de aviação no Estado de São Paulo ou em outras regiões desenvolvidas do país, tais como Resende (RJ) e Angra dos Reis (RJ) com o pólo industrial automobilístico e nuclear, Santa Rita do Sapucaí (MG) com o Vale da indústria de telecomunicações e outros mais nos estados de Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Ceará, Goiás, entre outros.

Segundo Kon (1999), a implementação do processo migratório propiciará, com a vinda de elementos humanos de outras regiões, que se seja obtido uma capacidade e conhecimento cultural e educacional mais elevado do que as populações locais, propiciando o surgimento de resultados acentuados e crescentes da miscigenação cultural, educacional, que resultarão na transferência de conhecimentos e tecnologias para as populações menos favorecidas.

Deve-se deixar claro que grande parte das populações dos municípios do Vale do Ribeira não estará apta a exercer novas atividades e será, no máximo, alocada na prestação de serviços com baixo valor agregado ou permanecerá nas áreas rurais com seus trabalhos no setor agrícola. Ainda, segundo Kon (1999), acredita-se que os resultados desse processo poderão ser positivos, tanto na geração de empregos e renda, quanto na transferência de informações e conteúdo, ou, no mínimo, servir de exemplos práticos para que ocorra um processo de competição e busca de novas oportunidades entre os mais desvalidos, que possuam o nível educacional suficiente para a absorção de novas idéias e conteúdos, fixando-os na própria região.

Faz-se necessário afirmar que o processo acima descrito, se implementado no Vale do Ribeira, poderá ser responsável pela geração e ampliação da renda nas cidades que compõem a região. Sua composição será dada pela melhoria ou

ativação dos comércios locais ou, simplesmente, pela formação do círculo virtuoso, que será criado com o crescimento regional. Esse círculo positivo acabará promovendo a vinda de mais pessoas ou retendo os ribeirinhos e, ao mesmo tempo, ampliando o comércio, com a implantação de novas empresas, que acabarão contratando mais mão-de-obra, que gera renda e crescimento econômico e assim por diante.

Em uma análise microeconômica, pode-se especificar o papel dos recursos naturais do Vale do Ribeira na busca maior da produção agropecuária e mineral, visando o crescimento do espaço econômico. Não deverá haver descuido quanto aos efeitos nocivos destes fatores de produção para a atração de empresas com vocação industrial, pois essas empresas estão interessadas na desconcentração industrial em outras regiões e, na verdade, busca os maiores lucros no menor espaço de tempo, pela pura lógica de acumulação industrial. Assim, as comunidades locais, juntamente com as autoridades públicas devem-se ter preocupação quanto a encontrar uma situação de equilíbrio geral, visando um planejamento eficiente por parte dos agentes econômicos dos setores públicos e privados, responsáveis diretos pela mudança do espaço geo-econômicos e político da Região Administrativa de Registro.

Se levar em conta o grau de complexidade, o número de atores ou agentes econômicos envolvidos; os contatos de negociações entre o setor privado e os organismos governamentais necessários e vantajosos; as distâncias físicas entre os setores de produção e consumo e, a performance a ser obtida de forma direta ou indireta, pode-se afirmar que a Região Administrativa de Registro apresenta-se de forma favorável e bem localizada, entre os principais mercados consumidores.

Dessa forma, pode-se afirmar que existem condições favoráveis para a implantação de um complexo industrial formado por micro, pequena e médias empresas, voltado à produção de bens duráveis ou a instalação de incubadoras tecnológicas atreladas as principais universidades estadual ou federal, respeitando-se os princípios de preservação do meio ambiente. (CONSENZA, 1975).

3.3.2. As (des) vantagens do modelo agro-exportador de bananas do Vale do Ribeira

Tomando-se por base a produção de banana da Região Administrativa de Registro e todas as dificuldades oriundas do manuseio, das doenças e do transporte do produto aos mercados consumidores das principais cidades do Estado de São Paulo e outras praças de outros estados ou países, entende-se que essa situação de produção e comercialização do produto não poderá continuar da forma que se encontra. É sabido que o alto grau de dependência econômica de uma única lavoura, leva a Região Administrativa de Registro à miséria, com alto nível de concentração de renda e riqueza. Por outro lado, a qualquer queda do preço do produto no mercado, menos recursos financeiros giram nos municípios produtores de banana, empobrecendo ainda mais a Região Administrativa de Registro. Neste sentido, o Vale do Ribeira tem que encontrar alternativas agrícolas, dentro das características climáticas e geológicas da região, visando criar situações favoráveis para a maior disponibilidade de renda para a população dos municípios locais e, ao mesmo tempo, quebrando o círculo de dependência econômica e social mantido a mais de 50 anos sobre a produção e comercialização de bananas.

A presença das instalações de indústrias voltadas à produção de doces e afins poderia trazer vantagens competitivas e a redução dos custos de produção e distribuição, levando-se em conta a sua fixação mais próxima possível do mercado produtor de banana, eliminando-se os custos e as perdas dos produtos decorrentes do transportes. Antes de aproveitar economicamente o mais significativo e abundante produto que a Região Administrativa de Registro dispõe, caberão as autoridades do Ministério da Agricultura e da Secretaria Estadual da Agricultura ou outros organismos de pesquisas agrícolas das principais faculdades de agronomia do país encontrarem soluções para os problemas da ocorrência de pragas e doenças que estão destruindo os bananais do Vale do Ribeira.

Somente com o combate das doenças dos bananais do Vale do Ribeira, em especial, o mal da *sigatoka* – amarela e negra, com certeza, chegará o início do processo de salvação do cenário social e econômico dos pequenos e médios agricultores que anos cultivam e vendem bananas aos diversos mercados do país. (ALVES, 1999). Trabalho nesse sentido já está sendo realizado na Universidade de São Paulo - USP e Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz - ESALQ, no qual algumas espécies de banana deverão ser modificadas geneticamente, com fins da obtenção de cultivares mais resistentes às pragas e doenças comuns a essa atividade agrícola.

Outras pesquisas buscam, no cruzamento de matrizes de bananeiras selvagens com bananeiras de produção comercial, alcançar uma nova espécie de bananeira híbrida tetraplóide, muito mais resistentes aos problemas fitosanitários, resultante do alto nível de melhoramento genético, que poderá ser obtido com baixo custo e mediante um processo muito eficiente conhecido com marcadores de microssatélites. Segundo Souza (2002), falta a interface entre as pesquisas

efetuadas nas universidades com a necessidade urgente e a realidade dos bananicultores do Vale do Ribeira, que estão em desvantagens no combate das doenças e pragas dos seus bananais, quer pelo alto custo dos produtos químicos a serem aplicados ou simplesmente pela falta de mercado para os seus produtos, que estão sendo barrados nas divisas dos estados fronteiriços. Conforme citado por Alves (1999), vários estados se encontram preocupados com a propagação das doenças oriundas dos bananais do Vale do Ribeira e de outras regiões do Estado de São Paulo e, em especial, da *sigatoka negra*, recém descoberta nos bananais de vários municípios do Vale do Ribeira, que tem como característica a destruição das folhas e o enfraquecimento da planta como um todo, ocasionando a redução da produção e a crise econômica como consequência direta.

Assim, a produção e comercialização de banana – nanica, nanicão, prata, maça e outras, poderá voltar ao destaque, caso o referido produto seja incluído na pauta de negociações das subcomissões de frutas no Mercosul, possibilitando ao Vale do Ribeira e outras regiões do Sudeste e Sul do país produtor de banana, terem a garantia das exportações de banana *in natura* ou industrializada para os países integrantes do Mercosul, em especial a Argentina. Outrora a Argentina foi a grande importadora de bananas do Vale do Ribeira, desbancado pela produção do Equador e outros países da América Central, graças ao capital financeiro de empresas americanas e da utilização de técnicas modernas empregadas nas colheitas, armazenamento e transportes, sem contar com a qualidade do produto em razão do tratamento dado aos bananais naquele país, promovendo forte aceitação do produto nos mercados da América Latina e do Norte. (FIGUEIRAS, 1996).

As exportações de bananas poderiam ser transportadas por caminhões frigoríficos, que trazem maças ou uvas do Sul, podendo utilizar o corredor de

exportação da BR 116 para acessar nossos vizinhos do Mercosul ou, como alternativa comercial, saírem pelo Porto de Santos para os países da Ásia e Europa, grandes consumidores de suco, massa ou doce de banana, porém desconhecedores do nosso produto, por falta de propaganda *made in Brazil*.

Dessa maneira, uma das primeiras ações públicas estaria ligada à abertura de linhas de créditos subsidiados para os bananicultores, visando o tratamento e a reformulação dos seus bananais, implementação de infra-estrutura, aquisição de insumos e equipamentos e a introdução do aprendizado de técnicas mais modernas com apoio direto da Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP Campus de Registro. Entre as alternativas possíveis estão relacionadas à criação de cooperativas que permitam a redução dos custos no plantio, manutenção, colheita e distribuição dos produtos; a criação de políticas para a garantia de preços mínimos visando a venda nos mercados internos e externos; a implementação de seguros para a safra de bananas durante o período de cheias do Rio Ribeira de Iguape, responsável direito pela maioria das falências dos pequenos e médios agricultores desta Região. Faz-se necessária a ampliação da assistência técnica e operacional, promovida pela Secretaria da Agricultura, juntamente com a mudança da cultura local, visando a introdução de outros produtos agrícolas que possam ser introduzidos ou resgatados no Vale do Ribeira e que sejam também responsáveis pela ampliação da oferta de empregos e rendas das populações ribeirinhas.

Além das questões de financiamentos, faz-se necessário o treinamento e emprego de técnicas voltadas à produtividade e contenção dos desperdícios na colheita, transportes e venda dos produtos e serviços gerados pelo auto-emprego e responsável pelo acréscimo de renda nas famílias envolvidas. O processo atual de colheita, embalagem e transporte da banana, entre os bananais e os postos de

venda desse produto, provoca uma grande perda de qualidade e queda do preço final, onerando o produtor agrícola, visto que as perdas finais acabam sendo repassadas para os elos mais fracos da cadeia produtiva de bananas.

A inclusão social das populações rurais deverá ser facilitada pelo acesso universal aos serviços públicos que esses trabalhadores e familiares deverão ter, mediante seus direitos de cidadãos. Hoje, o Sindicato dos Produtores Rurais de Bananas de vários municípios da região, agrupa os pequenos e médios agricultores e tem trabalhado para que ocorram melhorias sociais e econômicas para esses trabalhadores rurais, principalmente nas questões de reparo das injustiças sociais e trabalhistas. A tentativa de proteção apregoada pelos sindicatos acabam resultando em custos para os produtores e empregados locais e, em muitos casos, revertem em desemprego, pois os empregadores não concordam em manter um determinado número de trabalhadores com carteira assinada e com as vantagens trabalhistas exigidas pelos sindicatos, visto que os preços e a demanda da banana apresentam grandes flutuações no mercado interno.

Entre as atividades trabalhistas de maior destaque, tem-se um volume acentuado de aposentadoria rurais, garantindo assim uma renda mínima para os trabalhadores de idade avançada, que muito já contribuíram para o crescimento da região. No final essa renda, mesmo que ínfima, acaba compondo a renda familiar e, em muitos casos, passa a ser a única renda garantida mensalmente para algumas famílias ribeirinhas, cuja produtividade da terra fica cada vez menor, se forem considerados o número de dependentes da produção praticada na mesma área, considerando-se que não existem rendas suficientes para a compra de mais terra e, sim, a ocorrência de divisão do espaço em razão do crescimento das famílias.

3.3.3. Alternativas de rendimentos financeiros do setor externo via seqüestro de carbono para os municípios do Vale do Ribeira

Contrapondo-se ao processo de industrialização e todas as suas consequências nocivas ao ser humano e o meio ambiente em que ele vive, têm-se outras opções, que também poderão produzir resultados econômicos, sociais e políticas, tanto ou maior que o processo e estágio industrial em que se encontra o Brasil e mais especificamente o Estado de São Paulo. Pelo fato do Vale do Ribeira ter apenas um complexo industrial no município de Cajati (SP), tudo deve ser feito para que o meio ambiente da região não seja destruído, tal qual já ocorreu com outros centros ou regiões do país. Assim, a busca de alternativas viáveis para a redução do grau de poluição mundial, passou a ser a saída econômica para a maioria dos países não desenvolvidos, que ainda detém suas reservas florestais e, via seqüestro de carbono, podem ofertar grande quantidade de oxigênio para o planeta Terra. Neste sentido, a Região Administrativa de Registro apresenta todas as condições físicas, técnicas e econômicas para a implantação de uma política ambiental com a finalidade do seqüestro de carbono, podendo assim, ingressar no reservado universo de países e regiões com acesso aos volumosos recursos internacionais para a preservação do meio ambiente.

Considerando ser o Vale do Ribeira o grande produtor de banana do Estado de São Paulo, prova-se que o manejo do carbono social é viável na Região, quer pela forma com que o solo é utilizado para o plantio e conservação dos bananais e, sobretudo, pela área que essa cultura ocupa, sem contar o processo biológico da fotossíntese para a captação do carbono e disponibilização do oxigênio.

Vale destacar que a cultura da banana está nas mãos de pequenos e médios produtores rurais, dificultando a implantação do projeto de seqüestro de carbono, que estaria fragmentado e não provocaria interesse por parte dos investidores estrangeiros e, por outro lado, esses agricultores, em virtude da sua baixa capacidade para a geração de recursos financeiros, não conseguem viabilizar maiores volumes de investimentos próprios para a expansão da lavoura da banana ou outras atividades econômicas alternativas à safra da produção de bananas, que se viabiliza a atração dos investidores estrangeiros.

Como alternativa, podem-se firmar contratos com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR e/ou com do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – CODIVAR, que ficariam responsáveis de congregar todos os pequenos, médios e grandes agricultores, em cada um dos seus municípios, interessados em participar do projeto internacional de seqüestro do carbono. Cada um dos participantes teria uma cota do lucro de acordo com os critérios técnicos de produção de oxigênio ou mediante a proporcionalidade da sua área plantada com bananais e o FVR e CODIVAR cobrariam uma taxa pelos estudos de viabilidade, implementação e administração do projeto em parceria com o Estado.

Como forma de complementaridade do manejo do carbono social, visando a ocorrência do seqüestro do carbono com a garantia da substituição do carbono na atmosfera global, concomitantemente ao cultivo de bananais poderia ser desenvolvido, em áreas próximas na mesma propriedade, outros projetos agrícolas, voltados a disponibilização de produtos ligados aos setores da silvicultura, fruticultura, reflorestamento, sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas na Região Administrativa de Registro.

No quesito silvicultura, a maior ênfase deve ser dada ao plantio do palmito, também conhecido como juçara, açaí-do-sul, ensarova ou palmito juçara, cujo nome científico é *Euterpe Edulis Martius* da família *Arecaceae (Palmae)*, em razão do acelerado processo de extração clandestina do palmito juçara na Região do Vale do Ribeira. O processo de preservação da espécie poderia ser feito, via reflorestamento, nas terras públicas e, sobretudo, pela tomada de consciência educacional por parte dos agricultores, com o plantio da palmeira em suas propriedades, visando o manejo do carbono social, traduzido em renda para os pequenos e médios agricultores locais. Ainda na esteira do reflorestamento silvicultura e sistema agroflorestais, outras espécies também poderiam ser cultivadas na região, em particular, as espécies voltadas à produção de óleo, atendendo assim o incentivo governamental para a maior oferta de combustível originário da floresta ou mata energética, visando à substituição do petróleo pelo bio-diesel.

Segundo estudos realizados pela USP, ficou demonstrado que, o uso de bio-diesel em substituição ao óleo diesel mineral, poderá promover a redução das emissões de 20% de enxofre, de 9,8% de anidrido carbônico, de 14,2% de hidrocarbonetos não queimados, de 26,8% de material particulado e de 4,6% de óxido de nitrogênio. Além dos benefícios ambientais, o bio-diesel trará vantagens econômicas, visto que o Brasil poderá incluir nos acordos internacionais, a negociação de cotas de carbono originárias da substituição do óleo diesel mineral por bio-diesel, através do Fundo Bio de Carbono – CBF criado pelo Banco Mundial, sem contar o fato da existência de um amplo e crescente mercado internacional de compra do produto bio-diesel, principalmente, pela União Européia, Japão e EUA. (HOLANDA, 2004).

A produção de mamona poderia ser uma grande alternativa de renda para o pequeno e médio agricultor, visto ser uma planta com fácil adaptação, sem exigir grandes desenvolturas técnicas, tanto no plantio como na colheita e beneficiamento do produto, podendo utilizar o excedente de mão-de-obra dos municípios do Vale do Ribeira, sobretudo, junto aos pequenos e médios agricultores com um número considerado de membros da família. A mamona, quando cultivada em lavoura familiar, apresenta uma produtividade de 0,470 de tonelada de óleo por hectare por ano, fazendo-se necessário a utilização de 2.128 hectares para a produção de 1.000 toneladas de óleo por ano e, ao mesmo tempo, necessita de uma família para cada 2 hectares de ocupação da terra. Caso houvesse a substituição de apenas 2% do óleo diesel mineral por bio-diesel, o mercado nacional demandaria 680 mil toneladas de óleo vegetal e, caso esse óleo fosse oriundo da mamona, poderiam ser empregadas até 723 mil famílias para o cultivo de 1,5 milhões de hectares do produto. (HOLANDA, 2004).

No caso específico do Vale do Ribeira, não haverá necessidade de irrigação da produção agrícola da mamona, tal como ocorre no NE do Brasil, visto que a região apresenta bons índices pluviométricos por ano. Porém faz-se necessário que a Embrapa desenvolva uma espécie com características próprias para a região, levando em consideração o tipo de solo, volume de luminosidade, quantidade de água, umidade relativa do ar, entre outras necessidades para o desenvolvimento da planta.

Vale destacar que do cultivo da mamona aproveita-se tudo e, no caso da semente da mamona pode-se extrair o licor e a pasta. A substância líquida tem maior valor comercial e pode ser utilizado como bio-diesel gerando o etanol ou como fármacos, já a pasta, resultante posterior a extração do licor, poderá ser utilizada

como adubo na agricultura orgânica ou como ração animal devido a quantidade de proteína existente no produto. Segundo a Embrapa o plantio da mamona dever ocorrer até 60 dias após o início do ciclo chuvoso da região, para que a colheita dos primeiros cachos se realize entre o quarto e quinto mês após o plantio, porém, dois meses antes de completar um ano, a planta deve ser arrancada para o início de um novo plantio. Vale destacar que o plantio da mamona permite, com a assessoria técnica e logística da Secretaria da Agricultura, a intercalação do plantio de feijão na época ideal da safra dependendo da região. (HOLANDA, 2004).

Os procedimentos acima se encaixam perfeitamente na visão ambiental do Protocolo de Quioto, visto que permitem a substituição de combustíveis fósseis por outros combustíveis menos poluidores, sem contar que, economicamente, geram renda, tanto na venda dos frutos das plantas para a produção de óleo, quanto na arrecadação dos recursos oriundos do projeto de viabilização do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) financiados pelos países desenvolvidos.

Outra opção, entre as várias possibilidades de geração de emprego e renda para os agricultores, poderia ser o plantio de seringueiras para a extração do látex e produção de pneus ou outros derivados e, sobretudo, na sua transformação em couro natural, para a comercialização nos mercados japoneses, europeus e americanos, promovendo uma grande complementação na renda das famílias ribeirinhas e, ao mesmo tempo, atendendo aos interesses fixados no Protocolo de Quito. Segundo Anderson e Clay (2002), foram realizados estudos em comunidades da Amazônia e o couro natural pode ser vendido a US\$ 10 a lamina do látex, bem como, propiciou um rendimento por hora trabalhada na ordem de US\$ 2,85 contra US\$ 1,22 na produção de 300 quilos da borracha convencional extraída do látex. Logicamente que os seringais paulistas deverão ter o apoio técnico da Embrapa e

de outros organismos da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, visando encontrar a espécie que melhor se adapte na Região do Vale do Ribeira, evitando-se as possíveis catástrofes dos projetos agro-econômicos desse porte.

Nesse sentido, o governo paulista já realiza estudos para a plantação de seringais na Região Noroeste e Norte do Estado, como forma alternativa para a ocupação de áreas com baixa produtividade para outras atividades agrícolas, bem como, no intuito de fixar o elemento humano no seu habitat, sem que ele se torne um bôia fria nas pequenas cidades das regiões acima mencionadas. No segmento da heveicultura, o Estado de São Paulo 14 milhões de hectares em condições de receber o plantio de seringueiras, o que o torna o primeiro produtor de borracha natural do Brasil, com uma produção estimada, em 2002, para 53 mil toneladas, ou seja, 50% da produção nacional. (O AGRONÔMICO, Campinas (SP), 54 (1), 2002: p. 6).

No segmento de fruticultura e na forma de complementação de renda, pode-se recuperar a comercialização da goiaba, antes produzida como plantas nativas, sem qualquer tipo de acompanhamento técnico ambiental. A retomada dessa atividade irá requerer o plantio da goiabeira com mais resistência ao clima e doenças da Região Administrativa de Registro, não na forma artesanal como se teve no passado, mais sim, como agroempresas voltadas ao plantio e comercialização do produto nos grandes centros urbanos do Estado de São Paulo e na Região Sul do país.

No que se refere à recuperação das áreas degradadas, mais especificamente, a recuperação das matas ciliares, poderão ser plantadas espécies mais resistentes e adaptadas aos solos alagados ou próximos dos riachos, ribeirões e rios afluentes do Rio Ribeira de Iguape. O governo estadual tem trabalhado para recuperar as matas

ciliares paulistas e, para tanto, criou uma série de políticas educacionais e com financiamento público do Estado de São Paulo, visando inibir a destruição das matas, sobretudo nas margens dos rios e reservas de água doce, dentro dos propósitos de conservação ambiental discutido pela ONU sobre a mudança do clima e aperfeiçoado no Trato de Quioto. O “esverdeamento” do Vale do Ribeira pode ser a ampliação das oportunidades de negócios, tanto no plano doméstico como internacional, visto que a Região passaria a ser vista como uma grande reserva de biodiversidade e, ao mesmo tempo, permitindo a geração de renda para as suas populações, quer através da comercialização dos seus produtos verdes ou do recebimento de royalties por possuir o maior volume de áreas verdes do Estado de São Paulo.

Dentre várias opções de produtos verdes, tem-se no plantio da popunha uma alternativa direta para a diminuição ou finalização do processo de extinção do palmito juçara, que no Vale do Ribeira é comercializado clandestinamente, quer pela sua abundância nas terras públicas ou pelo baixo custo e qualidade em que ele tem no mercado informal. O governo paulista já disponibiliza no Vale do Ribeira, através de programas ambientais específicos, mudas da popunha para que a população rural possa desenvolver esse tipo de agricultura e, ao mesmo tempo, venha substituir a extração clandestina da palmeira natural, com o objetivo de obter-se incremento na renda familiar com a venda do palmito. Inúmeros produtores rurais, de pequeno e médio porte, já iniciaram, de forma tímida, o plantio desse novo espécime, porém em pequena quantidade e sem muito resultado econômico e comercial, em razão da falta de recursos financeiros para novos e maiores investimentos nos seus sítios ou, simplesmente, por descrédito nessa nova alternativa agrícola.

Outras espécies nativas da própria região ou passíveis de adaptações ao clima e solo do Vale do Ribeira, conforme disposto no quadro 7, poderão se plantadas nas áreas devastadas para a reposição e restauração da Mata Atlântica em suas áreas primitivas.

Quadro 7 – Espécies de vegetação para a restauração da Mata Atlântica na Região do Vale do Ribeira

NOME	UTILIDADE	PLANTAÇÃO	ECOLOGIA
Araribá amarelo araraúva	Mobiliário de luxo, construção civil e naval, marcenaria, indústria farmacêutica.	Planícies, várzeas de rios e encostas. Prefere solos drenados profundos	Capoeirão em solos úmidos ou ao longo de rios
Baguaçu, araticum, avaguaçu, bucuibaçu.	Marcenaria e construção civil. Produção de óleos combustíveis e lubrificantes	Áreas elevadas com solos drenados e sem ocorrência de geadas	Matas ou capoeirões densos e úmidos
Boleira, andá, arapacú, cotieira.	Marcenaria e construção civil. Indústrias de tintas e vernizes e papel e celulose.	Áreas baixas com solos drenados e sem ocorrência de geadas	Matas secundárias, capoeirão com solo argiloso.
Cedro, acaju capiúva, acaiacá.	Marcenaria, construção naval, instrumentos musicais e indústria farmacêutica.	Áreas elevadas com solos drenados e sem ocorrência de geadas fortes.	Florestas primárias, matas e capoeirões secundários com tolerância ao frio.
Corticeira do bananhado, bituqueira, mulungu, suinã.	Construção civil, indústria farmacêutica, manutenção da fauna e ornamentação. Atrai abelhas.	Terrenos úmidos de planícies litorâneas ou rios próximos do mar.	Florestas ou matas pluviais da restinga com formação aberta
Cupiúva, tapiriri, guapiruba, araroeira.	Marcenaria leve, manutenção da fauna.	Planícies, várzeas de rios ou áreas de encostas com solos úmidos.	Florestas ombrófila de planície.
Guarandi, jacareúba, lantim.	Construção civil, indústrias naval e farmacêutica.	Áreas baixas com solos brejosos ou alagadiços	Capoeirão em solos úmidos ou ao longo de rios
Guapuruvu, ficheira, bacumbú, igarapobu.	Marcenaria leve, manutenção da fauna, paisagismo, atração de abelhas.	Áreas baixas não sujeitas a inundações	Capoeirão ou encostas com solos úmidos ou ao longo de rios
Guaricica, caixeta do interior, morici, pau amarelo.	Marcenaria, indústria naval, ornamentação e atração de abelhas.	Planície litorânea ou baixas encostas sem exigência de solo.	Floresta Atlântica, Capoeirão, matas secundárias.

Fonte: Galvão e Medeiros, 2002 – págs. 80 -102 – adaptação.

Sabe-se que falta o interesse por parte dos agricultores locais para a viabilização do processo, até porque o governo estadual tem projetos de recuperação da mata ciliar da região e, para tanto, disponibiliza, embora em

pequena quantidade, recursos para programas educativos e de preservação ambiental. Para que o processo obtenha sucesso, faz-se necessário também a disponibilização de linhas de crédito para que o pequeno e médio agricultor possa ter acesso às mudas, insumos e equipamentos agrícolas para o manuseio da terra.

O fator principal dessa opção seria a quebra do ciclo de destruição das matas e florestas, juntamente com a aniquilação das mais diversas espécies de animais e vegetais existentes no Vale do Ribeira, revertendo a mentalidade da população sobre a abundância dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, criando um novo ambiente educacional e formador de pensamentos de proteção do meio ambiente, sobretudo nas populações infantis e juvenis, através de programas educativos a serem ministrados nas escolas municipais e estaduais da região. Assim seriam reativados os processos de sustentabilidade da região no que se refere ao quesito de preservação ambiental com alternativas econômicas e geradoras de renda e emprego para as populações ribeirinhas.

A outra grande opção seria o uso das matas como fator de geração de emprego e renda, visto que desde do plantio até o processo final de exploração dirigida voltada à sustentabilidade regional, o elemento humano poderia obter retorno financeiros complementar para o atendimento do consumo de bens e serviços das famílias envolvidas no processo de adequação e recuperação do ecossistema da região. Cabe destacar que o mercado internacional de seqüestro do carbono não tem interesses em investir no processo de conservação do carbono, que compreende a criação de reservas privadas do patrimônio natural, as práticas de proteção das áreas contra incêndios ou a utilização de outras formas de manejo que não seja a tradicional.

Dependendo da quantidade de madeira plantada e da rigidez do processo de controle ambiental, a Região Administrativa de Registro poderá se destacar como um novo centro moveleiro ou artesanal do estado, com o emprego das madeiras extraídas das matas replantadas ou recuperadas, com o emprego das novas espécies indicadas acima ou outras de maior e melhor adaptação, que ao mesmo tempo, estariam produzindo oxigênio e abrindo oportunidades para outras atividades industriais e comerciais para a região.

3.3.4. Alternativas para a geração de receitas através da comercialização da água do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes

Levando-se em conta a escassez de água potável e mediante estudos da viabilidade técnica e econômica, em especial, pelo fato da aprovação, por parte da Assembléia Legislativa, de leis pertinentes ao uso da água, a bacia hidrográfica do Vale do Ribeira poderá render recursos para os municípios dessa Região, caso a água do Rio Ribeira de Iguape seja adequadamente bombeada e utilizada pela Região Metropolitana de São Paulo, mantidos os princípios de preservação ambiental. Talvez estivesse nessa alternativa a saída para a construção de barragens para a contenção das cheias no médio e baixo Rio Ribeira de Iguape, possibilitando o bombeamento da água dos reservatórios aos mercados consumidores das regiões metropolitanas. Essa infra-estrutura acabará eliminando o alagamento de grandes áreas cultiváveis das terras férteis da região, sem contar a possibilidade de criação de alternativas de turismo para as populações adjacentes.

Vários grupos de ecologistas, moradores ribeirinhos mais informados e algumas prefeituras locais se manifestaram contrários à construção das Unidades

Hidrelétricas de Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaóca, conforme propostas apresentadas pela Cia. Brasileira de Alumínio do Grupo Votorantim, alegando não ter havido a devida participação das populações por parte das empresas envolvidas nas várias etapas do processo, bem como, que os projetos não consideraram a bacia do Rio Ribeira como um todo e, por fim, não mencionaram os impactos ambientais e sociais, quanto ao remanejamento das populações ribeirinhas.

No final do ano de 2003, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, descartou a aprovação do projeto da construção da UHE de Tijuco Alto, alegando que havia um impacto ambiental muito forte, decorrente da contaminação das águas do Rio Ribeira por metais pesados entre os quais: chumbo, arsênio, zinco, cádmio e outros metais explorados por mineradoras entre os anos de 1992 e 1996 nos municípios do alto ribeira. Lamentavelmente, até o final de 2004, o assunto estava esquecido e nenhuma outra providência ou alternativa havia sido apresentada para conter as cheias descontroladas, porém, no ano de 2005, a empresa com maior interesse na obra contratou uma empresa de consultoria voltada ao meio ambiente para a apresentação de um novo projeto de impacto ambiental, levando-se em consideração os aspectos sociais, econômicos e políticos existentes e responsáveis pelo fracasso do projeto inicial.

Sem sobra de dúvidas, a construção de uma ou mais hidroelétrica no Alto Ribeira produziria menores estragos sociais e ambientais, quando comparado com a situação de inércia atualmente praticada pela política de controle dos recursos hídricos do Vale do Ribeira. Deve-se levar em consideração que a construção de uma hidroelétrica, que privada ou pública, implicará em grandes investimentos e também no comprometimento dos construtores e administradores da hidroelétrica, quanto a preservação do meio ambiente. A fiscalização deverá ser feita pelas várias

entidades instaladas no Vale do Ribeira, entre as quais destacam-se: 1) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira – CODIVAR; 2) Prefeituras Municipais; 3) Câmaras Municipais; 5) Entidades ligadas ao setor hídrico e 4) Populações constituídas em Consórcios representativos dos agricultores. Essa situação de abandono praticada hoje poderá comprometer, num futuro não distante, o fornecimento de água para o próprio Vale do Ribeira, ou, no mínimo, encarecer o custo da água, em razão do tratamento que será necessário praticar para dar qualidade para a água potável a ser consumida na região.

Olhando de fora do assunto, observa-se uma queda de braço entre as empresas interessadas na construção da hidroelétrica e os governos do Estado e da União, que, por questões políticas, não tem interesse em autorizar a construção, ou, no mínimo, abrir conversações para maiores esclarecimentos e comprometimentos por parte dos construtores. Vale lembrar que os municípios do Vale do Ribeira poderiam receber seus pagamentos pelos *royalties* de geração de energia elétrica, quer em moedas ou em cotas de energia a ser administrada e vendida pelo CODIVAR. Trataria-se de uma renda vitalícia para os municípios pobres do Vale do Ribeira, especialmente em um momento que a economia exige uma maior oferta de energia elétrica para dar continuidade no processo de crescimento econômico do Estado de São Paulo.

Outro problema a ser resolvido está no uso das águas do Rio Ribeira de Iguape e afluentes para a irrigação agrícola, sem qualquer controle ou cobrança pela utilização dos recursos hídricos da região e, ao mesmo tempo, do lado oposto, vem ocorrendo o assoreamento do Rio Ribeira de Iguape, decorrente do desmatamento das margens dos rios ou da extração de areia em grande quantidade. Ao mesmo tempo, muitos agricultores lançam, muitas vezes sem noção dos riscos ou perigo,

volumes enormes de pesticidas nas águas do Rio Ribeira e afluentes, provocando contaminação das águas e comprometendo a saúde dos moradores ribeirinhos, que usam essa água na sua forma natural, captadas de fontes ou dos próprios rios.

3.3.5. As Contribuições econômicas e sociais decorrentes da criação de pólos educacional e tecnológico para o crescimento regional.

Trazer um contingente de estudantes, técnicos, professores e profissionais capacitados de outras regiões do Brasil e países vizinhos para a Região Administrativa de Registro, somente será possível mediante a implantação de um pólo universitário voltado ao agronegócio e tecnologia. Esse processo já vem ocorrendo timidamente na cidade de Registro (SP), podendo responder diretamente pela mobilidade social das camadas menos favorecidas do Vale do Ribeira, mediante a oferta e geração de empregos, com a ampliação do comércio e serviços da região, ou, senão, pela possibilidade do aprendizado de novas técnicas para serem utilizadas na própria região. Com a vinda dessa nova população, algumas das cidades e, em especial, o centro administrativo da Região Administrativa de Registro terão necessidades de maiores investimentos públicos, para a implementação de infra-estruturas voltadas ao saneamento básico, moradias, melhoria dos comércios locais e regionais, ativando os investimentos privados, gerando empregos e salários, bem como, o consumo de bens e serviços.

O maior investimento que o setor público poderá fazer, com certeza, é na educação, não apenas na melhoria ou ampliação do atendimento nos ensinos fundamental e secundário, mas, especialmente, no terceiro grau, cuja demanda reprimida é elevada no Vale do Ribeira. Além da existência de uma faculdade

particular, recentemente foi implantada na cidade de Registro (SP) uma unidade da UNESP – Faculdade de Ciências Agronômicas, visando atender os jovens que interrompem seus estudos por falta de oportunidades ou recursos, bem como inibindo o processo de migração desses jovens para outros centros desenvolvidos. Neste sentido, poderão ser acessadas linhas de crédito do BIRD específicas aos investimentos, voltadas à educação das regiões não desenvolvidas, bem como, ser solicitada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC e Secretaria Estadual da Educação estudos específicos para a modificação das legislações pertinentes a reserva de parte das vagas aos estudantes da região, considerando-se que esses jovens dificilmente conseguirão concorrer de igual para igual com outros jovens de outras regiões do estado ou país que estejam mais bem formados.

As pessoas que permanecem na Região são obrigadas a aceitar os mais baixos salários, quando os têm, ou, simplesmente, trabalhar na agricultura familiar, como forma de subsistência sem quaisquer perspectivas de crescimento ou mobilidade social, visto que a grande maioria das famílias possui pequenos lotes de terras ou lavouras mal cuidadas e de baixa produtividade. Geralmente essas propriedades são divididas ou utilizadas para um número crescente de filhos e suas respectivas gerações, tornando-os, num futuro não distante, trabalhadores sem terra, bóias frias ou executores de outras atividades pertinentes aos trabalhadores caracterizados por mão-de-obra desqualificada e de baixa remuneração, nas pequenas cidades da Região Administrativa de Registro, reproduzindo as consequências perniciosas do círculo da pobreza em todos os seus níveis.

Casos os governos paulistas tivessem ingressado na guerra fiscal com os demais estados da federação, na certa o estado de São Paulo não teria perdido as montadoras automobilísticas que se instalaram na região metropolitana de Curitiba,

atraídas pelas enormes vantagens tributárias, fiscais e creditícias do governo paranaense e muito mais em razão da infra-estrutura já instalada, que garante a agilidade no processo de embarque do Porto de Paranaguá na cidade do mesmo nome ou, ainda, perdido outras empresas que se transferiram para vários estados do país, correndo atrás dos subsídios e isenções tributárias. (PRADO e CAVALCANTI, 2000).

Nesse sentido, a Região Administrativa de Registro poderia ter sido uma opção política e social para a instalação dos setores de indústrias e serviços com isenção fiscal ou subsídios atrativos, que possibilitariam a vinda de empresas com capital privado e interessadas em instalarem-se na região para usufruírem a disponibilidade dos privilégios e concessões fiscais e tributárias governamentais. Logicamente, caberia ao governo estadual adequar a região com obras de infra-estrutura, que viabilizaria a instalação das montadoras e outras indústrias do ramo, principalmente no que concerne à interligação dos municípios do Vale do Ribeira com o Porto de Santos (SP), cujo transporte poderia ser efetuado via estrada de ferro, que no momento encontra-se desativada na região por falta de viabilidade econômica.

Como essa situação não foi possível, talvez, por questões éticas do Governo Mário Covas e, sobretudo, em razão da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; o governo paulista atual deverá encontrar alternativas viáveis para a concessão de vantagens tributárias e fiscais para as empresas que desejarem se instalar na Região Administrativa de Registro, atraindo-as com linhas de crédito de bancos públicos e de fomentos, bem como, com alíquotas diferenciadas de ICMS, condicionadas a aplicação de recursos próprios para o investimento das empresas naquela região. O mesmo deveria ocorrer com a tributação federal sobre a

produção, pois dessa forma, várias empresas, devidamente selecionadas, poderiam obter vantagens comparativas e competitivas quando da sua instalação ou ampliação da sua produção nos municípios do Vale do Ribeira.

3.3.6. Sugestões de melhorias econômicas e sociais nos municípios litorâneos da Região Administrativa de Registro

Os municípios localizados no litoral sul paulista, componentes da Região Administrativa de Registro ora em estudo, são ricos em belezas naturais, em especial, no que se diz respeito as suas praias, praticamente intocáveis e com suas águas limpas, cujas faixas litorâneas ainda não ocupadas na sua totalidade, tal qual ocorreu em outras regiões do Estado. Neste sentido, o setor turismo de veraneio ou histórico da região deverá ser modernizado com a criação de novos hotéis ou pousadas para atração de mais pessoas para a região, mantidas as ressalvas preservacionistas necessárias.

Sabe-se que grande riqueza existente nessa região são os manguezais com sua vegetação típica, onde se pode encontrar um ecossistema equilibrado e riquíssimo em espécies já devastadas ou extintas em outras regiões do país. Assim deverá existir a continuidade da proposta preservacionista praticada na região, sobretudo no tocante a ocupação territorial por parte dos loteamentos ou construções em áreas proibidas.

A atividade pesqueira no litoral dos municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida deverá ser mantida e ampliada com a modernização dos barcos pesqueiros e instalação de infra-estrutura portuária e marítima para que os pescados sejam comercializados e enviados para os grandes centros consumidores em portos

da região. Neste sentido, vale a proposta de modernização e ampliação do porto pesqueiro do Município de Cananéia, considerando-se suas proximidade a Região Metropolitana de São Paulo, grande consumidora de peixes, crustáceos e moluscos bivalves, hoje abastecida por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras localidades com cunho pesqueiro.

Ainda neste segmento, se houver a disponibilidade de recursos ou subsídios fiscais para a instalação de pequenas e médias empresas voltadas à construção e consertos de embarcações de diversos calados ou portes, podendo ser uma outra fonte geradora de emprego e renda nos municípios. A mão-de-obra especializada para esse trabalho poderá ser fornecida por escolas técnicas de ensino médio ou superior em tecnologia naval, a serem instaladas na região, tal qual o curso já disponibilizado pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC no município de Ilha Solteira (SP), tornando-as atrativas para as empresas do setor, que poderiam trabalhar como parceiras, tanto no quesito ensino, quanto na alocação de mão-de-obra recém formada e com necessidade de estágios.

Pela proximidade a Unidade de Proteção Ambiental da Juréia-Itatins, serão necessárias à criação de faculdades voltadas às áreas de biologia, meio ambiente, oceanologia, engenharia naval, deslocando o centro de ensino universitário para a Região Administrativa de Registro. De vez por toda, fixando a Universidade Estadual Paulista – UNESP na região, como pólo de atração de novos habitantes, caracterizados por professores, pesquisadores, alunos, bem como, gerando emprego e renda para as populações litorâneas da Região Administrativa de Registro, sem contar a disponibilização de infra-estrutura necessária para o atendimento da demanda desses novos investimentos e fluxos de pessoas para a região.

Segundo Tiago (2002), a aqüicultura poderá ser considerada mais uma opção de geração de emprego e renda, com o devido monitoramento e com a presença da assistência técnica dos órgãos responsáveis pelo setor pesqueiro, tanto para águas doce como salgada, sem contar que possibilitará o aumento da oferta de alimentos, contribuindo para a quebra do baixo índice nutricional contido na alimentação da população das regiões pobres e subdesenvolvidas, erradicando dessa forma uma série de doenças oriundas da baixa demanda ou falta de alimento ou recursos financeiros para a sua obtenção, principalmente para as crianças em idade escolar.

A criação de peixes (curimbatás, tainhas, tilápias, carpas, bagres, enguias, garopas, pargos e pacus), de crustáceos (camarão e pitus) e de moluscos bivalves (ostras, mexilhões e berbigões) em cativeiros, em particular na foz do Rio Ribeira, no contorno do complexo Lagamar Iguape – Cananéia poderá ser o grande diferencial para o crescimento e desenvolvimento sustentável da Região Administrativa de Registro, em especial, pelo fato da ocorrência de maior oferta de empregos e renda, com fortes incentivos ao comércio local, podendo tornar-se um centro de destaque na criação e comercialização desses produtos.

Em outras localidades distritais da região, a criação de peixes poderá ocorrer na forma de tanques ou cercados de redes, com a devida ajuda de técnicos e profissionais especializados, bem como pela disponibilização de linhas de créditos para tais empreendimentos. Visando a preservação ambiental, sem a destruição das espécies nativas por partes dos peixes exóticos, que escapam dos tanques, no período de cheias da bacia do Rio Ribeira de Iguape e, bem como se evitando riscos à saúde pública, com a transmissão de doenças parasitárias ou contaminação das espécies nativas por metais pesados, faz-se necessário a presença de técnicos orientando os pequenos produtores com relação à atividade em questão.

. Em muitos casos, ocorrerá uma diminuição à resistência do consumo de peixes pelo alto custo do produto, podendo proporcionar lucros financeiros para os piscicultores e uma grande oferta de alimentos que atenderá a região, sobretudo no que se refere à merenda escolar, e, ao mesmo tempo, poderá ser vendido para outras localidades do Estado. (TIAGO, 2002).

3.4. As possíveis fontes de financiamentos internos e externos voltadas ao crescimento e desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira

Não há ocorrência de crescimento e desenvolvimento econômico sem que os agentes econômicos envolvidos exerçam a prática de investimento, quer seja público ou privado, nacional ou estrangeiro. O importante é que exista a vontade e a oportunidade para se investir e, para tanto, faz-se necessário a existência de uma variável macroeconômica super importante, que é a poupança ou, simplesmente, o resultado daquilo que ainda não foi consumido. O sinalizador para a tomada de decisões quanto ao ato de investir está contido no comportamento das taxas de juros de longo prazo. No caso específico de desenvolvimento regional, o agente econômico mais interessado no crescimento e desenvolvimento passa a ser o setor governo, no plano nacional e os organismos internacionais de financiamento, como complemento do processo, que passar a estimular ou direcionar os agentes econômicos privados a investirem em determinadas regiões ou setores da economia.

O governo brasileiro, tanto no plano federal como estadual, possui uma série de linhas ou programas de financiamentos, contidas no orçamento da União ou do

Estado, respaldadas pelo artigo 165 da Constituição Brasileira e regidos pelo Plano Plurianual - PPA, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e pela Lei Orçamentária Anual - LDA, cuja aprovação passa pelo aval do Congresso Nacional ou, no caso dos estados, pelas Assembléias Legislativas. (ABONG, 2004).

No Brasil existem várias fontes de financiamento e investimento para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, entre os quais se destacam os fundos constitucionais de financiamento, os fundos fiscais de investimento e diversos outros programas disponibilizados pelas agências de fomento, entre as quais e mais importante do país são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco da Amazônia – BASA, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Banco do Brasil – BB, por onde circulam os recursos financeiros dos fundos constitucionais, destinados às regiões do Nordeste, Centro Oeste e Norte do país, cuja arrecadação é garantida pelo Tesouro Nacional. Já os fundos de investimentos tem seus recursos garantidos por parcela arrecadadas do Imposto de Renda, cujos montantes percentuais são repassados, pela Secretaria do Tesouro Nacional para os fundos destinados às regiões citadas acima, acrescidas do estado do Espírito Santo, destinados aos programas de investimentos regionais. (SICSÚ, OREIRO e PAULA, 2003).

Mesmo com as mudanças introduzidas no Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2004 – 2007, o BNDES dispõe de recursos a fundo perdido para o atendimento das demandas dos setores da saúde, educação, assistência social, cultura, meio ambiente, trabalho, agricultura, reforma agrária, direitos humanos e direitos difusos. (ABONG, 2004). Dessa maneira, pode-se afirmar que os municípios dos Vale do Ribeira também podem ter acessos a esses recursos financeiros, desde que sejam apresentados projetos por partes das prefeituras municipais, empresas privadas ou

por organismos não governamentais, que poderiam viabilizar os projetos sociais para o atendimento das demandas reprimidas nos setores acima mencionados.

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – FVR poderia ter mais recursos disponibilizados para empréstimos aos municípios da região, caso ocorresse uma composição de recursos entre o Estado de São Paulo e a União, com fontes garantidas pelo repasses dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FUNDER. A segunda alternativa estaria na inclusão das regiões não desenvolvidas do Estado de São Paulo nos fundos de investimentos da União, com a garantia do repasse de pequenos percentuais dos recursos arrecadados no imposto de renda gerados no Estado de São Paulo e, para que tais fatos viessem ocorrer seria necessária uma grande pressão política por parte do governo paulista.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, desde 1996, disponibiliza recursos voltados ao financiamento de famílias que trabalham na agricultura e necessitem ter acesso ao crédito rural para o desempenho das suas atividades agrícolas ou para a execução de obras de infra-estrutura em suas propriedades ou ainda para atendimento da contratação de assistência técnica ou extensão rural. Para que as famílias tenham acesso às linhas de créditos do PRONAF, faz-se necessário que a unidade de produção seja administrada pela própria família, que o volume de mão-de-obra própria seja maior que a quantidade contratada, que o tamanho da área da propriedade seja no máximo igual a quatro módulos fiscais e os meios de produção sejam da própria família. (TAGAKI, SILVA e BELIK, 2002).

Considerando-se as dificuldades e os custos para a produção de bananas e como as áreas rurais dos municípios da Região Administrativa de Registro são

compostas por pequenas propriedades de micro e pequenos agricultores dependentes das suas terras, faz-se necessário a criação de programas voltados ao financiamento agricultura de subsistência ou agricultura familiar.

Neste sentido as populações rurais inseridas na situação acima descritas, poderão ter acesso aos recursos financeiros subsidiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para a produção de bens e serviços voltados ao mercado local ou regional. Embora não se tenha o número de famílias atendidas e o volume de recursos destinados exclusivamente ao Vale do Ribeira, segundo Velloso e Albuquerque (2005), o número de famílias atendidas no Brasil pelo PRONAF deverá crescer de 1,4 milhão entre os biênios de 2002 - 2003 para 2003 - 2004 e de 2 milhões entre o período de 2003 - 2004 para 2004 – 2005, com volumes de recursos na ordem de 4,1 para 5,4 milhões de reais e, no último período, para 7 milhões de reais, respectivamente.

Outra fonte de financiamento pode estar contida na formação de cooperativas voltadas ao atendimento das demandas agropecuárias e, principalmente, de crédito voltado aos pequenos ou médios agricultores e até mesmo para outras atividades complementares à agricultura, de modo a permitir um aumento de renda e emprego para as famílias dos municípios do Vale do Ribeira. No sistema de crédito cooperativo, os interessados devem se associar e disponibilizar suas poupanças, por menores que sejam, visto que quanto maior o número dos associados e do capital próprio da cooperativa, maior será o capital a ser emprestado e aplicado na própria região, com taxas de juros inferiores às praticadas no mercado e sem as exigências clássicas impostas pelos bancos, quando dos empréstimos de recursos para as pessoas com menor poder de garantia e renda.

Nos últimos anos, várias cooperativas de créditos foram formadas por vertentes sindicais e de economia solidária, visando a inserção do homem do campo e das classes menos favorecidas nos padrões de consumo das sociedades mais estabilizadas. Nesse sentido, as legislações pertinentes ao assunto foram respaldadas pelo novo Código Civil Brasileiro, dando assim maior flexibilidade para a formação de cooperativas como sociedade simples, sem a exigência de um número mínimo de filiados, com a dispensa de capital social e a atribuição de responsabilidade subsidiária dos associados, em caso de prejuízos, proporcionalmente às operações realizadas por cada participantes. Para facilitar ainda mais, a partir de 2003, o Banco Central do Brasil flexibilizou suas normas, permitindo que as cooperativas se tornem instituições financeiras no tocante a disponibilização de crédito e financiamento para os agricultores ou populações de menores rendas ou simplesmente excluídas dos sistemas bancários tradicionais. (PINHO, 2004).

Neste sentido, as prefeituras municipais, as entidades civis, os sindicatos patronais ou de trabalhadores e as organizações não governamentais precisam se compor para a formação de cooperativas próprias voltadas aos interesses da Região Administrativa de Registro, visando o investimento em lideranças locais, o desenvolvimento das capacitações das populações para a melhor formação do capital social dos municípios e, ao mesmo tempo, procurando levar a educação cooperativa para os seus municípios, principalmente aos trabalhadores agrícolas, fazendo com que ocorra a fidelização e o comprometimento desses cooperados, mesmo diante das dificuldades e interesses, que hoje são os fatores responsáveis pela desagregação e encerramento das cooperativas da região.

Paralelamente, deverão ser procuradas as entidades públicas e privadas voltadas ao atendimento dos interesses dos cooperados, principalmente no tocante às assistências técnicas, administrativas e operacionais promovidas pelas universidades ou entidades em fins lucrativos, tais como a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas do Trabalho – Unitrabalho, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPS e pelo Sistema Ecosol – Economia Solidária, entre outros organismos voltados a esse segmento de atividade econômica.

Levando-se em conta que as cooperativas venham apresentar resultados positivos com a associação cada vez maior de participantes, têm-se aí outras possibilidades, além da disponibilização dos valores monetários destinados aos financiamentos das famílias de menores rendas, visto que os pequenos agricultores poderão ter acesso uso compartilhado dos equipamentos agrícolas ou infra-estrutura das cooperativas, tais como tratores e implementos agrícolas e outros espaços ou bens da própria cooperativa, considerando-se que eles não teriam capital para a aquisição desses equipamentos ou capacitação para a construção das infra-estruturas necessárias para a guarda das suas safras agrícolas.

Juntamente com o processo da formação de cooperativas, pode-se encontrar a disponibilização de recursos através do microcrédito, quer por parte das cooperativas de créditos, quanto por outros organismos financeiros interessados em emprestar recursos em pequenos montantes de valores para uma população de pessoas sem acesso ao sistema bancário, considerando-se que esses indivíduos, futuramente, poderão ser novos correntistas para a demanda de outros serviços bancários. Recentemente o governo federal criou o Banco Popular do Brasil e outros governos criaram em seus municípios o Banco Popular, cujo objetivo principal é o

empréstimo de pequenos valores para uma população de baixa renda, que tem apenas o seu nome para preservar e, com isso, passa a ser um bom pagador garantindo assim o sucesso do programa social apontado.

O grande beneficiado desse processo é, sem sombra de dúvida, o micro ou pequeno empreendedor, que não dispõe de recursos para a criação ou expansão de seus negócios, que pode empregar no máximo cinco trabalhadores e tem seu foco comercial na própria localidade ou no máximo na região. Sabe-se que esse elemento é conhecedor da sua atividade econômica e devido a sua experiência profissional ou comercial, juntamente com o seu empenho, o pequeno empreendedor não precisa de tutela, quer por ser pobre ou não ter garantias maiores para a tomada de novos valores, jogando fora o mito de que pobre não sabe economizar ou não são merecedores de confiança quando se trata de empréstimos, pois acabariam gastando todo os recursos no consumo próprio sem a realização dos seus negócios propostos.

Caso a Região Administrativa de Registro dispusesse de uma entidade financeira voltada ao atendimento da demanda por microcrédito nos municípios da região, na certa se teria um crescimento acentuado na formação ou regularização de pequenos empreendimentos, gerando-se emprego e renda para grande parte das populações rurais ou urbanas, que não conseguem sobreviver com as atividades econômicas que vem praticando nos últimos tempos. Complementando o processo, a renda oriunda das novas empreitadas também alimentaria os comércios local e regional, visto que existem demandas reprimidas para o consumo de bens duráveis por parte das populações pobres da região, sem contar que as prefeituras locais passariam a arrecadar mais imposto, junto a esses novos empreendedores e suas novas atividades econômicas, deixariam de ser clandestinas e teriam suas

regulamentações oficializadas nos órgãos públicos locais. A viabilização desse processo pode passar pelo comprometimento político e social do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR, em querer propiciar condições favoráveis para que um organismo financeiro dessa natureza possa ser implementado na região, tal qual existem nos municípios de Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), Mauá (SP) e Diadema (SP), entre outros municípios paulistas.

Por sua vez, o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, em volumes bem menores, também disponibiliza recursos para o financiamento de alguns subsetores do segmento do agronegócio, turismo, mineração e para outras atividades econômicas específicas voltadas ao desenvolvimento econômico dos municípios localizados no Vale do Ribeira, conforme disposto no Manual de Política Operacional do FVR (anexo b).

O maior volume de recursos vem sendo canalizado para a implantação do setor de pequenas indústrias ou agroindústrias nos municípios da Região Administrativa de Registro, visto que os interessados dos demais segmentos não apresentam fichas cadastrais satisfatórias ou garantias suficientes para a obtenção dos financiamentos da NOSSA CAIXA, que é o organismo responsável pela liberação dos recursos do FVR, que apresenta como uma das exigências para a liberação do financiamento a não contratação de recursos do PRONAF ou de outros organismos financiadores do setor agrícola.

No plano internacional, segundo Kelley (1995) e Abong (2004), além das agências multilaterais tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que possuem linhas de financiamentos de longo prazo para os governos – federal, estadual e municipal - de outros países, vários governos também

disponibilizam recursos a fundo perdido para os países ou regiões pobres, mediante a apresentação de projetos para a minimização ou erradicação da pobreza ou das disparidades sociais. Cabe destacar que a Alemanha, o Canadá, o Japão e a Inglaterra, entre outros países ricos, repassam recursos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, voltados aos projetos ligados às áreas sociais, de educação, saúde, nutrição, agropecuária, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais e direitos humanos para os municípios carentes, com o propósito de promoção de mudanças sociais e econômicas, visando atender o maior número possível de pessoas, que se encontram marginalizadas ou sem expectativa de melhores condições de vida nos vários municípios brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se tudo permanecer como está ou pouco for feito, no tocante as aplicações de políticas públicas voltadas à modificação do espaço econômico e social, a Região Administrativa de Registro estará condicionada a, cada vez mais, continuar na pobreza e no subdesenvolvimento em que se encontra, distanciando-se ainda mais das regiões desenvolvidas do Estado e do país, desfazendo-se das vantagens comparativas de estar, estrategicamente, próximas dos maiores centros consumidores de grande destaque no país e Mercosul e, ao mesmo tempo, desperdiçando a oportunidade de explorar o potencial econômico decorrente das riquezas naturais localizadas em sua região.

Os municípios localizados na Região Administrativa de Registro não podem, sem a presença da União e Estado, modificar a situação das finanças públicas locais, em virtude do baixo volume da renda e do poder de compra das suas populações. Na certa, continuarão a receber os valores repassados pelos governantes e, sobre tais recursos públicos, estimarão seus orçamentos municipais, com os diversos riscos de não poder cumprí-los em razão das flutuações dos volumes das receitas dos governos do Estado e União e, futuramente, das mudanças previstas na Reforma Tributária ora, em andamento no Congresso Nacional.

O retrato da pobreza fica estampado nas estatísticas dos governos e de entidades privadas ou não governamentais, especialmente, quando voltado para a

medição do IDH, que leva em conta a expectativa de vida da população, o seu nível educacional e a renda *per capita* dos indivíduos.

Como nesses quesitos os municípios do Vale do Ribeira ficam a dever para o restante das Regiões Administrativas do Estado, fica claro que a população da região, se considerados todos os níveis do ensino, tem um baixo índice educacional porque não tem renda e vive em condições desfavoráveis porque não tem maiores níveis de educação para buscar melhores oportunidades e salários para ampliar sua renda e o seu consumo.

Para quebrar esse ciclo de pobreza, os municípios do Vale do Ribeira, tão próximos do maior centro econômico e político do país e tão distantes do bem estar social necessários para a formação de novas classes de cidadãos com o direito mínimo de inclusão e igualdade social, estabelecido na Constituição Brasileira, terão que deixar, entre outras ações perniciosas, o paternalismo empregador caracterizado em grande escala pelos seus prefeitos municipais.

Paralelamente, os representantes municipais deverão buscar saídas diferenciadas diante dos potenciais próprios desses municípios, dentro da visão máxima da moderna administração pública. O sucesso de cada administração pública municipal do Vale do Ribeira passará pela criação de espaços públicos para a administração e solução de conflitos políticos, decorrentes da pressão popular pela participação direta nas decisões que envolvam os municípios.

Complementando a idéia acima, faz-se necessário ainda a busca da estabilidade política local, viabilizada pela criação de canais que atendam as necessidades das coalizões políticas, bem como a identificação de lideranças carismáticas e aptas a contribuir para o sucesso da administração pública, minimizando os conflitos com as classes sociais menos representativas. Nesse

sentido, cabe o estímulo à participação dos grupos diversos interessados nas tomadas de decisões e das principais ações políticas, econômicas e sociais, voltadas ao desenvolvimento das regiões. Dessa forma, o poder político estará cada vez mais próximo das comunidades e, ao mesmo tempo, sabedor das necessidades e anseios das populações, podendo assim dar satisfações dos atos públicos, evitando-se que os erros sejam repetidos ou as decisões sejam pessoais ou direcionadas a determinados grupos sociais. (VERGARA e CORREA, 2004).

Vale afirmar que a ausência da vontade política dos governos da União e Estado impedirá o acionamento da mola propulsora do crescimento e desenvolvimento econômico da Região Administrativa de Registro, pois sem os investimentos públicos em infra-estruturas com planejamento não haverá atração para as empresas do setor privado em se instalarem na região e, portanto, não teremos a geração de empregos e melhoria da renda e bem estar social.

O mesmo poderá ser mencionado a respeito da não utilização do potencial específico do corredor de exportação formado pela BR 116 e o Porto de Santos, que deixará de ser a porta de entrada e saída da Região Administrativa de Registro para acessar os mercados internacionais do Mercosul e de outros países, corroborando com o não desenvolvimento regional do Vale do Ribeira e diminuindo o volume de riqueza do Estado de São Paulo.

Outra variável responsável pela morosidade ou ausência do processo de industrialização e, de certa forma, o crescimento econômico da Região Administrativa de Registro, sem dúvida, é o conflito técnico e ideológico entre os representantes dos grupos desenvolvimentistas e ambientalistas, visto que essa região detém ainda uma das pouquíssimas áreas da Mata Atlântica, razão pela qual ocorrem os impedimentos econômicos contrários ao desenvolvimento, partindo,

inclusive, de programas de preservação ambiental financiados pela Unesco. (GARTNER, 2001).

A baixa qualidade da mão-de-obra da população do Vale do Ribeira constitui-se num dos maiores obstáculos para a alavancagem do processo de crescimento econômico sustentável da região. Assim, fica mais evidente a necessidade de ampliação dos investimentos públicos na educação formal e outros cursos profissionalizantes, que possam melhorar e diversificar essa mão-de-obra, que terá que competir com outras pessoas oriundas de centros econômicos e industriais desenvolvidos.

Diante do quadro social de pobreza relativa, com alguns focos de pobreza absoluta, resultante da baixa qualidade de vida, politicamente, o Vale do Ribeira continuará sem um representante legal na Assembléia Legislativa ou Câmara dos Deputados, inibindo de vez, a defesa dos interesses daquela região do Estado. Dessa forma, o Vale do Ribeira passa a ser, muitas vezes, vítima de oportunistas, sendo objeto de propostas separatistas do Estado de São Paulo, visando à criação de outro Estado Federativo, considerando-se as vantagens dos repasses da União para os Estados via Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal.

As legislações reguladoras das guerras fiscais também poderão ser um outro entrave para o crescimento da Região Administrativa de Registro, considerando-se que os Estados e Municípios não podem abrir mão de receitas, impedindo a aplicação de políticas públicas com fortes subsídios e alíquotas tributárias flexíveis, voltadas ao incentivo para a instalação de industriais não poluidoras e serviços ligados ao eco turismo e outros. (OLIVEIRA, 2000).

Os problemas econômicos e políticos existentes no bloco do Mercosul, mais especificamente da Argentina, também poderão ser considerados como pontos de

estrangulamento do processo de crescimento e desenvolvimento da Região Administrativa de Registro, pois as exportações de frutas ou produtos industrializados não terão o sucesso esperado, se os mercados estiverem desaquecidos ou envolto em discussões maiores como a implantação da ALCA ou em decorrência das vantagens comparativas alcançadas por outros países da América Latina produtores de bananas.

Nos últimos anos, as dificuldades econômicas vividas pelo país, em decorrência das altas taxas de juros e do cenário internacional desfavorável, e as restrições relativas aos orçamentos públicos e com a nova situação das finanças públicas dos Municípios e do Estado de São Paulo, oriunda da Reforma Tributária, também podem ser responsabilizadas pela morosidade do crescimento e desenvolvimento da Região Administrativa de Registro.

Mais grave ainda, pelo não atendimento e implantação do projeto de mudança econômica política e social da Região Administrativa de Registro está o prolongamento na linha do tempo das situações e dos cenários desfavoráveis da economia daquela região. Talvez, tais fatos ocorram até como forma de manutenção do estoque de mão-de-obra barata e abundante, dispostas a trabalhar nas regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba e em outras cidades menores posicionadas na economia do país, tal qual ocorreu com as populações do NE nas décadas de 1950 e 1960, quando do grande crescimento de algumas regiões do Brasil.

Estima-se o prazo médio de no mínimo uma década para que se possam sentir as mudanças sociais, políticas e econômicas, vislumbrando-se os resultados positivos, que irão transformar o espaço regional do Vale do Ribeira, igualando-o às regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo e do país, bem como, inserindo-o no modelo de globalização ora em pauta.

Embora a legislação ambiental brasileira seja uma das melhores do mundo, ela não é cumprida por parte das empresas mineradoras e produtoras de cimento e fertilizantes, quer por conta da burocracia e falta de funcionários públicos ou por má fé das próprias empresas, que acreditam na impunidade e se vale das brechas das leis. Diante do poderio econômico e político, fica difícil por demais provar que as fábricas de cimento e fertilizantes são diretamente as responsáveis pela poluição do ar e geradoras de doenças respiratórias, restando apenas a comprovação material dos estragos no meio ambiente, provado pela existência das crateras e do desmatamento das montanhas de calcário existentes no Município de Cajati (SP), contrapondo-se aos estudos apresentados por especialistas no assunto.

Os municípios da Região Administrativa de Registro poderiam levar um número maior de empresas não poluidoras para sua região, valendo-se da sua localização estratégica às margens da BR 116 – Trecho Sudeste Sul, que corta vários municípios do Vale do Ribeira por mais de 400 km. Essas empresas poderão obter subsídios e recursos para o financiamento para a instalação de pólos tecnológicos e educacionais na região, promovendo a ida de milhares de famílias de outras regiões do país, bem como, criando novos mercados regionais e melhoria da renda das populações ribeirinhas, graças a políticas públicas de inserção social e econômica.

Caso o Vale do Ribeira tivesse uma representação política forte, poderia propor mudanças nas legislações vigentes, na busca da cobrança de royalties pelo fato de possuir e manter a maior parte da única faixa da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Complementarmente, as populações mais informadas, juntamente com os organismos públicos locais poderiam pleitear negociações internacionais de repasse de recursos em troca da manutenção ambiental da Mata Atlântica, pelo fato

de estimular o plantio de reposição dos recursos naturais extraídos por muitos e muitos anos.

Nada ocorrerá, sem a vontade política dos nossos dirigentes; sem a pressão das classes socialmente mais informadas e dispostas a lutar pela preservação ambiental; sem a preparação educacional das gerações futuras, visando estimulá-las a respeitar o que será deixado para elas no futuro. Ou ainda, sem o desespero dos demais países que não conseguem conter o seu processo de destruição do meio ambiente e são obrigados a investir milhares de recursos nas únicas áreas ainda preservadas.

Assim, o Vale do Ribeira permanecerá, por muitos e muitos anos, da mesma forma que se encontra hoje: rico em natureza e belezas naturais, porém pobre e subdesenvolvido. Cada vez mais será lembrado pelos ecologistas e organizações não governamentais preocupados com a preservação do meio ambiente e, de forma, menor e acanhada, esquecido pelas autoridades governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, AZIZ N.. *O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional.* São Paulo: Secretaria de Estado de Negócios do Interior / SUDELPA, 1985.

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *Manual de fundos públicos: controle social e acesso aos recursos públicos.* São Paulo: Peirópolis, 2004.

Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira / Guararema. *Impasses e Desafios da Mesorregião Vale do Ribeira / Guararema.* Curitiba: UFPR Editora, 2002.

ALMEIDA, Evaristo. *Programas de garantia de renda mínima: inserção social ou utopia?* São Paulo: Educ, 2000.

ALVES, Élio José. *A cultura da banana: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais.* Brasília DF: EMBRAPA, 1999.

ANDERSON, Anthony e CLAY, Jason (Orgs.). *Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis.* São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2002.

BANCO MUNDIAL. *Globalização, crescimento e pobreza. Relatório de Pesquisa Política do Banco Mundial.* Trad. Melissa Kassner. São Paulo: Futura, 2003.

BARQUERO, Antonio Vazquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.* Rio Grande RS: UFRGS Editora, 2001.

BARROS, Pedro Motta. *Consórcio Intermunicipal: ferramenta para o desenvolvimento regional.* São Paulo: Alfa Omega, 1995.

BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton L.. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.* Santa Cruz do Sul RS: Edunisc, 2003.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento: O Jogo das empresas transnacionais – ETN's e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros.* Brasília: LGE Editora, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO IBGE. Dados Demográficos. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br>>. Consultado em março / 03.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO. FUNDAÇÃO IPEA / PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Disponível no site <<http://www.ipea.gov.br>>. Consultado em março / 03.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. FUNDAÇÃO SEADE – Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. Disponível no site <<http://www.seade.gov.br>>. Consultado em março / 03.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HIDRÍCOS E SANEAMENTO. Departamento de Águas e Esgotos - DAEE. Hidrografia do Rio Ribeira de Iguape. Disponível no site <<http://www.daee.sp.gov.br>>. Consultado em março / 03.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas SP: Papirus, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CANO, Wilson. *O Processo de Urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional*. In Encontro Nacional da ANPUR – Águas de São Pedro SP, 1990.

CARMO, Aurélio Hipólito. *Tutela ambiental da Mata Atlântica: com vistas, principalmente, ao Estado de São Paulo*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003

CARVALHO, Fátima Marília Andrade (et al.). *Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária*. Viçosa MG: UFV Editora, 2003.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes Y.. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

CONSENZA, C.A.N. e NASCIMENTO P. R. *Alguns modelos empíricos de localização industrial*. Pesquisa e Planejamento Econômico. 1975.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul RS: EDUNISC, 2003.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 19 ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FILELLINI, Alfredo. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo: EDUC, 1994.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA. Dados de Meio Ambiente. Disponíveis em <<http://www.sosmatlantica.org.br>>. Consultado em março / 03.

FRANGETTO, Flavia Witkowski e GAZANI, Flavio Rufino. *Viabilidade Jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GALVÃO, Antonio Paulo Mendes e MEDEIROS, Antonio Carlos S. *A restauração da Mata Atlântica em áreas de sua primitiva ocorrência natural*. Colombo PR: EMBRAPA, 2002.

GARTNER, Ivan Ricardo. *Avaliação ambiental de projetos em bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais: evidências e propostas*. Brasília: Universa, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIAN SANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.

GONÇALVES, Maria Flora, BRANDAO, Carlos Antonio e GALVAO, Antonio Carlos Figueira. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: desafio urbano-regional*. São Paulo: UNESP Editora – ANPUR, 2003.

HOLANDA, Ariosto. *Biodiesel e inclusão social*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

JONES, Charles Irving. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Trad.: Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KARMANN, Ivo e FERRARI, José Antonio. *Carste e Cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, SP*. Revista Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. SIGEP 43. Instituto de Geociências da USP, 2000.

KELLEY, Daniel Q. *Dinheiro para sua causa: como obter fundos de particulares, empresas e instituições filantrópicas para o seu projeto benéfico, cultural ou ecológico*. São Paulo: Textonovo, 1995.

KON, Anita. *Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

----- Anita. *Economia Industrial*. São Paulo, Nobel, 1999.

----- Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação – a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2001.

- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. *Código Tributário Nacional*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- MAGALHÃES, João Paulo Almeida. *Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MARQUES, João Fernando, SKORUPA, Ladislau Araújo e FERRAZ, José Maria Gusman. *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna SP: Embrapa, 2003.
- MARQUES, Otavio A. V. e DULEBA, Wania. *Estação ecológica Juréia Itatins: ambiente físico, flora e fauna*. Ribeirão Preto SP: Holos, 2004.
- MAY, Peter H., LUSTOSA, Maria C. e VINHA, Valéria (Orgs.). *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- NOGUEIRA, Maria Claudia. *Educação Ambiental e Extração de Palmito Juçara: O Caso do Parque Estadual Carlos Botelho – São Paulo*. Dissertação de Mestrado. USP – ESALQ. Piracicaba SP, 2003.
- O AGRONÔMICO. Boletim Técnico Informativo do Instituto Agronômico de Campinas. Campinas (SP), 54 (1), 2002
- OLIVEIRA, Luiz Guilherme. *Federalismo e Guerra Fiscal: Alguns Aspectos, Alguns Casos*. São Paulo: Pulsar, 2000.
- PANAYOTOU, Theodore. *Mercados Verdes: a economia do desenvolvimento alternativo*. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1994.
- PENTEADO, Hugo. *Ecoeconomia: Uma Nova Abordagem*. São Paulo: Lazuli, 2003.
- PEREIRA, Ailton Vitor e PEREIRA, Elainy B. Carvalho. *Cultura da seringueira no Cerrado*. Planaltina DF: EMBRAPA, 2001.
- PERROUX, François. *O Conceito dos Pólos de Crescimento*. In: SHWARTZAMAN, J. (Org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR / UFMG, 1977.
- PINHO, Diva Benevides. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- POCHMANN, Marcio e AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PRADO, Sérgio e CAVALCANTI, Carlos Eduardo G.. *A Guerra Fiscal no Brasil*. São Paulo: Fundap; Fapesp; Brasília DF: Ipea, 2000.

- REZENDE, Divaldo e MERLIN, Stefano. *Carbono Social: agregando valores ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- RIEDL, Mário. *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul RS: Edunisc, 2002.
- ROCHA, Marcelo Theoto. *Aquecimento Global e o Mercado de Carbono: Uma aplicação do modelo CERT*. Tese de Doutorado apresentada na USP – ESALQ. Piracicaba SP, 2003.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Contabilidade Social*. São Paulo: Atlas, 1992.
- , José Paschoal. *Política e Programação Econômica*. São Paulo: Atlas, 1987.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANDRONI, Paulo. (Org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1989.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SICSÚ, João, OREIRO, José L. e PAULA, Luiz F. (Orgs.). *Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços*. Barueri SP: Manole, 2003.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.
- SOUZA, Silvana Ap. C. D.. *Avaliação da variabilidade genética em "musa spp" utilizando marcadores microssatélites*. Tese de doutorado apresentada na USP – ESALQ. Piracicaba SP, 2002.
- TIAGO, Gláucio Gonçalves. *Aqüicultura, meio ambiente e legislação*. São Paulo: Annablume, 2002.
- THOMAS, Vinod... (et al.). *A Qualidade do Crescimento*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp Editora, 2002.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Orgs.). *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- VERGARA, Sylvia Constant e CORREA, Vera Lúcia Almeida. (Orgs.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- ZYLBERSZTAJN, Décio. e NEVES, Marcos Fava. *Economia e Gestão de Negócios Agro alimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Deliberação COFVR Nº 01/2003 de 29 de Janeiro de 2003

Aprova nova versão do Manual de Política Operacional do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, criado pela Lei nº 10.549 de 11 de maio de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 45.802 de 14 de maio de 2001.

O Comitê Orientador do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, criado pela Lei nº 10.549 de 11 de maio de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 45.802 de 14 de maio de 2001.

Delibera:

Artigo 1º - Fica aprovada nova versão do Manual de Política Operacional do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, sob a forma do anexo a esta deliberação em atendimento ao que dispõe o Parágrafo Único do Artigo 4º, do Decreto nº 45.802 de 14 de maio de 2001.

Artigo 2º - Fica revogada a Deliberação COFVR nº 02/2001 de 18 de Outubro de 2.001.

Artigo 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Presidente do Comitê Orientador do FVR

ANEXO B – Manual de Política Operacional do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR

1. OBJETIVOS DO FVR

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira - FVR, inserido no Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, criado pela Lei Estadual nº 10.549/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 45.802/2001, destina-se a promover o equilíbrio econômico e social no Estado de São Paulo, mediante a concessão de financiamentos e empréstimos ao setor privado e investimentos de infra-estrutura.

2. ORIGEM DOS RECURSOS

O FVR é constituído pelos recursos previstos no artigo 8º do Decreto nº 45.802/2001:

- a) R\$ 47.500.000,00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), suplementados no orçamento de 2000, nos termos do Decreto nº 45.571, de 26 de dezembro de 2000, e inscritos em Restos a Pagar, conforme autorizado pelo artigo 6º da Lei nº 10.549, de 11 de maio de 2000;
- b) dotações ou créditos específicos, consignados nos orçamentos do Estado, da União e dos Municípios participantes do Programa;
- c) saldo remanescente do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira criado pela Lei nº 7.522 de 20 de setembro de 1991;
- d) recursos originários de entidades de desenvolvimento, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

- e) doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- f) juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;
- g) amortizações de financiamentos e empréstimos concedidos.

3. MUNICÍPIOS ABRANGIDOS

O FVR abrange os seguintes municípios:

- 1 - Apiaí;
- 2 - Barra do Chapéu;
- 3 - Barra do Turvo;
- 4 - Cajati;
- 5 - Cananéia;
- 6 - Eldorado;
- 7 - Iguape;
- 8 - Ilha Comprida;
- 9 - Iporanga;
- 10 - Itaóca;
- 11 - Itapirapuã Paulista;
- 12 - Itariri;
- 13 - Jacupiranga;
- 14 - Juquiá;
- 15 - Juquitiba;
- 16 - Miracatu;
- 17 - Paríquera-Açú;
- 18 - Pedro de Toledo;

- 19 - Registro;
- 20 - Ribeira;
- 21 - São Lourenço da Serra;
- 22 - Sete Barras;
- 23 - Tapiraí.

4. INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Para atingir os objetivos do FVR, poderão ser alocados recursos orçamentários, como também recursos do FVR depositados no BANCO NOSSA CAIXA S.A., com vistas a implementar a infraestrutura viária regional voltada para o turismo e para o agronegócio, a dotar a região de infra-estrutura energética para instalação de novos empreendimentos, de saneamento básico, de habitação, de postos de atendimento à saúde voltados ao atendimento tanto da população local como da população flutuante de turistas, qualificação profissional dos habitantes da região para atuação nos ramos de agronegócios e serviços, e demais empreendimentos que levem ao desenvolvimento regional.

4.1 RECURSOS PARA INFRAESTRUTURA

Os recursos alocados ao FVR no BANCO NOSSA CAIXA S. A. poderão ser utilizados em projetos de infra-estrutura por Prefeituras, concessionárias de serviço público, entidades públicas ou privadas capazes de atender as prioridades acima estabelecidas, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo Estado de São Paulo, mediante autorização específica do Comitê Orientador, nos termos do inciso III do artigo 6º do Decreto n. 45.802 de 14.05.2001. Os projetos de infra-estrutura poderão

ser beneficiados por financiamentos não reembolsáveis, sempre a critério do Comitê Orientador do FVR, conforme art. 6º do Decreto 45.802 de 14/05/2001.

5. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO

5.1 BENEFICIÁRIOS

Consideram-se beneficiários dos recursos do FVR, pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais que desempenham ou venham a desempenhar atividades econômicas ou sociais de interesse da região, compatíveis com os objetivos do FVR, especialmente os empreendimentos geradores de emprego direcionados a mão de obra local, privilegiando

ainda, os que incorporarem maior eficiência e tecnologia ao produto e ao processo produtivo.

5.1.2 CONDIÇÕES MÍNIMAS A SEREM EXIGIDAS DOS MUTUÁRIOS

Para a concessão de financiamento ou empréstimo, exigir-se-á que o mutuário:

- a) reúna condições creditícias condizentes com os compromissos financeiros a serem assumidos;
- b) sendo pessoa jurídica, não apresente débito junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à Fazenda Federal e ao ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e não se encontre inscrito na Dívida Ativa da União;
- c) sendo pessoa física, não apresente débito junto a Fazenda Federal e ao INSS e não se encontre inscrito na Dívida Ativa da União;
- d) sendo produtor rural, além do previsto em “b” e “c” acima, no que for pertinente, apresente regularidade com o Imposto Territorial Rural;

- e) participe do “Curso de Gestão de Negócio” organizado pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo;
- f) não seja membro do Comitê Orientador do Fundo do Vale do Ribeira - COFVR, ou participe de qualquer forma de Câmara Técnica do COFVR ou da Secretaria Executiva do Fundo do Vale do Ribeira - SEFVR, e não esteja exercendo o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito dos municípios em questão, ou seja, cônjuge ou parente até segundo grau dos mesmos.

5.2 PRIORIDADES

O FVR se destinará preferencialmente para projetos que não são contemplados por outros recursos ou fundos incentivados existentes e disponíveis na região como BNDES / FINAME, FEAP, Banco do Povo, PRONAF e outros. Em projetos cujos valores excedam os valores de financiamento definidos no item 5.9.1, os recursos do FVR poderão ser utilizados associados a essas outras linhas de financiamento. Os empreendimentos privados serão enquadrados em duas classes para efeito de priorização por parte do FVR.

5.3 CLASSE A – PRIORIDADE REGIONAL

Serão enquadrados nesta modalidade os empreendimentos que propiciarem impactos socioeconômicos e ambientais favoráveis, geração de emprego e inovação tecnológica, devendo estar inseridos nas áreas mencionadas a seguir.

5.3.1 AGRONEGÓCIO

- Cadeia produtiva da banana;
- Cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais;
- Cadeia produtiva de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais;
- Cadeia produtiva do pescado;
- Cadeia produtiva da bubalinocultura;

- Cadeia produtiva do chá;
- Cadeia produtiva do palmito;
- Cadeia produtiva da fruticultura
- Cadeia produtiva de mel.
- Cadeia produtiva da aquicultura

5.3.2 TURISMO

Serão considerados prioritários os empreendimentos voltados para os seguintes segmentos de mercado turístico:

- Ecoturismo, conforme definido nas “Diretrizes Para Uma Política Estadual De Ecoturismo”;
- Turismo Rural, conforme definido pela “Câmara Setorial de Lazer e Turismo no Meio Rural”.

Poderão também ser contemplados empreendimentos nos seguintes segmentos:

- Turismo de Eventos;
- Turismo Cultural;
- Turismo Histórico;
- Turismo de Pesca Amadora;
- Turismo Náutico; e,
- Turismo de Aventura.

5.3.3 MINERAÇÃO

São considerados passíveis de financiamento ou empréstimo na área de mineração, os empreendimentos nas seguintes áreas:

- Pedras de revestimento, principalmente mármores e granitos;
- Águas Minerais;
- Areia;

- Argila;
- Artefatos de concreto.

5.3.4 GERAÇÃO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

Os empreendimentos voltados à geração de fontes alternativas de energia serão aprovados caso a caso pelo Comitê Orientador do FVR.

5.3.5 COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDUSTRIAS

Os empreendimentos voltados a geração de empregos em atividades do comércio, prestação de serviços e industrias não enquadradas nos subitens 5.3.1 a 5.3.4 poderão ser atendidas desde que o valor do financiamento seja de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) .

5.4 CLASSE B – DEMAIS EMPREENDIMENTOS

Os empreendimentos não incluídos no subitem 5.3, desde que, enquadrados nos objetivos, o FVR serão classificados como Empreendimentos da Classe B, sendo objeto de análise pelo Comitê Orientador do FVR assim que atendidos todos os Empreendimentos da Classe A.

5.5 RESTRIÇÕES DE FINANCIAMENTO

Não poderão ser objeto de financiamento ou empréstimo, salvo casos excepcionais assim considerados pelo Comitê Orientador do FVR:

- Aquisição de terrenos e benfeitorias já existentes;
- Aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, não enquadrados nos objetivos do FVR;
- Locações;
- Custeio de atividades, exceto o previsto no subitem 5.9.2
- Novo financiamento para o mesmo mutuário, antes da liquidação do financiamento ou empréstimo anterior.

5.6. QUESTÃO AMBIENTAL

A aprovação do financiamento fica condicionada à correta observância das normas ambientais e sanitárias, de acordo com a legislação vigente.

5.7. TRANSFERIBILIDADE

A transferência do financiamento ou empréstimo para outro mutuário, fica condicionada a prévia autorização do COFVR. Constituem motivo para rescisão do financiamento ou empréstimo a sua cessão total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, assim como a alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da pessoa jurídica do mutuário, não admitidos pelo Comitê Orientador do FVR. As Cartas Consultas, Cartas Consultas Especiais e Projetos aprovados são intransferíveis.

5.8. PROPRIEDADE DAS TERRAS

Não serão admitidos financiamentos ou empréstimos a empreendimentos que se utilizem terras objeto de litígios fundiários, assim consideradas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP.

5.9. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS OU EMPRÉSTIMOS

O FVR financiará as Cartas Consultas Especiais e os Projetos enquadrados na Classe A até 100% do valor pretendido e para os Projetos enquadrados na Classe B o FVR financiará até 50% do valor pretendido. O limite para cada operação não poderá exceder a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), salvo se os beneficiários forem cooperativas, associações e condomínios, prioritários para a região, cujos pedidos serão analisados individualmente pelo Comitê Orientador do FVR, até o limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Para projetos de interesse do FVR, cujo valor supere R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), serão consideradas possibilidades de composição ou complementaridade com outras linhas de crédito

existentes. Projetos integrados que envolvam sucessivas etapas de uma cadeia produtiva, ou que envolvam cadeias produtivas ou segmentos diferentes, deverão ser apresentados conjuntamente. O Projeto ou Carta Consulta Especial apresentado poderá prever financiamento de outros itens, normalmente caracterizados como "capital de giro" ou "custeio" para o negócio, desde que associado a investimento fixo e que a parcela pretendida para este fim não ultrapasse a 25% do investimento fixo. Será admitido incorporar ao valor do financiamento, acima apurado, eventual valor de prêmio de seguro, quando exigido pelo Comitê Orientador do FVR, e também a TAC - Taxa de Abertura de Crédito prevista no subitem 5.11.2, respeitada a capacidade de pagamento do beneficiário.

5.10 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

Os financiamentos ou empréstimos poderão prever prazo de carência para início da amortização, definido de acordo com as características técnicas de implantação e de maturação do empreendimento, variando de 6 ao máximo de 24 meses, podendo ser superior em casos julgados técnica e economicamente necessários pela CTA – Câmara Técnica de Avaliação. O prazo máximo de amortização é de 48 meses. O período total, resultante dos períodos de carência e amortização, não poderá exceder 72 meses. A amortização do financiamento ou empréstimo, após o período de carência, poderá ser feita em parcelas mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, de acordo com a atividade e as características do fluxo de receita apresentadas em cada Projeto ou Carta Consulta Especial. Os encargos de juros e TR serão devidos mensal ou trimestralmente, e sucessivamente, durante todo o período do financiamento ou empréstimo.

5.11 ENCARGOS

5.11.1 JUROS E TR

Para determinação da taxa de juros e TR serão consideradas a classe de prioridade, o valor financiado e o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano de cada município beneficiado pelo FVR, elaborado e divulgado pela Secretaria da Economia e Planejamento. Terão redução de 50% na taxa de juros os empreendimentos da classe A a serem implementados nos municípios com IDH não superior ao coeficiente 0,65, a saber: Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Pedro de Toledo e Ribeira. Os encargos serão devidos sobre o valor financiado, determinados da seguinte forma:

Classe de Prioridade	Valor Total do Financiamento	% Máximo Financiável	Municípios com IDH < 0,65	Municípios com IDH > 0,65
A	Até R\$ 30 Mil	100%	2% ao Ano	4% ao Ano
A	Até R\$ 100 Mil	100%	3% ao Ano	6% ao Ano
A	> R\$ 100 Mil	100%	TR + 3% ao Ano	TR + 6% ao Ano
B	Qualquer Valor	50%	TR + 9% ao Ano	TR + 12% ao Ano

5.11.2 TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO

Será devida pelo mutuário ao BANCO NOSSA CAIXA S.A., no ato da liberação da primeira parcela do crédito, Taxa de Abertura de Crédito - TAC equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do financiamento contratado.

5.11.3 COMISSÃO DE PERMANENCIA

Em caso de inadimplência incidirá Comissão de Permanência a razão de 2,5% ao mês ou fração.

5.12 CADASTRO

É responsabilidade do BANCO NOSSA CAIXA S.A. a verificação de restrições e análise do cadastro elaborado a partir das informações prestadas pelo mutuário.

5.13 GARANTIAS

O valor das garantias deverá ser, no mínimo, equivalente a 100% do valor do financiamento pleiteado. Na hipótese de financiamento de bens, estes serão objeto de alienação fiduciária e ou penhor junto ao BANCO NOSSA CAIXA S.A. O estabelecimento de garantias adicionais está vinculado a análise do projeto. Serão privilegiadas as garantias de maior liquidez, com sua devida ponderação, de modo que sua totalidade corresponda, no mínimo, ao percentual acima mencionado.

5.13.1 PARA EMPRESAS

Garantias obrigatórias:

- alienação fiduciária e/ou penhor dos bens financiados;
- aval dos sócios;

Garantias adicionais:

- recebíveis (duplicatas e/ou cheques pré-datados);
- penhor de direitos creditórios de contratos performados ou não;
- alienação fiduciária de automóveis de passeio;
- alienação fiduciária de outros veículos ou bens móveis alienáveis;
- hipoteca de imóveis sem ônus e em condições de penhorabilidade.

5.13.2 PARA PESSOA FÍSICA OU PRODUTOR RURAL

Garantias obrigatórias:

- alienação fiduciária e/ou penhor dos bens financiados e/ou penhor agrícola, pecuário, mercantil ou cedular;

Garantias adicionais:

- penhor de direitos creditórios de contratos performados ou não;

- alienação fiduciária de automóveis de passeio;
- alienação fiduciária de outros veículos ou bens móveis alienáveis;
- hipoteca de imóveis sem ônus e em condições de penhorabilidade;
- aval de terceiros com patrimônio compatível.

5.14 SEGUROS

Em alguns casos, a critério do Comitê Orientador do FVR, serão exigidos seguros, a serem contratados preferencialmente junto à Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, como proteção aos bens financiados e/ou dados em garantia.

5.15 FORMA DE SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO

5.15.1 CARTA CONSULTA

O processo de obtenção do financiamento terá início com a apresentação pelo beneficiário, à Secretaria Executiva do FVR, de uma Carta Consulta ou Carta Consulta Especial (para financiamentos até R\$ 30.000,00) conforme modelos anexos, contendo informações suficientes que permitam identificar a localidade onde serão aplicados os recursos, e a adequação da solicitação às diretrizes do FVR e outras informações pertinentes. A Secretaria Executiva do FVR poderá suspender o recebimento de novas Cartas Consulta ou Cartas Consulta Especial, quando for constatada a total alocação dos recursos do FVR.

5.15.2 PROJETO DE INVESTIMENTO

Posteriormente ao enquadramento da Carta Consulta nos objetivos do FVR, o beneficiário será orientado a elaborar conjuntamente com um profissional técnico habilitado e apresentar um projeto de investimento nos termos dos modelos definidos pelo Comitê Orientador do FVR. Os financiamentos pretendidos no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ficam dispensados da apresentação de Projeto de Investimento quando pleiteados por Carta Consulta Especial.

5.16 ALÇADAS DE APROVAÇÃO

A Carta Consulta ou a Carta Consulta Especial do beneficiário será recebida pela Secretaria Executiva do FVR que decidirá pelo enquadramento ou não nos objetivos e condições do FVR. O Projeto de Investimento ou a Carta Consulta Especial serão submetidos ao Comitê Orientador que decidirá pela sua aprovação ou não, após manifestação da Secretaria Executiva do FVR, fundamentada em análise efetuada pela correspondente Câmara Técnica de Avaliação - CTA.

5.17 AVALIAÇÃO DA CARTA CONSULTA ESPECIAL OU DO PROJETO TÉCNICO DE INVESTIMENTO

A CTA deverá analisar a Carta Consulta Especial ou o Projeto Técnico de Investimento, ponderando os aspectos de qualidade da administração, o desempenho econômico financeiro e as perspectivas da empresa, sua localização geográfica, o quadro de usos e fontes, o fluxo de caixa, a tecnologia utilizada, a geração de empregos, a produção, o mercado e a concorrência, a capacidade de pagamento do financiamento pretendido, as garantias a serem oferecidas, a adequação técnica, ambiental e a dominial, emitindo manifestação conclusiva à Secretaria Executiva do FVR sobre a possibilidade ou não de aprovação do Projeto de Investimento ou da Carta Consulta Especial do beneficiário, tendo em vista a viabilidade técnica, econômica e financeira.

5.18 PARECER DO AGENTE FINANCEIRO

O BANCO NOSSA CAIXA S.A. emitirá parecer quanto às restrições cadastrais, objetivando informar à CTA do Comitê Orientador do FVR, através de sua Secretaria Executiva, sobre condição de crédito do beneficiário.

5.19 APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO

A aprovação do financiamento é de competência do Comitê Orientador do FVR.

5.20 CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

O BANCO NOSSA CAIXA S.A., na qualidade de agente financeiro do FVR, e com base em decisão do Comitê Orientador do FVR, será responsável pela contratação do financiamento com o beneficiário, que tornar-se-á mutuário. Em casos de agronegócios, poderão ser utilizados os instrumentos aplicados ao crédito rural, em especial Cédula de Crédito Rural, observada a legislação específica. A liberação de recursos do FVR nos contratos firmados, parcelas inicial e subseqüentes, quando houver, somente será realizada após o recebimento de autorização emitida pela Secretaria Executiva do FVR, conforme cronograma de desembolso aprovado no projeto.

5.21 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Após a contratação do financiamento, caberá à Câmara Técnica de Acompanhamento e Fiscalização - CTAF a verificação da implantação e desenvolvimento do projeto aprovado, bem como a manifestação relativa ao alcance de cada estágio previsto em cronograma físico-financeiro para fins de liberação de parcelas por parte do BANCO NOSSA CAIXA S.A., visando o pleno funcionamento do empreendimento.

5.22 GESTÃO E INADIMPLÊNCIA

O BANCO NOSSA CAIXA S.A. será responsável pela administração dos financiamentos contratados efetuando a cobrança dos pagamentos devidos. Em caso de inadimplência, o BANCO NOSSA CAIXA S.A. adotará as seguintes providências:

- a) emissão de primeira carta de cobrança no 5º dia corrido após o vencimento da parcela devida;

- b) emissão de segunda carta de cobrança no 20º dia corrido após o vencimento da parcela devida;
- c) negativação no SPC e na SERASA no 35º dia corrido após o vencimento da parcela devida;
- d) protesto no 50º dia corrido após o vencimento da parcela devida;
- e) cobrança judicial no 70º dia corrido com execução do montante devido, podendo contratar terceiros para este fim.

As despesas relativas à execução judicial serão contabilizados à conta dos recursos do FVR. Os casos em que não se constate êxito no processo de execução judicial serão submetidos ao Comitê Orientador do FVR para decisão.

5.23 FLUXO OPERACIONAL

5.23.1 A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico coordena as atividades do Comitê Orientador do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira – COFVR, designa o Secretário Executivo e estabelece as atribuições da Secretaria Executiva do FVR - SEFVR;

5.23.2 A Secretaria da Economia e Planejamento apresenta ao COFVR o Manual de Política Operacional do FVR - MPOFVR com as diretrizes, prioridades e condições gerais de financiamento e empréstimo;

5.23.3 O COFVR aprova seu Regimento Interno, institui a Câmara Técnica de Avaliação - CTA e a Câmara Técnica de Acompanhamento e Fiscalização - CTAF, para assessorar a SEFVR e aprova o MPOFVR;

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos excepcionais e os não previstos no presente manual serão resolvidos pelo Comitê Orientador do FVR.